

# PORTUGÁLIA

NOVA SÉRIE — VOLUME XV



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

1994

# PORTVGALIA

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA DA  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

## DIRECTOR

Presidente do Conselho Científico

## COORDENADOR

Rui M. S. Centeno

## CONSELHO DE REDACÇÃO

C. A. Brochado de ALMEIDA

C. A. Ferreira de ALMEIDA

M. J. Neto BARROCA

R. M. S. CENTENO

S. Oliveira JORGE

V. Oliveira JORGE

António Baptista LOPES

J. P. Paiva C. RIBEIRO

M. J. SANCHES

Armando Coelho F. da SILVA

Teresa SOEIRO

## INTERCÂMBIO E DISTRIBUIÇÃO

PORTVGALIA

Biblioteca Central — Serviço de Publicações

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

4150 PORTO

PORTUGAL

## ZAGAIAS DO PALEOLÍTICO SUPERIOR DE PORTUGAL

João Luís Cardoso (\*) e Mário Varela Gomes (\*\*)

### 1. ANTECEDENTES

Em Portugal não são conhecidos, devido à natureza ácida da maioria dos terrenos, grande número de artefactos paleolíticos de osso. Contudo, sete arqueossíticos, cinco deles escavados entre os meados do século dezanove e os anos sessenta da presente centúria, e o outro na década passada, ofereceram indústrias daquela natureza, nomeadamente zagaias. Em data mais recente foi exumada a maior colecção daquelas armas de arremesso. Todas as jazidas, exceptuando-se a Gruta do Escoural que se localiza no Alto-Alentejo, situam-se no Maciço Calcário Estremenho.

H. Breuil, em 1918 (36,37), identificou os primeiros fragmentos de zagaias, em haste de cervídeo, entre os materiais exumados por Nery Delgado, meio século antes, na gruta denominada Casa da Moura (Cesareda, Peniche). Elas foram então classificadas como pertencentes ao Magdalenense antigo, atribuição ainda conferida, por aquele arqueólogo, a um polidor, do mesmo material, assim como a alguns artefactos de sílex, como lâminas, lamelas de bordos paralelos, uma delas de bordo abatido e extremidade distal retocada, e a um raspador sobre lâmina. Em uma primeira revisão feita a estas indústrias, J. Roche (1951) levantou a hipótese de as mesmas pertencerem ao Magdalenense superior, para, apenas alguns anos após (1964,17), considerar a presença de mais de um período do Paleolítico superior naquela jazida, atribuído ao Solutrense (pontas pedunculadas com barbelas e lamela «à cran») e Magdalenense (Roche, 1974; 1979, 753). As indústrias solutrenses foram depois publicadas sem que a este período fosse conferido qualquer artefacto de osso (França, Roche e Ferreira, 1961). Ulteriormente J. Zilhão (1987,38) não considerou a presença de Magdalenense naquela cavidade; a indústria de osso (zagaias e polidor) seria do Solutrense.

Foi, ainda, J. Roche (1964, 17-20) que assinalou, pela primeira vez, a presença de artefactos solutrenses e magdalenenses nas grutas da Furninha (Peniche), publicada por Nery Delgado em 1884, e Ponte da Laje (Oeiras) sem que, todavia, refira a existência de objectos de osso ou de haste.

A Gruta das Salemas (Loures), escavada nos finais dos anos cinquenta, ofereceu dois níveis arqueológicos contendo zagaias de osso, um datado do Perigordense, com pequena ponta de secção elíptica e longa zagaia em osso peniano de *Ursus arctos*, com marcas paralelas, e outro Solutrense, que continha zagaia de secção elíptica (França, Roche e Ferreira, 1961; Roche, 1964, 23-26; Roche e Ferreira, 1970; Roche, Ferreira e França, 1961; Roche, França, Ferreira e Zbyszewski, 1962; Zbyszewski, Roche, França e Ferreira, 1961).

Mais recentemente, na Lapa do Suão (Bombarral), J. Roche (1982, 14) encontrou fragmentos de zagaias, talhadas a partir de hastes de *Cervidae*, uma de secção circular e outra de secção elíptica, que integrariam sepultura atribuída ao Magdalenense.

---

(\*) Professor da Universidade Nova de Lisboa.

(\*\*) Da Academia Portuguesa da História.

Por fim, J. Zilhão (1985, 140, 146), exumou importante indústria óssea, incluindo zagaias de secção elíptica, nos níveis superiores do enchimento plistocénico da Gruta do Caldeirão, classificados no Magdalenense, de acordo com as datações radiocarbónicas obtidas para tais estratos.

Ao fazermos (M.V.G.) a selecção dos materiais provenientes da Gruta do Escoural para serem expostos no Museu de Arqueologia de Montemor-o-Novo, identificámos um fragmento de zagaia até então confundido com furador neolítico. Alguns anos mais tarde, aquando do estudo da fauna daquela mesma jazida (J.L.C.), foi descoberto um outro fragmento de arma de arremesso semelhante a par de um pendente em falange de *Cervus elaphus* e de bigorna que utilizou parte de tibia esquerda de *Equus caballus*. Estes materiais foram publicados com outros, designadamente um fragmento de «folha de salgueiro», e classificados no Solutrense superior e Magdalenense final (Gomes, Cardoso e Santos, 1990). Tal atribuição acompanha a cronologia conferida ao extenso santuário rupestre ali existente (Santos, Gomes e Monteiro, 1980).

Também o estudo do espólio paleontológico procedente das primeiras escavações na Lapa da Rainha (Vimeiro), realizado por um de nós (J.L.C.), e onde se achou um «folha de loureiro» característica (Zilhão, 1987, 41), permitiu a identificação de fragmentos de três zagaias, uma delas quase completa.

Uma revisão dos acervos da Casa da Moura e Salemas, existente nas colecções do Museu de Serviços Geológicos de Portugal, haveria de possibilitar-nos descobrir duas zagaias e fragmentos de outras, daquele primeiro local e um novo fragmento do segundo. Agradecemos ao Doutor M. M. Ramalho, a autorização para estudarmos aqueles materiais.

De igual modo, a revisão de espólio exumado por Nery Delgado, em 1865, na Lapa Furada ou na Gruta da Malgasta, veio possibilitar a identificação de outro fragmento de zagaia (Carreira e Cardoso, 1994).

T. Aubry e H. Moura exumaram o maior núcleo de zagaias, por ora conhecido, na Buraca Grande (Pombal), onde tais artefactos surgem pela primeira vez, entre nós, bem datados, não só através da associação com indústria lítica como por datas de radiocarbono perfeitamente compatíveis com as suas tipologias.

Tanto os materiais agora dados a conhecer pela primeira vez, como os restantes, bem como o estudo possível dos seus contextos, revelam um aspecto pouco tratado do Paleolítico superior em Portugal.

## 2. INVENTÁRIO

### 2.1. BURACA GRANDE (POMBAL)

#### *Localização:*

Na escarpa da Serra de Sicó. Coordenadas: 40° 00' 18" lat. N; 0° 35' 35" long. E de Lisboa.

#### *Geologia, estratigrafia, datas 14C:*

Cavidade cársica, aberta nos calcários do Jurássico.

As escavações realizadas revelaram várias camadas arqueológicas, contendo indústrias atribuíveis a diferentes momentos do Paleolítico superior. Uma destas camadas ofereceu importante colecção de zagaias e material lítico. Tanto aquele acervo, como duas datações radiocarbónicas, indicam fase avançada do Solutrense: 17430 ± 170 BP e 17850 ± 200 BP (Gif. 9502)(Aubry e Moura, 1993, 1994; Moura e Aubry, 1993). A continuação das escavações proporcionará, certamente, conjunto ainda maior de zagaias, sendo, por ora, o mais importante dos conhecidos em Portugal.

#### *Descrição das peças:*

B.G.1. Zagaia, talhada num osso longo indeterminado. Oferece secção sub-circular nos volumes mesial e distal, sendo a secção do volume proximal plano-convexa e a extremidade simétrica.

Mostra algumas estrias provocadas pelo polimento a que foi submetida.

- Mede 70.0mm de comprimento, 9.0mm na sua maior largura e 7.5mm de espessura máxima (volume mesial).
- B.G.2. Dois fragmentos da mesma zagaia, talhada num osso longo indeterminado, fracturada pelo volume mesial e faltando-lhe as extremidades, tanto do volume proximal como distal.  
Oferece secção plano-convexa, devendo a extremidade distal ter sido apontada e a proximal simétrica.  
Na superfície de uma das faces mostra nove linhas incisivas, oblíquas ao seu eixo maior, separadas entre si cerca de 5.0mm, atravessando-a de bordo a bordo. Na superfície oposta oferece uma série de oito pares de pequenos orifícios que preenchem toda a área do seu volume mesial.  
Mede 72.0mm de comprimento total, 13.0mm na sua maior largura e 4.0mm de espessura máxima (volume mesial).
- B.G.3. Fragmento, contendo os volumes mesial e proximal, tal como parte do distal de zagaia. Foi talhada num osso indeterminado e oferece secção bi-convexa. A extremidade proximal é simétrica.  
Mede 55.0mm de comprimento, 10.5mm na sua maior largura e 5.0mm de espessura máxima (volume mesial).
- B.G.4. Fragmento, contendo os volumes proximal e mesial, de zagaia. Foi talhada num osso longo indeterminado e oferece secção oval, no volume mesial, e plano-convexa no volume proximal, onde é simétrica.  
Na face plana observam-se pequenas e finas estrias oblíquas ao seu eixo maior, possivelmente resultantes do polimento a que foi submetida.  
Mede 87.5mm de comprimento, 12.5mm na sua maior largura e 5.0mm de espessura máxima (volume mesial).
- B.G.5. Fragmento, contendo os volumes proximal e mesial, de zagaia. Foi talhada num osso longo indeterminado e oferece secção côncava-convexa, no volume mesial, e plano-convexa no volume proximal, onde é ligeiramente assimétrica.  
Mede 72.0mm de comprimento, 15.5mm na sua maior largura e 7.0mm de espessura máxima (volume mesial).
- B.G.6. Fragmento, contendo parte do volume distal, de zagaia. Foi talhada num osso longo indeterminado, oferecendo forma sub-cônica e secção circular a oval. A extremidade distal encontra-se fracturada e as superfícies mostram pequenas estrias, resultantes do seu polimento.  
Mede 33.0mm de comprimento, 12.0mm na sua maior largura e 11.0mm de espessura máxima.
- B.G.7. Fragmento, contendo o volume distal, de zagaia (?). Foi talhada num osso indeterminado e oferece forma cônica muito alongada. A sua secção é circular e a extremidade distal muito apontada.  
Mede 39.0mm de comprimento e 4.0mm de diâmetro máximo.
- B.G.8. Fragmento, contendo parte do volume distal, de zagaia. Foi talhada num osso indeterminado e oferece forma sub-cônica.  
Mede 18.0mm de comprimento e 6.0mm de diâmetro máximo.
- B.G.9. Fragmento, contendo o volume proximal, de zagaia. Foi talhada num osso indeterminado e oferece secção oval. A extremidade proximal é simétrica.  
Mede 49.5mm de comprimento, 17.0mm na sua maior largura e 8.0mm de espessura máxima.
- B.G.10. Fragmento, contendo o volume proximal, de zagaia. Foi talhada num osso indeterminado e oferece secção plano-convexa. A extremidade proximal é simétrica.  
Mede 39.5mm de comprimento, 16.0mm na sua maior largura e 6.0mm de espessura máxima.
- B.G.11. Fragmento, contendo o volume proximal, de zagaia. Foi talhada num osso indeterminado e oferece secção plano-convexa. A extremidade proximal é simétrica.  
Mede 34.0mm de comprimento, 10.5mm na sua maior largura e 4.5mm de espessura máxima.
- B.G.12. Fragmento, contendo parte dos volumes mesial e proximal, de zagaia. Foi talhada num osso indeterminado e oferece secção plano-convexa, no volume mesial, e oval, no volume distal.  
Mede 34.0mm de comprimento, 11.5mm na sua maior largura e 5.0mm de espessura máxima.
- B.G.13. Fragmento, contendo parte do volume mesial, de zagaia. Foi talhada num osso indeterminado e oferece forma cônica.  
Mede 19.5mm de comprimento e 7.0mm de diâmetro máximo.

## 2.2. GRUTA DO CALDEIRÃO (TOMAR)

### *Localização:*

No sítio do Alto do Caldeirão, na encosta de um pequeno vale, afluente do rio Nabão, a cerca de 120m de altitude. Coordenadas: 39° 38' 54" lat. N; 8° 24' 54" long. W Greenwich.

*Geologia, estratigrafia, datas 14C:*

A gruta, de planta meandriforme, desenvolve-se em calcários dolomíticos do Jurássico. Possui zona alargada, no fim da cavidade, designada por «sala do fundo», onde os trabalhos se iniciaram e onde foi estudada uma estratigrafia.

Foram descritos dois cortes, atingindo a potência máxima do enchimento explorado, cerca de 6.2m (Zilhão, 1987, figs. 2,3; 1990). Estão representadas as seguintes camadas, de cima para baixo:

Eb — considerada inicialmente do Neolítico antigo (Zilhão, 1985), não foi descrita em pormenor.

Fa — constituída, em parte, por grandes blocos, lages de abatimento do tecto e plaquetas, envolvidas por matriz areno-silto-argilosa de cor avermelhada.

Fb — onde predominam elementos finos com poucos fragmentos de calcário, às vezes muito coróidos, e pequenos seixos de quartzito. Na base, alguns fragmentos de calcário estão bastante arredondados.

Fc — formada por blocos e plaquetas, alguns de grandes dimensões, envolvidos por matriz castanho-avermelhada areno-silto-argilosa.

G — camada estalagmítica — descontínua na área escavada; é, às vezes, muito fina, correspondendo a um conjunto de crostas que se fragmentam com facilidade, passando, em alguns pontos, a manto mais coerente.

H — de blocos e placas, alguns com grandes dimensões, envolvidos por matriz muito fina.

I — nesta camada os blocos são mais raros, de menores dimensões e têm os cantos mais arredondados do que na camada H, estando envolvidos por matriz mais silto-argilosa.

J — contendo fragmentos de calcário com angulosidade de arestas semelhante à da camada anterior, mas em maior quantidade, e alguns bastante volumosos.

K — observou-se redução significativa de fragmentos de calcários com pequenas dimensões: sedimentos finos constituem uma parte importante deste depósito.

Abaixo da sequência referida, identificaram-se mais seis camadas, L e Q, não descritas.

A cronoestratigrafia do enchimento, segundo Zilhão (1987; 1990) é a seguinte:

Holocénico — (camadas A/B/C;D;Ec).

Final do Würm («Würm IV») — representado pela camada Eb (0.60m), considerada posterior ao Solutrense (Zilhão, 1987) ou estritamente Magdalenense, contendo, na parte superior, materiais do Neolítico antigo (Zilhão, 1990). O nível superior foi datado de  $10\ 700 \pm 380$  BP (ICEN-72), e o da base em  $14\ 500 \pm 890$  BP (ICEN-70).

O topo, ravinado, da camada Fa ofereceu a data de  $15\ 170 \pm 740$  BP (ICEN-69), limitada por excesso a idade da crosta estalagmítica; a base da camada Eb data, por defeito, a referida crosta.

A sequência que é atribuída ao «Würm III», com 2.5m de potência, é constituída pelas camadas Fa, Fb, Fc, N, I, Ja, Jb e K, com datas entre  $15\ 170 \pm 740$  BP (ICEN-69) e  $27\ 600 \pm 600$  BP (OXA-1941); corresponderia globalmente a clima frio e húmido. É destas camadas que provém, quase exclusivamente, a fauna de macromamíferos, bem como as peças estudadas neste trabalho (Zilhão, 1988a).

A sequência mais antiga, anterior a  $27\ 600 \pm 600$  BP, encontra-se representada pelas camadas L a Q, com cerca de 1.2m de potência; continha escassa fauna, avultando os restos de hiena. Não foi datada pelo radiocarbono.

*Descrição das peças:*

- C.1. Fragmento, contendo os volumes mesial e proximal de zagaia. Foi talhada num osso indeterminado, oferece forma elíptica alongada e secção oval. Mede 59.0mm de comprimento e 12.5mm de largura máxima (volume mesial).
- C.2. Fragmento, contendo o volume distal de zagaia. Foi talhada num osso indeterminado, oferece forma subcónica alongada e secção subcircular. Mede 52.0mm de comprimento e 11.5mm de largura máxima.
- C.3. Fragmento, contendo o volume distal de zagaia. Foi talhada num osso indeterminado, oferece forma subcónica alongada e secção subcircular. Mede 43.0mm de comprimento e 9.5mm de largura máxima. Mostra finas estrias longitudinais devidas ao seu afeiçoamento.

### 2.3. GRUTA DA CASA DA MOURA (PENICHE)

#### *Localização:*

Cavidade aberta nos calcários do Jurássico, no planalto de Casareda e a cerca de 1.5Km a sudeste de Serra d'El Rei. Coordenadas: 39° 17' 50" lat. N; 9° 15' 15" long. W de Greenwich.

#### *Geologia, estratigrafia, datas 14C:*

As escavações, realizadas por Nery Delgado (1867), foram descritas na primeira monografia publicada em Portugal acerca de uma jazida plistocénica. Com a transferência, em 1868, das colecções da Comissão Geológica para a Escola Politécnica, os materiais ficaram inacessíveis a Delgado. Uma parte terá voltado, ulteriormente, aos Serviços Geológicos, enquanto outra foi destruída pelo fogo que atingiu, em 1978, a Faculdade de Ciências. Na altura da revisão de E. Harlé (1910-11), nem essa parte estava ainda disponível para estudo, tendo sido, entretanto, realizadas novas explorações, das quais não há notícia escrita.

A maioria dos restos paleontológicos atribuíveis ao Plistocénico e conservados no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal, resultaram desta última exploração. Dos mais abundantes, pertencentes a *Canis lupus* (o local funcionou como refúgio desta espécie, no decurso do Würm recente), nenhum se identifica com os figurados por N. Delgado. A cavidade tem entrada em poço, de pequena altura, que comunica com uma sala ampla (a «sala principal» de Nery Delgado), a qual se encontra separada de outra, contígua, por massa rochosa correspondendo a uma passagem íngreme e baixa; a outra sala, idêntica à primeira, prolonga-se por uma galeria estreita, terminando num poço vertical. Delgado reconheceu duas unidades principais: uma, mais recente, anegrada e incoerente, com abundantes restos humanos e indústrias, líticas e ósseas, do Neolítico e Calcolítico; outra, plistocénica. Na mais moderna foram reconhecidos os materiais atribuídos ao Magdalenense (Breuil, 1918; Roche, 1951) e ao Solutrense, admitindo-se a existência de dois níveis paleolíticos (França, Roche e Ferreira, 1961; Roche, 1964, 17).

Estes materiais paleolíticos provêm de um depósito inferior, plistocénico, reconhecido por Delgado (1867), com cimento carbonatado e cor avermelhada, tendo sofrido intervenção humana. Tal facto seria evidenciado por calhaus, areias, ossos e carvões, que não existem no exterior. O carvão, atribuiu-o a lareiras. A abundância de ossos de coelho e aves foi explicada supondo-os restos de alimentação. Assim, Delgado (1867,39) admite que a formação do depósito inferior, assente num manto estalagmítico, foi contemporânea da utilização da gruta como «uma estação de caçadores, que com toda a probabilidade só era ocupada temporariamente, e era abandonada logo depois de terem terminado as refeições». Da descrição do mesmo autor pode concluir-se que os restos de macromamíferos em alguns pontos eram tão abundantes, e o cimento que os ligava tão rijo, que pareciam formar uma brecha ósea. Os leitos carbonosos diminuíam para a parte inferior do depósito, bem como a abundância dos restos faunísticos. Pode, pois, concluir-se pela existência de ocupação(ões) humana(s) paleolítica(s), correspondente(s), ao menos, à formação da parte superior do depósito plistocénico.

Inferiormente ao leito principal de carvão, observou aquele arqueólogo pioneiro, um nível lenticular de areia solta, com extensão de cerca de 1.0m e 0.2m de espessura. Este aumentava à medida que se aproximava a entrada da gruta, ao contrário do que se verificava com o depósito superior. A maior parte dos ossos de macrovertebrados apareceu numa anfractuosidade da parede, «misturados como nos outros pontos do depósito inferior, com grande porção de ossos de coelho e de aves» (Delgado, 1867, 29).

Os trabalhos de Delgado consistiram na abertura de uma vala, na sala principal, de orientação N-S, em toda a largura. A espessura dos dois depósitos detectados variava entre 2 e 4m, até uma espessa camada estalagmítica que aquele autor admitiu assentar sobre calcários jurássicos, e que não chegou a atravessar totalmente, tendo, porém, cortado leitos arenosos, interestratificados, estéreis.

A espessura do depósito plistocénico não ultrapassaria 1m no lado sul, aumentando para os lados norte e oriental.

Observámos em 1987 (J.L.C.) vestígios destes trabalhos, e confirmámos a natureza do depósito inferior. Nesse mesmo ano, realizou-se nova intervenção na primeira sala perto da entrada, conduzida

com dois objectivos principais (Straus *et al.*, 1988,68):

«1 — determine if any Upper Palaeolithic deposits were left in Casa da Moura;

2 — document and date the cultural-stratigraphic sequence».

Sob a camada estalagmítica, encontraram uma sucessão de areias estéreis, mais ou menos concrecionadas, amarelas ou avermelhadas. Tal situação indicava que Delgado tinha removido todo o enchimento plistocénico com interesse paleontológico e arqueológico, penetrando, ainda, no manto estalagmítico, facto que confirmava as nossas observações. Apenas uma área de 2.75m<sup>2</sup>, tinha interesse, na extremidade ocidental, onde foi confirmada a descrição de Delgado (1867):

C.1a — depósito húmico, antropogénico, castanho-anegrado. Restos humanos e fragmentos de cerâmica frequentes; escassos restos faunísticos (0.10-0.35m);

C.1b — areias siltosas compactas, castanho claras, com fragmentos de estalagmites. Escassos restos humanos e cerâmicos, talvez originários do nível superior, visto concentrarem-se junto do contacto, nem sempre nítido; restos abundantes (particularmente numerosos os roedores e lagomorfos), incluindo lobo (na base) e artefactos líticos escassos e atípicos (0.40-0.50m);

Na base de C.1b, ocorrem areias avermelhadas no contacto com o manto estalagmítico; sobem até atingir o limite da sala, sugerindo a hipótese de, no Paleolítico superior, a entrada poder ser horizontal, situando-se deste lado da sala; porém, tanto no Solutrense como depois, a entrada da gruta deveria corresponder à actual.

A ocupação humana do Paleolítico superior, sempre esporádica, encontra-se documentada por partículas ou leitos carbonos, sobretudo na parte superior do depósito plistocénico.

A frequência da gruta por pequenos grupos humanos alternaria com a de lobos, ou de outros carnívoros, estes em muito menor número. Uma mandíbula de lobo recolhida na base da C.1b (correlacionada com o depósito inferior de Delgado), foi datada pelo radiocarbono: (TO-1102) 25090 ± 220 BP. Indica a idade da base do depósito, anterior às primeiras indústrias solutrenses, correlacionáveis com as ocupações correspondentes à parte superior. É a estas indústrias que, segundo Zilhão (1987), se deverão reportar os artefactos líticos mais característicos. Porém, tal não significa, em nosso entender, que a presença magdalenense possa ser liminarmente excluída, como defende o autor citado. Algumas peças líticas parecem dar razão a H. Breuil e J. Roche (1979,753), arqueólogos bem familiarizados com a tipologia destas indústrias. Todavia os materiais ósseos a seguir descritos não são determinantes para o esclarecimento deste questão.

#### *Descrição das peças:*

C.M.1. Fragmento, contendo o volume proximal, de uma zagaia. Foi talhada em haste de cervídeo, oferece secção oval, mais acusada perto da extremidade proximal. As superfícies, de cor bege, oferecem estrias longitudinais, devidas ao polimento a que foram submetidas, assim como concreções calcárias de cor castanha e zonas com dissolução da matéria óssea.

Mede 82.0mm de comprimento, 16.0mm na sua maior largura e 12.0mm de espessura máxima.

Provém, tal como as peças a seguir descritas, da campanha de escavações efectuadas, em 1863, por N. Delgado (1867) e pertence à colecção dos S.G.P.

C.M.2. Fragmento, contendo parte do volume proximal, de zagaia. Foi talhada num osso longo indeterminado, oferecendo forma biselada com secção plano-convexa. As superfícies, de cor bege, mostram características estrias longitudinais, observando-se na face plana uma série de incisões oblíquas, paralelas entre si.

Mede 44.0mm de comprimento, 9.5mm na sua maior largura e 6.0mm de espessura máxima.

Uma etiqueta, colada em uma das faces, tem escrito «f=1.60m».

C.M.3. Fragmento, contendo o volume distal, de zagaia. Foi talhada num osso indeterminado, oferecendo forma cónica, alongada, com secção oval a circular. As superfícies, de cor bege a castanha clara, mostram finíssimas estrias longitudinais convergindo no vértice da peça. Oferece ligeiro arqueamento.

Mede 54.0mm de comprimento, 10.0mm na sua maior largura e 9.0mm de espessura máxima.

C.M.4. Fragmento, contendo o volume distal de agulha ou zagaia. Foi talhada num osso indeterminado, oferecendo forma cónica muito alongada, com secção oval a circular. As superfícies, de cor bege, mostram finíssimas

- estrias longitudinais. Mede 28.0mm de comprimento, 4.0mm na sua maior largura e 3.0mm de espessura máxima.
- C.M.5. Zagaia, talhada num osso longo, muito provavelmente um metápodo de cervídeo. Oferece secção oval na extremidade distal, onde termina numa ponta romba, e secção trapezoidal nos volumes mesial e proximal. Neste último mostra característico talhe em bisel, com a extremidade assimétrica. Na secção mesial reconhece-se a canelura correspondente ao relevo da superfície posterior da peça óssea. As superfícies, de cor bege, apresentam finas estrias longitudinais, devido ao polimento a que foram sujeitas, assim como concreções calcárias de cores castanha e cinzenta. A área cortada, de modo a formar bisel, mostra abundantes estrias, sub-paralelas, oblíquas ao eixo da peça. Mede 145.0mm de comprimento, 14.0mm na sua maior largura e 10.0mm de espessura máxima (volume mesial).
- C.M.6. Zagaia, talhada num osso longo indeterminado. Oferece secção oval no volume distal e na extremidade proximal, e secção sub-trapezoidal no volume mesial e em parte do proximal. A extremidade distal termina numa ponta romba e a oposta é apenas ligeiramente biselada. O volume proximal da peça, embora polido, mostra superfície irregular, destacando-se uma crista lateral (osso peniano?). As superfícies, de cor bege, apresentam finas estrias longitudinais, assim como concreções calcárias de cor castanha. Em uma das faces dos volumes mesial e distal observam-se incisões sub-paralelas, perpendiculares ao eixo da peça. Mede 90.0mm de comprimento, 11.0mm na sua maior largura e 7.0mm de espessura máxima (volume proximal).
- C.M.7. Fragmento, contendo o volume distal, de zagaia. Foi talhada num osso longo indeterminado, oferecendo forma cónica, muito achatada, com secção oval alongada. As superfícies, de cor bege, com concreções calcárias de cor creme, mostram finíssimas estrias longitudinais. Mede 53.0mm de comprimento, 9.0mm na sua maior largura e 6.0mm de espessura máxima.
- C.M.8. Fragmento, contendo parte do volume mesial e o volume proximal, de zagaia. Foi talhada num osso longo indeterminado e oferece forma cónica, muito achatada, com secção oval alongada. As superfícies muito alteradas, de cor castanha, mostram incisões sub-paralelas, perpendiculares ao eixo da peça. A extremidade proximal é assimétrica, notando-se entalhes sub-paralelos que se prolongam em incisões sobre ambas faces. Mede 78.0mm de comprimento, 19.0mm na sua maior largura e 5.0mm de espessura máxima (volume mesial). Pode pertencer à peça, cuja porção distal descrevemos anteriormente.

#### 2.4. LAPA FURADA OU GRUTA DA MALGASTA (PENICHE)

##### *Localização:*

No planalto de Cesareda, em calcários do Jurássico. Coordenadas: 39° 18' 34" lat. N; 9° 16' 10" long. W Greenwich (Lapa Furada) ou 39° 19' 8" lat. N; 9° 15' 8" long. W Greenwich (Gruta da Malgasta).

##### *Geologia, estratigrafia, datas 14C:*

O espólio, conservado no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal, pode provir de qualquer das duas cavidades assinaladas, exploradas em 1865 por Nery Delgado, segundo consta em uma das peças (etiqueta com a data de 10-8-65).

Os materiais disponíveis, recentemente estudados (Carreira e Cardoso, 1994), indicam ocupação do Neolítico final-Calcolítico inicial e outra da Idade do Bronze. O fragmento de zagaia agora publicado é a única peça susceptível de ser atribuída ao Paleolítico superior. Desconhecem-se datas de 14C.

##### *Descrição da peça:*

- M.1. Fragmento, contendo o volume mesial de zagaia. Foi talhado num osso indeterminado e oferece forma subcilíndrica alongada, com secção plano-convexa. Mede 49.0mm de comprimento, 11.0mm de largura máxima e 8.0mm de espessura. A superfície aplanada oferece algumas estrias resultantes do seu afeiçoamento.

## 2.5. LAPA DO SUÃO (BOMBARRAL)

*Localização:*

Na encosta poente de Vale Roto, a 500m sudoeste da povoação de Columbeira e a cerca de 100m de altitude. Coordenadas: 39° 18' 42" lat. N; 9° 12' 28" long. W de Greenwich.

*Geologia, estratigrafia, datas 14C:*

Pertence a complexo sistema cársico que se desenvolve em calcários do Jurássico. É essencialmente formada por uma sala e um corredor longo que lhe dá acesso.

Os primeiros trabalhos arqueológicos devem-se a Santos Rocha (1904; 1904a) que escavou, sobretudo, a zona da estrada e exumou materiais neolíticos e calcolíticos.

Novas escavações, primeiro conduzidas por equipa local (Furtado, Maurício, Côrtes e Monteiro, 1969) e depois, sob a direcção de J. Roche (1979, 755-757; 1982), evidenciaram, segundo este último, a seguinte sequência estratigráfica:

N1 — terras de cor negra, remexidas com 0.30m a 0.50m de espessura.

N2 — terras de cor cinzenta, com pequenos blocos de calcário alterado e 0.20m de espessura.

N3 — terras de cor cinzenta, com blocos de calcário não alterados, separado, em alguns locais, do nível anterior por crosta calcária, medindo de 0.10m a 0.40m de espessura. Ofereceu indústria microlítica classificável no Epipaleolítico.

N4 — constituído por blocos de calcário, média 0.20m de espessura média.

N5a — terras argilo-arenosas, de cor avermelhada, embalando pequenos blocos de calcário não alterado e com 0.15m a 0.50m de espessura.

N5b — nível, não contínuo, constituído por blocos de calcário de pequenas dimensões e com 0.10m de potência. Continha, tal como o anterior, indústrias classificáveis nos finais do Paleolítico superior.

N6a — terras argilo-arenosas, embalando blocos de calcário, não alterado, e com 0.50m de espessura média.

N6b — nível de pequenos blocos, muito descontínuo, com 0.05m de potência média, contendo restos de fauna, com característica cor escura devido à existência de manganés.

N7a — terras avermelhadas, com blocos de calcário não alterado e intercalações de cor castanha escura, medindo entre 0.10m e 0.50m de potência.

N7b — nível de blocos, descontínuo, alguns com grandes dimensões.

N8 — terras de cor cinzenta e castanha-avermelhada, muito coesas, contendo pequenos blocos de calcário alterado e com 0.10m a 0.15m de potência. Embalava peças líticas magdalenenses.

N9 — nível de blocos de grandes dimensões, a que corresponde um solo de habitat, com 0.05m e 0.40m de espessura, atribuído ao Magdalenense.

N10 — terras arenosas de cor amarelada, embalando pequenos blocos de calcário muito alterado, contendo um artefacto moustierense.

Os fragmentos de duas zagaia, que a seguir se descrevem, provêm do nível 9, onde surgiram restos de estruturas de combustão e uma possível sepultura. Esta entregou um dente incisivo e um primeiro molar, humanos, pertencentes a indivíduo de idade adulta, cerca de quarenta valvas perfuradas de *Littorina obtusata*, uma valva de *Cerastoderma edule*, outras de *Cypraea europaea* e uma de *Cassis undulata*, igualmente perfuradas, assim como três dentes de *Lynx pardina*, que também serviram como pendentes, e bolinhas de ocre vermelho (Roche, 1982, 19).

Segundo Roche (1982, 14, 16) a fauna de época paleolítica seria semelhante à de Casa da Moura (Harlé, 1909; 1910-11; Roche, 1972; 1977; 1979; Cardoso, 1993). São abundantes os ossos pertencentes a pequenos carnívoros e a roedores, estando ainda presentes aves de grande porte, cervídeos (*Cervus elaphus*, *Cervus sp.*), cabra (*Capra pyrenaica*), cavalo (*Equus caballus*), javali (*Sus scrofa*) e linco (*Lynx pardina*). Desconhecem-se datas de 14C.

*Descrição das peças:*

- L.S.1 Dois fragmentos da mesma zagaia, talhada em chifre de cervídeo, com secção subcircular e extremidade proximal em bisel simples. Em um dos lados mostra uma série de dez incisões muito finas, sub-paralelas e oblíquas em relação ao eixo da peça, e, na face oposta, quatro outras incisões semelhantes, com idêntica disposição.  
Mede 90.0mm de comprimento total e 10.0mm de diâmetro médio. Provêm do nível 9, "secção N1/17b", campanha de 1974.
- L.S.2 Fragmento de zagaia, com secção elíptica e extremidade proximal em bisel simples. Este oferece estrias muito finas devidas ao seu afeiçoamento.  
Mede 90.0mm de comprimento, 11.0mm de largura média e 8.0mm de espessura máxima. Provêm do nível 9, «secção N1/17a», campanha de 1977.

## 2.6. LAPA DA RAINHA (VIMEIRO)

*Localização:*

Na encosta esquerda do vale do rio Alcabrichel, fronteira à povoação de Maceira. Cavidade aberta nos calcários do Jurássico, formando escarpa na parte superior da encosta. Coordenadas: 30° 11' 0" lat. N; 9° 19' 22" long. W de Greenwich.

*Geologia, estratigrafia, datas 14C:*

Realizaram-se duas campanhas de escavações, em 1968 e 1969 (Almeida *et al.*, 1970). Conhecem-se outras grutas na região, algumas exploradas por Delgado, em 1879, cujo material, do holocénico, se conserva no Museu dos S.G.P. (Almeida *et al.*, 1970; Zbyszewski e Viana, 1949).

Trata-se de uma diaclase alargada, correspondendo a uma galeria cársica. A primitiva entrada, voltada para a oficina de engarrafamento das águas do Vimeiro, está obturada, tendo a entrada actual, do lado oposto, sido descoberta por um tiro de pedra.

Foi aberto um corte, perpendicular ao eixo da gruta, com 9m de comprimento, na zona mais afastada da primitiva entrada, que permitiu observar, na base, um nível de terraço fluvial de 30-40m de cota. Um corte longitudinal (Corte II) ofereceu sucessão estratigráfica, confirmada depois por decapagem horizontal. Foram, observadas, de cima para baixo, as seguintes camadas (Almeida *et al.*, 1970; Ferreira, 1975):

C.1 — terras superficiais ou misturadas (0.10m a 1.00m);

C.2 — terra cinzenta clara, muitas vezes concrecionada. Solo antigo da gruta, sobre o qual se depositaram finas partículas de calcário (0.05m ou 0.50m? As publicações citadas são díspares);

C.3 — terras castanhas argilo-arenosas. Restos humanos e de fauna na base, vestígios de «habitat» e indústrias paleolíticas (0.50m de potência máxima, terminando em bisel a 4.00m da entrada primitiva);

C.4 — leito de blocos caídos do tecto, formando depressão ou grande bolsada na região central da galeria. O homem paleolítico instalou-se sobre este leito com ocupação mais intensa no centro (0.25m);

C.5 — argilas arenosas, avermelhadas, tornando-se mais argilosas. Bolsadas de argila clara. Na base, terras arenosas. Não houve ocupação humana. Trata-se de um esconderijo de hiena, com fauna. Uma sondagem profunda na região central indica 1.80m de espessura (Ferreira, 1975, faz corresponder a esta camada a média de 0.25m);

C.6 — Vestígios de terraço fluvial (areias finas, calhaus rolados). Uma sondagem no centro da galeria indicou espessura entre 0.25m e 0.40m (Ferreira, 1975, indica que podia atingir 1.00m);

C.7 — substrato jurássico.

A estratigrafia revela dois episódios de ocupação: o mais antigo — C5 — corresponde ao aproveitamento da cavidade por hienas, como mostra o nível, ainda observável, de coprólitos. O segundo deve-se ao homem, tendo-se formado depósito antropogénico, com artefactos líticos e fauna (C.4). A C.3 revelou restos humanos, vestígios de «habitat», indústrias e fauna.

A ocupação humana teria sido passageira e foi atribuída ao «fim do Mustierense-princípios de

Aurinhacense» (Almeida *et al.*, 1970); Ferreira (1975) admite que «Pode ser datada do Paleolítico superior, provavelmente do Aurinhacense». Com efeito, os materiais então disponíveis, conquanto incluíssem uma raspadeira sobre lasca, uma lâmina retocada e uma valva de *Littorina obtusata* perfurada — eram inconclusivos quanto à cronologia. Voltou, mais tarde, a insistir-se no «tipo aurinhacense» destas indústrias (Zbyszewski *et al.*, 1980-81). A sondagem realizada em 1987, por Marks e Zilhão, «permitiu porém esclarecer, graças à descoberta de uma ponta de face plana absolutamente típica, que o referido nível arqueológico deve ser atribuído ao Solutrense» (Zilhão, 1987,41).

Efectuaram-se as duas seguintes datações radiocarbónicas de ossos (enviadas por J.L.C.):

ICEN-789 (CII-4) — 25 580 + 1820; - 1490 BP.

ICEN-790 (CII-5) — 20 300 ± 330 BP.

Destes valores, o primeiro é incompatível com o Solutrense, correspondendo o segundo ao seu início. A explicação da disparidade é problemática; CII-4 e CII-5 correspondem a amostras colhidas ao longo do Corte II, sem indicações mais pormenorizadas. A mais antiga corresponderá à ocupação da gruta pelas hienas; a mais recente é correlacionável com a ocupação humana. É a esta face que se referem as peças ósseas a seguir descritas, identificadas por um de nós (J.L.C.) no decurso da revisão das faunas de macromamíferos (Cardoso, 1993).

*Descrição das peças:*

L.R.1. Fragmento, contendo porção do volume mesial e a extremidade distal de zagaia. Foi talhada num osso indeterminado, oferece secção circular na extremidade distal e oval no volume mesial. As superfícies, de cor bege e bem polidas, mostram finíssimas estrias e fissuras longitudinais e, algumas, oblíquas. O topo da extremidade distal encontra-se fracturado, apresentando, no volume mesial, um estalamento que provocou a perda de parte deste.

Mede 80.0mm de comprimento, 13.0mm na sua maior largura e 7.0mm de espessura máxima (volume mesial).

Provém da campanha de escavações efectuadas em 1969 (Corte II, sec. 7 a 10) e pertence à colecção dos Serviços Geológicos de Portugal.

L.R.2. Fragmento, contendo porção do volume mesial e a extremidade distal de zagaia. Foi talhada num osso longo indeterminado, oferece secção circular na extremidade distal e sub-quadrangular no volume mesial. As superfícies, de cor bege e com manchas de cor negra, devido a depósitos de manganés, são bem polidas e mostram finíssimas estrias longitudinais.

O topo da extremidade distal encontra-se fracturado.

Mede 43.0mm de comprimento, 5.0mm na sua maior largura e 4.0mm de espessura máxima (volume mesial).

Provém do mesmo local que a peça descrita anteriormente.

L.R.3. Zagaia, de dupla ponta, talhada em osso não identificado. Mostra forma losangular, com duas extremidades apontadas, encontrando-se uma delas fracturada. Ambas superfícies, bem polidas, oferecem cor bege e concreções calcárias de cor castanha clara, uma delas mostrando finíssimas estrias longitudinais e a oposta apresenta uma sucessão de finas incisões paralelas, oblíquas ao eixo da peça.

Mede 66.0mm de comprimento, 10.0mm na sua maior largura e 4.0mm de espessura máxima (volume mesial).

## 2.7. GRUTA DAS SALEMAS (LOURES)

*Localização:*

Situa-se nos calcários apinhoados do Cretácico, na base de pequena cornija que domina, da encosta esquerda, o vale da ribeira de Loures. As coordenadas são: 38°52' 38" lat. N; 9° 11' 58" long. W de Greenwich.

*Geologia, estratigrafia, datas 14C:*

Trata-se de uma fissura irregular, resultante do alargamento de acidente tectónico, com o comprimento máximo de 30m e largura média de 1m.

A gruta foi totalmente escavada em duas campanhas, em Novembro de 1959 e de Outubro a Dezembro

de 1960, por J. Camarate França, O. da Veiga Ferreira e G. Zbyszewski.

Verificou-se que a parte inferior da fissura corresponde a uma fenda, em relação com o sistema cársico local, que facilitou a percolação dos depósitos mais antigos (do Paleolítico médio) até à colmatação da fissura.

No Paleolítico superior, tal fenómeno já não se verificaria, ou seria pouco importante.

A sucessão estratigráfica apenas estava bem conservada entre as secções 7 e 11; de cima para baixo foram observadas as seguintes camadas (Roche e Ferreira, 1970):

C.1 — terras negras, ricas de matéria orgânica, ravinando as camadas subjacentes. Abundantes materiais neolíticos (líticos, cerâmicos, ósseos) correspondentes à instalação de uma necrópole; a fauna compreende pequenos animais que frequentariam a gruta (1m de espessura);

C.2 — mistura de sedimentos neolíticos e paleolíticos. Foi possível observar, em secção, os enterramentos e encontrar ossos humanos «*in situ*» (0.10m a 1.50m de espessura);

C.3 — topo das camadas paleolíticas, ligeiramente remexidas (0.10m a 0.30m);

C.4 — terras cinzentas, pulverulentas, com carvões e pequenas pedras calcinadas. Nas secções 7-8-9 observaram-se blocos caídos do tecto. Nas secções 9-10-11 este nível está separado do anterior por um enrocamento contínuo de pequenos blocos, talvez a base da C.3. Recolheram-se abundantes materiais faunísticos e indústrias do Solutrense superior (0.10 a 0.40m de espessura);

C.5 — terras negras, pulverulentas, incluindo seislareiras sobre leitos de seixos calcinados ou fracturados pelo calor. Na lareira inferior, que abrange quase todo o comprimento da base da camada, foi recolhida a maioria da indústria lítica e óssea. A fauna é idêntica à da C.4; os artefactos líticos correspondem ao Solutrense superior (0.10 a 0.60m de espessura);

C.6 — terras cinzento-escuras com numerosos elementos angulosos, pequenos e médios. O deslizamento de sedimentos pela acção da gravidade para a fissura no substrato começa a tornar-se perceptível nas secções 8 e 9. Nas secções 7 e 8 havia duas lareiras sobre as quais foram dispostos pequenos blocos, parcialmente calcinados. Indústrias e fauna idênticas às anteriores (0.18 a 0.30m de espessura);

C.7 — terras amarelo-avermelhadas, contendo numerosos elementos pequenos e médios. O deslizamento dos sedimentos através das fissuras do substrato é nítido. A fauna é abundante, ao contrário da indústria, de tipo perigordense (0.10m a 0.35m de espessura);

C.8 — no interior das fissuras, observou-se mistura de «*terra rossa*» com terras argilosas castanhas. É provável que se trate de sedimentos de dois níveis diferentes. Abundante fauna. Recolheu-se um segundo molar decidua inferior de criança de 4 a 6 anos (Ferembach, 1962). A indústria, pouco típica, foi encontrada nos sectores da gruta onde houve remeximentos importantes, e atribuída, com reserva, ao Paleolítico médio.

A estratigrafia fina das secções a que se reporta este corte pode ser integrada no conjunto, mais geral, descrito por Roche *et al.* (1962), Zbyszewski (1963) e Ferreira (1964, 1966), retomado por Zbyszewski *et al.* (1980-81). Este conjunto é constituído por 4 níveis ou unidades fundamentais.

Nível 1 — terras cinzento-escuras, localmente negras. Neolítico (espessura entre 0.50m — secção 8 — e 1.00m — secção 10); correspondem à C1 e C2.

Nível 2 — terras cinzentas, menos escuras que as precedentes. Remeximentos neolíticos, que o interromperam em diversos locais: existe apenas nas secções 4-5, 7-8 e 10-11. Solutrense (espessura de 0.15 a 0.20m); correspondem à C3, C4, C5 e C6.

Nível 3 — terras amarelas, às vezes castanhas ou avermelhadas. Desenvolve-se da entrada da gruta à secção 18. Perigordense (espessura média de 0.25m, com máximo de 0.35m — secção 9 — e mínimo de 0.10m — secções 6 e 7); correspondem à C7.

Nível 4 — «*terra rossa*» com fauna de grande porte, tendo colmatado a base da fissura, cuja espessura não pôde ser determinada. Indústria pouco típica, provavelmente do Paleolítico médio. Corresponde à C8.

Durante o Neolítico, os homens escavaram as camadas paleolíticas para penetrar no interior da gruta, utilizada como necrópole (secções 1 a 8). O espólio desta última ocupação foi já estudado (Castro e Ferreira, 1972).

Foram obtidas datas pelo método do radiocarbono, com base em ossos de dois níveis (Antunes *et*

*al.*, 1989):

Do nível 4 — TV b (Tv= «terra vermelha da base»), Paleolítico médio: (ICEN-379) 24 820 ± 500 BP.

Esta data parece demasiado recente para o Mustierense, o que reforça as reservas acerca dos materiais líticos, que são atípicos.

A outra datação incidu sobre osso do nível VS (VS= «vermelho superior»: (ICEN-376) 20 250 ± 320 BP.

Esta data é compatível com o Solutrense. É comparável à obtida para Vale Almoíña, jazida atribuída ao Solutrense superior inicial: 20 380 ± 150 BP (Zilhão, 1984).

A camada em que jaziam os restos sujeitos a datação, na larga maioria de coelho, corresponde à atribuída ao Perigordense por Roche e Ferreira (1970); porém, Zilhão (1987), ao rever os materiais publicados, cita uma peça solutrense deste nível, o que está de acordo com a data agora obtida. Todos os níveis atribuídos ao Solutrense são acinzentados; só o nível dito perigordense é amarelo-avermelhado. Ostenta a sigla VS (=vermelho superior), que o diferencia do nível dito moustierense com a sigla TVb (=terras vermelhas de base). A atribuição ao Solutrense parece legítima, tendo em consideração os argumentos de Zilhão (1987) e a data. Compreendem-se, pois, com dificuldade, as reservas deste autor (Zilhão, 1990) quanto à atribuição desta data ao Solutrense (Antunes *et al.*, 1989). Desta forma, é ao Solutrense que se reportarão as peças adiante referidas.

*Descrição das peças:*

- S.1. Zagaia, com falta de porção do volume distal, talhada em osso peniano de *Ursus arctos* Lin. Oferece secção subcircular na extremidade distal conservada, secção sub-trapezoidal no volume mesial e oval na extremidade proximal. As superfícies, de cor bege, mostram intenso polimento, embora se reconheça a primitiva morfologia da peça óssea, sobretudo no volume proximal onde oferece duas zonas de inserção muscular. Toda a superfície da peça mostra extensas séries de pequenas incisões sub-paralelas, oblíquas ao seu eixo maior. Mede 179.5mm de comprimento, 13.0mm na sua maior largura e 10.0mm de espessura máxima (volume mesial). A extremidade conservada do volume distal mede, apenas, 5.5mm x 5.0mm. Uma etiqueta anexa diz «Salemas, Milieu de la grotte. 1960 — Perigordien. Sagaie biconique avec traits», e no verso «12 tv fig».
- S.2. Zagaia, com falta de porção do volume distal, talhada na diáfise de um osso longo indeterminado. Oferece secção oval, sendo mais larga no volume mesial. As superfícies, de cor bege, mostram intenso polimento e finas estrias longitudinais. Observam-se, na extremidade proximal, vestígios de roedelas de pequeno carnívoro e em uma das faces vê-se a superfície esponjosa característica do interior da peça óssea (canais de Avers). Mede 140.0mm de comprimento, 7.5mm na maior largura e 5.5mm de espessura máxima (volume mesial). A peça mostra duas marcas com as letras «TC» e uma etiqueta anexa diz «Solutréen Supérieur».
- S.3. Fragmento, contendo a extremidade do volume proximal de uma zagaia. Foi talhada num osso indeterminado, oferecendo contorno elíptico e secção plano-convexa ou em bisel. As superfícies, de cor bege e cinzenta, mostram finíssimas estrias longitudinais. Em ambos lados do bisel exibe pequenos entalhes. Mede 23.0mm de comprimento, 11.0mm na sua maior largura e 3.0mm de espessura máxima. Em uma das faces tem escrito «T.III T.V» e uma etiqueta que se encontra junto diz «Couche jaunâtre».
- S.4. Fragmento, contendo o volume distal (?) de zagaia. Foi talhada num osso indeterminado e oferece secção elíptica. As superfícies, de cor cinzenta, mostram manchas de óxido de manganés e finíssimas incisões sub-paralelas, oblíquas ao seu eixo maior. Mede 31.5mm de comprimento e 7.0mm x 5.0mm na extremidade proximal. Numa das faces observa-se marca «9TVa» e uma etiqueta anexa diz «Salemas. Milieu de la grotte 1960. Perigordien. Poinçon à base bisautée».
- S.5. Fragmento, contendo o volume mesial e a extremidade distal, de uma pequena zagaia. Foi talhada num osso indeterminado, oferecendo contorno elíptico e secção oval achatada. As superfícies de cor bege e castanha, com manchas negras de óxido de manganés, mostram finíssimas estrias longitudinais, acompanhando todo o comprimento da peça.

Mede 44.0mm de comprimento, 10.5mm na sua maior largura (volume mesial) e 4.0mm de espessura máxima. Em uma das faces tem escrito «A-6-T.V.» e uma etiqueta que se encontra junto diz «Salemas, milieu de la grotte-1960. Perigordien. Fragment de lissoir».

## 2.8. GRUTA DO ESCOURAL (MONTEMOR-O-NOVO)

### *Localização:*

A gruta do Escoural situa-se na herdade da Sala. Em 1963, um tiro de pedreira pôs a descoberto uma abertura, que comunicava com uma grande sala, aberta por erosão cársica em calcários cristalinos, de provável idade pré-câmbrica (Teixeira e Gonçalves, 1980). Coordenadas: 38° 32' 60" lat. N; 8° 8' 15" long. W de Greenwich.

### *Geologia, estratigrafia, datas 14C:*

As escavações na década de 1960, dirigidas por M. Farinha dos Santos, interessaram sobretudo a grande sala imediatamente a seguir à actual entrada, bem como algumas galerias que se desenvolvem além dela. Os resultados não foram publicados, pelo que se desconhece a posição dos achados e a estratigrafia. A gruta do Escoural notabilizou-se pela arte paleolítica (Santos, 1964; 1967; 1972; Glory, Vaultier e Santos, 1965; Santos, Gomes e Monteiro, 1980; Gomes, 1983) sendo a única gruta-santuário, com manifestações de arte parietal (pinturas e gravuras), datada do Solutrense ao Magdalenense final existente em Portugal.

Ulteriormente, extensa necrópole neolítica ocupou a superfície dos depósitos plistocénicos (Santos, 1971).

A gruta-santuário não foi ocupada intensamente pelo homem no Paleolítico superior; os escassos artefactos nomeadamente uma «folha de salgueiro solutrense» e fragmentos de zagaias de osso (Gomes, Cardoso e Santos, 1990), demonstram a presença episódica e breve de pequenos grupos humanos. Esta frequência intermitente está de acordo com a abundância de carnívoros, incompatível com a presença do homem.

Conservaram-se os cortes efectuados nos depósitos plistocénicos; num deles, situado em profunda galeria do lado esquerdo da sala principal — a Galeria 1 de 1963 (=G.6 de 1980, Silva *et al.*, 1991) — é visível um nível de coprólitos de hiena, atestando a intensa frequência da cavidade por aquele carnívoro.

Iniciaram-se recentemente novas escavações, além da revisão dos materiais dos trabalhos da década de 1960 (Cardoso, 1990; Gomes, Cardoso e Santos, 1990). Em 1989 realizaram-se três pequenas sondagens; a primeira, na sala principal, próximo do acesso às galerias 1 e 2 e quase sob a entrada actual, aproveitando parte de um corte anterior (Silva *et al.*, 1991).

A sucessão estratigráfica, com cerca de 2.0m de potência, está representada num corte, mas falta a respectiva descrição. Foram atravessadas três crostas estalagmíticas, a mais recente prosterior à necrópole neolítica visto fossilizar artefactos dessa época.

As duas crostas subjacentes ofereceram as seguintes datações radiocarbónicas:

(MBN-406)  $19\ 300 \pm 115$  BP e (MBN-407)  $15\ 250 \pm 95$  BP.

A data mais antiga corresponde à crosta que se situa em posição estratigráfica mais elevada; mas a possibilidade de inversão estratigráfica posta pelos autores é questionável. A dinâmica de sedimentação da área próxima de entrada, onde camadas se teriam depositado rapidamente com forte pendor para o interior da sala, em nada autoriza tal hipótese. Seja como for, estes resultados, embora pouco fiáveis, permitem situar cronologicamente a formação do enchimento plistocénico no Solutrense, em relação com uma possível entrada próxima da actual, a qual teria sofrido obturação ulterior ao Neolítico.

A sondagem 2 mostrou-se pouco interessante e a 3, de pequenas dimensões, como as outras, atingiu 1.50m de profundidade: entregou fauna, associada a artefactos líticos, de quartzo, atribuíveis ao Paleolítico médio. Os numerosos restos ósseos e materiais líticos distribuíam-se «Aleatoriamente por todo o pre-

enchimento, à excepção de um pequeno nível muito compacto situado entre 1.00m e 1.10m, onde se parece verificar uma maior concentração» (Silva *et al.*, 1991, 76) Tal como na sondagem 1, o corte é publicado sem descrição das camadas, pelo que desconhecemos a evolução do enchimento.

Como conclusão dos trabalhos de 1989 pode admitir-se, no interior da gruta, sedimentação em várias épocas e locais. Assim, enquanto que os depósitos acumulados perto de uma possível entrada, não longe da actual, se formaram no final do Würm, sendo talvez contemporâneos dos artefactos solutrenses, e identificados (Gomes, Cardoso e Santos, 1990) no intrincado sistema de galerias, no interior do maciço ter-se-iam depositado sedimentos em épocas anteriores, em relação com entrada (ou entradas) actualmente obturada(s); a tipologia dos materiais líticos aponta para o Paleolítico médio.

Entre as escassas colheitas desta última intervenção, no Museu Nacional de Arqueologia, avulta um astrágalo de urso.

Existem, pois, materiais paleontológicos de várias épocas. Uns são seguramente do Paleolítico médio, incluindo abundante representação de rinoceronte (Cardoso, 1990, 1993). Outros, talvez tardios, são contemporâneos da ocupação da gruta por carnívoros de médio e grande porte, concentrando-se os seus restos e os das suas presas na zona da actual entrada. Ali se observaram as maiores concentrações de indícios da actividade de hienas (nível de coprólitos), incompatíveis com ocupação humana; as datas pelo radiocarbono parecem corresponder a este período.

A atribuição ao Plistocénico destes materiais, tanto aqueles cuja posição estratigráfica é conhecida como os das antigas escavações, é, às vezes problemática, por nem sempre ser fácil distingui-los dos holocénicos, provavelmente neolíticos. Fundamentam a distinção, sobretudo, a diferente mineralização e coloração superficial (presença de manchas manganésíferas), bem como as indicações de profundidade de recolha, nas salas e galerias exploradas entre 1963 e 1968.

Os dois fragmentos de zagaia foram objecto de estudo anterior (Gomes, Cardoso e Santos, 1990), tendo então sido atribuídas ao Solutrense ou já ao Magdalenense. Ao Solutrense reportar-se-á não só o único artefacto lítico do Paleolítico superior tipologicamente definido, um fragmento de «folha de salgueiro», e talvez as restantes peças então dadas a conhecer: uma falange de *Cervus elaphus*, com duas perfurações subcirculares, na face anterior das extremidades da diáfise, um fragmento de tibia esquerda de *Equus caballus*, utilizado como bigorna ou suporte para tratamento e seccionamento de tecidos animais ou vegetais, e uma conta, fabricada a partir de valva de *Littorina obtusata*, encontrada no exterior da cavidade.

*Descrição das peças:*

- E.1 Fragmento, contendo porção do volume distal de zagaia. Foi talhada num osso longo indeterminado, oferece secção oval e as superfícies, de cor castanha acinzentada, mostram finíssimas estrias longitudinais. Mede 26.7mm de comprimento, 7.7mm na maior largura e 4.4mm de espessura máxima. Provém da escavação efectuada, em 1968, na sala B1 (talhão 7, nível 60/70cms). Pertence à colecção do Museu de Arqueologia de Montemor-o-Novo.
- E.2 Fragmento, contendo o volume distal e porção do mesial, de zagaia. Foi talhada num osso longo indeterminado, oferece secção oval na extremidade e côncava-convexa na parte mesial, onde mostra restos de uma ranhura central. As superfícies, bem polidas e de cor castanha acinzentada, exibem finíssimas estrias longitudinais e, tanto no topo como na metade média da face central, observam-se séries de curtos traços transversais paralelos. A extremidade distal tem ligeiro biselamento e nela detecta-se pequeno levantamento, por certo resultante da acção de um impacto. Mede 98.5mm de comprimento, 10.0mm na sua maior largura e 5.9mm de espessura média. Provém da escavação realizada na galeria 1, nível 230-240cm, e pertence à colecção do M.N.A.E.

### 3. CONTEXTO CULTURAL

Os arqueossítios mencionados no capítulo anterior, entregaram, entre outro material do Paleolítico superior, três zagaias completas (duas da Casa da Moura e uma da Buraca Grande), seis quase completas, das quais três provêm de gruta das Salemas, tendo oferecido a Buraca Grande, Gruta do Caldeirão e a Lapa da Rainha uma cada; doze fragmentos pertencem à extremidade proximal daquelas armas, nove contendo parte do volume distal de outras e existindo, ainda, três porções do volume mesial (duas da Buraca Grande e uma da Lapa Furada/Malgasta). Entre aqueles trinta e sete artefactos, inteiros ou fragmentados, treze pertencem à Buraca Grande, oito à Casa da Moura, cinco à Gruta das Salemas, tendo oferecido as restantes jazidas de uma a três daquelas armas de arremesso (quadro I).

Apesar da não muito grande extensão deste conjunto, ele apresenta não só objectos com dimensões variadas mas importantes diferenças formais, registadas, sobretudo, ao nível das extremidades proximais.

Encontram-se representadas em menor número as zagaias com base simples, com fuste de secção circular ou subcircular e bordos oblíquos, convergindo para a extremidade distal, bem mais apontada que a proximal. Esta mostra afeição simples. Em França obtiveram-se datações para níveis contendo este tipo de peças entre 35.000 e 15.000 BP ou seja durante todo o Paleolítico superior (Delporte *et al.*, 1988, 1). A zagaia de osso peniano de urso, de Salemas, integra-se nesta forma, de cronologia com tendência mais recuada, e foi atribuída por J. Roche ao Perigordense. Também em Potocka, na Eslovénia, existem zagaias que utilizam ossos de *Ursus spelaeus* (Delporte *et al.*, 1988, 12).

Cronologia semelhante à da peça das Salemas, poderá auferir a pequena zagaia fusiforme daquela mesma jazida, classificada até ao momento como um «lissoir». A sua procedência do nível de «terras vermelhas» atesta tal cronologia, aliás expressa na etiqueta que a acompanhava.

Uma pequena zagaia de Casa da Moura e outra da Gruta do Caldeirão, ambas espessas e curtas, pertencem, ainda, ao tipo de «base simples», mas, dado os contextos que integravam, são bem mais tardias.

As zagaias da Gruta do Caldeirão incluíam-se em níveis solutrenses e/ou magdalenenses, tendo entregue falanges de cervídeo perfuradas e, um deles, uma plaqueta de pedra gravada nas duas faces, porém de datação contraditória ou imprecisa (Zilhão, 1988; 1989; 1990).

Da Buraca Grande, Casa da Moura, Lapa do Suão e da Gruta das Salemas, provêm fragmentos contendo o volume proximal de zagaias, em bisel simples ou plano-convexo, por vezes assimétrico. Esta forma foi utilizada durante todo o Paleolítico superior, embora a maioria dos exemplares conhecidos tenha sido encontrado em jazigas magdalenenses. Em França são mais comuns no Sudoeste e na Península Ibérica surgiram com maior abundância na Região Cantábrica (Delporte *et al.*, 1988).

A peça de Casa da Moura oferece o bisel estriado por incisões oblíquas, como também acontece com uma da Buraca Grande e com 50% dos exemplares de Le Placard (Charente) que mostram a extremidade convexa.

Tanto o espólio de Casa da Moura como o Lapa do Suão apontam para cronologia magdalenense ou talvez ainda, em parte, solutrense, mas evoluída, na primeira jaziga, enquanto o nível que embalava a peça referida da gruta das Salemas e a da Buraca Grande são solutrenses.

Uma das zagaias completas de Casa da Moura, com 145.00mm de comprimento, exhibe extremidade distal de secção subcircular, a secção mesial côncava-convexa e a extremidade proximal, assimétrica, em duplo bisel. Esta forma está presente em toda a sequência do Paleolítico superior, sendo mais comum no Magdalenense médio e superior francês, onde atinge maior concentração nas jazigas do Sudoeste (Delporte *et al.*, 1988).

O seu índice de alongamento  $\left(\frac{\text{comp. total}}{\text{larg. máx.}} = 11.15\right)$  aproxima-se dos valores médios observados para

peças semelhantes de Isturitz (11.78), enquanto que o índice de achatamento  $\left(\frac{\text{larg. máx.}}{\text{esp. máx.}} = 1.30\right)$  é quase igual

ao observado nas zagaia de La Madeleine (1.28), que em Isturitz alcança números vizinhos de 1 e, portanto, correspondendo a secções circulares ou quadrangulares. Por outro lado, o índice de afeiçoamento proximal

$\left( \frac{\text{comp. do bisel}}{\text{comp. total}} = 0.27 \right)$  ronda os valores médios determinados para zagaia de Laugerie-Basse (0.24) e

encontra posição central entre as médias obtidas para La Madeleine (0.23) e Isturitz (0.31), estas últimas com índice elevado ou seja correspondendo a altura do bisel quase a 1/3 do comprimento total da peça. Neste exemplar de Casa da Moura a altura do bisel tem entre 1/3 e 1/4 do seu comprimento total.

Um outro fragmento da mesma jazida, contendo o volume proximal, oferece, de igual modo, a extremidade assimétrica em duplo bisel, com secção oval muito achatada. Um exemplar semelhante provém de Buraca Grande.

O fragmento de zagaia em haste de cervídeo, de Casa da Moura, contendo parte do volume mesial e o proximal, oferece, na extremidade deste, pequenos levantamentos irregulares, com o aspecto de degraus e próximo do tipo denominado «raccourcie». Tal técnica, possivelmente reflexo do seu encabamento, mostra-se abundante, em especial, em peças de pequenas dimensões e durante o Magdalenense superior, embora seja conhecida desde o Aurinhacense (La Ferrassie).

A zagaia, quase completa, do nível solutrense de Salemas, com fuste de bordos sub-paralelos, teria dupla ponta, permitindo não só perfurar a presa como a sua melhor fixação a um cabo ou propulsor. Este tipo de arma é mais comum no Solutrense e Magdalenense, tendo surgido em numerosas estações europeias, onde foi fabricado em haste de rena ou, mais raramente, em osso (Le Placard). É possível que o fragmento maior de zagaia, proveniente da Gruta do Escoural pertença a este mesmo tipo.

É de forma pouco frequente, a pequena zagaia de Lapa da Rainha, muito achatada e com uma face plana mostrando pequenos traços oblíquos incisivos, embora funcionalmente se possa integrar no tipo de dupla ponta. A sua atribuição, com os dois outros fragmentos de zagaia ali exumados, ao Solutrense, não levanta grandes problemas.

Por fim, o fragmento de zagaia proveniente da Gruta do Escoural, oferece uma ranhura lateral e longitudinal, aspecto que, sem poder ser considerado particular, é mais comum no Magdalenense, período onde também surgem peças de bordos paralelos e secção trapezoidal, ou sub-rectangular, como o exemplo referido.

Podem-se encontrar alguns paralelos morfológicos em zagaia de Forneau-du-Diable e de Laugerie-Basse (Dordonha), de Le Placard (Charente), ou do Abrigo Grande da Gruta Blanchard (Indre), com cronologia dos finais do Solutrense ou Magdalenense (Delporte *et al.*, 1988; Smith, 1960, 251, 261, 265).

Do nível IV, da Gruta de El Pendo, provém uma zagaia com base em bisel simples, contendo ranhura ao longo da superfície ventral, tal como outras com idênticas ranhuras longitudinais, por vezes com pequenas marcas transversais no volume distal, semelhantes à da Gruta do Escoural, com secção quadrangular, rectangular ou plano-convexa, mas tendo sido consideradas como características do Magdalenense III cantábrico (Echegaray *et al.*, 1980, 157-160, 185, 188, fig. 78-66).

Cronologia idêntica foi, ainda, atribuída por I. Barandiarán (1967, 292,293), a zagaia de base monobiselada, com secção quadrada e pequenas marcas na extremidade distal, exumada na Gruta de El Juyo. L. Pericot datou, no Magdalenense II de Parpalló (Valência), um nível contendo zagaia, com ranhura lateral ou ventral.

Poderão ser contemporâneas da zagaia da Gruta do Escoural a falange de veado (*Cervus elaphus*), contendo duas perfurações na face anterior e nas extremidades da diáfise, com paralelos em jazidas magdalenenses (El Pendo, Mas d'Azil) e algumas das pinturas e gravuras parietais ali detectadas (Echegaray *et al.*, 1980, 164, 165, 187, fig. 81-119; Gomes, Cardoso e Santos, 1990, 22, 23). Todavia, foi recolhida, na Lapa da Rainha, uma primeira falange de cervídeo, com perfuração distal, prolongando-se a sua ocorrência no pós-glaciário, conforme documentam exemplares dos concheiros de Moita do Sebastião e Cabeço da Amoreira, em Muge (Roche, 1951a, 147, 148, est. VI, nºs 21, 22; 1960, 81, fig. 23-7; Ferreira e Roche, 1980, 10, fig. 2-3).

Recordemos, no entanto, que o fragmento de «folha de salgueiro», descoberto na Gruta do Escoural

com retoques bifaciais finos, de forma alongada e simétrica, com bordos denticulados, integrável no sub-tipo L, da classificação de P. Smith (1966, 53), pode ser datado dos finais do Solutrense, suportando estreitos paralelos com peças do Sudoeste da França (Le Placard, Fourneau-du-Diable) e da Região Cantábrica da Península Ibérica (Altamira, La Pasiega).

#### 4. CONCLUSÕES

As trinta e sete zagaias agora estudadas constituem conjunto importante, por ser demonstrativo da sua presença na fachada atlântica da Península, apesar da escassez de materiais coevos, e por terem acompanhado, pese embora a problemática que envolve a sua datação, toda a evolução cultural do Paleolítico superior.

Poderão ser atribuídas ao Perigordense duas zagaias da Gruta das Salemas, enquanto que as restantes daquela mesma jazida foram datadas no Solutrense. A este período pertencerão as peças da Buraca Grande, por certo a uma fase avançada, e, possivelmente, as da Lapa da Rainha. As zagaias da Gruta do Caldeirão deverão ser, ainda, solutrenses, embora algumas possam pertencer ao Magdalenense, de acordo com as datações radiocarbónicas obtidas. O rico acervo de Casa da Moura e os exemplares da Lapa Furada/Malgasta, Lapa do Suão e Gruta do Escoural, poderão ser classificados, com reservas em alguns casos, como Magdalenenses. Atendendo à falta de contextos, que viabilizem a sua datação, tal dificuldade só poderá ser ultrapassada recorrendo à datação por radiocarbono por AMS, que pretendemos concretizar em algumas das peças logo que possível.

Em termos morfo-estilísticos as zagaias agora estudadas oferecem algumas variações, embora sejam mais comuns as de pequenas dimensões, com a extremidades distal de secção circular e a proximal plano-convexa, sendo algumas assimétricas.

Apenas uma peça da Buraca Grande, revela carácter mágico-artístico, devendo-se de interpretar os traços incisos que encontramos em outras como destinados a possibilitarem a sua melhor preensão.

	Conservação				Secção do Fuste						Forma da Base						
	Peças completas ou quase	Fragmentos com porção proximal	Fragmentos com porção mesial	Fragmentos com porção distal	Total	Circular	Oval	Oval achatada	Plano-convexa	Sub-retangular/Trapezoidal	Total	Base simples, arredondada	Base em bisel	Base em duplo bisel assimétrico	Base "Raccourcie"	Base apontada (bicónica)	Total
1. Buraca Grande (Pombal)	2	6	2	3	13	5	2	1	3	2	13	—	7	1	—	—	8
2. Gruta do Caldeirão (Tomar)	1	—	—	2	3	—	3	—	—	—	3	1	—	—	—	—	1
3. Casa da Moura (Peniche)	2	3	—	3	8	1	4	2	1	—	8	1	1	2	1	—	5
4. Lapa Furada/Malgasta (Peniche)	—	—	1	—	1	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—
5. Lapa do Suão (Bombarral)	—	2	—	—	2	1	1	—	—	—	2	—	2	—	—	—	2
6. Lapa da Rainha (Vimeiro)	1	—	—	2	3	1	1	—	1	—	3	—	—	—	—	1	1
7. Gruta das Salemas (Loures)	3	1	—	1	5	—	3	1	1	—	5	1	1	—	—	1	3
8. Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo)	—	—	—	2	2	—	1	—	—	1	2	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAIS</b>	<b>9</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>13</b>	<b>37</b>	<b>8</b>	<b>15</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>37</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>20</b>

QUADRO I

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, F. DE; SANTOS, M.F. DOS; ROCHE, J. e FERREIRA, O. DA V., 1970, Notícia preliminar sobre as escavações na Lapa da Rainha (Vimeiro), *Actas das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, vol. I, Lisboa, 271-279.
- ANTUNES, M.T.; CABRAL, J.M.P.; CARDOSO, J.L.; PAIS, J. e SOARES, A.M., 1989, Paleolítico médio e superior em Portugal: datas 14C, estado actual dos conhecimentos, síntese e discussão, *Ciências da Terra* 10, 127-138.
- AUBRY, T. e MOURA, H., 1993, Alguns dados recentes sobre as ocupações do Paleolítico da área de Redinha (Serra de Sicó, Portugal), *3ª Reunião do Quaternário Ibérico, Resumos das Comunicações*, Coimbra, 153.
- 1994, Paleolítico da Serra de Sicó, *TAE* 34, 43-60.
- BARANDIARAN, I., 1967, *El Paleomesolítico del Pirineo Occidental*, (Monografias Arqueológicas, nº 3), Zaragoza.
- BREUIL, H., 1918, Impressions de voyage paléolithique à Lisbonne, *Terra Portuguesa* Anno III (27, 28), 34-39.
- CARDOSO, J.L., 1990, Presença de Rinoceronte — *Dicerorhinus hemitoechus* (Falconer, 1878) na gruta do Escoural, *Almansor*, 8, 7-14.
- CARDOSO, J.L., 1993, *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico superior de Portugal*, (dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa), Oeiras.
- CARREIRA, J.R. e CARDOSO, J.L., 1994, Escavações de Nery Delgado no planalto da Cesareda, nas grutas da Lapa Furada e da Malgasta (Peniche): Estudo do espólio arqueológico, *Comunic. Serv. Geol. Portugal* 78 (2), 145-153.
- CASTRO, L. DE A. e FERREIRA, O. DA V., 1972, O nível neolítico da gruta das Salemas (Ponte de Lousa), *Arqueologia e História* 9ª série, IV, 399-414.
- DELGADO, J.F.N., 1867, *Estudos geológicos. Da existência do homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pela existência das cavernas. Primeiro opúsculo: Notícia Acerca das Grutas da Cesareda*, (Memórias da Comissão dos Serviços Geológicos de Portugal), Lisboa.
- 1884, La grotte de Furninha, à Peniche, *Actes du Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistorique*, Lisbonne, 207-278.
- DELPORTE, H., et al, 1988, *Fiches typologiques de l'industrie osseuse préhistorique. Cahier I, Sagaies*, Aix-en-Provence.
- ECHEGARAY, J.G., et al, 1980, *El yacimiento de la Cueva de «El Pendo», Excavaciones 1953-57*, (Bibliotheca Praehistorica Hispana, vol. XVII), Madrid.
- FERREIRA, O. DA V., 1964, Jazidas quaternárias com fauna de vertebrados encontradas em Portugal, *Arqueologia e História* 8ª série, XI, 39-53.
- 1966, Acerca dos primeiros restos de *Homo neanderthalensis* encontrados no Mustierense de Portugal, *Lucerna* V, 361-375.
- 1975, Os rinocerontes quaternários encontrados em Portugal, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal* 59, 15-25.
- FEREMBACH, D., 1962, La deuxième molaire déciduelle inférieure de la grotte de Salemas (Portugal), *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal* 46, 177-186.
- FERREIRA, O. DA V. e ROCHE, J., 1980, Os elementos de adorno do Paleolítico superior de Portugal, *Arqueologia* 2, 7-11.
- FRANÇA, J.C.; ROCHE, J. e FERREIRA, O. DA V., 1961, Sur l'existence probable d'un niveau solutréen dans les couches de la grotte de Casa da Moura (Cesareda), *Comunicações dos serviços Geológicos de Portugal* XLV, 365-370.
- FURTADO, A.; MAURÍCIO, A.S.; CÔRTEZ, V. e MONTEIRO, J.A., 1969, Lapa do Suão (Bombarral). *AP* série III, III, 63-70.
- GLORY, A.; VAULTIER, M. e SANTOS, M.F. DOS, 1965, La grotte ornée d'Escoural (Portugal), *Bulletin de la Société Préhistorique Française* LXII, 110-117.
- GOMES, M.V. 1983, A Gruta do Escoural, um santuário paleolítico, *História de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Publicações Alfa, 60-61.
- GOMES, M.V.; CARDOSO, J.L. e SANTOS, M.F. DOS, 1990, Artefactos do Paleolítico superior da Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo, Évora), *Almansor* 9, 15-36.

- HARLÉ, E., 1909, Faune de la grotte à hyènes de Furninha et d'autres grottes du Portugal, *Bulletin de la Société Géologique de France* 4e série IX, 85-99.
- 1910-11, Les mammifères et les oiseaux quaternaires connus jusqu'ici au Portugal, *Comunicações da Comissão do Serviço Geológico de Portugal* 8, 22-83.
- MOURA, M.H. e AUBRY, T., 1993, Paleolítico da Serra de Sicó, *1º Congresso de Arqueologia Peninsular, Livro-Guia, Resumos das Comunicações*, Porto, 70.
- PERICOT, L., 1942, *La Cueva del Parpalló (Gandía)*, Madrid.
- ROCHA, A. DOS S., 1904, As grutas de Columbeira, *Boletim da Sociedade de Arqueologia Santos Rocha* I, 118-122.
- 1907a, Novas explorações na gruta da Lapa do Suão, *Boletim da Sociedade de Arqueologia Santos Rocha* I, 150-153.
- ROCHE, J., 1951, Le niveau Paléolithique Supérieur de la Grotte de Casa de Moura (Cesareda), *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal* XXXII, 103-123.
- 1951a, *L'industrie préhistorique du Cabeço d'Amoreira (Muge)*, Porto.
- 1960, *Le gisement mésolithique de Moita do Sebastião (Muge — Portugal)*. *Archéologie*, Lisboa.
- 1964, Le Paléolithique supérieur portugais. Bilan de nos connaissances et problèmes, *Bulletin de la Société Préhistorique Française* XLI, 11-27.
- 1971, Le climat et les faunes du Paléolithique moyen et supérieur de la province d'Estremadura, *Actas do IIº Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I, Coimbra.
- 1972, Faunes du Pleistocène supérieur et final de l'Estremadura (Portugal), *Annales de Paléontologie (Vertébrés)* LVIII, 227-242.
- 1974, État actuel de nos connaissances sur le solutréen portugais, *Zephyrus* XXVI, 81-94.
- 1977, Quelques indications sur le milieu de la province d'Estremadura (Portugal) au Pléistocène final, *Approche Écologique de l'Homme Fossile. Deuxième partie: L'Homme et son environnement pendant la glaciation du Würm dans l'Ouest de l'Europe*, Paris, 121-122.
- 1979, Le Magdalénien portugais, *La Fin des Temps Glaciaires en Europe* II, Paris, 753-758.
- 1982, A gruta chamada Lapa do Suão (Bombarral), *Arqueologia* 5, 5-18.
- ROCHE, J. e FERREIRA, O. DA V., 1970, Stratigraphie et faunes des niveaux paléolithiques de la grotte de Salemas (Ponte de Lousa), *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal* LIV, 263-269.
- ROCHE, J.; FERREIRA, O. DA V. e FRANÇA, J.C., 1961, Sagaia à base pointue trouvée dans le niveau périgordien de la grotte de Salemas, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal* XLV, 207-209.
- ROCHE, J.; FRANÇA, J.C.; FERREIRA, O. DA V. e ZBYSZEWSKI, G., 1962, Le Paléolithique supérieur de la grotte de Salemas (Ponte de Lousa), *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal* XLVI, 187-207.
- SANTOS, M.F. DOS, 1961, Vestígios de pinturas rupestres descobertas na Gruta do Escoural, *AP 2ª Série*, V, 5-47.
- 1967, Novas gravuras rupestres descobertas na Gruta do Escoural, *RG LXXVII*, 18-34.
- 1971, Manifestações votivas da necrópole da gruta do Escoural, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I, Coimbra, 95-96.
- 1972, *Pré-História de Portugal*, Lisboa.
- SANTOS, M.F. DOS; GOMES, M.V. e CARDOSO, J.L., 1991, Dois artefactos de osso, pós-paleolíticos, da Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo, Évora), *Almansor* 9, 75-94.
- SANTOS, M.F. DOS; GOMES, M.V. e MONTEIRO, J.P., 1980, Descobertas de arte rupestre na Gruta do Escoural (Évora, Portugal), *Altamira Symposium*, Madrid, 205-242.
- SILVA, A.C., et al, 1991, A Gruta do Escoural: Novas perspectivas para o seu estudo e valorização, *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, 173-181.
- SMITH, P.E.L., 1966, *Le Solutréen en France*, (Publications de l'Institut de Préhistoire de l'Université de Bordeaux, mémoire n° 5), Bordeaux.
- STRAUSS, L.G.; ALTUNA, J.; JACKES, M. e KUNST, M., 1988, New excavations in Casa da Moura (Serra d'El Rei, Peniche) and at the Abrigos de Bocas (Rio Maior), Portugal, *Arqueologia* 18, 65-95.
- TEIXEIRA, C. e GONÇALVES, F., 1980, *Introdução à Geologia de Portugal*, Lisboa.
- ZBYSZEWSKI, G., 1963, Jazidas quaternárias de Salemas (Loures) e de Columbeira (Bombarral), *Boletim da*

- Academia das Ciências de Lisboa* Nova série, 35, 137-147.
- ZBYSZEWSKI, G.; LEITÃO, M.; PENALVA, C. e FERREIRA, O. DA V., 1980-81, Paleo-Anthropologie du Würm au Portugal, VI-VII, 7-23.
- ZBYSZEWSKI, G.; ROCHE, J.; FRANÇA, J.C. e FERREIRA, O. DA V., 1961, Note préliminaire sur les niveaux du Paléolithique supérieur de la grotte de Salemas (Ponte de Lousa), *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal* XLV, 197-206.
- ZBYSZEWSKI, G. e VIANA, A., 1949, Grutas da Maceira (Vimeiro). *TAE* XII, 114-125.
- ZILHÃO, J., 1984, O Solutrense superior de fácies cantábrico de Vale Almoinha (Cambelas, Torres Vedras), *AP* série IV, 2, 15-86.
- 1985, Néolithique ancien et Paléolithique supérieur de la Gruta do Caldeirão (Tomar, Portugal) — Fouilles 1979-1984, *Actas da 1ª Reunião do Quaternário Ibérico*, vol. 2, Lisboa, 135-146.
- 1987, *O Solutrense da Estremadura Portuguesa. Uma proposta de interpretação paleoantropológica*, (Trabalhos de Arqueologia, nº 4), Lisboa.
- 1988, Plaquette gravée du Solutrén supérieur de la Gruta do Caldeirão (Tomar, Portugal), *Bulletin de la Société Préhistorique Française* 85, 105-109.
- 1988a, Nouvelles datations absolues pour la préhistoire ancienne du Portugal, *Bulletin de la Société Préhistorique Française* 85, 247-250.
- 1989, L'art mobilier paléolithique au Portugal, *Almansor* 7, 29-36.
- 1990, Le Solutrén du Portugal: environnement, chronologie, industries, peuplement, origines, *Les Industries à Pointes Foliacées du Paléolithique Supérieur Européen*, (E.R.A.U.L., vol. 42), Krakow, 485-510.



Fig. 1 — Localização das Jazidas contendo zagaias paleolíticas. 1— Buraca Grande (Pombal); 2 — Gruta do Caldeirão (Tomar); 3 — Casa da Moura (Peniche); 4 — Lapa Furada/Malgasta (Peniche); 5 — Lapa do Suão (Bombaral); 6 — Lapa da Rainha (Vimeiro); 7 — Gruta das Salemas (Loures); 8 — Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo).

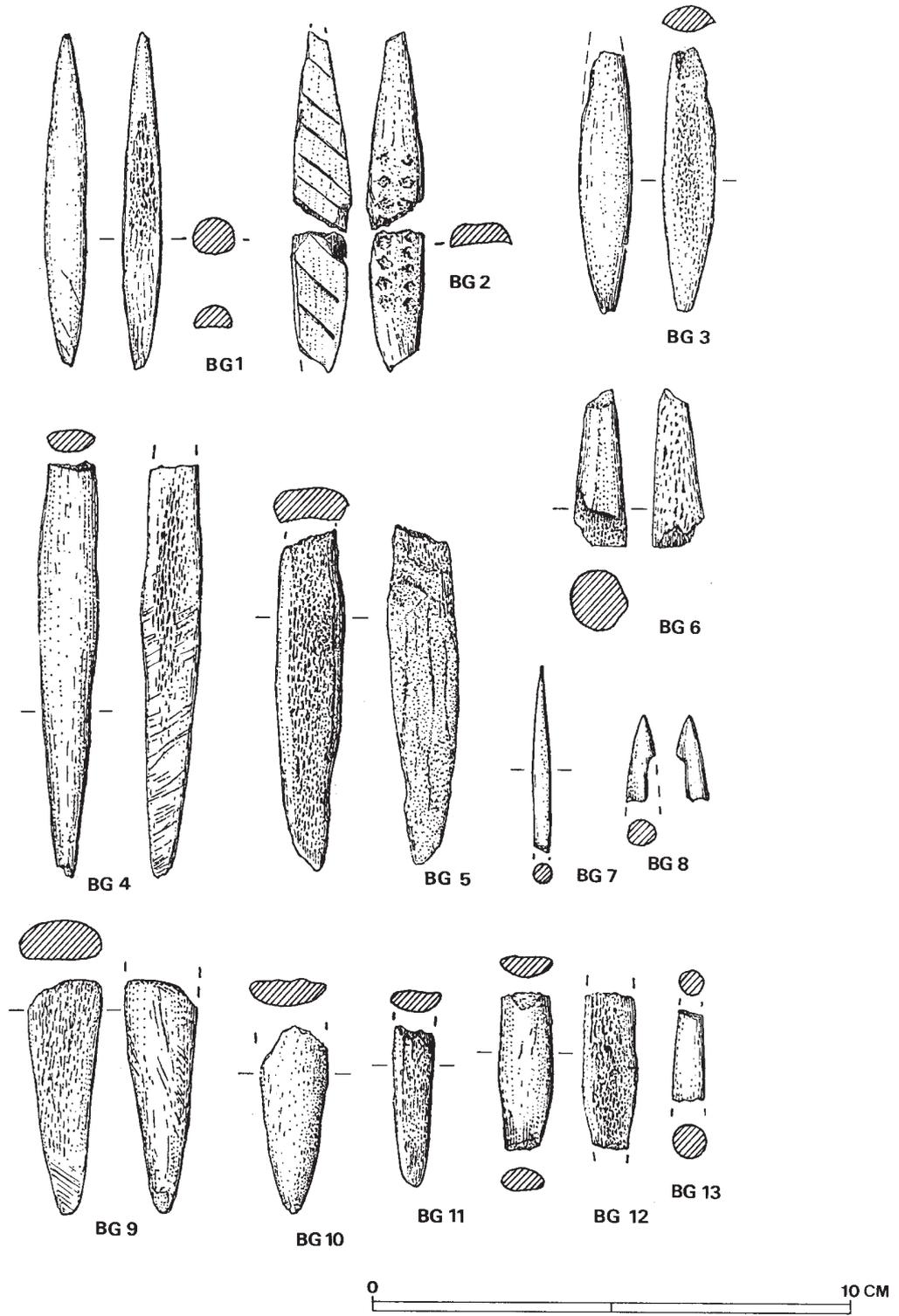


Fig. 2 — Zagaias e fragmentos de zagaias de Buraca Grande (Pombal) (seg. Aubry e Moura, 1994, 60).

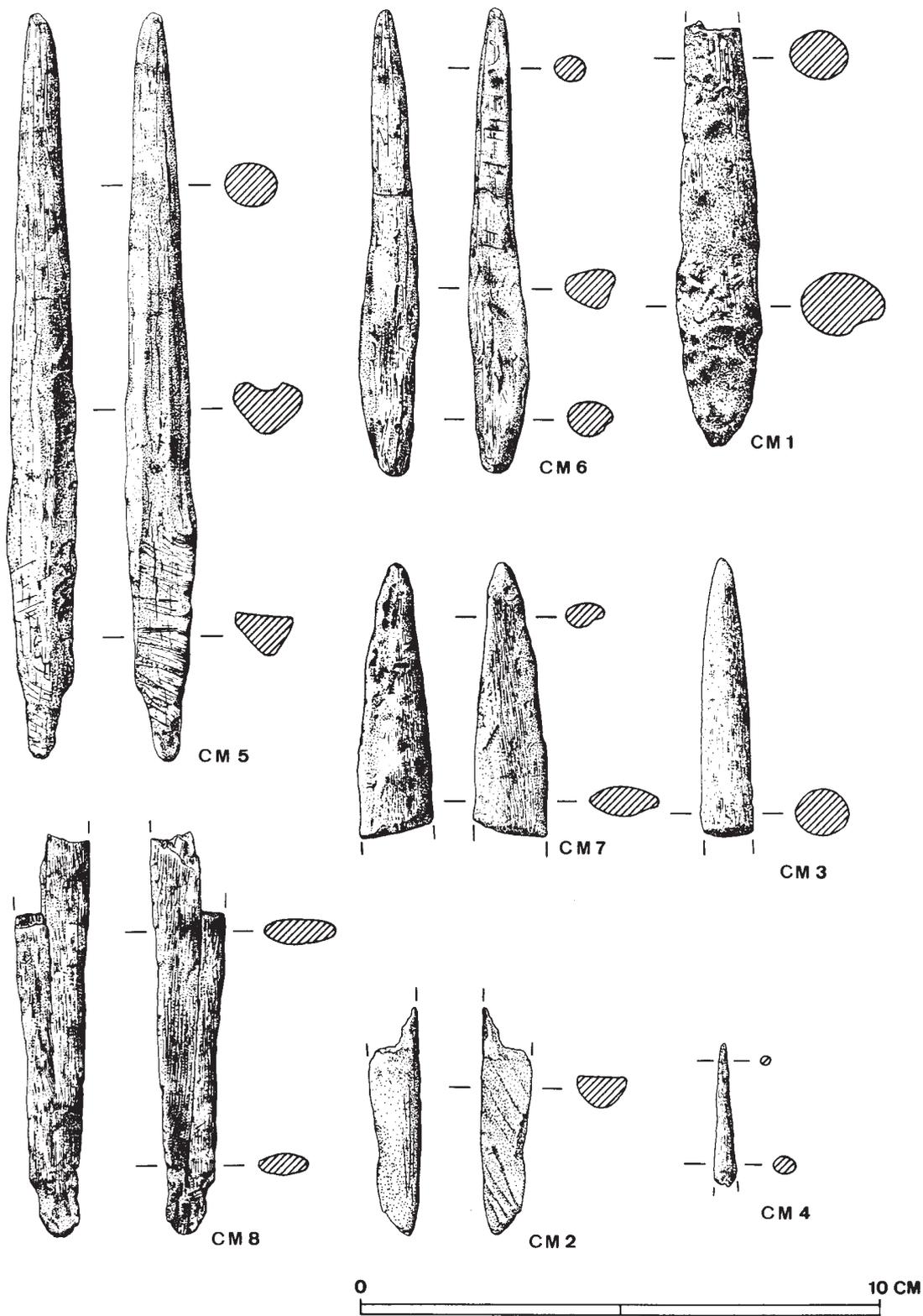


Fig. 3 — Zagaias e fragmentos de zagaias de Casa da Moura (Peniche).

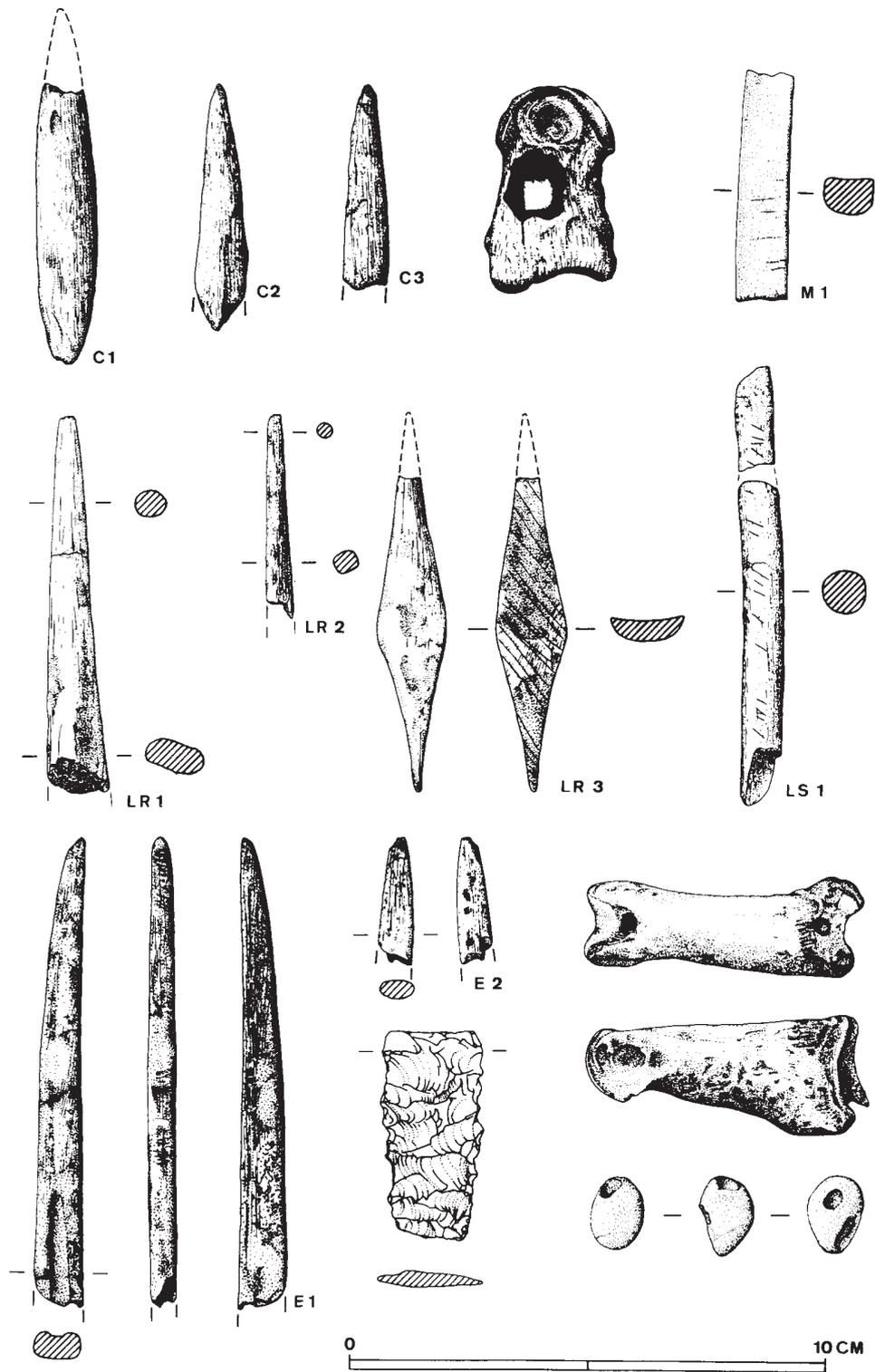


Fig. 4 — (C) Fragmentos de zagaias da Gruta do Caldeirão (Tomar) (seg. Zilhão, 1985); (M) fragmento de zagaia da Lapa Furada/Malgasta (Peniche); (LS) fragmento de zagaia de Lapa do Suão (Bombarral); (LR) zagaia e fragmentos de zagaias de Lapa da Rainha (Vimeiro); (E) fragmento de zagaias e de «folha de salgueiro», falange de *Cervus elaphus* perfurada e conta de *Littorina obtusata*, da Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo).

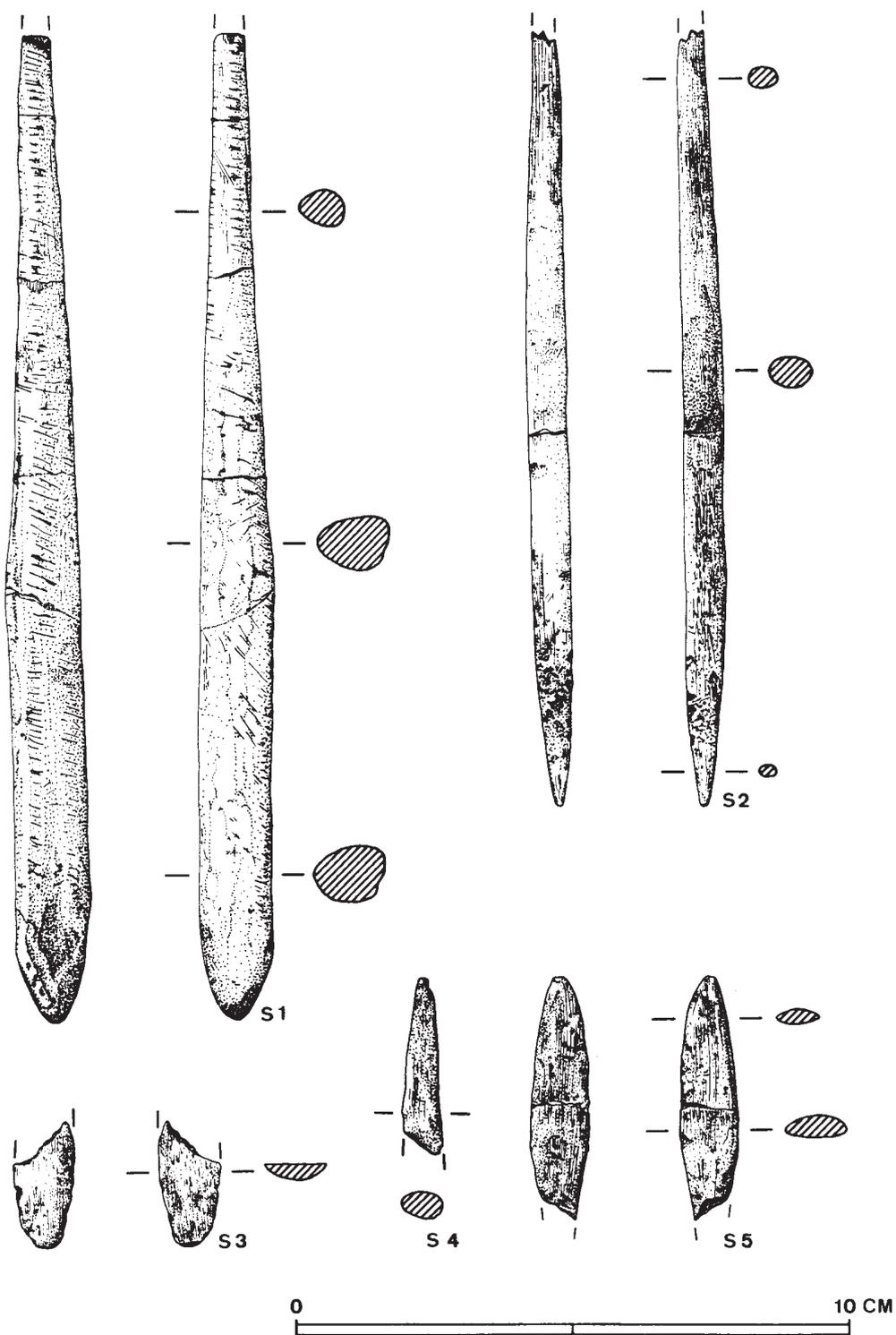


Fig. 5 — Zagaias e fragmentos de zagaias de Gruta das Salemas (Loures).



## NOMES DE MAGISTRADOS EM MOEDAS HISPÂNICAS

António Marques de Faria

### INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste num inventário, tão completo quanto possível, dos nomes de magistrados que figuram nas moedas cunhadas na Península Ibérica entre o século III a.C. e meados do século I d.C.

Evitaremos deliberadamente ao longo destas páginas o uso da expressão “magistrados monetários” aplicada aos indivíduos mencionados nas moedas, uma vez que os nomes nelas contidos designam tão-somente os detentores de cargos da administração hispano-romana a nível local, ou, mais raramente provincial, não sendo de admitir qualquer comparação entre estes e os *tresviri monetales* documentados em Roma até ao reinado de Augusto.

Embora haja quem defenda que a inclusão dos nomes de magistrados nas cunhagens locais decorreria das responsabilidades que estes assumiriam na produção monetária (CHAVES TRISTÁN, 1979, 38; CURCHIN, 1990, 62), parece-nos preferível pensar que um tal fenómeno resultaria da necessidade de ser oficialmente garantida a legitimidade do metal circulante, não devendo ser alheio a ele um desejo de autopropaganda por parte de muitos magistrados (BELTRÁN LLORIS, 1978, 177, 181).

Sem prejuízo destas tentativas de explicação, deve-se também ter em conta que a inscrição dos nomes dos detentores de magistraturas locais poderia ter servido unicamente para datar as emissões monetárias (HOWGEGO, 1993, 200). Na verdade, entre as emissões hispano-romanas batidas após a morte de César e portadoras de nomes de magistrados, devem atingir os dois terços as que atestam a utilização do ablativo, o que demonstra o intuito de atribuir aos numismas uma determinada cronologia. Isto não significa que o uso do nominativo, observável sobretudo nas cunhagens de *Nova Karthago* (exceptuando as que ostentam nomes de prefeitos) e na maioria das emissões tiberianas de *Caesaraugusta*, não tenha servido para datar as moedas que o documentam, embora neste caso seja mais fácil admitir qualquer das outras razões aventadas anteriormente.

De qualquer modo, quando a produção monetária dependia directamente de determinados magistrados, algumas cunhagens norte-africanas parecem demonstrar que tal situação era veiculada mediante a expressão *f(aciendum) c(urauit -uerunt)* (HOWGEGO, 1993, 200).

Importa, desde já, assinalar a nossa dívida para com alguns trabalhos consagrados parcial ou totalmente a este tema, consoante os objectivos dos respectivos autores.

Mais afastado no tempo, o artigo de BELTRÁN LLORIS (1978) integra uma listagem de nomes de magistrados e respectivos cargos, tal como são transmitidos através das moedas, *i. e.*, quase todos abreviados. Em virtude de alguns deles apresentarem graus de abreviação diversos, BELTRÁN LLORIS entendeu que os mesmos corresponderiam a indivíduos distintos.

De âmbito mais vasto é o estudo de CURCHIN (1990), respeitante a todos os magistrados locais documentados na Hispânia romana. O catálogo que dele faz parte é composto por 984 entradas, muitas delas atinentes a nomes de magistrados reproduzidos em numismas. Apesar da intenção manifestada na

introdução ao catálogo, CURCHIN (1990, 136) raras vezes se preocupou em distinguir os nomes pessoais (= NNP) abreviados dos respectivos desdobramentos.

De grande utilidade para o nosso propósito, se bem que dotados de distintas características, são os dois *corpora* de recente edição, que cobrem a totalidade da produção monetária hispânica; um, o *Corpus Nummum Hispaniae Ante Augusti Aetatem* (= CNHAAA), da autoria de VILLARONGA, estende-se das origens a 27 a.C., abrangendo o outro, intitulado *Roman Provincial Coinage* (= RPC I), da responsabilidade de BURNETT, AMANDRY e RIPOLLÈS — de âmbito geográfico mais vasto, já que diz respeito a todas as cunhagens romanas provinciais até à morte de Vitélio —, as emissões hispano-romanas produzidas entre a morte de César e o reinado de Cláudio. Nesta última obra, na introdução a cada uma das emissões e no índice 5.1 (781-783), correspondente aos nomes pessoais em latim, alguns magistrados ostentam o nome completo, mas apenas a título excepcional, sendo a regra a mera transcrição das legendas monetárias, que, já o afirmámos, se encontram quase sempre abreviadas.

Não sendo nossa intenção tratar em pormenor das magistraturas atestadas em território hispânico, tema que já foi objecto de inúmeros trabalhos, atentemos sumariamente nos diversos tipos de magistrados, quase todos eles de características locais:

#### DUÚNVIROS E DUÚNVIROS QUINQUENAIS

A numismática testemunha a existência de duúnviros nos municípios de *Osca*, *Bilbilis*, *Calagurris*, *Clunia*, *Turiaso*, *Ercauca* e *Saguntum* bem como nas seguintes colónias: *Caesaraugusta*, *Celsa*, *Acci* e *Ilici*. Mais importantes do que os duúnviros eram os duúnviros quinquenais, atestados unicamente nas colónias de *Noua Karthago* e *Ilici*, que acumulavam as funções daqueles com a organização, de cinco em cinco anos, do censo da população. Enquanto os numismas de *Ilici* ostentam nomes de duúnviros ordinários e de quinquenais (BELTRÁN LLORIS e BELTRÁN LLORIS, 1980, 78) em *Noua Karthago*, somente os duúnviros quinquenais viram os respectivos nomes gravados nas moedas (BELTRÁN LLORIS e BELTRÁN LLORIS, 1980, 78).

A ausência de menção a duúnviros quinquenais nas cecas de *Caesaraugusta*, *Osca*, *Bilbilis*, *Calagurris*, *Clunia*, *Turiaso*, *Ercauca*, *Saguntum*, *Celsa* e *Acci* poderá justificar-se quer pela inexistência do cargo nas cidades mencionadas, quer pela ausência de emissões monetárias nos anos em que os duúnviros quinquenais superintendiam nos governos locais, quer ainda pela inexistência ou insuficiência de motivos que levassem a distinguir nas legendas monetárias os duúnviros quinquenais dos duúnviros, conquanto tal distinção ocorra em diversas inscrições (ABASCAL e ESPINOSA, 1989, 133).

#### PRETORES DUÚNVIROS

Ao arripio da tese tradicional que interpreta a abreviação PR, gravada em todos os asses de *Lepida* (RPC I 261-264), como PR(*aefecti*) (GRANT, 1969, 211; BELTRÁN LLORIS, 1978, 175-176; BELTRÁN LLORIS e BELTRÁN LLORIS, 1980, 78; BELTRÁN LLORIS, MOSTALAC CARRILLO e LASHERAS CORRUCHAGA, 1984, 19-20; RPC I, 110), cremos que, constituindo a prefeitura uma magistratura extraordinária (v. *infra*), será preferível desdobrar PR em PR(*aetores*), contando o cargo de *praetor duumvir* com diversos paralelos em Itália e na Gália Narbonense (GALSTERER, 1971, 25; MARÍN DÍAZ, 1988, 231; CURCHIN, 1990, 37; GÓMEZ-PANTOJA, 1992, 293-294).

#### PREFEITOS

Quando os duúnviros eram eleitos ou escolhidos, e não podiam, por diversos motivos, cumprir as respectivas funções, eram substituídos por prefeitos (ABASCAL e ESPINOSA, 1989, 132-133). Estes estão

atestados nas moedas de *Caesaraugusta*, *Noua Karthago* e *Calagurris* (BELTRÁN LLORIS e BELTRÁN LLORIS, 1980, 79-80), sendo esta cidade um município e as outras, colónias.

Embora tal nem sempre venha explicitado nas emissões monetárias, quase todos os prefeitos nelas consignados devem ter substituído duúnviros honorários, designadamente o próprio imperador ou membros da respectiva *domus*. A exceção à regra poderá ser *Fuluianus* (161), prefeito de *Caesaraugusta*, que terá substituído um magistrado ordinário (BELTRÁN LLORIS e BELTRÁN LLORIS, 1980, 80).

MANGAS (1987) sustentou com argumentos plausíveis que o convite aos membros do topo da hierarquia imperial para o exercício das mais elevadas funções ao nível da administração local reflectia o facto de os mesmos terem sido anteriormente patronos das cidades que os escolheram.

Entre todos os prefeitos dos imperadores e dos cézares conhecidos em moedas hispânicas, somente dois parecem ter exercido o respectivo cargo *sine collega*: *Cn. Statius Libo* (352) (BELTRÁN LLORIS e BELTRÁN LLORIS, 1980, 80) e o anónimo que tomou a vez de Calígula (102) em *Noua Karthago* (MENELLA, 1989, 386).

#### QUADRÚNVIROS

Por sua vez, o quadrunvirato encontra-se documentado apenas nas moedas de *Carteia* e de *Clunia*. Nesta última ceca, foram postas a circular em três anos distintos outras tantas emissões monetárias, cada uma delas composta por asses e semisses, ostentando estes os nomes dos edis e aqueles, os nomes dos quadrúnviros. Correspondendo os seis nomes dos membros de ambas as magistraturas ao mesmo número de indivíduos, é forçoso concluir que, no tempo de Tibério, o recém-criado município de *Clunia* dispôs em cada ano e num total de três, tantos quantos as emissões, de um colégio de quadrúnviros e de outro de edis (BELTRÁN LLORIS, 1978, 174-175; BELTRÁN LLORIS e BELTRÁN LLORIS, 1980, 81; FARIA, 1993b, 136). Coexistindo, por conseguinte, quadrúnviros e edis, poderemos afirmar que, pelo menos em *Clunia*, no reinado de Tibério, aqueles não poderiam constituir a soma destes com os duúnviros (BELTRÁN LLORIS, 1978, 174-175; ABASCAL e ESPINOSA, 1989, 132). Esta asserção, que pode não valer para todos os casos em que se verifica a ocorrência do quadrunvirato (CASTILLO, 1993, 400), deve ser, no mínimo, extensível à colónia latina de *Carteia*, onde, durante o século I a.C., de acordo com algumas emissões monetárias, parecem conviver quadrúnviros e edis. Convém, todavia, referir que os detentores do quadrunvirato mencionados nas emissões de *Carteia* nunca são mais de dois em cada uma delas.

#### EDIS

Contamos com edis nas moedas dos municípios de *Turiaso*, *Clunia* e *Calagurris*, nas das colónias de *Lepida-Celsa* e de *Carteia* (sendo aquela romana e esta, latina) e nas das seguintes cidades peregrinas: *Obulco*, *Bailo*, *Acinipo* e, possivelmente, *\*Beuipo*. Sendo o poder edilício romano exercido por dois indivíduos, nestas três últimas cecas devemos estar perante a adopção de uma denominação latina para qualificar uma magistratura uninominal de origem pré-romana (MARÍN DÍAZ, 1988, 153, 232; CURCHIN, 1990, 7; FARIA, 1993b, 136; RODRÍGUEZ NEILA, 1993, 387, 390, 392, 398, 401-404). Não é, contudo, improvável que a magistratura bicéfala documentada em *Obulco* tenha tido, mau grado a designação romana, uma origem indígena (FARIA, 1993b, 136).

#### QUESTORES

A questura está documentada nas moedas de *Emporiae*, *Vrso*, *Carteia*, *Valentia*, *Corduba* e nas que ostentam o etnónimo *iCalesCen* (FARIA, 1993b, 137; FARIA, 1994b, 123), se bem que, enquanto magistratura local, ela só seja reconhecível, pelo maior número de exemplos, nas cecas de *Emporiae*, *Carteia*

e *Valentia*. Casos excepcionais nas moedas de *Vrso*, *Corduba* e nas que levam a legenda ibérica **iCalesCen**, os questores nelas presentes deverão ter tido um carácter provincial, sendo a questura de *Marcus*, documentada em *Vrso* (238), comprovada por Apiano (*Iber.* 66) (ORTIZ BARRERA, 1987, 45, 54; CHAVES TRISTÁN, 1989, 122; *contra*, CABALLOS RUFINO, 1989, 263-265).

A despeito das dúvidas manifestadas por BELTRÁN LLORIS (1978, 178-179) quanto à maneira correcta de expandir a abreviatura Q, reproduzida nas emissões de *Emporiae*, a posterior publicação de uma inscrição que incluía o *cursus honorum* de *L. Minicius Rufus* (*IRC* III 44), do qual fazia parte o cargo de questor, veio a demonstrar que, sucedendo a dita abreviatura ao nome daquele magistrado ou ao de um seu antepassado numa das séries monetárias emporitanas, aquela deveria estar por *quaestor* (MAYER e RODÀ, 1989, 83; PENA, 1992, 72-73).

Em face dos casos apontados, não cremos ser possível sustentar que a questura local só terá sido introduzida na Hispânia com as leis municipais flavianas (*contra*, ABASCAL e ESPINOSA, 1989, 138).

#### CENSORES

*Carteia* é a única ceca que ostenta nas suas amoedações um par de nomes de censores, facto que poder-se-á dever ao seu estatuto de colónia latina (CURCHIN, 1990, 37; v. igualmente CHAVES TRISTÁN, 1979, 37).

#### OUTROS MAGISTRADOS

Variando entre um e três indivíduos por cada emissão, remontam a várias dezenas os magistrados que se encontram referenciados na numismática hispânica sem que se saiba ao certo quais os cargos que ocupavam na administração local ou provincial. Vale a pena salientar, atendendo à sua concentração numa única ceca, os colégios de “triúnviros” de *Castulo* (CURCHIN, 1990, 38), sendo em número de quatro os que foram identificados. Na verdade, aos que já tivemos oportunidade de assinalar (FARIA, 1993b, 138), deverá acrescentar-se o que era composto por *Appius Clodius* (118), *Caius Aufidius* (60) e *Aulus Postumius* (308).

#### CATÁLOGO

Do catálogo que se segue constam sucessivamente a identificação do magistrado, o cargo documentado nas moedas, a ceca e a remissão para as obras de referência já assinaladas.

No intuito de evitar repetições que limitariam fortemente a utilidade deste trabalho, entendemos preferível expandir, na medida do possível, todas as abreviaturas de *nomina* e *cognomina*, diferenciando graficamente os nomes pessoais abreviados e os respectivos desdobramentos.

Na transcrição dos silabogramas ibéricos, meridionais e levantinos, achámos oportuno assinalar a distinção entre oclusivas sonoras e surdas, atendendo ao que a respeito da fonética ibérica é possível deduzir não só das inscrições ibéricas em alfabeto grego e latino, mas também de alguns textos em caracteres levantinos descobertos na Catalunha e no Sudoeste francês, que procedem a tal distinção (CORREA, 1992; QUINTANILLA, 1993).

Convém ainda esclarecer que, para além de apresentarmos todos os antropónimos em nominativo, nos casos em que as abreviaturas variavam de extensão dentro de cada emissão, registámos as que apresentavam maior desenvolvimento. PENA (1990-1991, 392-393) entendeu interpretar alguns *nomina* de magistrados consignados em moedas hispânicas, e desprovidos da desinência *-us*, como estando no caso nominativo terminado em *-i*. No entanto, e sem pôr em dúvida a existência de nomes latinos terminados

no nominativo em *-i*, consideramos mais provável que, na esmagadora maioria dos casos, estejamos perante NNP abreviados. Repare-se que, para nos limitarmos aos exemplos aduzidos por PENA (1990-1991, 393), MINI (CNHAAA 418:57) alterna com MINIVS (CNHAAA 418:51) e com MIN (CNHAAA 417:50), MARCI (CNHAAA 414:13) alterna com MARC (CNHAAA 414:14), MAECI (CNHAAA 418:57) alterna com MAECIVS (CNHAAA 411:11), MEMMI (RPC I 437/19) alterna com MEMMIVS (RPC I 437/16) e IVNI (RPC I 437/19) alterna com IVNIVS (RPC I 437/16). Por outro lado, BAEBI e ANTESTI são más leituras por BAEBIO e ANTESTIO (RPC I 439).

Considerámos que não seria necessário ao cumprimento dos nossos objectivos transcrever a pontuação e os nexos de letras, nem, tão-pouco, indicar as cronologias de cada cargo, já que são dados passíveis de serem recolhidos na bibliografia de referência.

Por uma questão de método, e atendendo ao facto de, nas moedas de distintas emissões, não constar a iteração da magistratura, decidimos abrir entradas diferentes para nomes presumivelmente pertencentes a magistrados que exerceram o mesmo cargo em anos diversos. Deste modo, se bem que não disponhamos de provas decisivas, as entradas 65 e 70 devem designar um só magistrado, *L. Baebius Priscus* (CURCHIN, 1990, 191), enquanto as entradas 81 e 294 devem igualmente remeter para um único duúnviro, *L. Pompeius Bucco* (BELTRÁN LLORIS, MOSTALAC CARRILLO e LASHERAS CORRUCHAGA, 1984, 24).

Para terminar, importa referir que, dadas as dificuldades em distingui-los dos mais recentes, é possível que tenham sido arrolados alguns magistrados anteriores à presença romana na Península.

- 1 — C(aius) A(...). **arse**. CNHAAA 311:56-312:59. BELTRÁN LLORIS 1.
- 2 — M(arcus) A(...). **arse-Saguntum**. CNHAAA 313:67 68.
- 3 — M(arcus) A(...) B(...). Q(uaestor). *Emporiae*. CNHAAA 156:38-40. RPC I 256. BELTRÁN LLORIS 4. CURCHIN 711.
- 4 — L(ucius) A(...) F(...). Q(uaestor). *Emporiae*. CNHAAA 154:23-25. RPC I 247. BELTRÁN LLORIS 2 6. CURCHIN 714.
- 5 — CN(aeus) A[...] RACILI(anus?). AED(ilis). *Clunia*. RPC I 455. BELTRÁN LLORIS 48 396. CURCHIN 655.  
Leitura a confirmar. Se, como é provável, os nomes dos edis de RPC I 455 figurarem em ablativo, o *cognomen* deste magistrado não poderá apresentar a forma *Gracili*, pelo que aqui propomos *Racili(anus)*, derivado de *Racilius*, gentílico atestado na área de *Clunia* (HEp 2, 1990 93).
- 6 — **abaRildur**. Ceca indeterminada. CNHAAA 203:1-204:9.  
Trata-se de um NP composto pelos elementos **abaR** (MLH III § 7.1) e **ildur** (MLH III § 7.62). Refira-se, em favor desta tese, que, excepto alguns casos isolados (v. comentários ao magistrado 350), as legendas antroponímicas nunca se localizam sob os tipos de reverso, no exergo, ao contrário do que se verifica sistematicamente com as legendas toponímicas nas moedas em caracteres ibéricos levantinos.
- 7 — L(ucius) ACILIVS. II VIR QVINQ(uensalis). *Noua Karthago*. CNHAAA 411:8-11. RPC I 152-154. BELTRÁN LLORIS 8-9. CURCHIN 570.
- 8 — M(arcus) ACIL(ius). **arse-Saguntum**. CNHAAA 314:76. BELTRÁN LLORIS 10. CURCHIN 848.
- 9 — L(ucius) AC(ilius) MAL(leolus?). *Murtili*. CNHAAA 377:4. BELTRÁN LLORIS 7. CURCHIN 359.
- 10 — SEX(tus) AEBVTIVS CLEMENS. II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 352-358. BELTRÁN LLORIS 12 119. CURCHIN 488-489.  
As entradas 488 e 489 de CURCHIN correspondem a um só magistrado (RPC I, 118).
- 11 — C(aius) AEL(ius). **caStilo/Castulo**. CNHAAA 338:56. BELTRÁN LLORIS 14-15. CURCHIN 587.
- 12 — C(aius) AELI(us). *Onuba*. CNHAAA 387:3-388:5. BELTRÁN LLORIS 16. CURCHIN 224.
- 13 — Q(uintus) AELIVS. II VIR. *Oscá*. RPC I 284. BELTRÁN LLORIS 17. CURCHIN 804.
- 14 — M(arcus) AEL(ius) MAXVMVS. II VIR. *Oscá*. RPC I 292. BELTRÁN LLORIS 19. CURCHIN 813.
- 15 — Q(uintus) AEL(ius) PROCVLVS. II VIR. *Oscá*. RPC I 292. BELTRÁN LLORIS 20. CURCHIN 814.

- 16 — C(aius) AE(milius). arse. CNHAAA 312:60.  
Em face do significativo número de membros pertencentes à *gens Aemilia* documentados tanto em arse-Saguntum como em Emporiae, decidimos, no caso vertente e nos outros dois que ostentam o *nomen* abreviado em AE, sugerir para a dita abreviatura o seu desdobramento em AE(milius). Ainda em abono desta nossa proposta, refira-se que num dos cunhos pertencentes à emissão RPC I 204, o nome do magistrado L. Aemilius Maxumus vem abreviado em L(ucius) AE(milius) MAX(umus).
- 17 — L(ucius) AE(milius). arse-Saguntum. CNHAAA 314:75. BELTRÁN LLORIS 21.
- 18 — L(ucius) AIMIL(ius). AID(ilis). Obulco. CNHAAA 347:44-349:58. BELTRÁN LLORIS 31. CURCHIN 211.
- 19 — M(arcus) AE(milius). arse. CNHAAA 311:55.
- 20 — M(arcus) AEMIL(ius). AED(ilis). Saguntum. CNHAAA 313:66. BELTRÁN LLORIS 22.
- 21 — Q(uintus) AEM(ilius). II VIR. Calagurris. RPC I 436. BELTRÁN LLORIS 23. CURCHIN 520.
- 22 — M(arcus) AEM(ilius) ERCOL(es). arse-Saguntum. CNHAAA 314:75. BELTRÁN LLORIS 24. CURCHIN 846.
- 23 — M(arcus) AE(milius) F(...). Q(uaestor). Emporiae. CNHAAA 156:37. RPC I 255.
- 24 — L(ucius) AEM(ilius) MAXVMVS. AED(ilis). Saguntum. RPC I 204. BELTRÁN LLORIS 25. CURCHIN 855.
- 25 — C(aius) AEM(ilius) METO. IIII VIR. Clunia. RPC I 454. BELTRÁN LLORIS 26. CURCHIN 638.
- 26 — M(arcus) AEMILIVS SEVERVS Q(uinquennalis). Ilici. RPC I 194-195. BELTRÁN LLORIS 27. CURCHIN 758.
- 27 — M(arcus) AGRIP(pa). QVIN(quennalis). Noua Karthago. RPC I 164. BELTRÁN LLORIS 29.
- 28 — L(ucius) AGRI(us). CE(n)S(or). Carteia. CNHAAA 415:28. BELTRÁN LLORIS 28. CURCHIN 56.
- 29 — T(itus) AHI(us) T(iti) F(ilius). Q(uaestor). Valentia. CNHAAA 317:4. BELTRÁN LLORIS 30. CURCHIN 954.
- 30 — AIDAR. Obulco. CNHAAA 342:5.  
À falta de melhor explicação, deveremos estar perante um NP ibérico composto por **aidu** e por **ar** ou **aR**, sendo vários os paralelos que para ele se podem aduzir: **aiduaRgi** (G.7.2), **aidu(a)Rgi** (G.16.3, .4), **aiduisceR** (C.22.1), **aidulegu** (F.13.10), **aid(u)iCe(i)ldun** (G.15.1), **ardican** (FARIA, 1994a, 69), **uSTalarilun** (F.9.5) e **aRTaCeR** (G.7.2).
- 31 — aiubaS. arse. CNHAAA 308:31-32.
- 32 — ALBINVS. II (uir) QV(inquennalis). Noua Karthago. CNHAAA 410:4-6. RPC I 149-150. BELTRÁN LLORIS 32. CURCHIN 542.
- 33 — C(aius) ALLIARIVS. II VIR. Caesaraugusta. RPC I 317-318. BELTRÁN LLORIS 33. CURCHIN 478.
- 34 — C(aius) ALSANVS. II VIR. Caesaraugusta. RPC I 306-308A. BELTRÁN LLORIS 34. CURCHIN 467.
- 35 — CN(aeus) AMI(us). AED(ilis). Carteia. CNHAAA 415:29-30. BELTRÁN LLORIS 249. CURCHIN 53.
- 36 — anCioniS. Abra. CNHAAA 355:1-4. CURCHIN 4.  
NP presumivelmente turdetano (FARIA, 1991a, 18), cujo início recorda o de **anCisa**, possível antropónimo que abre a inscrição da taça de prata de La Granjuela (H.9.1).
- 37 — ANDVGEP(...?) SISVC(urhil) F(ilius) TVL(...). \*Beuipum. CNHAAA 134:8 135:12.  
Sobre este magistrado, v. FARIA, 1992, 44. Não dispomos de elementos que nos permitam saber se o antropónimo em questão terminava, ou não, em bilabial surda.
- 38 — M(arcus) AN(nius). Q(uaestor). Carteia. CNHAAA 413:11-12. CURCHIN 43.
- 39 — M(arcus) ANO(nius?). IIII VIR. Clunia. RPC I 452. BELTRÁN LLORIS 56. CURCHIN 635.  
Mercê do facto de os restantes colegas do presente quadrúviro figurarem na emissão RPC I 452 com *praenomen* e *nomen*, a expansão sugerida parece-nos a mais plausível, se bem que ANO(tius) não seja de excluir (SOLIN e SALOMIES, 1988, 17). Caso a abreviação corresponda a um *cognomen*, este poderá ser AVO(nnus) (v. HEp 4, 1994 96), ou, mais provavelmente, o ablativo de AVVS (SOLIN e SALOMIES, 1988, 299).

- 40 — P(*ublius*) ANTESTIVS. II VIR. *Calagurris*. RPC I 439. BELTRÁN LLORIS 36. CURCHIN 522.
- 41 — Q(*uintus*) ANTONI(us). II VIR. *Calagurris*. RPC I 438. BELTRÁN LLORIS 38. CURCHIN 512.
- 42 — T(*itus*) ANTO(nius). III VIR. *Clunia*. RPC I 452. BELTRÁN LLORIS 39. CURCHIN 636.
- 43 — M(*arcus*) ANT(*onius?*) ANT(*ullus?*). *Baesuri*. CNHAAA 400:1. BELTRÁN LLORIS 35. CURCHIN 317. Seguimos aqui a leitura proposta por MOWAT (1900).
- 44 — **an(n)duaCui**. *Obulco*. CNHAAA 346:36. CURCHIN 204.  
Em artigos anteriores, havíamos lido o presente antropónimo como **an(n)duaCoi** (FARIA, 1990-1991, 74; FARIA, 1991a, 17). Porém, o penúltimo signo, criado *ad hoc* a partir de **Co** mediante a aposição de uma haste vertical a dividir a respectiva metade inferior, deverá ser interpretado como **Cu**, tal como já havia sido defendido por BELTRÁN VILLAGRASA (1962, 30, 46 = 1972, 573, 589), e, com algumas reservas, por UNTERMANN (*MLHI*, 136 (Übersicht), G 15); contudo, há pouco tempo, este último investigador recuou na posição tomada anos antes, ao valorizar G 15 como **Co**, assimilando-o a G 14 (*MLH III*, 249 (Tabelle 3)).  
Pela razão acima apontada, **beCoeCi/ueCoeCi** deve dar lugar a **beCueCi/ueCueCi** e **neselduco**, a **neselduco** (v. *infra*). Também no chumbo de Mogente (*MLH III G.7.2*), **Cu** deriva de **Co**, mas através do acrescento de um apêndice semicircular (FARIA, 1993d, 151).  
A ocorrência em determinados cunhos do signo correspondente a **n** resulta do facto de o gravador não ter percebido que o antropónimo em causa, à semelhança de **anCioniS** (36), principiava por **a** e **n** representados em nexa.  
Sobre a filiação linguística deste NP, v. FARIA, 1989, 86; FARIA, 1992, 44.
- 45 — L(*ucius*) APO(nius). AID(*ilis*). *Bailo*. CNHAAA 124:6. BELTRÁN LLORIS 44. CURCHIN 28.  
Ao contrário do que pretendem GRANT (1969, 24) e CRAWFORD (1985, 341), este magistrado não pode ser identificado com o(s) (dois) seguinte(s). GARCÍA-BELLIDO (1993a, 121-123) encara a hipótese de a presente sequência de abreviaturas e as duas que se seguem corresponderem a uma fórmula administrativa púnica ou latina.
- 46 — L(*ucius*) AP(*puleius?*) DEC(*ianus?*). *Murtili*. CNHAAA 377:1-3 6 378:7. BELTRÁN LLORIS 40 42. CURCHIN 358.  
Não é de excluir a possibilidade de este magistrado, que deve ter dado pelo nome de *L. Appuleius Decianus*, ter sido igualmente o responsável pelas cunhagens de *Vrso* (CRAWFORD, 1985, 341). No entanto, mesmo que tal não se tenha verificado, não há qualquer motivo para duvidar de que L AP DEC abrevie um NP (*contra*, GARCÍA-BELLIDO, 1993a, 121-123).
- 47 — L(*ucius*) AP(*puleius?*) DEC(*ianus?*). *Q(uaestor)*. *Vrso*. CNHAAA 367:1-368:5. BELTRÁN LLORIS 43. CURCHIN 288.  
Talvez seja o magistrado anterior.
- 48 — L(*ucius*) APPVLEI(us) RVF(us). QVINQ(*uennalis*). *Noua Karthago*. CNHAAA 411:12-13. RPC I 155-156. BELTRÁN LLORIS 45. CURCHIN 547.
- 49 — C(*aius*) AQVINVS MELA. II VIR QVIN(*quennalis*). *Noua Karthago*. RPC I 157. BELTRÁN LLORIS 47. CURCHIN 551.
- 50 — L(*ucius*) ARG(*entarius?*). AED(*ilis*). *Carteia*. CNHAAA 415:29-30. BELTRÁN LLORIS 49. CURCHIN 54.
- 51 — M(*arcus*) ARG(*entarius?*). *Carteia*. CNHAAA 417:47.
- 52 — **aRsabaS**. Ceca indeterminada. CNHAAA 53:110.  
NP ibérico decomponível em **aRs** (*MLH III* § 7.15) e **abaS** (v. **abaSaCer**: C.2.3).  
Parece-nos deveras problemático conciliar a ocorrência deste NP e de outros, tais como **niosisCer** (265), **oloSoRdin** (279) ou **tigirsgine** (367), em dracmas ibéricas de imitação emporitana, com a tese defendida por GARCÍA-BELLIDO (1993b, 108-115), segundo a qual as ditas dracmas e, mais tarde, os denários com legendas ibéricas seriam cunhados pelos povos da Citerior por imposição dos invasores romanos com o propósito de servirem de pagamento do *stipendium* e, depois, dos *uectigalia*.

Por outro lado, a alegada homogeneidade do alfabeto utilizado por todas as cecas que emitiram denários (GARCÍA-BELLIDO 1993b, 101, 111), uma das principais bases em que assenta aquela tese, não se verifica relativamente às produções com a legenda **iCale(n)sCen**, já que esta figura em caracteres meridionais. Do mesmo modo, a uniformidade tipológica, susceptível de sugerir a imposição ou a coordenação da totalidade das cunhagens argêntas com legendas toponímicas indígenas por parte do poder romano (GARCÍA-BELLIDO 1993b, 101), é quebrada pelos denários dos “**iCalesCen**” (CNHAAA 324:1, 2, 325:10, 326:11, 12, 327:23-25) e de **cese** (CNHAAA 160:17, 18, 161:19).

- 53 — **aRsbigis. arse. CNHAAA 304:2 305:5.**  
NP ibérico formado pelos componentes **aRs** (MLH III § 7.15) e **bigis** (MLH III § 7.38). SILGO GAUCHE (1988, 68-70) — o primeiro a identificar no presente NP o elemento nominal **aRs** — colocou algumas reservas à leitura da totalidade da legenda em questão apresentada por GÓMEZ MORENO (1949, 278): **arsbigisTeegiar**; porém, esta leitura diverge da que consideramos a mais correcta somente na valorização da primeira vibrante. Deste modo, podemos ler nas moedas a expressão **aRsbigisTeegiar** (FARIA, 1994b, 123). Estamos, aliás, persuadidos de que, nos dois casos em que UNTERMANN (MLH III § 570) leu NP + **ku ekiar**, deve ler-se NP + **Te egiar**. Não será, pois, demasiada ousadia afirmar que **egiar** figura sempre na sequência de um NP, que pode apresentar, ou não, o sufixo **Te**. Recentemente, sem manifestar qualquer hesitação, SILGO GAUCHE (1993, 285, n. 24) entendeu que **aRsaCisCueCiar** era a leitura mais correcta, identificando a totalidade da frase/legenda com um antropónimo.
- 54 — T(*itus*) AT(...). *Valentia. CNHAAA 317:6.*  
Considerando que os asses da presente emissão ostentam os nomes de *T. Ahius* (29) e de *L. Trinius* (370), e estando este último questor presente nos semisses através da abreviação L. **TR(inius)**, esperar-se-ia que o mesmo *T. Ahius* estivesse igualmente atestado nos divisores; porém, deparamo-nos aqui com um *nomen* abreviado no nexa **AT** (ou **TA**), o que dificulta qualquer correspondência com *T. Ahius*.
- 55 — **aTaBels. undicesCen. CNHAAA 147:46 148:47. BELTRÁN LLORIS 51. CURCHIN 688.**
- 56 — P(*ublius*) ATELLIVS. *Noua Karthago. CNHAAA 410:1. RPC I 146. BELTRÁN LLORIS 52. CURCHIN 540.*
- 57 — CN(*aeus*) ATEL(*lius*) FLAC(*cus*). II VIR Q(*inquennalis*). *Noua Karthago. RPC I 185-186. BELTRÁN LLORIS 53. CURCHIN 575.*
- 58 — CN(*aeus*) ATELLIVS PONTI(...). II V(*ir*) QV(*inquennalis*). *Noua Karthago. RPC I 169. BELTRÁN LLORIS 54. CURCHIN 557.*
- 59 — L(*ucius*) ATINI(*us*). III VIR. *Carteia. CNHAAA 419:62-63. RPC I 114-115. BELTRÁN LLORIS 55. CURCHIN 65.*
- 60 — C(*aius*) AVF(*idius*). **caStilo/Castulo. CNHAAA 338:58.**
- 61 — C(*aius*) AVFIDIVS GEMELLVS. II VIR. *Caesaraugusta. RPC I 365-367. BELTRÁN LLORIS 57 177. CURCHIN 498.*
- 62 — L(*ucius*) AVFID(*ius*) PANSA. AED(*ilis*). *Celsa. RPC I 276-277. BELTRÁN LLORIS 58 296. CURCHIN 626.*
- 63 — AVFIDIVS RVFVS. III VIR. *Carteia? CNHAAA 419:64. RPC I 5418. BELTRÁN LLORIS 59. CURCHIN 61.*
- 64 — L(*ucius*) B(*aebius*). **arse-Saguntum. CNHAAA 312:61. BELTRÁN LLORIS 60.**  
A propósito deste magistrado, v. ALFÖLDY, 1977, 28 e 32, 8.
- 65 — L(*ucius*) BAEBIVS. II VIR. *Calagurris. RPC I 439. BELTRÁN LLORIS 66. CURCHIN 521.*  
Apesar de não estar comprovada a iteração no cargo, o magistrado em questão deve ser o mesmo que o que leva o nº 70 (CURCHIN, 1990, 191).
- 66 — M(*arcus*) B(*aebius*). **arse-Saguntum. CNHAAA 313:67-68.**  
Sobre este magistrado, v. ALFÖLDY, 1977, 32, 9.

- 67 — Q(uitus) BAEB(ius) FLAVVS. II VIR. *Calagurris*. RPC I 447. BELTRÁN LLORIS 67. CURCHIN 528.
- 68 — CN(aeus) BAEBI(us) GLAB(rio). AED(ilis). *Saguntum*. CNHAAA 312:64. BELTRÁN LLORIS 65 68. CURCHIN 845.
- 69 — P(ublius) BAEBIVS POLLIO. II VIR QVIN(quennalis). *Noua Karthago*. RPC I 157. BELTRÁN LLORIS 69. CURCHIN 550.
- 70 — L(ucius) BAEBIVS PRISCVS. II VIR. *Calagurris*. RPC I 441-443. BELTRÁN LLORIS 70 324. CURCHIN 525.  
Deverá ser o mesmo indivíduo que se encontra catalogado com o nº 65.
- 71 — M(arcus) BAEBI(us) SOBRINVS. AED(ilis). *Saguntum*. RPC I 204. BELTRÁN LLORIS 71. CURCHIN 856.
- 72 — L. BAGGIVS FRONT(o). II VIR, II VIR II (bis). *Celsa*. RPC I 272-275 279. BELTRÁN LLORIS 63-64. CURCHIN 624 630.
- 73 — M(arcus) BAL(ce...?). **caStilo/Castulo**. CNHAAA 339:68. BELTRÁN LLORIS 62. CURCHIN 595.
- 74 — C(aius) BALBVS. PR(aetor) II VIR. *Lepida*. CNHAAA 224:20. RPC I 262. BELTRÁN LLORIS 74. CURCHIN 612.
- 75 — **balcagaldur**. arse. CNHAAA 309:39, 313:74. BELTRÁN LLORIS 75-76. CURCHIN 841.
- 76 — **beCueCi**. *Obulco*. CNHAAA 345:26-346:35. CURCHIN 199.  
Contrariamente ao que escrevemos (FARIA, 1991a, 18), não é de excluir a hipótese de estarmos na presença de um NP ibérico (FARIA, 1994a, 67). O componente inicial poderia ser variante de **becon** (MLH III § 7.29) e de **becoR**, sendo o segundo passível de ser identificado com o primeiro elemento dos presumíveis NNP **egiSir** (B.1.373) e **egisiR** (D.12.1). Tanto **Sir** como **siR** são elementos onomásticos ibéricos, encontrando-se documentados, respectivamente, em **beRSir** (G.7.2) e em **siRbaiser** (CASARIEGO, CORES e PLIEGO, 1987, 148-149).
- 77 — L(ucius) BENNIVS. PRAEF(ectus) IMP(eratoris) CAES(aris) QVIN(quennalis). RPC I 162-165. BELTRÁN LLORIS 77-78. CURCHIN 559.
- 78 — **biulacoS**. arse-*Saguntum*. CNHAAA 313:74. BELTRÁN LLORIS 79. CURCHIN 842.
- 79 — **BODILCOS**. *Obulco*. CNHAAA 350:65. BELTRÁN LLORIS 80. CURCHIN 207.  
Sobre o contexto linguístico a que deve pertencer o nome deste magistrado, v. DE HOZ, 1976, 270, 274, 278-282; FARIA, 1992, 43). Tratar-se-á do mesmo indivíduo catalogado com o número seguinte?
- 80 — **bodilcoS**. *Obulco*. CNHAAA 345:26-346: 35. CURCHIN 200.
- 81 — L(ucius) BVCCO. II VIR. *Celsa*. RPC I 271. BELTRÁN LLORIS 82. CURCHIN 623.  
É praticamente seguro que estamos perante o magistrado 294, apesar de não constar a iteração no cargo em qualquer das emissões monetárias referidas (BELTRÁN LLORIS, MOSTALAC CARRILLO e LASHERAS CORRUCHAGA, 1984, 24).
- 82 — L(ucius) C(...). Q(uaestor). *Emporiae*. CNHAAA 152:5-6 153:13. BELTRÁN LLORIS 84-85. CURCHIN 696.
- 83 — P(ublius) C(...). Q(uaestor). *Emporiae*. CNHAAA 154:22. RPC I 246. BELTRÁN LLORIS 86. CURCHIN 710.
- 84 — C(aius) C(...) A(...). Q(uaestor). *Emporiae*. CNHAAA 155:34. RPC I 253. BELTRÁN LLORIS 95. CURCHIN 708.
- 85 — Q(uitus) C(...) C(...). Q(uaestor). *Emporiae*. CNHAAA 154:26. RPC I 248. BELTRÁN LLORIS 87. CURCHIN 716.
- 86 — L(ucius) C(...) FA(...). Q(uaestor). *Emporiae*. CNHAAA 155:30-31. RPC I 251. BELTRÁN LLORIS 89. CURCHIN 703.
- 87 — CN(aeus) C(...) GR(...). Q(uaestor). *Emporiae*. CNHAAA 155:30-31. RPC I 251. BELTRÁN LLORIS 91. CURCHIN 702.
- 88 — CN(aeus) C(...) P(...). Q(uaestor). *Emporiae*. CNHAAA 155:28, 29. RPC I 250. BELTRÁN LLORIS 93. CURCHIN 704.

- 89 — P(*ublius*) C(...) PV(...). Q(*uaestor*). *Emporiae*. CNHAAA 154:26. RPC I 248. BELTRÁN LLORIS 86 94. CURCHIN 715.
- 90 — C(*aius*) CA(...) T(...). Q(*uaestor*). *Emporiae*. CNHAAA 155:32, 33. RPC I 252. BELTRÁN LLORIS 95. CURCHIN 691.
- 91 — CAECILIANVS. II VIR. *Oscæ*. RPC I 287, 288. BELTRÁN LLORIS 101. CURCHIN 808.
- 92 — M(*arcus*) CAEC(*ilius*) AED(*ilis*). *Lepida*. CNHAAA 225:24. RPC I 265. BELTRÁN LLORIS 96. CURCHIN 615.
- 93 — L(*ucius*) CAEC(*ilius*) AQVIN(*us*). II VIR. *Turiaso*. RPC I 419. BELTRÁN LLORIS 97. CURCHIN 941.
- 94 — T(*itus*) CAECILIVS LEPIDVS. II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 365-367. BELTRÁN LLORIS 98 225. CURCHIN 497.
- 95 — L(*ucius*) C(*aecilius*) M(*acer*). Q(*uaestor*). *Emporiae*. CNHAAA 154:27. RPC I 249. BELTRÁN LLORIS 92. CURCHIN 721.  
Sobre a identidade deste questor, v. IRC III 71 e PENA, 1992, 72.
- 96 — C(*aius*) CAEC(*ilius*) SERE(*nus*). II VIR. *Turiaso*. RPC I 417. BELTRÁN LLORIS 99. CURCHIN 937.
- 97 — M(*arcus*) CAECIL(*ius*) SEVERVS. II VIR. *Turiaso*. RPC I 408-409. BELTRÁN LLORIS 100 363. CURCHIN 929.
- 98 — C(*aius*) CAEDI(*us*). II VIR QVIN(*quennalis*). *Noua Karthago*. CNHAAA 410:2-3. RPC I 147-148. BELTRÁN LLORIS 102. CURCHIN 545.
- 99 — L(*ucius*) CAELI(*us*) ALACER. II VIR. *Ercauica*. RPC I 462. BELTRÁN LLORIS 103. CURCHIN 729. Identificado por CURCHIN (1990, 207) como *Alegris* e pelos autores do RPC I como *Alacris*, o *cognomen* do presente duúnviro deverá ser *Alacer* (SOLIN e SALOMIES, 1988, 290).
- 100 — C(*aius*) CAEL(*ius*) CAND(*idus*). *Clunia*. RPC I 454. BELTRÁN LLORIS 18. CURCHIN 641.
- 101 — L(*ucius*) CAEL(*ius*) PRES(*sus*?). *Clunia*. RPC I 454. BELTRÁN LLORIS 104. CURCHIN 640.
- 102 — C(*aius*) CAESAR TI(*berii*) N(*epos*) QVINQ(*uennalis*). *Noua Karthago*. RPC I 182-184. BELTRÁN LLORIS 105.
- 103 — G(*aius*) CAESAR. II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 364. BELTRÁN LLORIS 106.
- 104 — L(*ucius*) CAL(*urnius*). AED(*ilis*). *Lepida*. CNHAAA 225:25-26. RPC I 266-267. BELTRÁN LLORIS 107. CURCHIN 666.
- 105 — L(*ucius*) CALPVRN(*ius*). AED(*ilis*). *Saguntum*. CNHAAA 312:64-65. BELTRÁN LLORIS 110-111. CURCHIN 844.
- 106 — T(*itus*) CALP(*urnius*) CONST(*ans*). III VIR. *Clunia*. RPC I 456-457. BELTRÁN LLORIS 108 130. CURCHIN 643 647.
- 107 — C(*aius*) CALP(*urnius*) VARVS. AED(*ilis*). *Clunia*. RPC I 458. BELTRÁN LLORIS 109. CURCHIN 653.
- 108 — Ca(a)nCinai. Ceca indeterminada. CNHAAA 354:1-2. CURCHIN 300.
- 109 — CANDNIL(...?) SISCRA F(*ilius*). \*Beuipum. CNHAAA 134:5-5A. BELTRÁN LLORIS 128. CURCHIN 386.  
O nome deste magistrado deverá ser turdetano (FARIA, 1992, 43).
- 110 — CANTNIP(...?) EONIAE F(*ilius*). \*Beuipum. CNHAAA 134:10.  
À imagem de todos os nomes de magistrados representados nas moedas desta ceca, também *Cantnip(...?)* deve pertencer à antroponímia turdetana (FARIA, 1991a, 18; FARIA, 1992, 43-44). As dúvidas manifestadas em relação a *Andugep(...?)* estendem-se a *Cantnip(...?)*: terminará este NP em bilabial surda?
- 111 — C(*aius*) CARRI(*us*) AQUIL(*a*?). II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 361. BELTRÁN LLORIS 112. CURCHIN 493.
- 112 — CarsuRitu. *Obulco*. CNHAAA 343:15-16. CURCHIN 194.  
NP ibérico (FARIA, 1994a, 67) constituído por Cars, suRi e tu. Como paralelos para cada um dos elementos poderão ser aduzidos os seguintes NNP: beRiCars (D.3.1 e F.6.1), culeS(s)uRi (D.7.1) e TABBANTV (TSall). O nome em apreço não foi incluído no repertório antroponímico dos MLH III (209-238) nem na lista de nomes ibéricos documentados em moedas, elaborada pelo

- mesmo investigador (UNTERMANN, 1979, 51, Tafel 5).
- 113 — L(*ucius*) CASSIVS. II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 309-313. BELTRÁN LLORIS 113. CURCHIN 471.
- 114 — M(*arcus*) CATO. II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 345-351. BELTRÁN LLORIS 114. CURCHIN 483.
- 115 — C(*aius*) CELER. II VIR. *Calagurris*. RPC I 450-451. BELTRÁN LLORIS 116. CURCHIN 535.
- 116 — CELTAMB(...). *Tole*. CNHAAA 296:1-297:5. BELTRÁN LLORIS 117. CURCHIN 926.
- 117 — T(*itus*) CERVIVS. II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 306-308A. BELTRÁN LLORIS 118. CURCHIN 468.
- 118 — AP(*pius*) CLO(*dius*). *caStilo/Castulo*. CNHAAA 338:58. BELTRÁN LLORIS 41. CURCHIN 597.
- 119 — TIB(*erius*) CLOD(*ius*) FLAVVS. PR(*aefectus*) GERMAN(*ici*). *Caesaraugusta*. RPC I 325-329. BELTRÁN LLORIS 120 165. CURCHIN 481.
- 120 — P(*ublius*) COE(*lius*) STARE F(*ilius*). *caStilo/Castulo*. CNHAAA 338:57. BELTRÁN LLORIS 122. CURCHIN 594.
- 121 — T(*itus*) COELIVS PROCVLVS. Q(*uinquennalis*). *Ilici*. RPC I 194-195. BELTRÁN LLORIS 121. CURCHIN 757.
- 122 — COMPOSTVS. II VIR. *Osc*. RPC I 285-286. BELTRÁN LLORIS 124. CURCHIN 805.
- 123 — CONDVC(*ius*) ou CONTVC(*ius*). II VIR QVINQ(*uennalis*). *Noua Karthago?* CNHAAA 411:15-412:17. RPC I 158-159. BELTRÁN LLORIS 126. CURCHIN 543.
- Conducus/Contucius* partilha com *Malleolus* (232) o duunvirato quinquenal testemunhado por RPC I 158, 159 = CNHAAA 411:15-412:17, não havendo, a nosso ver, razões para pensar que *Conducus Malleolus* era o nome de apenas um dos magistrados, permanecendo o seu colega no anonimato (*contra*, RPC I, 782). Recentemente, LORENS FORCADA (1993, 220, 226) defendeu a hipótese de a emissão assinada por *Contucius* e *Malleolus* poder pertencer a *Ilici*, contrariando a tradicional atribuição a *Noua Karthago*. Aos *Contucii* recolhidos pela mesma investigadora (LORENS FORCADA, 1993, 222), importa adicionar o que vem mencionado numa inscrição da Herdade da Torre Vã (Panóias, Ourique) (IRCP 139).
- 124 — CONIP(...). ILQ(*us?*) *Onuba*. CNHAAA 388:7.
- NP eventualmente turdetano (FARIA, 1991a, 18), que recorda, por um lado, CANTNIP (110) e CONIPR (125). O letreiro onde figura este NP parece ser o seguinte: CONIP ILQ ET COPL. Para a interpretação deste último vocábulo, que também sucede à conjunção ET noutra emissão de *Onuba*, após P. TERENT(*ius*) (359), não dispomos de qualquer chave. Se a sua leitura for COPL, talvez se relacione com *cop(u)latio* ou com outra palavra da mesma família, mas nada disto é certo. ILQ, provável abreviatura do segundo nome do mesmo magistrado, deve constituir a latinização — IlQ(*us*) — do elemento onomástico *ilcoS*, presente em diversos NNP turdetanos (DE HOZ, 1976, 270, 274, 278-282; FARIA, 1992, 43).
- 125 — CONIPR(...). *Obulco*. CNHAAA 342:5. BELTRÁN LLORIS 127-129. CURCHIN 210.
- NP possivelmente idêntico ao anterior (FARIA, 1991a, 18).
- 126 — CORANI(*us?*). \***Beuipum**. CNHAAA 134:11. BELTRÁN LLORIS 140. CURCHIN 388.
- Sobre o nome deste magistrado, talvez o único de origem itálica atestado em \***Beuipum**, v. FARIA, 1989, 88; FARIA, 1992, 44.
- 127 — L(*ucius*) CORANI(*us*). Q(*uaestor*). *Valentia*. CNHAAA 318:8. BELTRÁN LLORIS 131. CURCHIN 952.
- 128 — C(*aius*) COR(*nelius*). *caStilo/Castulo*. CNHAAA 333:22. BELTRÁN LLORIS 132. CURCHIN 592.
- 129 — P(*ublius*) CORN(*elius*). *Bailo*. CNHAAA 124:5. BELTRÁN LLORIS 133. CURCHIN 26.
- 130 — L(*ucius*) COR(*nelius*) CALIDVS. II VIR. *Bilbilis*. RPC I 395-396. BELTRÁN LLORIS 134. CURCHIN 453.
- 131 — C(*aius*) CORNE(*lius*) FLORVS. II VIR. *Ercauica*. RPC I 462. BELTRÁN LLORIS 135. CURCHIN 728.
- 132 — L(*ucius*) CORNE(*lius*) FRONTO. II VIR. *Celsa*. CNHAAA 225:28. RPC I 269. BELTRÁN LLORIS 136. CURCHIN 619.
- 133 — T(*itus*) COR(*nelius*) MATE(*rnus*). III VIR. *Clunia*. RPC I 454. BELTRÁN LLORIS 137. CURCHIN 639.
- 134 — C(*aius*) CORN(*elius*) REFEC(*tus*). II VIR. *Bilbilis*. RPC I 400. BELTRÁN LLORIS 139. CURCHIN 457.

- 135 — L(*ucius*) CORNE(*lius*) TERRENVVS. II VIR. *Celsa*. *RPC* I 270. BELTRÁN LLORIS 138. CURCHIN 621.
- 136 — C(*aius*) CVR(*uius*). Q(*uaestor*). *Carteia*. *CNHAAA* 413:11-12. BELTRÁN LLORIS 143. CURCHIN 43.
- 137 — M(*arcus*) CVR(*uius*). *Carteia*. *CNHAAA* 416:40-417:43. BELTRÁN LLORIS 144. CURCHIN 45.
- 138 — Q(*uintus*) CVRVI(*us*). *Carteia*. *CNHAAA* 413:7. BELTRÁN LLORIS 145. CURCHIN 49.
- 139 — CN(*aeus*) DOMITIVS. II VIR. *Celsa*. *RPC* I 278. BELTRÁN LLORIS 148. CURCHIN 628.
- 140 — CN(*aeus*) DOM(*itius*) AMPIAN(*us*). II VIR. *Caesaraugusta*. *RPC* I 319-321. BELTRÁN LLORIS 146. CURCHIN 479.
- 141 — L(*ucius*) DOMI(*tius*) ROBV(*stus*). AED(*ilis*). *Clunia*. *RPC* I 453. BELTRÁN LLORIS 147. CURCHIN 650.
- 142 — DRVSVS CAES(*ar*). II VIR. *Acci*. *RPC* I 137. BELTRÁN LLORIS 149.
- 143 — DRVSVS CAESAR. IIII VIR. *Carteia*. *RPC* I 123. BELTRÁN LLORIS 150.
- 144 — DRVSVS CAESAR. II VIR. *Caesaraugusta*. *RPC* I 343. BELTRÁN LLORIS 151.
- 145 — DRVSVS CAESAR. QVINQ(*uennalis*). *Noua Karthago*. *RPC* I 179-181. BELTRÁN LLORIS 152.
- 146 — M(*arcus*) F(...) M(...). Q(*uaestor*). *Emporiae*. *CNHAAA* 156:38-40. *RPC* I 256. BELTRÁN LLORIS 154. CURCHIN 712.
- 147 — L(*ucius*) FABI(*us*). II VIR. *Calagurris*. *RPC* I 438. BELTRÁN LLORIS 155. CURCHIN 513.
- 148 — M(*arcus*) FABIVS. II VIR. *Caesaraugusta*. *RPC* I 304-305. BELTRÁN LLORIS 156. CURCHIN 466.
- 149 — M(*arcus*) FABI(*us*). AED(*ilis*). *Saguntum*. *CNHAAA* 313:66.
- 150 — L(*ucius*) FABI(*us*). POST(*umus*). *Saguntum*. *CNHAAA* 314:77. *RPC* I 200. BELTRÁN LLORIS 157. CURCHIN 850.
- 151 — L(*ucius*) FABRIC(*ius*). *Noua Karthago*. *CNHAAA* 410:1. *RPC* I 146. BELTRÁN LLORIS 158. CURCHIN 539.
- 152 — CN(*aeus*) FAD(*ius*). II VIR. *Caesaraugusta*. *RPC* I 314-316. BELTRÁN LLORIS 159. CURCHIN 476.
- 153 — P(*ublius*) FALCIDIVS. IIII VIR. *Carteia*. *CNHAAA* 419:58-60. *RPC* I 111-112. BELTRÁN LLORIS 160. CURCHIN 64.
- 154 — L(*ucius*) FENESTE(*lla*). II VIR. *Turiaso*. BELTRÁN LLORIS 161. CURCHIN 933.
- 155 — P(*ublius*) FL(*aius*?). Q(*uaestor*). *Emporiae*. *CNHAAA* 153:18-19. *RPC* I 243.
- 156 — M(*a*)N(*ius*) FLAVIVS FESTVS. II VIR. *Caesaraugusta*. *RPC* I 359-360. BELTRÁN LLORIS 164. CURCHIN 495.
- 157 — M(*a*)N(*ius*) FLAVIVS FESTVS. II VIR. *Celsa*. *RPC* I 272-275. BELTRÁN LLORIS 163. CURCHIN 625.
- 158 — FLORVS. II VIR. *Osc*. *RPC* I 297-299. BELTRÁN LLORIS 166. CURCHIN 810.
- 159 — L(*ucius*) FOLCE(*nus*). AEDILIS. *Acinipo*. *CNHAAA* 393:12. BELTRÁN LLORIS 167. CURCHIN 5.
- 160 — C(*aius*) FVFIVS. AED(*ilis*). *Celsa*. *RPC* I 280. BELTRÁN LLORIS 168 340. CURCHIN 633.
- 161 — FVLVIANVS. PRAEFECTVS. *Caesaraugusta*. *RPC* I 338-339. BELTRÁN LLORIS 175. CURCHIN 491.
- 162 — CN(*aeus*) FVL(*uius*) CN(*aeii*) F(*ilius*). *caStilo/Castulo*. *CNHAAA* 332:15-333:17 21. BELTRÁN LLORIS 169. CURCHIN 590.
- 163 — M(*arcus*) FVL(*uius*). *caStilo/Castulo*. *CNHAAA* 338:56. BELTRÁN LLORIS 170. CURCHIN 586.
- 164 — M(*arcus*) FVLVI(*us*). PR(*aetor*) Q(*uinquennalis*), PR(*aetor*) II VIR. *Lepida*. *CNHAAA* 224:18-19 22-23. *RPC* I 261 264. BELTRÁN LLORIS 171-172. CURCHIN 606 611.
- 165 — C(*aius*) FVL(*uius*) RVTIL(*us*). II VIR. *Calagurris*. *RPC* I 444. BELTRÁN LLORIS 173. CURCHIN 530.
- 166 — L(*ucius*) FVL(*uius*) SPARSVS. II VIR. *Calagurris*. *RPC* I 448. BELTRÁN LLORIS 174. CURCHIN 533.
- 167 — L(*ucius*) FVNI(*sulanus*) VETT(*onianus*). II VIR. *Caesaraugusta*. *RPC* I 361. BELTRÁN LLORIS 176. CURCHIN 494.

Não obstante CURCHIN, os autores do *RPC* I e SYME (1983, 259) terem lido, respectivamente, L FVNI VETE, L FVNI VET F e L FVNI VET, na foto exibida no *RPC* I pode ler-se L FVNI VETT, leitura que já havia adoptado GÓMEZ-PANTOJA (1992, 298, cuadro B). O desdobramento das abreviaturas resulta das considerações de SYME (1983, 259; v. igualmente CABALLOS RUFINO, 1990,

- 146-148).
- 168 — L(*ucius*) FVRIVS. *Corduba*. CNHAAA 402:8-9.
- 169 — M(*arcus*) GEL(*lius*) PALVD(*ius*?). II VIR. *Turiaso*. RPC I 419. BELTRÁN LLORIS 115. CURCHIN 942.  
Tem razão GÓMEZ-PANTOJA (citado por CURCHIN; v. igualmente GÓMEZ-PANTOJA, 1992, 298, cuadro B) ao sugerir a leitura GEL(*lius*) em vez de CEL. Na verdade, a foto constante do RPC I é suficientemente esclarecedora a este respeito.
- 170 — GERMANICVS. II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 325-326. BELTRÁN LLORIS 180.
- 171 — GERMANICVS CAESAR. II VIR. *Acci*. RPC I 137. BELTRÁN LLORIS 178.
- 172 — GERMANICVS CAESAR. IIII VIR. *Carteia*. RPC I 123. BELTRÁN LLORIS 179.
- 173 — GERMANVS. II VIR. *Caesaraugusta*. CNHAAA 368-372. BELTRÁN LLORIS 181. CURCHIN 500.
- 174 — **geSdin. ildubeRi**. CNHAAA 359:9.  
Se não houver relação com o misterioso NP ICSTNIS (*CIL* II 1585) (LAFON, 1963, 402; FARIA, 1991a, 17), poderemos, com as devidas reservas, estar na presença de um NP ibérico composto pelos elementos **geS** e **din**. O primeiro, conhecido em caracteres latinos, documenta-se em ENNEGES (TSall), em \*NARHVNGES (CASTILLO, GÓMEZ-PANTOJA e MAULEÓN, 1981, 50) e em GESELANDEN (CASTILLO, GÓMEZ-PANTOJA e MAULEÓN, 1981, 58). Por sua vez, o componente nominal **din** encontra-se também atestado em GESELANDEN. A despeito de **din** não estar testemunhado em NNP redigidos em escrita e em língua ibéricas, a sua participação noutros componentes — tais como **bedin**, **oRdin**, **adin**, **taRtin** e **tautin** —, não deixa dúvidas quanto à sua existência. A presença de uma segunda dental surda em **taRtin** e em **tautin** talvez se justifique por assimilação à primeira.  
À identificação de **geS** com GES opõe-se o facto, já assinalado por GORROCHATEGUI (1993, 629), de este último elemento ocorrer unicamente no NE peninsular, facto que é corroborado com a nossa interpretação do nome indígena presente na já citada inscrição do Museu de Navarra (CASTILLO, GÓMEZ-PANTOJA e MAULEÓN, 1981, 58).
- 175 — **golon**. *Obulco*. CNHAAA 343:10. CURCHIN 202.  
Apesar de **golon** não ter sido contemplado com uma entrada no repertório antroponímico ibérico organizado por UNTERMANN (*MLH* III, 209-238), a afinidade entre este NP e os NNP ibéricos γολο.βιυρ (LEJEUNE, POUILLOUX e SOLIER, 1988, 54) e **golo** (F.14.1) pode dar a entender que aquele será de origem ibérica (FARIA, 1991b, 192).
- 176 — L(*ucius*) GRANIVS. II VIR. *Calagurris*. RPC I 433. BELTRÁN LLORIS 141 182. CURCHIN 511.
- 177 — C(*aius*) GRAN(*ius*) BROCCHVVS. II VIR. *Calagurris*. RPC I 441-443. BELTRÁN LLORIS 81 142 183. CURCHIN 526.
- 178 — M(*arcus*) HELV(*ius*) FRONTO. II VIR. *Bilbilis*. RPC I 400. BELTRÁN LLORIS 184. CURCHIN 458.
- 179 — C(*aius*) HEL(*uius*) POLLIO. II (*uir*) QV(*inquennalis*), PR(*aefectus*). *Noua Karthago*. CNHAAA 410:4-6. RPC I 149-150 166. BELTRÁN LLORIS 185-186. CURCHIN 541 566.  
Refira-se que a legenda de anverso da emissão RPC I 166 diz o seguinte: TI(*berio*) NERONE QVI(*nquennali*) C(*aio*) HELVI(*o*) POLL(*ione*) PR(*aefecto*) (corrigindo FARIA, 1993c, 142).
- 180 — HOSPES. II VIR. *Oscá*. RPC I 297-299. BELTRÁN LLORIS 191. CURCHIN 809.
- 181 — (...)IHSA(...). *Obulco*. CNHAAA 350:66. CURCHIN 208.  
Leitura a confirmar.
- 182 — C(*aius*) I(...). Q(*uaestor*). *Emporiae*. CNHAAA 152:5-6. RPC I 237. BELTRÁN LLORIS 192. CURCHIN 695.
- 183 — C(*aius*) I(...) NICOM(*edes*?). Q(*uaestor*). *Emporiae*. CNHAAA 153:18-19. RPC I 243. BELTRÁN LLORIS 194. CURCHIN 693.
- 184 — P(*ublius*) I(...) P(...). Q(*uaestor*). *Emporiae*. CNHAAA 153:16-17. RPC I 242. BELTRÁN LLORIS 195. CURCHIN 717.
- 185 — **icoRbeleS. arse**. CNHAAA 300:39. BELTRÁN LLORIS 196. CURCHIN 840.

- 186 — **icoRtaS. arse-Saguntum**. *CNHAAA* 315:8-9.
- 187 — **ILNO. Obulco**. *CNHAAA* 342:6. BELTRÁN LLORIS 197. CURCHIN 205.
- 188 — **ildiRaRCer. undicesCen**. *CNHAAA* 147:43-45. BELTRÁN LLORIS 198. CURCHIN 687.
- 189 — **ildiRadin. Obulco**. *CNHAAA* 343:10. CURCHIN 201.
- 190 — **ildiReuR. Obulco**. *CNHAAA* 343:15, 16. CURCHIN 193.
- 191 — **IMP(erator) CAES(ar). QVIN(quennalis)**. *Noua Karthago. RPC I* 162-163. BELTRÁN LLORIS 199.
- 192 — **A(ulus) IRTHI(us). Lascut**. *CNHAAA* 126:3. BELTRÁN LLORIS 201. CURCHIN 168.  
 Mau grado as discrepâncias gráficas, cremos estar perante o nome do militar cesariano *A. Hirtius* (BELTRÁN, 1954, 15-17). GARCÍA-BELLIDO (1993a, 121), por sua vez, pensa que IRTHI é um NP indígena.
- 193 — **ISCER. Castulo**. *CNHAAA* 332:14. BELTRÁN LLORIS 202. CURCHIN 583.  
 Tido por UNTERMANN (*MLH III* § 7.64) e por CORREA (1992, 264, n. 27, 284), entre outros investigadores, como o segundo componente de SACALISCER (A.97), não há, do nosso ponto de vista, nada que obste a ver em IS CER um nome simples (“Kurzname”) ou, com maior verosimilhança, o primeiro elemento de um antropónimo composto. SACAL (BELTRÁN LLORIS 346; CURCHIN 583) constituiria assim um outro NP autónomo, talvez igualmente abreviado (DE HOZ, 1989, 559), devendo o eventual segundo componente começar por uma lateral que assimilaria a vibrante de **sacaR** (*MLH III* § 505 e n. 32). Recorde-se que na mesma ceca encontram-se documentados dois indivíduos denominados *M(arcus) ISC(er...)* (*CNHAAA* 338:56; BELTRÁN LLORIS 203, 204; CURCHIN 588) e *Q(uintus) ISC(er...) F(ilius)* (*CNHAAA* 339:70, 71; BELTRÁN LLORIS 205; CURCHIN 305), podendo qualquer destes identificar-se com o magistrado em questão (FARIA, 1991a, 16). Por outro lado, se IS CER fosse o segundo componente de SACAL, seria este o único NP ibérico gravado integralmente em moedas castulonenses.
- 194 — *M(arcus) ISC(er). caStilo/Castulo*. *CNHAAA* 338:56. BELTRÁN LLORIS 203-204. CURCHIN 588.
- 195 — **isceRadin. Obulco**. *CNHAAA* 343:11-14. CURCHIN 191.
- 196 — **isceRbeleS. undicesCen**. *CNHAAA* 147:43-45. BELTRÁN LLORIS 206. CURCHIN 686.
- 197 — **IVBA REX IVBAE F(ilius). II V(ir) QV(inquennalis)**. *Noua Karthago. RPC I* 169. BELTRÁN LLORIS 207.
- 198 — **CN(aeus) IVLI(us) L(ucii) F(ilius). Q(uaestor). Corduba**. *CNHAAA* 401:1-402:4. BELTRÁN LLORIS 208. CURCHIN 77.
- 199 — **P(ublius) IVLI(us). Q(uaestor). Carteia**. *CNHAAA* 413:8-9. BELTRÁN LLORIS 209. CURCHIN 58.
- 200 — **P(ublius) IVL(ius) AVITVS. III VIR. Clunia**. *RPC I* 456-457. BELTRÁN LLORIS 210. CURCHIN 645 649.
- 201 — **SEX(tus) IVL(ius) POL(lio). II VIR Q(uinquennalis)**. *Noua Karthago. RPC I* 167-168. BELTRÁN LLORIS 211. CURCHIN 565.
- 202 — **L(ucius) IVL(ius) RVFIN(us). III VIR. Clunia**. *RPC I* 456-457. BELTRÁN LLORIS 212, 339. CURCHIN 642 646.
- 203 — **M(arcus) IVL(ius) SERAN(us). III VIR. Clunia**. *RPC I* 452. BELTRÁN LLORIS 213. CURCHIN 637.
- 204 — **M(arcus) IVL(ius) SETTAL. II VIR. Ilici**. *RPC I* 196-197. BELTRÁN LLORIS 214. CURCHIN 755.  
 O *cognomen* deste magistrado deverá ser ibérico (FARIA, 1994a, 68).
- 205 — **IVNIANVS LVPVS. PR(aefectus) G(aii) CAESAR(is). II VIR. Caesaraugusta**. *RPC I* 338-339 362-364. BELTRÁN LLORIS 219-239. CURCHIN 485-492.
- 206 — **L(ucius) IVNIVS. II VIR. Calagurris**. *RPC I* 437. BELTRÁN LLORIS 215. CURCHIN 518.
- 207 — **L(ucius) IVNIVS. II VIR QVINQ(uennalis)**. *Noua Karthago. CNHAAA* 411:8-10. *RPC I* 152-153. BELTRÁN LLORIS 216. CURCHIN 569.
- 208 — **M(arcus) IVNI(us) AID(ilis). Obulco**. *CNHAAA* 347:44-349:58. BELTRÁN LLORIS 217. CURCHIN 211.
- 209 — **M(arcus) IVNI(us) HISPANVS. II VIR. Celsa**. *RPC I* 270. BELTRÁN LLORIS 218. CURCHIN 620.
- 210 — **L(ucius) IVVENT(ius) LVPERCVS. II VIR. Caesaraugusta**. *RPC I* 325-329. BELTRÁN LLORIS 220.

- CURCHIN 482.
- 211 — M(a)N(ius) KANINIVS. II VIR ITER(um). *Caesaraugusta*. RPC I 322-324. BELTRÁN LLORIS 221. CURCHIN 473.
- 212 — L(ucius) L(...). *Emporiae*. CNHAAA 152:8-9. RPC I 238. BELTRÁN LLORIS 222. CURCHIN 720.
- 213 — P(ublius) L(...). *Emporiae*. CNHAAA 152:8-9. RPC I 238. BELTRÁN LLORIS 223. CURCHIN 719.
- 214 — C(aius) LAETILIVS APALVS. II V(ir) Q(uinquennalis). *Noua Karthago*. RPC I 172-173. BELTRÁN LLORIS 224. CURCHIN 568.
- 215 — LICINIANVS. II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 368-372. BELTRÁN LLORIS 226. CURCHIN 499.
- 216 — M(arcus) LIC(inius) CAPEL(la). II VIR. *Calagurris*. RPC I 444. BELTRÁN LLORIS 227. CURCHIN 529.
- 217 — L(ucius) LIC(inius) CRACILIS. II VIR. *Ercauica*. RPC I 464-467. BELTRÁN LLORIS 229. CURCHIN 731.
- Ainda que *Gracilis* fosse a forma esperada, a grafia *Cracilis* tem pelo menos um paralelo na Tarraconense, especificamente em *Clunia* (*HEp* 2, 1990 137).
- 218 — LICI(nius) CRES(cens). AED(ilis). *Turiaso*. RPC I 415-416. BELTRÁN LLORIS 228. CURCHIN 946.
- 219 — L(ucius) LICI(nius) VARVS. II VIR. *Bilbilis*. RPC I 392-394. BELTRÁN LLORIS 230. CURCHIN 452.
- 220 — C(aius) LIVIS. *Vesci*. CNHAAA 129:5. BELTRÁN LLORIS 231. CURCHIN 297.
- Constituirá LIVIS um exemplo de grafia arcaizante, com nominativo terminado em *-is*, próprio da língua osca (ERNOUT, 1974, 26; LEJEUNE, 1977, 37-38) ou tratar-se-á de um simples erro do gravador?
- 221 — L(ucius) QVL(es...?) F(ilius). *caStilo/Castulo*. CNHAAA 339:70-71. BELTRÁN LLORIS 333. CURCHIN 304.
- Não obstante terem lido correctamente o letreiro em questão, BELTRÁN LLORIS e BELTRÁN LLORIS (1980, 82) não o terão interpretado da melhor maneira, ao proporem L(ucius) Qu(...) L(ucii) f(ilius). Em boa verdade, QVL(...) , também inscrito sob a grafia CVL (CNHAAA 339:17) não é mais do que a abreviação de QVLES (= culeS), presumível primeiro componente de um NP claramente ibérico (FARIA, 1991a, 16; FARIA, 1993b, 138). Sendo aqui um patronímico, o mencionado NP deveria estar em genitivo se tivesse havido a preocupação em adaptar os nomes ibéricos às declinações latinas, o que, de um modo geral, não se verificou (*MLH* III § 604). A identificação através da sequência *praenomen* latino + patronímico indígena + *f(ilius)* foi também adoptada pelos seguintes magistrados castulonenses: M(arcus) BAL(ce...?) F(ilius) (CNHAAA 338:59-339:65; BELTRÁN LLORIS 73; CURCHIN 595), M(arcus) C(...) F(ilius) (CNHAAA 339:70, 71; BELTRÁN LLORIS 90), M(arcus) Q(ules...?) F(ilius) (CNHAAA 338:59-61; BELTRÁN LLORIS 420) e Q(uintus) ISC(er...?) F(ilius) (CNHAAA 339:70, 71; BELTRÁN LLORIS 205; CURCHIN 305).
- 222 — **luci. undicesCen.** CNHAAA 145:28. CURCHIN 690.
- luci** constitui a transliteração ibérica do *praenomen* latino *Lucius* (*MLH* I § 8.2.10, 170; *MLH* III § 617; FARIA, 1993d, 155-156).
- 223 — L(ucius) LVC(...). *Oset*. CNHAAA 396:7. BELTRÁN LLORIS 233. CURCHIN 230.
- 224 — C(aius) LVCIEN(us). Q(uaestor). *Valentia*. CNHAAA 317:1. BELTRÁN LLORIS 235. CURCHIN 950.
- 225 — C(aius) LVCI(us) P(ublii) F(ilius). *Noua Karthago*. CNHAAA 412:18-19. RPC I 160-161. BELTRÁN LLORIS 234. CURCHIN 556.
- 226 — M(arcus) LVCR(etius) PERE(grinus). AED(ilis). *Clunia*. RPC I 458. BELTRÁN LLORIS 236. CURCHIN 652.
- 227 — L(ucius) LVCRETIVS RVFVS. II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 352-358. BELTRÁN LLORIS 237-238. CURCHIN 487 490.
- O *cognomen* deste duúnviro consta de um único quadrante recentemente publicado (MONTANÉS, 1994).
- 228 — Q(uintus) LVTATIVS. II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 304-305. BELTRÁN LLORIS 240. CURCHIN 465.
- 229 — MACRINVS. AED(ilis). *Turiaso*. RPC I 420. BELTRÁN LLORIS 246. CURCHIN 948.

- 230 — C(aius) MAECIVS. II (uir) QVINQV(ennalis). *Noua Karthago*. CNHAAA 411:11-13. RPC I 154-156. BELTRÁN LLORIS 247-248. CURCHIN 548.
- 231 — C(aius) MAIVS C(aii) F(ilius) POLLIO. IIII VIR. *Carteia*. CNHAAA 419:61. RPC I 113. BELTRÁN LLORIS 250. CURCHIN 60.
- 232 — MALLEOL(us). II VIR QVINQ(uennalis). *Noua Karthago?* CNHAAA 411:15-17. RPC I 158-159. BELTRÁN LLORIS 251. CURCHIN 544.  
Sobre este magistrado, v. comentários ao nº 123.
- 233 — [...] MAL(lius) BVCCO. II VIR. *Bilbilis*. RPC I 397A.
- 234 — C(aius) MAL(lius) SERA[N](us). II VIR. *Bilbilis*. RPC I 397A.
- 235 — L(ucius) MANLIVS. II VIR. *Ilici*. RPC I 189-191. BELTRÁN LLORIS 252. CURCHIN 749.
- 236 — Q(uintus) MANL(ius). *Bailo*. CNHAAA 124:5. BELTRÁN LLORIS 253. CURCHIN 25.
- 237 — T(itus) MANLIVS T(iti) F(ilius) SER(gia). *Brutobriga*. CNHAAA 401:1. BELTRÁN LLORIS 254. CURCHIN 321.
- 238 — MARC(ius). Q(uaestor). *Vrso*. CNHAAA 368:6-7.
- 239 — L(ucius) MARCI(us). *Carteia*. CNHAAA 414:13, 14. BELTRÁN LLORIS 257. CURCHIN 44.
- 240 — M(arcus) BAL(ce...) F(ilius). *caStilo/Castulo*. CNHAAA 338:59-339:65. BELTRÁN LLORIS 73. CURCHIN 595.
- 241 — M(arcus) C(...) F(ilius). *caStilo/Castulo*. CNHAAA 339:70-71. BELTRÁN LLORIS 90.
- 242 — M(arcus) Q(ules...?) F(ilius). *caStilo/Castulo*. CNHAAA 338:59-61. BELTRÁN LLORIS 420.
- 243 — MARIVS (?). *Ipses*. CNHAAA 422:1.  
Sobre a eventual presença deste nome nas moedas de *Ipses*, v. FARIA, 1987-1988, 102-103.
- 244 — L(ucius) MAR(ius). *Carteia*. CNHAAA 416:40-417:43.
- 245 — L(ucius) MARIVS. II VIR. *Turiaso*. RPC I 411-412. BELTRÁN LLORIS 258. CURCHIN 931.
- 246 — C(aius) MAR(ius) CAP(ito). II VIR, PR(aefectus) [pro] II VIR(o). *Calagurris*. RPC I 434 440. BELTRÁN LLORIS 255 256. CURCHIN 514 523.
- 247 — C(aius) MARIVS VEGETVS. AED(ilis), II VIR. *Turiaso*. RPC I 415-416 418. BELTRÁN LLORIS 259-260. CURCHIN 940 945.  
À luz dos dados numismáticos disponíveis, não há qualquer possibilidade de o *cognomen* deste magistrado ter sido *Vegetinus* (*contra*, CABALLOS RUFINO, 1990, 209).
- 248 — MARVLLVS. II VIR. *Osca*. RPC I 285, 286. BELTRÁN LLORIS 261. CURCHIN 806.
- 249 — M(a)N(ius) MEMMIVS. II VIR. *Calagurris*. RPC I 437. BELTRÁN LLORIS 262. CURCHIN 517.
- 250 — C(aius) M(inicius) A(mphio?). Q(uaestor). *Emporiae*. CNHAAA 155:28-29 35 156:36. RPC I 250-254. BELTRÁN LLORIS 243-244. CURCHIN 705.  
Este questor encontra-se também documentado em IRC III 43 (v. igualmente PENA, 1992, 72).
- 251 — L(ucius) M(inicius) RVF(us). Q(uaestor). *Emporiae*. CNHAAA 154:22. RPC I 246. BELTRÁN LLORIS 245. CURCHIN 709.  
Segundo PENA (1992, 73), o presente questor deverá ser antepassado do magistrado homónimo documentado em IRC III 44.
- 252 — C(aius) MINIVS Q(uinti) F(ilius). IIII VIR, IIII VIR IT(erum), IIII VIR TER, IIII VIR IV (quater). CNHAAA 417:50-418:57. BELTRÁN LLORIS 263-264. CURCHIN 68.  
A elaboração do CNHAAA constituiu uma excelente oportunidade para proceder à revisão de algumas das interpretações de CHAVES (1979) relativas às legendas das emissões carteienses assinadas por C. *Minius* e C. *Vibius*. Porém, as leituras desta autora foram retomadas na sua totalidade, a despeito de, no livro de VILLARONGA, algumas serem infirmadas pelas fotografias que ilustram as respectivas entradas. Assim, por exemplo, no reverso de CNHAAA 418:53, leu-se VIBI IV onde está VIBIT (possivelmente, VIB IT(erum)), enquanto, no reverso de CNHAAA 418:54, os advérbios IV e II (lido incorrectamente em vez de IT(erum)) — foram descritos isolados do resto da legenda, quando se deveria ter lido — e a fotografia correspondente é inequívoca — C VIBI IIII VIR IT(erum) - C MINIVS IIII VIR IV (quater). De resto, não encontramos

catalogada em nenhuma destas obras a série VIVES 128:6, que diverge de CNHAAA 418:54 por introduzir na legenda de reverso a filiação de *C. Minius*: C MINIVS Q F IIII VIR IV (*quater*). Também as legendas de reverso de CNHAAA 418:51 e 418:52 necessitam de ser corrigidas: na primeira delas, a IIII VIR sucede IV (*quater*) ou II (*bis*); na segunda, a seguir a C VIBI parece distinguir-se IT(*erum*) ou II (*bis*). Também CABALLOS RUFINO (1989, 249), a propósito da presença na numária carteiense do *nomen Vibius*, invoca o testemunho das mesmas emissões, sem ter, do nosso ponto de vista, interpretado da melhor forma as legendas supracitadas. O mesmo investigador identifica nas moedas diversos *Vibii*, facto que, como vimos, consideramos pouco provável. Sublinhe-se que todas estas considerações decorrem exclusivamente da observação das fotos publicadas no CNHAAA.

- 253 — P(*ublius*) MION(...?). IIII VIR. *Carteia*. CNHAAA 417:19. BELTRÁN LLORIS 265. CURCHIN 63. Leitura a confirmar.
- 254 — MONTANVS. II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 373-377 380-386. BELTRÁN LLORIS 266-267. CURCHIN 502.
- 255 — C(*aius*) MVNI(us). Q(*uaestor*). *Valentia*. CNHAAA 317:1. BELTRÁN LLORIS 268. CURCHIN 951.
- 256 — NAEAL. *Obulco*. CNHAAA 342:6. BELTRÁN LLORIS 197. CURCHIN 206.
- 257 — L(*ucius*) NEP(os). PR(*aetor*) II VIR. *Lepida*. CNHAAA 224:21. RPC I 263. BELTRÁN LLORIS 270. CURCHIN 608.
- 258 — NERO CAESAR. II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 343. BELTRÁN LLORIS 271.
- 259 — NERO CAESAR. QVINQ(*uennalis*). *Noua Karthago*. RPC I 179-181. BELTRÁN LLORIS 272.
- 260 — TI(*berius*) NERO. QVI(*nquennalis*). *Noua Karthago*. RPC I 166. BELTRÁN LLORIS 273.
- 261 — **neselducu**. *Obulco*. CNHAAA 344:17-345:25. CURCHIN 198.

Correspondendo o último signo a G 15 (*MLH* I, 136 (Übersicht)), este deve ser transliterado por **cu** e não por **co**. Detectado, até agora, somente em **BeCueCi** (*MLH* I A.100-11) e, parcialmente, no NP em análise (*MLH* I, 334, 335), o presente grafema consta igualmente de **an(n)duaCui** (*MLH* I A.100-6, -7) e de **ueCueCi** (*MLH* I A.101-2, -3). **neselducu** é um NP ibérico formado pelos componentes nominais **nes** (*MLH* III § 7.92), **ildu** (*MLH* III § 7.62) — justificando-se **eldu** por assimilação vocálica (FARIA, 1991, 18) — e **cu**, também conhecido no NP **belenCu** e provável variante de **co** (CAMPMAJÓ e UNTERMANN, 1993, 509), testemunhado, por exemplo em **\*toloco** < *Toloco* (*CIL* II 3450; *CIL* II 1389; ALBERTOS, 1966, 230), NP que integra **tolo**, componente já identificado por UNTERMANN (*MLH* III § 7.129). Dada a raridade do elemento **cu** em contextos antroponímicos, a vogal final do nome do magistrado obulconense poderá ficar igualmente a dever-se a um processo de assimilação. Porém, este mesmo fenómeno não explica a presença da referida vogal em **belenCu**. Seja como for, não sabemos por que razão UNTERMANN não incluiu **neselducu** no repertório antroponímico já referido (*MLH* III, 209-238).

G 14 (= **Co**) parece ocorrer muito raramente no nosso NP (*MLH* I, 334), tendo nós contabilizado somente os seguintes casos: VIVES 96:4, CNHAAA 344:18, 344:21 e 345:24. Em boa verdade, não podemos deixar de expressar as nossas dúvidas quanto à correcta interpretação do grafema em causa, mercê do mau estado dos exemplares fotografados. No entanto, aceitando que o silabograma gravado nas referidas peças foi mesmo G 14, este deverá ter sido utilizado por pouco tempo numa fase anterior à invenção de G 15, criado *ad hoc*, já no contexto da língua ibérica, a partir daquele, no intuito de distinguir nesta língua dois fonemas que a fonética turdetana não conteria. Com efeito, a língua turdetana, para a qual terá sido criado o sistema de escrita meridional, deveria conhecer unicamente uma vogal posterior que viria a ser realizada em caracteres latinos indistintamente por *o* ou por *u* (u. g., *Olont* (CNHAAA 111:11)/*Olunt* (CNHAAA 111:12), *\*Ossonoba* (IRCP 7)/*Osunuba* (CNHAAA 424:1), etc.) (CORREA, 1993, 551-552; FARIA, 1993d, 151-152). Outra prova de que a introdução de um signo para **Cu** ocorreu já no âmbito da língua ibérica, sem que houvesse a possibilidade de o uniformizar no espaço da escrita meridional, reside no facto de, no chumbo de Mogente (*MLH* III G.7.2), **Cu** derivar de **Co** (G 14), não mediante

a aposição de uma haste vertical a dividir a respectiva metade inferior (G 15), mas através do acrescento de um apêndice semicircular (FARIA, 1993d, 151; v. *supra*); curiosamente, GM 16' (DE HOZ, 1980, 304, cuadro 2 = 1989, 573, Cuadro 3) que, em diversos textos, deve, tal como em **odac(i)iS** (282), ter correspondido a **C-** (G.15.1, H.5.1) ou a **Ci** (G.7.2, G.16.1, .3, .4), abreviando noutros um valor metrológico (*MLH* III G.0.1, G.7.2) (DE HOZ, 1981, 477-481; FARIA, 1990-1991, 79-80), é, noutra inscrição proveniente de Mogente (Bastida VI) (FLETCHER VALLS e BONET, 1991-1992, 146-147), passível de ser transliterado por **Cu**. A existência de uma só vogal posterior no sistema fonético turdetano, factor que se nos afigura determinante do fracasso que caracterizou o propósito dos Iberos no sentido de estabelecer dentro do sistema de escrita meridional um signo unanimemente reconhecível como **Cu**, parece também poder comprovar-se através da criação dos grafemas **o**, **Bo**, **To** e **Co** numa fase tardia da escrita do Sudoeste (ADIEGO, 1993, 16), partindo do pressuposto de que esta seria mais ou menos a mesma que vigoraria anteriormente na área tartéssica/turdetana, se bem que com valores fonéticos em parte diferentes. Mais tarde, estes signos terão sido adoptados pelos Iberos utilizadores do semi-silabário meridional, tendo o segundo (**Bo**) sido reinterpretado para realizar a velar **C(i)** e o terceiro (**To**), sofrido uma reorientação de 90°, com vista a representar o mesmo valor silábico que, segundo ADIEGO, terá tido no sistema do SO.

Para além das consideráveis variações nos estilos de escrita (DE HOZ, 1989, 558), importa sublinhar a diversidade de soluções gráficas acima entrevista, motivada, ou não, pela falta de correspondência entre fonemas turdetanos e ibéricos. Uma tal diversidade, que não se restringe aos signos representantes de vogais posteriores — testemunha-o a especificidade dos signos inscritos no chumbo de Gádor (H.1.1; DE HOZ, 1989, 556) — pode muito bem significar a existência de diversos semi-silabários meridionais transmissores da língua ibérica, decerto partilhando a maior parte dos grafemas e susceptíveis de variar no espaço e no tempo.

Se, como advogámos antes, a utilização de G 14 tiver precedido a criação de G 15, há que pôr em causa a cronologia relativa defendida por UNTERMANN (*MLH* I, 335), que propugnava a anterioridade de VIVES 95:5, onde se documenta G 15, relativamente a VIVES 96:4, que parece exibir G 14.

- 262 — **NIG(er)**. *Obulco*. *CNHAAA* 351:74-353:86. BELTRÁN LLORIS 274. CURCHIN 214.
- 263 — **SEX(tus)** **NIGER**. *AED(ilis)*. *Lepida*. *CNHAAA* 225:25 27. *RPC* I 266-268. BELTRÁN LLORIS 275. CURCHIN 617.  
É quase certo ser este indivíduo o pai do magistrado nº 299.
- 264 — **C(aius)** **NINI(us)**. *Q(uaestor)*. *Carteia*. *CNHAAA* 413:10. BELTRÁN LLORIS 276. CURCHIN 48.
- 265 — **niosisceR**. Ceca indeterminada. *CNHAAA* 52:106.  
NP ibérico que já afirmámos (FARIA, 1994b, 122) estar mal lido por VILLARONGA, formado pelos elementos **nios** (*MLH* III § 7.94) — documentado pela primeira vez em posição inicial — e **isceR** (*MLH* III § 7.64).
- 266 — **L(ucius)** **NOVIVS**. II VIR. *Turiaso*. *RPC* I 411-412. BELTRÁN LLORIS 277. CURCHIN 932.
- 267 — **L(ucius)** **NOVVS**. II VIR. *Calagurris*. *RPC* I 445-446. BELTRÁN LLORIS 278. CURCHIN 532.
- 268 — **C(aius)** **NVCIA(nus)**. III VIR. *Carteia*. *CNHAAA* 419:62-63. *RPC* I 114-115. BELTRÁN LLORIS 279. CURCHIN 66.
- 269 — **NVM(...)**. *Carteia*. *CNHAAA* 417:46. BELTRÁN LLORIS 280. CURCHIN 47.
- 270 — **L(ucius)** **NVMIT(orius)** **BODO**. *Lascut*. *CNHAAA* 126:4. BELTRÁN LLORIS 282. CURCHIN 303.  
Geralmente considerado de origem púnica (SOLA-SOLÉ, 1980, 48), não deixa de ser notória a semelhança de BODO com os seguintes NNP ibéricos: BODONILVR < \***bodonildur** (*CIL* II 2114), **bodotaS** (F.9.5, .6, .7) e **bodotigi** (F.9.5).
- 271 — **C(aius)** **NVMI(us)**. *Q(uaestor)*. *Valentia*. *CNHAAA* 318:8. BELTRÁN LLORIS 281. CURCHIN 953.
- 272 — **C(aius)** **O(...)** **G(...)**. *Q(uaestor)*. *Emporiae*. *CNHAAA* 155:35, 156:36. *RPC* I 254. BELTRÁN LLORIS 284. CURCHIN 706.

- 273 — M(arcus) O(...) H(...). Q(uaestor). *Emporiae*. CNHAAA 154:23-25. RPC I 247. BELTRÁN LLORIS 283-286. CURCHIN 713.
- 274 — C(aius) O(ctavius) CAR(bo). Q(uaestor). *Emporiae*. CNHAAA 155:32-33. RPC I 252. BELTRÁN LLORIS 285. CURCHIN 692.  
Magistrado também identificado em IRC III 45 (v. igualmente PENA, 1992, 72).
- 275 — T(itus) OCTA(uius) METAL(licus). AED(ilis). *Clunia*. RPC I 453. BELTRÁN LLORIS 287. CURCHIN 651.
- 276 — C(aius) OC(tavius) T(...). Q(uaestor). *Emporiae*. CNHAAA 156:37. RPC I 255.
- 277 — ODACIS. A(edilis?). \*Beuipum. CNHAAA 133:3, 4. BELTRÁN LLORIS 288.  
Este nome deverá ter uma origem turdetana (FARIA, 1992, 43).
- 278 — M(arcus) OFILLIVS SILVAN(us). II VIR ITER(um). *Caesaraugusta*. RPC I 359-360. BELTRÁN LLORIS 289. CURCHIN 496.
- 279 — **oloSoRdin**. Ceca indeterminada. CNHAAA 49:83.  
NP claramente ibérico, **oloSoRdin** mereceu somente uma nota de rodapé (229, n. 95.1) no repertório antroponímico constante dos *MLH* III (209-238).
- 280 — M(arcus) OPSI(lius). *Lascut*. CNHAAA 127:5.
- 281 — Q(uintus) OPSIL(ius). *Carteia*. CNHAAA 414:15, 16. BELTRÁN LLORIS 292. CURCHIN 50.
- 282 — C(aius) OTAC(ilius). PR(aetor) QVIN(quennalis). *Lepida*. CNHAAA 224:18-19. RPC I 261. BELTRÁN LLORIS 293. CURCHIN 607.
- 283 — **odaciiS**. *Obulco*. CNHAAA 342:9. CURCHIN 196.  
Trata-se, com toda a probabilidade, de um nome idêntico ao que foi gravado em latim nas moedas de \*Beuipum, mas agora escrito em caracteres meridionais (DE HOZ, 1980, 314; FARIA, 1992, 43).
- 284 — M(arcus) P(...). *arse-Saguntum*. CNHAAA 312:61. CURCHIN 294.
- 285 — L(ucius) PAP(irius) AVIT(us). II VIR Q(uinquennalis). *Ilici*. RPC I 198-199. BELTRÁN LLORIS 297. CURCHIN 754.
- 286 — C(aius) P(apirius?) C(arbo?). Q(uaestor). *Emporiae*. CNHAAA 154:21. RPC I 245. BELTRÁN LLORIS 295. CURCHIN 698.  
A nossa proposta de desdobramento das abreviaturas decorre da presença de *Papirii Carbones* em *Emporiae* (IRC III 77).
- 287 — Q(uintus) PAPIR(ius) CAR(bo). II VIR Q(uinquennalis). *Ilici*. RPC I 192-193. BELTRÁN LLORIS 298. CURCHIN 751.
- 288 — Q(uintus) PEDECAI(us). *Carteia*. CNHAAA 414:17-20. BELTRÁN LLORIS 299-300. CURCHIN 51.
- 289 — PEREGRINVS. II VIR. *Oscá*. RPC I 295. BELTRÁN LLORIS 301. CURCHIN 812.
- 290 — T(itus) PETRONIVS. II VIR. *Ilici*. RPC I 189-191. BELTRÁN LLORIS 302. CURCHIN 750.
- 291 — M(arcus) PLAET(orius) TRAN(quillus). II VIR ITER(um). *Calagurris*. RPC I 435. BELTRÁN LLORIS 303. CURCHIN 516.
- 292 — C(aius) POMPEIVS. II VIR. *Celsa*. RPC I 278. BELTRÁN LLORIS 310. CURCHIN 629.
- 293 — CN(aeus) POMP(eius). III VIR. *Clunia*. RPC I 452. BELTRÁN LLORIS 306. CURCHIN 634.
- 294 — L(ucius) POMPE(ius) BVCCO. II VIR. *Celsa*. CNHAAA 225:28. RPC I 269. BELTRÁN LLORIS 307. CURCHIN 618.  
O mesmo duúnviro que leva o n° 81?
- 295 — G(aius) POM(peius) CAPE(lla). II VIR II (bis). *Bilbilis*. RPC I 397. BELTRÁN LLORIS 304. CURCHIN 455.
- 296 — CN(aeus) POM(peius) FLAC(cus). II VIR Q(uinquennalis). *Noua Karthago*. RPC I 185-186. BELTRÁN LLORIS 305. CURCHIN 576.
- 297 — T(itus) POMP(eius) LONG(inus). III VIR. *Clunia*. RPC I 456-457. BELTRÁN LLORIS 232 308. CURCHIN 644 648.
- 298 — SEX(tus) POMP(eius) NIGER. AED(ilis). *Celsa*. RPC I 276-277. BELTRÁN LLORIS 309. CURCHIN 627.

- Presumível filho do magistrado nº 264 (BELTRÁN LLORIS, MOSTALAC CARRILLO e LASHERAS CORRUCHAGA, 1984, 24).
- 299 — G(aius) POMPON(ius) PARRA. II V(ir). *Caesaraugusta*. RPC I 362-364. BELTRÁN LLORIS 311. CURCHIN 486.
- 300 — M(arcus) PONT(ius) MARSVS. II VIR. *Turiaso*. RPC I 418. BELTRÁN LLORIS 312. CURCHIN 939.
- 301 — Q(uintus) PONT(ius) PLA(cidus). AED(ilis). *Turiaso*. RPC I 414. BELTRÁN LLORIS 313. CURCHIN 944.
- 302 — M(arcus) POPILLI(us) M(arci) F(ilius). **caStilo/Castulo**. CNHAAA 338:57. BELTRÁN LLORIS 316. CURCHIN 593.
- 303 — Q(uintus) POPIL(ius). **arse-Saguntum**. CNHAAA 314:76. BELTRÁN LLORIS 314. CURCHIN 847.
- 304 — T(itus) POPILI(us). II VIR QVIN(quennalis). *Noua Karthago*. CNHAAA 410:2, 3. RPC I 147-148. BELTRÁN LLORIS 315. CURCHIN 546.
- 305 — L(ucius) PORCIVS. PR(aetor) II VIR. *Lepida*. CNHAAA 224:20. RPC I 262. BELTRÁN LLORIS 318. CURCHIN 613.
- 306 — M(arcus) PORCI(us). II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 314-316. BELTRÁN LLORIS 317. CURCHIN 475.
- 307 — L(ucius) PORC(ius) CAPIT(o). *Noua Karthago*. II VIR Q(inquennalis). RPC I 170-171. BELTRÁN LLORIS 319. CURCHIN 563.
- 308 — A(ulus) POS(tumius). **caStilo/Castulo**. CNHAAA 338:58. BELTRÁN LLORIS 320. CURCHIN 598.
- 309 — M(arcus) POSTVM(ius) ALBINVS. II VIR Q(inquennalis), II VIR QVINQV(ennalis) ITER(um). *Noua Karthago*. RPC I 170-171 174-178. BELTRÁN LLORIS 322-323. CURCHIN 562 574.
- 310 — C(aius) POST(umius) MIL(o). II VIR. *Calagurris*. RPC I 436. BELTRÁN LLORIS 321. CURCHIN 520.
- 311 — P(ublius) PRISCVS. II VIR. *Osca*. RPC I 300-303. BELTRÁN LLORIS 325. CURCHIN 816.
- 312 — REX PTOL(emaus). II V(ir) Q(inquennalis). RPC I 172-173. BELTRÁN LLORIS 326.
- 313 — Q(uintus) PVBLILI(us). *Onuba*. CNHAAA 387:3-388:5. BELTRÁN LLORIS 327. CURCHIN 225.
- 314 — M(arcus) Q(...). **arse-Saguntum**. CNHAAA 311:51-54.
- 315 — QVIETVS. II VIR. *Osca*. RPC I 295. BELTRÁN LLORIS 331. CURCHIN 811.
- 316 — Q(uintus) ISC(er...?) F(ilius). **caStilo/Castulo**. CNHAAA 339:70-71. BELTRÁN LLORIS 205. CURCHIN 305.
- 317 — M(arcus) QVINCTIVS. II VIR. *Osca*. RPC I 284. BELTRÁN LLORIS 332. CURCHIN 803.
- 318 — L(ucius) RAI(us). CE(n)S(or). *Carteia*. CNHAAA 415:28. BELTRÁN LLORIS 336. CURCHIN 55.
- 319 — RECTVS. AED(ilis). *Turiaso*. RPC I 420. BELTRÁN LLORIS 337. CURCHIN 947.
- 320 — C(aius) RECTVS. II VIR. *Calagurris*. RPC I 450. BELTRÁN LLORIS 338. CURCHIN 536.
- 321 — C(aius) R(osius?). Q(uaestor). *Emporiae*. CNHAAA 153:13. RPC I 240. BELTRÁN LLORIS 334-335. CURCHIN 697.
- Existem fortes indícios de que *Rosius* é o *nomen* aqui abreviado (IRC III 46).
- 322 — C(aius) RVF(us). Q(uaestor). **iCalesCen**. CNHAAA 327:25-328:26.
- Somente legível a partir de 1981 (ARROYO ILERA e SANCHIS SOLER, 1981; MAGERIT-SEGURA-VICO XII/1981, 790), o nome do questor gravado nas moedas com a legenda **iCalesCen**, talvez correspondentes aos Ἰγλητες (*Str.* 3.4.19) (FARIA, 1991a, 15), não tem merecido a devida atenção na bibliografia dedicada às magistraturas romanas. Atendendo a que a supracitada legenda monetária latina foi inicialmente lida como C.NF Q (ARROYO ILERA e SANCHIS SOLER, 1981), pareceu-nos necessário dar-lhe uma interpretação mais consentânea com o que se poderia esperar de um nome de um questor presumivelmente latino, pelo que, recentemente (FARIA, 1993b, 137; FARIA, 1994b, 123), sugerimos que se lesse C(aius) RVF(us) Q(uaestor). Todavia, as leituras C(aius) RVF(ius) Q(uaestor) ou C(aius) AVF(idius) Q(uaestor) não são de excluir.
- 323 — C(aius) S(...). **arse-Saguntum**. CNHAAA 311:50-52.
- 324 — C(aius) S(...) B(...). Q(uaestor). *Emporiae*. CNHAAA 154:27. RPC I 249. BELTRÁN LLORIS 342. CURCHIN 700.
- 325 — C(aius) S(...) M(...). Q(uaestor). *Emporiae*. CNHAAA 153:16-17. RPC I 242. BELTRÁN LLORIS 343.

- CURCHIN 718.
- 326 — M(arcus) S(...) R(...). Q(uaestor). *Emporiae*. CNHAAA 154:21. RPC I 245. BELTRÁN LLORIS 344. CURCHIN 699.
- 327 — SACAL. **caStilo**/*Castulo*. CNHAAA 332:14. BELTRÁN LLORIS 346. CURCHIN 583.
- 328 — P(ublius) SALPAS. PR(aetor) II VIR. *Lepida*. CNHAAA 224:22-23. RPC I 264. BELTRÁN LLORIS 347. CURCHIN 610.  
Identificado como *Salpa* no RPC I, como *Sal(uius?) Pa(ternus?)* por CURCHIN e como *Sal(uius) Pa(rianius)* por GRANT (1969, 212), o *cognomen* do magistrado em questão, gravado em ablativo nas moedas, deve possuir uma origem ibérica (FARIA, 1994a, 70).
- 329 — C(aius) SALVIVS. II VIR. *Ilici*. CNHAAA 421:1, 2. RPC I 187-188. BELTRÁN LLORIS 348. CURCHIN 748.
- 330 — L(ucius) SATVRNINVS. II VIR. *Calagurris*. RPC I 448. BELTRÁN LLORIS 349. CURCHIN 534.
- 331 — SCIPIO. II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 373-377 380-381. BELTRÁN LLORIS 350. CURCHIN 501.
- 332 — C(aius) SEMP(ronius) BARBA. II VIR. *Calagurris*. RPC I 447. BELTRÁN LLORIS 352. CURCHIN 527.
- 333 — M(arcus) SEMP(ronius) FRONT(o). II VIR. *Turiaso*. RPC I 413. BELTRÁN LLORIS 353. CURCHIN 936.
- 334 — L(ucius) SEMP(ronius) GEMINVS. II VIR. *Saguntum*. RPC I 201-203. BELTRÁN LLORIS 354. CURCHIN 853.
- 335 — L(ucius) SEMP(ronius) MAX(imus). AED(ilis). *Lepida*. CNHAAA 225:24. RPC I 265. BELTRÁN LLORIS 355. CURCHIN 614.
- 336 — L(ucius) SEMP(ronius) RVF(us). AED(ilis). *Clunia*. RPC I 455. BELTRÁN LLORIS 356. CURCHIN 654.
- 337 — L(ucius) SEMP(ronius) RVTILVS. II VIR. *Bilbilis*. RPC I 395-396. BELTRÁN LLORIS 357. CURCHIN 454.
- 338 — M(arcus) SEMP(ronius) TIBERI(nus). II VIR. *Bilbilis*. RPC I 392-394. BELTRÁN LLORIS 358. CURCHIN 451.
- 339 — L(ucius) SEMPR(oni)us VETTO. *Saguntum*. CNHAAA 314:77. RPC I 200. BELTRÁN LLORIS 359. CURCHIN 849.
- 340 — M(arcus) SEPTV(mius). *Carteia*. CNHAAA 414:21-415:26. BELTRÁN LLORIS 360. CURCHIN 46.
- 341 — L(ucius) SERANVS. II VIR. *Turiaso*. RPC I 410. BELTRÁN LLORIS 361. CURCHIN 934.
- 342 — L(ucius) SESTI(us) CELER. II VIR. *Ilici*. RPC I 196-197. BELTRÁN LLORIS 362. CURCHIN 756.
- 343 — C(aius) SEX(tius). AED(ilis). *Calagurris*. CNHAAA 277:6. RPC I 432. BELTRÁN LLORIS 364. CURCHIN 509.
- 344 — **SiBiBolai**. *Obulco*. CNHAAA 342:8. CURCHIN 189.  
Já por mais de uma vez podemos manifestar o nosso completo acordo com a leitura do nome deste magistrado proposta por DE HOZ (1980, 314) (FARIA, 1990-1991, 74; FARIA, 1991a, 17).
- 345 — **siCaai**. *Obulco*. CNHAAA 342:9. CURCHIN 195.
- 346 — **SiCaRbi**. Ceca indeterminada. CNHAAA 513:31A.  
NP ibérico decomponível em **SiCe**, unicamente atestado em **edeSiCe** (E.1.124) (*MLH* III § 7.102), e em **aRbi** (*MLH* III § 7.13). A assimilação da última vogal do primeiro componente à que inicia o segundo é a explicação mais económica para a forma que apresenta este NP, sendo menos provável a ocorrência de uma haplogogia envolvendo \***SiCaR**, desconhecida variante de **SiCe**, e **aRbi**.
- 347 — SISBE SISCRA F(i)lius). A(edilis?). \***Beuipum**. CNHAAA 134:5A-6. BELTRÁN LLORIS 365-366. CURCHIN 385.
- 348 — SISD(...?). *Vesci*. CNHAAA 129:4. CURCHIN 296.
- 349 — SISIOL(...?). *Obulco*. CNHAAA 351:72. BELTRÁN LLORIS 368.
- 350 — SISIREN. *Obulco*. CNHAAA 350:66. BELTRÁN LLORIS 367. CURCHIN 209.
- 351 — SISVCVRHIL. \***Beuipum**. CNHAAA 134:9. CURCHIN 387.

- 352 — SOCED. **caStilo/Castulo**. CNHAAA 332:14. BELTRÁN LLORIS 269. CURCHIN 584.  
A localização do nome SOCED no exergo do reverso de CNHAAA 332:14 não é motivo suficiente para excluir a sua interpretação como NP (*contra*, DE HOZ, 1989, 560); para não sairmos da mesma ceca, basta referir a colocação dos NNP P(*ublius*) COE(*lius*) e A(*ulus*) POS(*tumius*) nos exergos dos reversos de CNHAAA 338:57 e de CNHAAA 338:58, respectivamente.
- 353 — SPARSVS. II VIR. *Osc*. RPC I 287-288. BELTRÁN LLORIS 370. CURCHIN 807.
- 354 — CN(*aeus*) STATI(*us*) LIBO. PRAEF(*ectus*). *Noua Karthago?* CNHAAA 425:1-2. RPC I 483. BELTRÁN LLORIS 371. CURCHIN 561.  
Sobre a emissão de *Cn. Stati. Libo praef.*, v. LLORENS FORCADA, 1989.
- 355 — M(*a*)N(*ius*) SVLP(*icius*) LVCAN(*us*). II VIR. *Turiaso*. RPC I 413. BELTRÁN LLORIS 372. CURCHIN 935.
- 356 — T(*itus*) SVLP(*icius*) QVAR(*tus*). AED(*ilis*). *Turiaso*. RPC I 414. BELTRÁN LLORIS 373. CURCHIN 943.
- 357 — L(*ucius*) SVRA. PR(*aetor*) II VIR, II VIR. *Lepida-Celsa*. CNHAAA 224:21. RPC I 263 271. BELTRÁN LLORIS 374-375. CURCHIN 609 622.
- 358 — C(*aius*) T(...) C(...). Q(*uaestor*). *Emporiae*. CNHAAA 153:34. RPC I 253. BELTRÁN LLORIS 376. CURCHIN 707.
- 359 — G(*aius*) TARRACINA. II VIR. *Osc*. RPC I 300-303. BELTRÁN LLORIS 377. CURCHIN 815.
- 360 — **TeCiailcoS**. Ceca indeterminada. CNHAAA 354:1-2. CURCHIN 301.  
A terminação em **-ilcoS** aponta para a inclusão deste NP na antroponímia turdetana (DE HOZ, 1976, 270, 274, 278-282; FARIA, 1990-1991, 47, 81; FARIA, 1991a, 18; FARIA, 1992, 43-44).
- 361 — P(*ublius*) TERENT(*ius*). *Onuba*. CNHAAA 388:6. BELTRÁN LLORIS 378. CURCHIN 226.
- 362 — P(*ublius*) TERENT(*ius*) BODO. *Lascut*. CNHAAA 126:4. BELTRÁN LLORIS 379. CURCHIN 302.
- 363 — L(*ucius*) TER(*entius*) LON(*ginus*). II VIR Q(*uinquennalis*). *Ilici*. RPC I 198-199. BELTRÁN LLORIS 380. CURCHIN 753.
- 364 — Q(*uintus*) TERENTIVS MONT(*anus*). II VIR, II VIR Q(*uinquennalis*). CNHAAA 421:1-2. RPC I 187, 188, 192-193. BELTRÁN LLORIS 381-382. CURCHIN 747 752.
- 365 — C(*aius*) TER(*entius*) SVRA. II VIR. *Ercauica*. RPC I 464-467. BELTRÁN LLORIS 383. CURCHIN 730.
- 366 — **tibeRi. undicesCen**. CNHAAA 147:46-148:48. BELTRÁN LLORIS 384. CURCHIN 689.  
**tibeRi** constitui a transliteração ibérica do *praenomen* latino *Tiberius* (MLH I § 8.2.10, 170; MLH III § 617; FARIA, 1993d, 155-156).
- 367 — **tigirsgine**. Ceca indeterminada. CNHAAA 47:73.
- 368 — A(*ulus*?) TILAN (?). *Obulco*. CNHAAA 341:3. BELTRÁN LLORIS 385. CURCHIN 213.  
Leitura a confirmar.
- 369 — L(*ucius*) TITIVS. II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 322-324. BELTRÁN LLORIS 386. CURCHIN 474.
- 370 — TITVLLVS. II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 382-386. BELTRÁN LLORIS 387. CURCHIN 503.
- 371 — L(*ucius*) TRINI(*us*) L(*ucii*) F(*ilius*). Q(*uaestor*). *Valentia*. CNHAAA 317:4 6. BELTRÁN LLORIS 388. CURCHIN 955.
- 372 — **TuiTuBolai**. *Obulco*. CNHAAA 343:11-14. CURCHIN 192.
- 373 — **TuiTuiBoRen**. *Obulco*. CNHAAA 346:36-37. CURCHIN 203.
- 374 — P(*ublius*) TVRVLLIVS. II VIR QVINQVEN(*nalis*). *Noua Karthago*. RPC I 174-178. BELTRÁN LLORIS 389. CURCHIN 573.  
Curiosamente, de todos os duúnviros quinquenais documentados nas emissões de *Noua Karthago*, este é o único cujo nome figura em ablativo.
- 375 — P(*ublius*) V(...). **arse**. CNHAAA 311:56-57. BELTRÁN LLORIS 390.
- 376 — L(*ucius*) VALENTINVS. II VIR. *Calagurris*. RPC I 445, 446. BELTRÁN LLORIS 401. CURCHIN 531.
- 377 — C(*aius*) VALERIVS. AED(*ilis*), II VIR. *Calagurris*. CNHAAA 277:6. RPC I 432-433. BELTRÁN LLORIS 391 402. CURCHIN 510.

- 378 — M(arcus) VAL(erius). PR(aefectus) [pro] II VIR(o). *Calagurris*. RPC I 440. BELTRÁN LLORIS 392. CURCHIN 524.
- 379 — M(arcus) VAL(erius). caStilo/Castulo. CNHAAA 333:22. BELTRÁN LLORIS 393. CURCHIN 591.
- 380 — Q(uintus) VALERI(us). arse. CNHAAA 311:55. BELTRÁN LLORIS 406. CURCHIN 843.
- 381 — C(aius) VAL(erius) AQVILVS. II VIR. *Turiaso*. RPC I 408-409. BELTRÁN LLORIS 46 394. CURCHIN 930.
- 382 — C(aius) VALERIVS FENE(stella). II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 309-313. BELTRÁN LLORIS 403-404. CURCHIN 472.
- 383 — L(ucius) VAL(erius) FLAVVS. AED(ilis). *Calagurris*. RPC I 449. BELTRÁN LLORIS 395. CURCHIN 537.
- 384 — T(itus) VAL(erius) MERVLA. AED(ilis). *Calagurris*. RPC I 449. BELTRÁN LLORIS 397. CURCHIN 538.
- 385 — M(arcus) VAL(erius) QVAD(ratus). II VIR. *Turiaso*. RPC I 417. BELTRÁN LLORIS 398. CURCHIN 938.
- 386 — L(ucius) VALER(ius) SVRA. II VIR. *Saguntum*. RPC I 201-203. BELTRÁN LLORIS 405. CURCHIN 854.
- 387 — VAL(erius) TER(...). *Ilipula Halos*. CNHAAA 389:1. BELTRÁN LLORIS 399. CURCHIN 116.
- 388 — G(aius) VALE(rius) TRANQ(uillus). II VIR. *Bibilis*. RPC I 397. BELTRÁN LLORIS 400. CURCHIN 456.
- 389 — C(aius) VAR(ius) RVF(us). II VIR Q(uinquennalis). *Noua Karthago*. RPC I 167-168. BELTRÁN LLORIS 408. CURCHIN 564.
- 390 — Q(uintus) VARIVS HIBERVS. II VI(r) QVINQ(uenalis), PRAEF(ectus) M(arci) AGRIP(pae) QVIN(quennalis), PRAEF(ectus). *Noua Karthago*. CNHAAA 412:18-19. RPC I 160-166. BELTRÁN LLORIS 187-190 409. CURCHIN 555 558 560 567.
- No seu já citado estudo sobre os senadores de origem hispânica durante o período republicano, CABALLOS RUFINO (1989, 242-245) não se deu conta de que *Hiberus* era o *cognomen* de *Q. Varius*, magistrado de *Noua Karthago* e presumível descendente do senador *Q. Varius Seuerus Hybrida*, também conhecido por *Q. Varius Sucronensis*, por *Varius Seuerus Sucronensis* e ainda por *Q. Varius Hispanus*. Salta à vista a relação existente entre os *cognomina* *Hiberus* e *Hispanus*, sendo este último encarado por CABALLOS RUFINO (1989, 243) como mero adjectivo indicador de origem. Atendendo ao *cognomen* do putativo descendente do senador, não será totalmente descabido pensar que Valério Máximo, o único autor que veicula o *cognomen* *Hybrida* aplicado a *Varius Seuerus*, ou alguma das suas fontes tenham transformado *Hiberus* em *Hybrida*, podendo, em todo o caso, ser considerada a hipótese de *Hiberus* e *Hybrida* funcionarem aqui como sinónimos. Em contrapartida, se a afinidade entre os *cognomina* *Hiberus* e *Hispanus* for apenas aparente, será de admitir que o primeiro remeta para um contexto geográfico mais restrito, aludindo talvez ao rio *Hiberus* (Ebro), ou à cidade que nas moedas ficará conhecida como *Municipium Hibera Iulia Ilercaunonia Dertosa* (RPC I 205-209).
- 391 — ueCueCi. *Abra*. CNHAAA 355:1-4. CURCHIN 3.
- Por causa do elevado desgaste apresentado pelas raras moedas que testemunham o presente NP, UNTERMANN (*MLH* I, 340) não se apercebeu de que o terceiro signo corresponde a G 15 (= Cu), tendo chegado a admitir a possibilidade de ueCueCi ser um topónimo.
- 392 — T(itus) VERRIVS. II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 317-318. BELTRÁN LLORIS 410. CURCHIN 477.
- 393 — CN(aeus) VETILIVS BVCCO. AED(ilis), II VIR II (bis). *Celsa*. RPC I 279-280. BELTRÁN LLORIS 83 413. CURCHIN 631-632.
- 394 — L(ucius) VETTIACVS. II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 345-351. BELTRÁN LLORIS 414. CURCHIN 484.
- 395 — P(ublius) VET(tius). *Oset*. CNHAAA 396:7. BELTRÁN LLORIS 411. CURCHIN 231.
- 396 — C(aius) VET(tius) LANCIA(nus). II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 319-321. BELTRÁN LLORIS 412.

- CURCHIN 480.
- 397 — *C(aius) VIBI(us). AID(ilis), IIII VIR, IIII VIR IT(erum). Carteia. CNHAAA 417:48 50-418:54. RPC I 415-417. CURCHIN 52 67.*  
Sobre este magistrado, v. comentários a *C. Minius* (252).
- 398 — *C(aius) VICIVS C(aii) F(i)LIO (sic). Tole. CNHAAA 297:6-7. BELTRÁN LLORIS 418. CURCHIN 927.*
- 399 — *VINIT(...?). Obulco. CNHAAA 350:65.*  
Leitura a confirmar.
- 400 — *M(arcus) VIRIL(lius). caStilo/Castulo. CNHAAA 339:68. BELTRÁN LLORIS 419. CURCHIN 596.*
- 401 — *CN(aeus) VOC(onius) STARE F(i)lius). caStilo. CNHAAA 332:15-333:19 21. BELTRÁN LLORIS 421. CURCHIN 589.*
- 402 — **uRCail**. *Obulco. CNHAAA 342:8. CURCHIN 190.*  
Sobre as razões que nos levam a duvidar da origem ibérica de **uRCail**, v. FARIA, 1991b, 191-192; FARIA, 1993d, 152-155.
- 403 — **uRCailbi**. *Obulco. CNHAAA 344:17-345:25. CURCHIN 197.*  
Os argumentos de que se serviu DE HOZ (1980, 314) para sustentar a leitura **uRCailbi** em vez de **uRCailtu**, interpretação que tem defendido UNTERMANN (*MLH I*, 337; *MLH III* § 7.62), são, a nosso ver, inquestionáveis (FARIA, 1991b, 191-192; FARIA, 1993d, 155). De facto, se em 1975 ainda era possível discutir o valor de G 19b e assimilá-lo a G 19a, mas já não a G 19c (*MLH I*, 136 (Übersicht)), a partir do momento em que DE HOZ (1979, 260-261) atribuiu o valor **Bi** ao dito grafema, tal assimilação deixou de ser legítima. Não é, pois, de modo nenhum, possível postular a homofonia entre G 19c, o sexto signo de **neselducu** e G 19b, o silabograma que encerra **uRCailbi**, constando, para mais, estes dois NNP de uma só emissão (*CNHAAA 344:17-345:25*), facto que facilita a comparação (e a distinção) entre ambos os signos.  
Em face dos argumentos por nós aduzidos (FARIA, 1991b, 191-192; FARIA, 1992, 44; FARIA, 1993d, 152-155), são muito fortes as probabilidades de estarmos perante um NP turdetano que em latim se escreveria de uma das seguintes maneiras: *\*Vrchailbi*, *\*Vrhailbi* ou *\*Vrhilbi*. Apesar de tudo, haverá que prever a eventualidade de **uRCailbi** ser um NP ibérico, decomponível em **urCa-ilbi** (FARIA, 1991b, 191; FARIA, 1993d, 153), importando, para tanto, encontrar no contexto da onomástica pessoal ibérica exemplos da utilização de ambos os elementos nominais. Se para **urCa** em posição inicial há vários paralelos, para **ilbi** em posição final não se conhece nenhum; além disso, a ocorrência de **ilbi** no início de **ilbiCon** em C.2.8, por nós evocada em textos anteriores (FARIA, 1991b, 191; FARIA, 1993d, 153), é altamente discutível, apresentando MALUQUER (1968, 119 107) para a mesma sequência de signos a seguinte transliteração: **belbitin**.  
Poder-se-ia, por outro lado, estabelecer uma analogia entre **uRCail** e o início do NP ibérico **CaileScedin**, de recente publicação (PANOSA, 1993, 184-185); contudo, considerando os problemas de leitura e de segmentação que este último NP coloca, uma tal relação terá de contar com bases mais sólidas. Conquanto nos pareçam mais ponderosas as razões que permitem incluir **uRCailbi**, segmentável em **uRCail-Bi** (FARIA, 1993d, 155), na antroponímia meridional/turdetana, mesmo sem evocar o já citado **CaileScedin**, são inegáveis as semelhanças entre **uRCail(-bi)** e os vários NNP ibéricos começados por **uRC-**, fenómeno que eventualmente poderá servir para detectar influências exercidas pela onomástica ibérica sobre a turdetana (FARIA, 1993d, 155) ou vice-versa. De facto, já tivemos oportunidade de afirmar que não se compreenderia que um NP pertencente ao repertório onomástico ibérico surgisse unicamente fora da área onde se falava aquela língua, num contexto étnico-linguístico provavelmente turdetano, exibindo, para mais, uma peculiaridade fonética, a aspiração, bem patente através da escrita latina em **VRHELA**, **VRCHAIL** e **SISVCVRHIL** (FARIA, 1993d, 154-155), fenómeno que quase todos os investigadores afirmam ser alheio ao ibérico (FARIA, 1993d, 152-153).
- 404 — *Q(uintus) VRSVS. II VIR, II VIR ITER(um). Calagurris. RPC I 434-435. BELTRÁN LLORIS 422-423. CURCHIN 515.*

## BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL, J. M. e ESPINOSA, U. (1989), *La ciudad hispano-romana. Privilegio y poder*. Logroño 1989.
- ADIEGO, I.-J. (1993), Algunas reflexiones sobre el alfabeto de Espanca y las primitivas escrituras hispanas, *Studia palaeohispanica et indogermanica J. Untermann ab amicis hispanicis oblata*. Barcelona 1993, 11-22.
- ALBERTOS, M. L. (1966), *La onomástica personal primitiva de Hispania Tarraconense e Bética*. Salamanca 1966.
- ALFÖLDY, G. (1977), *Los Baebii de Saguntum*. Valencia 1977.
- ARROYO ILERA, R. e SANCHIS SOLER, A. (1981), Consideraciones sobre el as bilingüe de Ikalonsken, *Acta Numismática* 11 1981, 77-80.
- BELTRÁN, A. (1954), Sobre las acuñaciones de Lascuta, *Numisma* 10 1954, 9-20.
- BELTRÁN LLORIS, F. (1978), Los magistrados monetales en Hispania, *Numisma* 150-155 1978, 169-211.
- BELTRÁN LLORIS, M. e BELTRÁN LLORIS, F. (1980), Numismática hispanorromana de la Tarraconense, *Numisma* 162-164 1980, 9-98.
- BELTRÁN LLORIS, M., MOSTALAC CARRILLO, A. e LASHERAS CORRUCHAGA, J. A. (1984), *Colonia Victrix Ivlia Lepida-Celsa (Velilla de Ebro, Zaragoza) I. La arquitectura de la "Casa de los Delfines"*. Zaragoza 1984.
- BELTRÁN VILLAGRASA, P. (1962), *El plomo inscrito de la Bastida de les Alcuses (Mogente) (Addenda et Corrigenda)*. Valencia 1962.
- BELTRÁN VILLAGRASA, P. (1972), *Obra completa I. Antigüedad*. Zaragoza 1972.
- BURNETT, A. (RPC I), M. AMANDRY e P. P. RIPOLLÈS, *Roman Provincial Coinage I. From the Death of Caesar to the Death of Vitellius (44 B.C. - A.D. 69)*. London-Paris 1992.
- CABALLOS RUFINO, A. (1989), Los senadores de origen hispano durante la república romana, *Estudios sobre Urso Colonia Iulia Genetiva*. Sevilla 1989, 233-279.
- CABALLOS RUFINO, A. (1990), *Los senadores hispanorromanos y la romanización de Hispania (siglos I al III p. C.)*, Tomo I: *Prosopografía*. Ecija 1990.
- CAMPMAJÓ, P. e UNTERMANN, J. (1993), Les influences ibériques dans la haute Montagne Catalane: le cas de la Cerdagne, *Actas del V Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica (Colonia, 25-28 de noviembre de 1989)*. Salamanca 1993, 499-520.
- CASARIEGO, A., CORES, G. e PLIEGO, F. (1987), *Catálogo de plomos monetiformes de la Hispania Antigua*. Madrid 1987.
- CASTILLO, C., GÓMEZ-PANTOJA, J. e MAULEÓN, M. D. (1981), *Inscripciones romanas del Museo de Navarra*. Pamplona 1981.
- CASTILLO, C. (1993), [Sobre] CURCHIN, L. A. — The Local Magistrates of Roman Spain. University of Toronto Press, 1990, XII, 275 pp., *Emerita* 51 (2) 1993, 399-401.
- CHAVES TRISTÁN, F. (1979), *Las monedas hispano-romanas de Carteia*. Barcelona 1979.
- CHAVES TRISTÁN, F. (1989), La ceca de Urso: nuevos testimonios, *Estudios sobre Urso Colonia Iulia Genetiva*. Sevilla 1989, 113-132.
- CORREA, J. A. (1992), Representación gráfica de la oposición de sonoridad en las oclusivas ibéricas (semisilabario levantino), *AIQN* 14 1992, 253-291.
- CORREA, J. A. (1993), El signario de Espanca (Castro Verde) y la escritura tartesia, *Actas del V Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica (Colonia, 25-28 de noviembre de 1989)*. Salamanca 1993, 521-562.
- CRAWFORD, M. H. (1985), *Coinage and Money under the Roman Republic*. London 1985.
- CURCHIN, L. A. (1990), *The Local Magistrates of Roman Spain*. Toronto 1990.
- D'ENCARNAÇÃO, J. (IRCP), *Inscrições romanas do conventus Pacensis*. Coimbra 1984.
- ERNOUT, A. (1974), *Morphologie historique du latin*. Paris 1974.
- FABRE, G., MAYER, M. e RODÀ, I. (IRC III), *Inscriptions romaines de Catalogne III. Gérone*. 1991 Paris.

- FARIA, A. M. de (1987-88), Ipses, uma ceca hispano-romana do Sudoeste, *Acta Numismàtica* 17-18 1987-1988, 101-104.
- FARIA, A. M. de (1989), A numária de \*Cantnipo, *Conimbriga* 28 1989, 71-99.
- FARIA, A. M. de (1990-91), Antropónimos em inscrições hispánicas meridionais, *Portugalia Nova Série* 11-12 1990-1991, 73-88.
- FARIA, A. M. de (1991a), Epigrafia monetária meridional, *Conimbriga* 30 1991, 13-22.
- FARIA, A. M. de (1991b), [Sobre] Jürgen UNTERMANN, Monumenta Linguarum Hispanicarum. Band III. Die iberischen Inschriften aus Spanien, Wiesbaden, 1990, 2 vols., 339 + 661 p., *Conimbriga* 30 1991, 187-197.
- FARIA, A. M. de (1992), Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal, *Vipasca* 1 1992, 39-48.
- FARIA, A. M. de (1993a), [Sobre] M. A. Marín Díaz, Emigración, colonización y municipalización en la Hispania republicana, Granada, Universidad, *Vipasca*, 2 1993, 131-136.
- FARIA, A. M. de (1993b), [Sobre] L. A. CURCHIN, The Local Magistrates of Roman Spain, Toronto, 1990, *Vipasca* 2 1993, 136-140.
- FARIA, A. M. de (1993c), [Sobre] A. Burnett et al., Roman Provincial Coinage, I, London-Paris, 1992, *Vipasca* 2 1993, 140-146.
- FARIA, A. M. de (1993d), A propósito do V Colóquio sobre línguas e culturas pré-romanas da Península Ibérica, *Penélope* 12 1993, 145-161.
- FARIA, A. M. de (1994a), Subsídios para o estudo da antroponímia ibérica, *Vipasca* 3 1994, 65-71.
- FARIA, A. M. de (1994b), [Sobre] Leandre VILLARONGA, Corpus Nummum Hispaniae Ante Augusti Aetatem, Madrid, José A. Herrero, S. A., 1994, XXII, 519 pp., *Vipasca* 3 1994, 121-124.
- FLETCHER VALLS, D. e BONET, H. (1991-92), Bastida VI. Un nuevo plomo escrito de la Bastida de les Alcuses (Mogente, Valencia), *Anales de Prehistoria y Arqueología* 7-8 1991-1992 (Homenaje a D. Jerónimo Molina), 143-150.
- GALSTERER, H. (1971), *Untersuchungen zum römischen Städtewesen auf der iberischen Halbinsel*. Berlin 1971.
- GARCÍA-BELLIDO, M. P. (1993a), Las cecas libiofenices, *Numismática hispano-púnica, Estado actual de la investigación, VII Jornadas de Arqueología fenicio-púnica (Ibiza, 1992)*. Eivissa 1993, 97-146.
- GARCÍA-BELLIDO, M. P. (1993b), Origen y función del denario ibérico, *Sprachen und Schriften des antiken Mittelmeerraums. Festschrift für Jürgen Untermann zum 65. Geburtstag*. Innsbruck 1993, 79-123.
- GIL FARRÉS, O. (1956), Consideraciones sobre los epígrafes monetarios en caracteres ibéricos, *Numario Hispánico* 5 (9) 1956, 5-46.
- GÓMEZ MORENO, M. (1949), *Misceláneas. Historia-Arte-Arqueología*. Madrid 1949.
- GÓMEZ-PANTOJA, J. (1992), Colonia Victrix Iulia Celsa, *Dialoghi di Archeologia Terza Serie*, 10 (1-2) 1992, 289-298.
- GORROCHATEGUI, J. (1993), La onomástica aquitana y su relación con la ibérica, *Actas del V Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica (Colonia, 25-28 de noviembre de 1989)*. Salamanca 1993, 609-634.
- GRANT, M. (1969), *From Imperium to Auctoritas*. Cambridge 1969.
- *HEp: Hispania Epigraphica* 2 1990; 4 1994.
- HOWGEGO, C. (1993), [Sobre] A. BURNETT, M. AMANDRY and P. P. RIPOLLÈS, ROMAN PROVINCIAL COINAGE I. FROM THE DEATH OF CAESAR TO THE DEATH OF VITELLIUS (44 B.C. - A.D. 69). London: British Museum Press and Paris: Bibliothèque Nationale, 1992, 2 vols. (...), *The Journal of Roman Studies* 83 1993, 199-203.
- HOZ, J. DE (1976), La epigrafía meridional prelatina en Hispania, *Actas del I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Salamanca, 27-31 mayo 1974)*. Salamanca 1976, 227-317.
- HOZ, J. DE (1979), On some problems of Iberian script and phonetics, *Actas del II Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Tübingen, 17-19 junio 1976)*. Salamanca 1979, 257-271.
- HOZ, J. DE (1980), Crónica de lingüística y epigrafía prerromanas de la Península Ibérica: 1979, *Zephyrus* 30-31

1980, 299-323.

- HOZ, J. DE (1981), Algunas precisiones sobre textos metrológicos ibéricos, *Archivo de Prehistoria Levantina* 16 1981, 475-486.
- HOZ, J. DE (1989), El desarrollo de la escritura y las lenguas de la zona meridional, *Tartessos. Arqueología protohistórica del Bajo Guadalquivir*. Sabadell 1989, 523-587.
- HÜBNER, E. (CIL II), *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, Berlin 1869.
- LAFON, R. (1963), Noms anciens de personnes et de lieux du Sud de l'Espagne d'après les inscriptions, *Atti e Memorie del VII Congresso Internazionale di Scienze Onomastiche (Firenze, 1961)*, III, Firenze 1963, 401-406.
- LEJEUNE, M. (1977), La romanisation des anthroponimies indigènes d'Italie, *L'Onomastique Latine (Paris 13-15 octobre 1975)*, Paris 1977, 35-41.
- LEJEUNE, M., POUILLOUX, J. e SOLIER, Y. (1988), Étrusque et ionien archaïques sur un plomb de Pech Maho (Aude), *Revue Archéologique de Narbonnaise*, 21 1988, 19-59.
- LLORENS FORCADA, M. del M. (1989), La emisión de Cn. Sati. Libo praef., *Saguntum* 22 1989, 319-342.
- LLORENS FORCADA, M. del M. (1993), L'emissió de Conduc.-Malleol. i els problemes de la seva atribució, *Homenatge al Dr. Leandre Villaronga*. Barcelona 1993, 219-237.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1968), *Epigrafía prelatina de la Península Ibérica*. Barcelona 1968.
- MANGAS, J. (1987), Magistrados monetales y patronos de ciudades en Hispania, *Homenaje a Álvaro Galmés de Fuentes*, III, Madrid 1987, 183-190.
- MARÍN DÍAZ, M. A. (1988), *Emigración, colonización y municipalización en la Hispania republicana*. Granada 1988.
- MAYER, M. e RODÀ, I. (1989), La cuestura municipal en la costa oriental de la Hispania Citerior, *Actas del Coloquio Internacional A.I.E.G.L. sobre Novedades de Epigrafía Jurídica Romana en el último decenio*. Pamplona 1989, 77-87.
- MENELLA, G. (1989), I prefetti municipali degli imperatori e dei cesari nella Spagna romana, *Actas del Coloquio Internacional A.I.E.G.L. sobre Novedades de Epigrafía Jurídica Romana en el último decenio*. Pamplona 1989, 377-389.
- MONTANÉS, J. (1994), Una variante inédita de Caesaraugusta: "Sex. Aebutius Clemens et L. Lucretius Rufus", *Gaceta Numismática*. 112 1994, 23-24.
- MOWAT, R. (1900), Monnaie de Baesuris, ville de Lusitanie, *O Archeologo Português*. 5 1900, 17-24.
- ORTIZ BARRERA, A. (1987), *Las monedas de Urso*. Osuna 1987.
- PENA, M. J. (1990-91), Algunos rasgos dialectales del latín de Hispania, *Faventia*. 12-13 1990-1991, 389-400.
- PENA (1992), M. J., *Emporiae, Dialoghi di Archeologia Terza Serie*, 10 (1-2) 1992, 65-77.
- QUINTANILLA, A. (1993), Sobre la notación en la escritura ibérica del modo de articulación de las consonantes oclusivas, *Studia palaeohispanica et indogermanica J. Untermann ab amicis hispanicis oblata*. Barcelona 1993, 239-250.
- RODRÍGUEZ NEILA, J. F. (1993), Gestión administrativa en las comunidades indígenas hispanas durante la etapa pre-municipal, *Actas del I Coloquio de Historia Antigua de Andalucía (Cordoba 1988)*. Cordoba 1993, 385-412.
- SILGO GAUCHE, L. (1988), La antroponimia ibérica de Sagunto (1), *Arse*. 23 1988, 757-767.
- SILGO GAUCHE, L. (1993), Las inscripciones ibéricas de los mosaicos de Camínreal (Teruel) y Andelos (Navarra), *Studia palaeohispanica et indogermanica J. Untermann ab amicis hispanicis oblata*. Barcelona 1993, 281-286.
- SOLA-SOLÉ, J. M. (1980), *El alfabeto monetario de las cecas "libio-fenices"*. Barcelona 1980.
- SOLIN, H. e SALOMIES, O. (1988), *Repertorium nominum gentilium et cognominum Latinorum*. Hildesheim-Zürich-New York 1988.
- SYME, R. (1983), Spanish Pomponii. A Study in Nomenclature, *Gerión* 1 1983, 249-266.
- UNTERMANN, J. (MLH I), *Monumenta Linguarum Hispanicarum. Band I. Die Münzlegenden*. Wiesbaden 1975.

- UNTERMANN, J. (1979), Eigennamen auf iberischen Inschriften, *Actas del II Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Tübingen, 17-19 junio 1976)*. Salamanca 1979, 41-67.
- UNTERMANN, J. (MLH III), *Monumenta Linguarum Hispanicarum. Band III. Die iberischen Inschriften aus Spanien*. Wiesbaden 1990.
- VILLARONGA, L. (CNHAAA), *Corpus Nummum Hispaniae Ante Augusti Aetatem*. Madrid 1994.
- VIVES, A. y ESCUDERO, *La moneda hispánica*. Madrid 1924-1926.

Lisboa, Dezembro de 1994.

## A VILLA ROMANA DOS BARROS — OLEDO PRIMEIRA NOTÍCIA\*

*Rogério Carvalho e Madalena Costa Cabral*

### INTRODUÇÃO

Na última quinzena de Outubro de 1985, quando se procedia a trabalhos agrícolas no sítio denominado “Cabeço dos Mouros”, na propriedade dos Barros, foram postos a descoberto diferentes elementos de estruturas de construção de um edifício atribuível ao período romano. Face à importância do achado, a direcção do então denominado Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro, decidiu proceder à intervenção de campo, com carácter de emergência, tendo entregue a direcção dos trabalhos aos signatários do presente artigo <sup>(1)</sup>.

### LOCALIZAÇÃO

O sítio dos Barros localiza-se, administrativamente, na freguesia de Oledo, concelho de Idanha-a-Nova, no distrito de Castelo Branco.

Conhecido localmente por “Cabeço dos Mouros”<sup>(2)</sup>, a estação arqueológica ocupa parcialmente dois prédios rústicos, pertencentes respectivamente, ao senhor António Mendes, residente em S. Miguel de Acha, e ao Dr. Manuel Baleiras, residente em Oledo.

Situado na margem esquerda da Ribeira da Caniça, a implantação do edifício veio a ter lugar no cimo de uma colina, com exposição franca a Sul e a Nascente (Fig. 1). A altimetria do lugar oscila entre os 372 e os 368 metros, em valores aproximados.

Actualmente, o revestimento vegetal é constituído por olival, de implantação recente; as espécies arbóreas espontâneas, com predominância para os carvalhos, exercem papel de reforço dos muros que delimitam os prédios. Os solos, como o topónimo indica, são constituídos por argilas assentes sobre o soco granítico, que, por vezes, aflora em maciços de volumetria variável.

---

(\*) Texto da comunicação apresentada nas Primeiras Jornadas de Arqueologia da Beira Interior, realizadas em Castelo Branco e na Guarda em Maio de 1991.

<sup>(1)</sup> À data, em regime de requisição no Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro, no desempenho de funções técnicas.

<sup>(2)</sup> As coordenadas hectométricas (Gauss) do lugar: M-273,1; P-335,8 (H 731 358), folha n° 269, S. Miguel de Acha, Carta Militar esc.: 1:25.000.

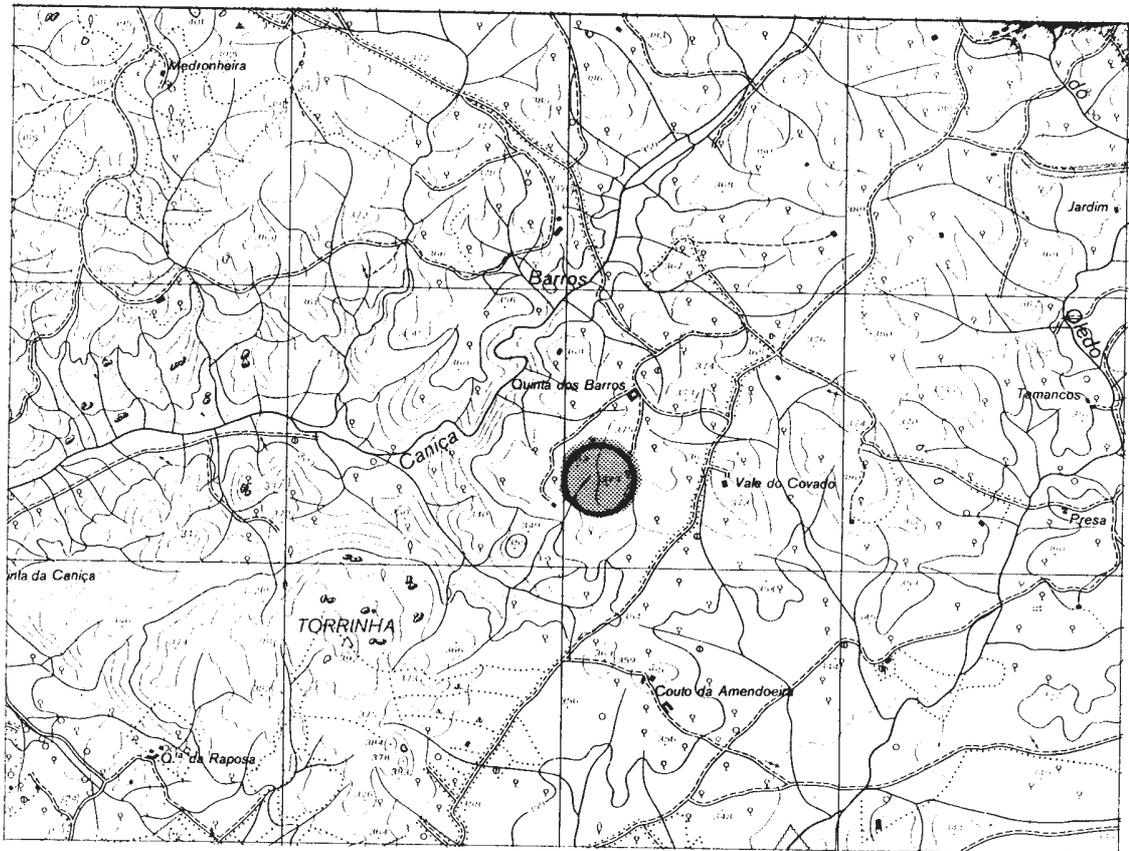


Fig. 1 — Localização da estação arqueológica dos Barros, na Carta Militar de 1:25.000, folha n.º 269.

### TRABALHOS E PUBLICAÇÕES

O facto de ter constituído um achado recente, não significa que o local não tivesse sido anteriormente referenciado. Em Outubro de 1979, no Primeiro Colóquio de História e Arqueologia do Concelho de Penamacor, foi apresentada uma comunicação que lhe fazia breve referência (FREIRE, 1982: 183-184). A notícia do achado foi, de imediato, objecto de três artigos do mesmo autor, publicados em órgãos da imprensa regional<sup>(3)</sup>.

Posteriormente, e já em fase adiantada do percurso dos trabalhos, a imprensa regional veio manifestar, de novo, o seu interesse pela estação, publicando algumas notícias sobre o assunto<sup>(4)</sup>.

A bibliografia não é, por força das circunstâncias, extensa. Excluindo as informações tratadas pela imprensa<sup>(5)</sup>, há apenas a referir uma breve nota sobre os mosaicos da villa (OLEIRO, 1986: 112), e uma menção, igualmente breve, no Inventário do Portugal Romano<sup>(6)</sup>, de que é autor o professor doutor Jorge de Alarcão (ALARCÃO, 1988-b: 74).

<sup>(3)</sup> Consultem-se os seguintes artigos da autoria de J. Geraldês FREIRE:

- Estação arqueológica em S. Miguel de Acha, *Reconquista*, Castelo Branco, 15.11.85;
- Achados arqueológicos em S. Miguel de Acha, *Diário de Aveiro*, Aveiro, 07.02.86;
- Achados arqueológicos em S. Miguel de Acha, *Diário de Coimbra*, Coimbra, 07.02.86.

<sup>(4)</sup> As reportagens não aparecem assinadas, pelo que nos limitamos ao enunciado dos respectivos títulos:

- Villa romana apareceu perto de Oledo, *Reconquista*, Castelo Branco, ano XLIV, n.º 2256, de 09/06/89;
- Villa romana em Oledo, *Reconquista*, Castelo Branco, ano XLIV, n.º 2263, de 28/07/89;
- Escavações arqueológicas numa villa romana em Idanha-a-Nova, *Jornal do Fundão*, n.º 2236, de 30/06/89.

<sup>(5)</sup> Os resumos dos *Relatórios de Trabalhos de Escavação*, referentes aos anos de 1988 e 1989, aguardam publicação na *Informação Arqueológica*.

<sup>(6)</sup> As informações foram fornecidas pelo S.R.A.Z.C., e constam sob o número de inventário 4/460.

## METODOLOGIA

Os trabalhos de campo foram sendo realizados ao longo de duas campanhas. A primeira, iniciada a 26 de Abril de 1988, ficou concluída em 5 de Agosto. A segunda, em 1989, igualmente com três meses de duração, teve o seu início a 2 de Maio.

A sua concretização ficou a dever-se ao apoio de diferentes entidades<sup>(7)</sup>, que, enquadradas na acção desencadeada pelo Serviço Regional de Arqueologia, tornaram viável o projecto de intervenção.

Este projecto delinea objectivos bem determinados: tratava-se de proceder à delimitação da área da estação arqueológica, bem assim como à limpeza das estruturas já postas a descoberto; avaliar os estragos causados nessas mesmas estruturas e dar início à escavação, com vista ao correcto reconhecimento dos tipos de construção existentes e respectivos períodos de fundação, ocupação, remodelação e abandono.

Do ponto de vista metodológico, procedeu-se à implantação, no terreno, de um eixo de orientação Norte-Sul cartográfico, articulado com a rede geodésica nacional, a que se seguiu o respectivo levantamento topográfico, na escala de 1:200, com as curvas de nível assinaladas por equidistâncias de 0,50 metros.

O ponto-base, designado por “Estação Ø”, na cota dos 372,12 metros, serviu de ponto de referência para todo o trabalho de altimetria, tendo servido igualmente para a implantação, ao nível do solo, de uma quadrícula de 5 metros de lado, coordenada por um sistema de referências numéricas, segundo o eixo de orientação Este/Oeste, e alfabéticas, segundo o eixo Norte/Sul.

Na quadrícula obtida, inscreveram-se quadrados menores, de 4 metros de lado, tendo ficado como testemunhos, e simultaneamente como zonas de circulação, as “banquettes” Norte e Este, com a largura de 1 metro<sup>(8)</sup>.

A regularidade desta quadrícula foi, por vezes, quebrada pela necessidade de não afectar as árvores ali existentes, dado ter sido esse um dos pontos acordados com os respectivos proprietários<sup>(9)</sup>.

Para a concretização dos objectivos propostos, foram criadas duas frentes de intervenção:

- Sector A: corresponde à área de evidente implantação de estruturas;
- Sector B: corresponde à delimitação periférica da estação.

Utilizou-se o método de decapagens sucessivas, segundo planos horizontais, sendo a estratigrafia vertical facultada pelos perfis das “banquettes”. Em determinados quadrados, quando a situação o exigiu, e após conveniente registo, foram eliminadas algumas destas.

## ESTRATIGRAFIA

A estratigrafia da estação arqueológica, não evidencia grande complexidade. Para tal contribui a reduzida potência dos solos, que só em casos pontuais ultrapassa os 60/65 cm., assim como o facto de não se ter verificado qualquer ocupação posterior à derrocada do edifício.

Assim, no Sector A, observa-se uma estratigrafia uniformemente linear, constituída, no essencial, por duas camadas:

1 – A primeira, superficial, é constituída por solo humoso, vegetal de cor escura, com espessura variável, que raramente atinge os 40 cm. A granulometria é irregular, pois integra frequentemente restos dos aparelhos

---

(7) O Instituto Português do Património Cultural procedeu ao enquadramento financeiro dos trabalhos, tendo o apoio logístico sido fornecido pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, e pela Junta de Freguesia de Oledo.

Alguns apoios pontuais permitiram uma melhor rentabilização dos recursos disponíveis, dos quais destacamos os cedidos pelos Gabinete de Apoio Técnico (G.A.T.) de Castelo Branco.

(8) A descrição pormenorizada do processo metodológico foi tratada nos respectivos *Relatórios de Escavação* referentes aos anos de 1988 e 1989, em arquivo no Departamento de Arqueologia do I.P.P.C.

(9) Veio mais tarde a confirmar-se que, conforme supnhamos, algumas oliveiras se implantaram em áreas – chave para uma correcta apreciação e compreensão da estrutura, pelo que, para um correcto prosseguimento do trabalho, terá de ser encontrada uma forma de ultrapassar o compromisso assumido.

de construção e materiais arqueológicos diversos, predominantemente cerâmicos, invariavelmente erudidos, que se deslocaram por arrastamento, do estrato inferior;

2 – Corresponde ao nível arqueológico que contém os registos propriamente ditos. É anunciado por uma forte mudança de coloração, que se apresenta num tom castanho claro, associado à mudança de textura do terreno, que se apresenta mais compactado, granuloso e com abundantes cristais de ortoclases e de micas, provenientes da desagregação dos blocos graníticos talhados para a construção. É formado por um derrube compacto, muito denso e imbricado, composto essencialmente por blocos, aparelhados uns, outros em bruto, provenientes da derrubada das paredes do edifício. Sob estes, dispõem-se de forma regular, e praticamente em toda a área escavada, os elementos cerâmicos da primitiva cobertura do telhado (*tegulae e imbricis*).

A espessura média desta camada é variável, oscilando entre os 30 e os 50 cm. Apesar de integrar elementos diversificados, reporta-se sem dúvida ao momento do derrube do edifício, pelo que a tomámos como um todo, dada a sua grande regularidade.

Necessariamente, esta apoia-se sobre as estruturas pavimentares existentes. No sentido de proceder a uma amostragem global da estratigrafia dos Barros, procedeu-se ao registo de todo o perfil transversal da estação, tomado no eixo Este/Oeste (Fig. 6).

No entanto, algumas particularidades foram registadas, sobretudo em áreas de estruturas mais complexas: no quadrado O-9, correspondente à zona do “*prae-furnium*” (Fig. 4), assinalámos:

1-A – uma bolsa de terras argilosas, progressivamente mais compactas no sentido da profundidade, que se sobrepõe à camada 2.

No quadrado M-8, onde se escavou uma cova aberta no saibro, assinalámos igualmente uma estratigrafia diferenciada (Fig. 5):

- 3 — terra de cor amarela, muito arenosa, com alguns fragmentos cerâmicos;
- 4 — barro vermelho, sem materiais;
- 5 — cinzas, com abundância de carvões;
- 6 — saibro argiloso, proveniente da decomposição da rocha-base.

No sector B, os quadrados abertos no sentido de delimitar a área de implantação das estruturas, foram consideradas, arqueologicamente, estéreis, registando-se uma potência de solos não superior a 20 cm., assente directamente sobre o soco granítico. A inclinação do terreno, o revestimento vegetal e os trabalhos agrícolas, são os agentes determinantes da forte acção erosiva dos solos, nestes locais.

## ESTRUTURAS

Os trabalhos iniciaram-se pela desobstrução e limpeza do *hypocaustum*, anteriormente posto a descoberto e de novo entulhado pelo proprietário, como medida de protecção. Sucessivamente, foram-se reconhecendo os diferentes elementos desta construção, definindo-se o *prae-furnium* (Est. 4.2), e o muro exterior, de protecção.

Do *hypocaustum* propriamente dito, restavam os elementos da *suspensura*, constituída originalmente por cinco arcos, e que ainda se encontravam intactos no acto da descoberta. O pavimento de apoio da *suspensura* está revestida por *laterae*, de grandes dimensões (Est. 4.1). As caixas de circulação do ar aquecido, em tijolo, estão bem evidentes nas paredes Nascente e Poente, sendo natural que destas partissem os *tubulli*, que foram encontrados na fase de remoção dos entulhos.

Verificou-se que o *hypocaustum* constituía o sistema de aquecimento pavimentar de parte de uma sala, de planta em T (Fig. 2). A área não directamente assente sobre o *hypocaustum*, correspondendo aos quadrados N/M-9, era revestida a mosaico polícromo; quatro colunas, das quais restam as respectivas bases em mármore branco, rematavam os ângulos internos das paredes. No espaço intercolúnio, foi inscrito um medalhão circular, agora apenas reconhecível pela respectiva moldura, dado o profundo grau de degradação do mosaico.

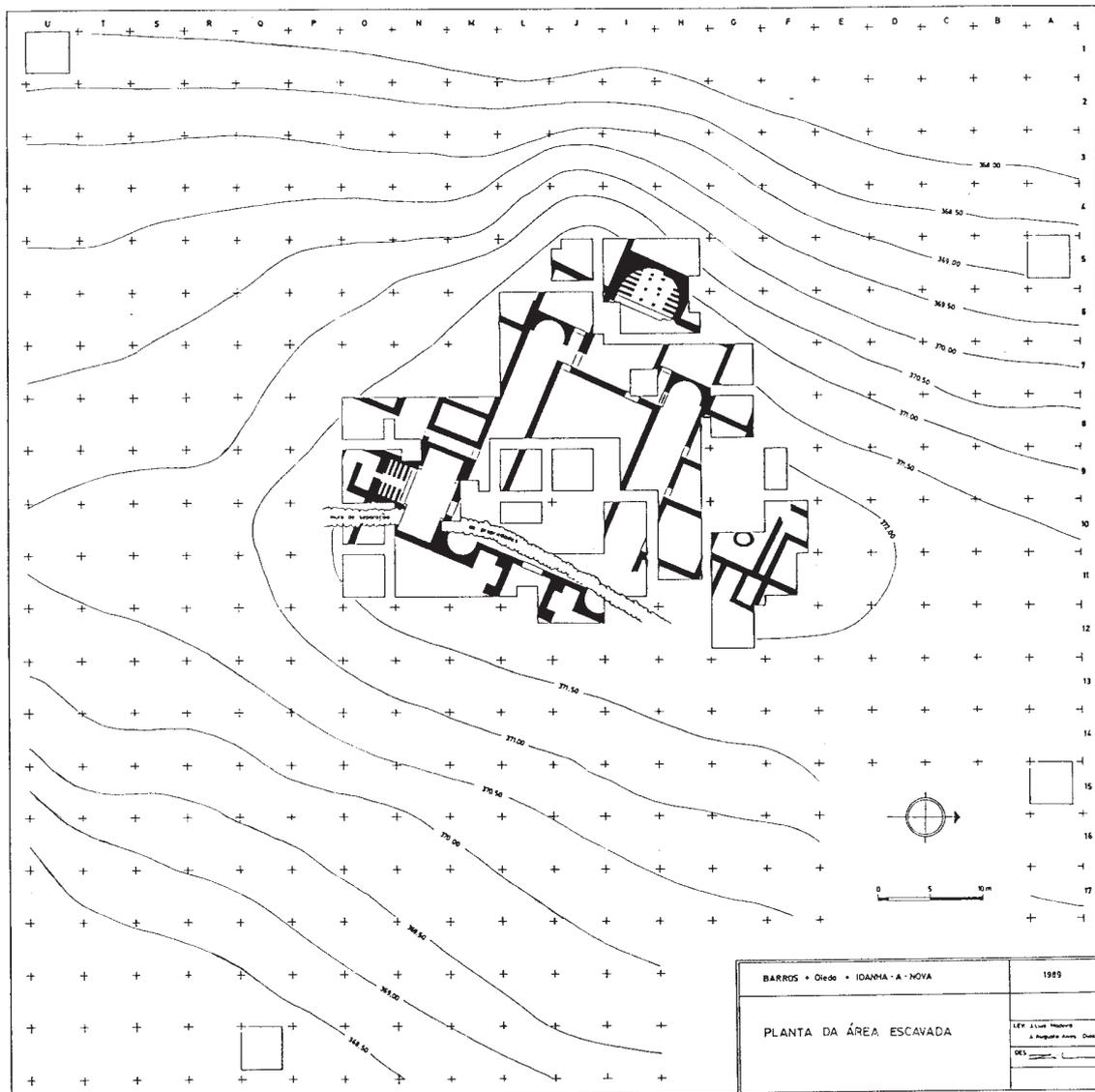


Fig. 2 — Planta da área escavada, em escala 1:200.

Paralelamente a esta sala aquecida, foi posto a descoberto um corredor, longo e estreito, nos quadrados N/M-8, que constituiu uma das zonas de ligação ao exterior do edifício. Para Poente, uma pequena sala, apresenta a particularidade de não evidenciar qualquer soleira, ou abertura no alicerce da parede, que indique o respectivo espaço de acesso. Nesta sala, a escavação permitiu reconhecer uma estrutura organizada com cantarias, que delimitavam uma cova aberta no saibro, com forte concentração de cinzas e de carvões (Fig. 5).

Em H-7/8, um pequeno corredor condiciona o acesso a uma sala, de planta quadrangular, pavimentada a mosaico, emoldurado por “roda-pé” em tesselas cerâmicas, com 3 cm. de lado. Tendo em vista uma mais correcta acção sobre os mosaicos, que passa por técnicas de limpeza adequadas e levantamento dos painéis por técnicas apropriadas, devido ao facto de se registarem alterações químicas nas tesselas de calcário provocadas pela acidez dos solos, não se procedeu ao levantamento da fina camada de derrube que os cobre. Este procedimento foi seguido em todas as salas onde se reconheceu a existência deste tipo de pavimento<sup>(10)</sup>.

O citado corredor apresentava-se obstruído por um muro organizado com silhares, elementos de mós e pedras não aparelhadas. Em H-8, e abrindo para este corredor, constatámos a existência de dois degraus, revestidos a mármore branco, que ligavam a uma ala de cabeceira absidiada na sua face interior. Também neste local tinham sido feitos “trabalhos” agrícolas, que rasgaram parte da parede da ábside, o que veio permitir observar no corte existente, a sobreposição de três níveis de pavimentos em mosaico.

Em paralelo foram efectuadas acções de delimitação do sítio arqueológico, onde não foram detectadas quaisquer tipos de estruturas, que, de alguma forma, prolongassem as existentes no “núcleo central”. Foram abertos os quadrados A-5; Q-20; U-1, que se revelaram arqueologicamente estéreis, conforme se referiu anteriormente. No entanto, em A-15, confirmou-se a existência de uma vala aberta no saibro, de contornos irregulares, onde se concentravam cinzas e carvões, associadas a escórias metálicas (Fig. 3). Cria-se uma aparente desconexão entre A-15 e as restantes estruturas escavadas, embora indiquem o prolongamento da estação neste sentido, com descontinuidades na área construída, provavelmente devido à criação de espaços funcionais diversificados<sup>(11)</sup>.

Face aos resultados obtidos nas sondagens periféricas, trabalhou-se no sentido de melhor definir o Sector A, ampliando-se a escavação para Nascente, Norte e Poente<sup>(12)</sup>, o que veio a permitir reconhecer um amplo espaço central, provavelmente um pátio interior, ladeado por duas alas, rematadas por ábsides nas cabeceiras. Para o exterior, abre-se por largo portão, assente em soleira granítica com 2,30 metros de comprimento, emoldurado exteriormente por muretes e contrafortes.

Em posição frontal à “porta” principal, situado no extremo oposto, constata-se a existência de uma sala de grandes dimensões, de planta rectangular terminando em ábside com vão de 5,8 metros, assente sobre *suspensura*, correspondendo aos quadrados H e I/5-6. Esta construção visou vencer o desnível acentuado do terreno (Fig. 2), sendo constituída por seis muretes paralelos, onde se inscrevia a arcaria, com três vãos. Excepcionalmente, um deles resistiu intacto, tendo, por isso, sido objecto de medidas especiais de protecção no final dos trabalhos (Est. 1.2 e 3.2). Esta grande sala, pelas suas dimensões e posição de destaque, deverá ter correspondido ao *triclinium* do edifício. Duas divisões menores, de planta quadrangular, dispõem-se lateralmente, abrindo directamente para uma área de serviços comum.

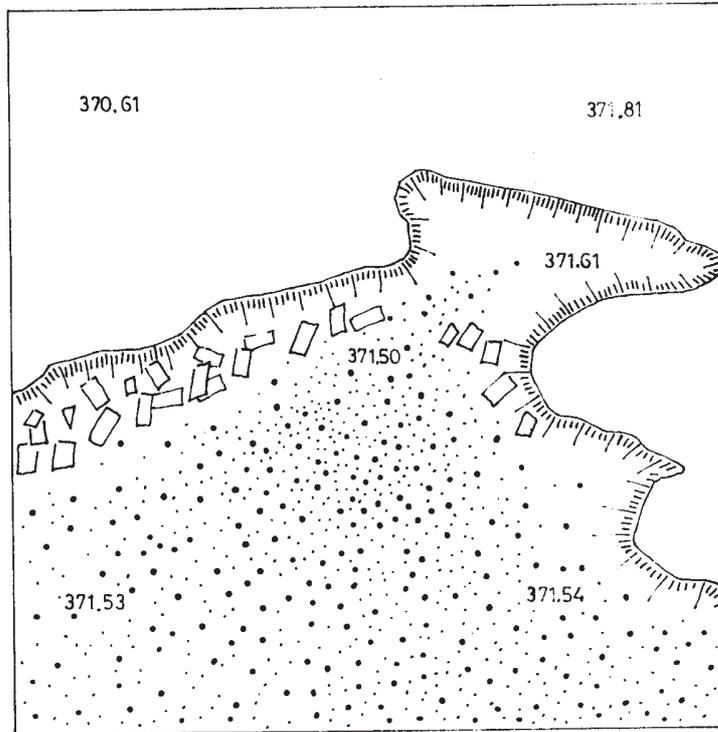
A ala Norte do edifício, com 25 metros de comprimento, abria-se para quatro salas quadrangulares, as *cubicula*, dispostas regularmente ao longo da ala, ainda com as pequenas soleiras “in situ”. Estas salas foram objecto de posterior aproveitamento, tendo sido instaladas, em duas delas, estruturas de lareira em tijoleira, numa acção de reaproveitamento de materiais<sup>(13)</sup>. Em H-11, que constituiu uma das salas descritas, verificou-se a existência de uma mancha compacta de cal, que ocupava aproximadamente, a metade norte do compartimento

<sup>(10)</sup> A senhora dra. Adília Alarcão, directora do Museu Monográfico de Conimbriga, visitou o local na companhia do dr. Belega Moreira, director do S.R.A.Z.C., tendo esta questão sido alvo de debate; acordou-se na hipótese de integrar uma equipa especializada nestes trabalhos, proveniente de Conimbriga, durante a próxima campanha de escavação.

<sup>(11)</sup> O projecto da futura intervenção contempla a proposta para o esclarecimento desta situação.

<sup>(12)</sup> A progressão para Nascente é dificultada pela existência de um muro largo, que serve de divisória entre propriedades, e que está reforçado por carvalhos de grande porte.

<sup>(13)</sup> Ver quadrados G-8 e H-9/10/11.



Barros - 88  
A - 15



-  Rocha-base , arenito
-  Cinzas e carvões
-  Telhas

Fig. 3 — Planta da sondagem periférica, feita no quadrado A-15.

(Est. 3.1), delimitada por uma fiada de tijoleiras<sup>(14)</sup>, dispostas verticalmente, com provável intuito de armazenamento.

Contíguo à parede que delimita os *cubicula*, para Norte, foi detectada a existência de dois blocos graníticos, de secção circular. A escavação de G-10/11, revelou a existência de um lagar, com dois pesos, um deles “in situ”, encaixado entre muretes, e o segundo tombado, colocado junto da parede oposta. Uma cavidade central, de forma circular, emoldurada por silharia granítica, constituía a estrutura mais relevante.

Um corredor estreito, que conduz a dois pequenos compartimentos, um dos quais revestido internamente a tijolo, parece fazer parte do conjunto, desempenhando funções de armazenagem<sup>(15)</sup>.

Em termos gerais, no que respeita à construção do edifício, podemos acrescentar que o aparelho utilizado na elevação das paredes é, invariavelmente, a “pedra-seca”, formado por blocos de dimensões consideráveis, dispostos à face, deixando a parte interna do muro preenchido com pedras e seixos de calibre variado. Para disfarçar as irregularidades das paredes, foram internamente revestidas a estuque, tendo sido recolhidos fragmentos com vestígios de utilização de corantes aplicados “a fresco”, onde sobressaem o vermelho pompeiano e o negro<sup>(16)</sup>.

Os pavimentos, variam consoante a importância atribuída às diferentes áreas de construção, sendo o mosaico utilizado nas duas alas absidiadas, no *triclinium*, nas duas salas laterais, nas quatro *cubicula*, e na sala com aquecimento pavimentar (N-0/9). Todas as restantes divisões não revelam a existência deste aparelho de construção, sendo o espaço pavimentar resultante do afagamento da rocha-base.

## MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

Em resultado do desgaste prolongado do edifício, o espólio é pouco variado e pobre, no sentido de um aproveitamento museológico dos materiais. Quantitativamente, dominam os fragmentos de cerâmica comum, de que não existe uma única peça intacta, e os pregos em ferro, que pelo seu grande número, deveriam ter sido utilizados na fixação dos caibros do telhado.

Alguns elementos de mó, dois deles completos e os restantes fragmentados, bem assim como uma base de coluna, em mármore branco, constituem os materiais líticos a destacar<sup>(17)</sup>.

Os materiais osteológicos são raros, e correspondem a restos de cozinha, resultantes de refeições confeccionadas em áreas anteriormente prestigiadas, na fase de decadência do edifício. É o caso do achado de uma haste e de alguns ossos longos de cervídeo, associados a uma mancha de carvões, junto da parede externa do *triclinium*.

Três asas de sítula, em bronze, uma armela de tipologia tardia (Fig. 9), bem assim como duas pontas de dardo e alguns instrumentos em ferro, com destaque para duas facas e três escopros, completam o conjunto de materiais metálicos.

Passíveis de nos fornecerem elementos mais concretos sobre a cronologia das ruínas, destacam-se oito moedas em bronze, sendo duas do século I, de Augusto e Cláudio, quatro dos finais do século III, de Cláudio II, e as restantes dos finais do século IV, de Constâncio II e de Valentiniano II<sup>(18)</sup>.

Também os fragmentos de vidro terão correspondido, nas formas identificáveis, a taças de cor verde e bordo tubular, de cronologia igualmente tardia.

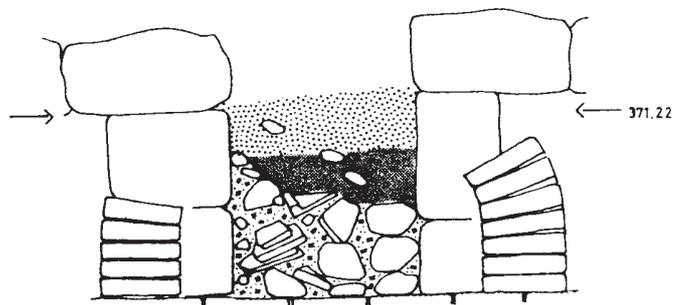
<sup>(14)</sup> Tijoleiras cujas dimensões apreciáveis (80x60), parecem indicar um reaproveitamento de uma estrutura desmontada.

<sup>(15)</sup> A escavação do lagar não ficou concluída devido à existência de uma oliveira de grandes proporções, facto que não permitiu esclarecer completamente este espaço, e logicamente inferior sobre as suas relações com as divisões mencionadas, que, pela forma e dimensões, se assemelham a “tulhas”.

<sup>(16)</sup> Os estuques em melhor estado de conservação correspondem aos exumados no quadrado G-8.

<sup>(17)</sup> Os materiais arqueológicos da campanha de 1988, foram desenhados no S.R.A.Z.C. por Fernanda Neves; aguarda-se oportunidade e verba para dar início ao desenho dos materiais recolhidos durante a segunda campanha.

<sup>(18)</sup> Agradecemos ao dr. António Faria, do Departamento de Arqueologia do I.P.P.C. a catalogação das moedas.

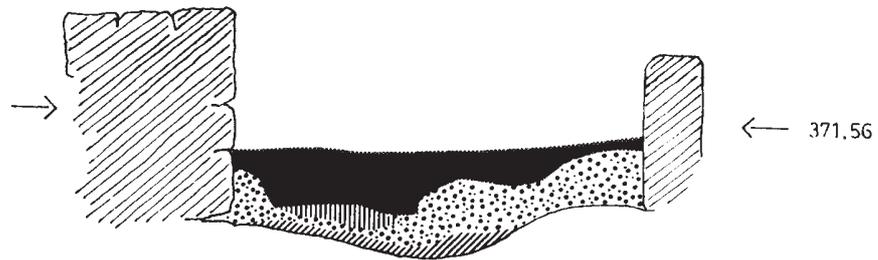


BARROS · 88  
CORTE ESTRATIGRÁFICO DO "PRAEFURNIUM"



-  Terra barrenta clara
-  Terra barrenta compactada
-  Derrube: cerâmicas, pedras, areia e terra de infiltração
-  Pavimento de "laterae"

Fig. 4 — Corte estratigráfico do "praefurnium".



M·8 / Sul  
Barros · 88

0 50 cm

-  Terra com areia e fragmentos cerâmicos
-  Barro avermelhado
-  Cinzas
-  Barro (decomposição da rocha-base)

Fig. 5 — Corte estratigráfico de estrutura de lareira, em M-8 (perfil Sul).

As sigillatas, também muito fragmentadas, não são abundantes. Especial destaque merece o achado de um fragmento de sigillata itálica, com marca “in planta pedis” (OXÉ-CONFORT, 68; 981-982), cujo fabrico remonta ao século I (Fig. 8). As restantes são, essencialmente, hispânicas tardias e norte-africanas, com predominância para as Clara C.

Os materiais alto-imperiais foram encontrados numa área localizada no exterior da habitação, que constituía um pequeno depósito de restos cerâmicos, bem como abundantes vestígios de cinzas e de carvões, situado junto da parede exterior ao *praefurnium*, no quadrado O-7, e que acusava remechimentos recentes.

Por último, resta-nos referir o achado de um fragmento de tijolo, de forma trapezoidal, com desenho inciso na pasta fresca, na aparência conotado com a iconografia cristã (Fig. 10). Trata-se da representação de um peixe, dominando sobre uma forma circular, obtida provavelmente por moldagem do fundo de uma pátera (LECLERQ – CABROL, 1939; T. XIV, 1246). Foi encontrado no “pátio”, junto de dois nichos existentes na parede lateral Norte; poderá eventualmente, ter sido colocado em local de destaque, atestando assim a cristianização dos proprietários da *domus*, o que ajudará a explicar a completa ausência de qualquer inscrição votiva<sup>(19)</sup>.

## CONCLUSÃO

O “Cabeço dos Mouros” foi um sítio romanizado desde muito cedo. Fazendo fé na moeda de Augusto, a cronologia da sua ocupação segue, de muito perto, a da fundação da Egitânia. No entanto, os vestígios de edifícios claramente definidos como deste período, estão por detectar.

O que o trabalho realizado permitiu constatar foi a existência de uma *villa rustica* tardia, confirmada tanto pela existência de mosaicos policromos, aparentemente de boa fábrica, com tesselas em materiais diversos, incluindo o vidro (ALARCÃO, 1990:421), assim como por todo um conjunto de materiais de importação, sobretudo os aplicados como elementos de construção: os mármorez brancos, certamente com proveniência na zona de Estremoz – Vila Viçosa.

Trata-se de um edifício enquadrável na corrente vulgarizada no Baixo Império, que caracteriza a arquitectura civil dos séculos III-IV: a utilização de estruturas absidiais com acentuada frequência; o uso de planta basilical.

Em planta, a *villa* dos Barros segue de perto as *villae* de peristilo, no que respeita aos princípios de axialidade e simetria (FERNANDEZ CASTRO, 1982:182). Se estes princípios são indiscutíveis nos Barros, já a questão do peristilo nos parece mais problemática, dado não ter sido detectado qualquer elemento, quer arquitectónico, quer de embasamento, que aponte para a existência de um pórtico. Estaremos perante uma resposta arquitectónica às condições climáticas da região, onde, devido às acentuadas amplitudes térmicas, o peristilo perdeu a sua função de espaço aberto, cedendo lugar a um pátio interior? Assim sendo, teria igualmente explicação a sala com aquecimento de N-0/9, que não possui nenhum elemento que nos permita considerá-la como edifício de termas (não se detectaram as canalizações, ou qualquer estrutura que pudesse ter correspondido a um tanque), não passando assim de uma sala com aquecimento pavimentar e parietal, muito simplesmente.

A parte escavada, na sua grande maioria corresponde à *pars urbana*, certamente construída segundo um plano bem organizado, obedecendo a um perfeito geometrismo na compartimentação dos espaços interiores. É provável que tenha sido construído segundo um modelo arquitectónico pré-gizado, embora não tenhamos tido qualquer referência de edifícios rurais de planta idêntica. A própria topografia do terreno abrigou a soluções variadas, tanto pela construção de degraus, nas zonas de desnível menos acentuado, como na elaboração de uma complexa *suspensura*, de dimensões apreciáveis, no caso de desníveis vincados.

A *pars urbana* organiza-se em torno deste espaço rectangular amplo, que designámos por “pátio interior”, em três filas de dependências, distintas quanto às funções e dimensões. Realce particular para o

(19) Como elemento de comparação, consultar:  
Bosisio, A. 1982 — *Os romanos*, Lisboa, 82.

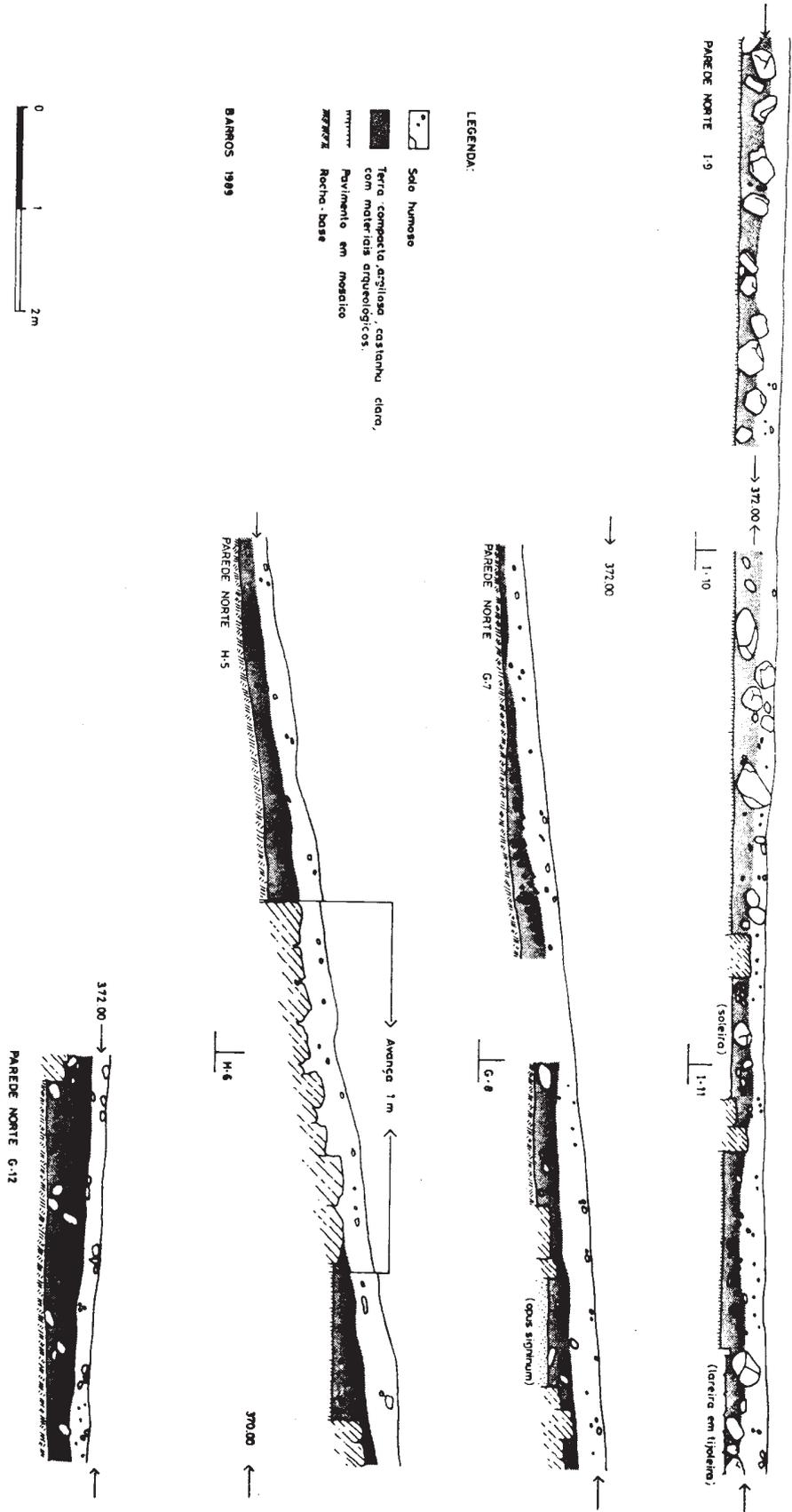


Fig. 6 — Estratigrafia geral da estação, observada na parede Norte dos quadrados H-5/6; G-7/8; I-9/10/11; G-12.

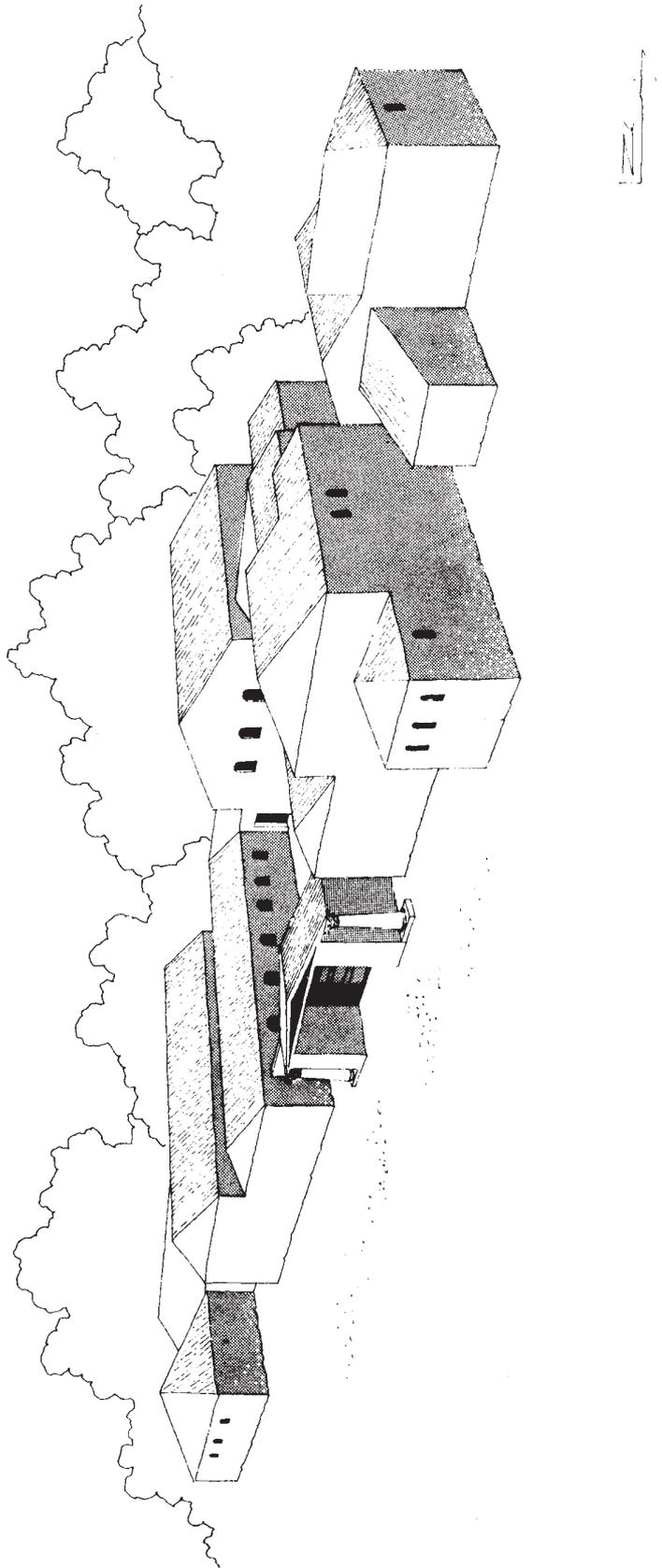


Fig. 7 — Reconstituição provável da estrutura habitacional escavada.

tratamento dado ao *triclinium*, que, além de ocupar a posição central, ainda evidencia uma reversão volumétrica para o exterior do bloco quadrangular do edifício, sublinhando e acentuando o seu carácter como espaço de prestígio. É admissível que tenha existido um segundo piso, para ampliação da área habitável.

As características tipológicas da habitação, aliadas à cronologia dos materiais exumados, permite-nos apontar a sua fundação para finais do século III, tendo o seu período de apogeu no século IV, como aliás é comum nas *villae* hispano-romanas (GORGES, 1979:55). Alguns trabalhos de manutenção do edifício, como os verificados no restauro dos mosaicos, em nada alterou a sua traça inicial.

Com a descoberta do “lagar”, teve início a escavação da *pars rustica* da *villa*, que aparentemente, se integra no mesmo conjunto arquitectónico. A intervenção da campanha de 1989, não permitiu dar continuidade aos trabalhos neste sector.

Finalmente, a escavação permitiu também recolher dados sobre o abandono e ruína do edifício, que sucederam em épocas distintas. O seu abandono deve ter tido lugar no século V, permanecendo a construção com algumas condições de habitabilidade. A prova-lo, está a existência de estruturas de lareira sobre os antigos pavimentos de mosaico, os restos de cozinha em áreas outrora prestigiadas, o entaipamento de corredores com materiais saídos do próprio edifício.

A ruína ter-se-á dado mais tarde, de forma gradual: para o confirmar, a estratigrafia mostra-nos, invariavelmente, o nível do telhado assente de forma regular e contínua, directamente sobre os pavimentos, e sobre este, então, a derrocada das paredes. É provável que este facto se tenha verificado no século VI, tendo o edifício servido até então como abrigo casual a populações em trânsito, ou a sectores de população rural que o ocupavam esporadicamente, sem nela se radicarem.

Por último, resta-nos enquadrar a *villa* dos Barros num horizonte mais vasto, e inscrevê-la no tecido de relações e interacções que, inevitavelmente, tinham lugar na área geográfica onde se inseria.

Integrada na circunscrição administrativa de Egitânea, existem já diversos vestígios que podem ser considerados como *villae*. Os que melhor se conhecem são as ruínas de S. Lourenço, na freguesia de Monsanto, escavadas nas áreas das termas e de necrópole (F. ALMEIDA; O. V. FERREIRA, 1956:407-425); a Várzea, na freguesia de Idanha-a-Nova, de que D. Fernando de Almeida publicou um desenho de mosaico (FERNANDO DE ALMEIDA, 1975:219); e o caso vertente dos Barros.

Em qualquer dos casos referidos, os materiais e estruturas conhecidos apontam no sentido do seu desenvolvimento se ter processado em épocas tardias. A arquitectura destes estabelecimentos parece ser cuidada e rica, demonstrando o poderio económico dos seus proprietários.

Não podemos deixar de relacionar estes factos com a *civitas* e com o que dela se conhece. Durante a obra de saneamento básico, em Idanha-a-Velha, que acompanhámos durante seis meses, não se detectaram quaisquer tipos de estruturas, à excepção do pano de muralha, que se estende sob o actual arco da “Porta Sul”.

A estratigrafia reconhecida também não forneceu informações concludentes sobre qualquer nível de ocupação. Os materiais recolhidos foram escassos, contando-se por duas dezenas de fragmentos de cerâmicas e vidros de épocas diversas, e apresentando pouca fiabilidade quanto às condições de contexto.

Uma vez que a fundação da *civitas* se atribui a Augusto, e as estruturas romanas conhecidas são do século I, a ausência de estruturas habitacionais claramente reconhecidas como tal, poderá levar a pensar que nunca houve um efectivo desenvolvimento urbano. A *civitas* poderia, deste modo, cumprir, pelo seu conjunto arquitectónico essencial — o *Forum* e o *Templo* — as funções básicas da administração local, e o exercício das funções jurídico-religiosas. Seriam os edifícios públicos os únicos a serem construídos segundo normas arquitectónicas vincadamente urbanas, não tendo a arquitectura doméstica acompanhado esse programa de construção, uma vez que dela não se detectam quaisquer vestígios.

Esta lacuna poderá suscitar a hipótese de a população ter optado por formas de fixação em zonas rurais periféricas. Aliás, já Patrício Curado tinha suscitado esta questão ao interrogar-se sobre se o desenvolvimento da *villae* nesta região, não terá sido factor de atrofiamento da vida urbana, logo a partir dos inícios do século II (CURADO, F.; BENTO, P., 1987).

O que se conhece das *villae*, dos seus planos arquitectónicos, da qualidade dos seus materiais, e em particular, o contributo dado pela escavação dos Barros, parece vir confirmar esta ideia, que apresentamos como

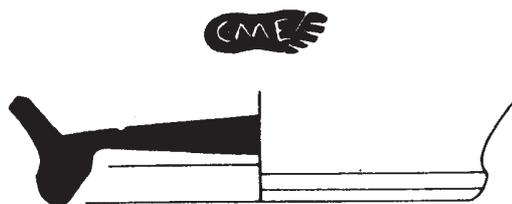


Fig. 8 — Fragmento de T. Sigillata itálica, com marca “in plancta pedis”.



Fig. 9 — Armela de sítula, em bronze.

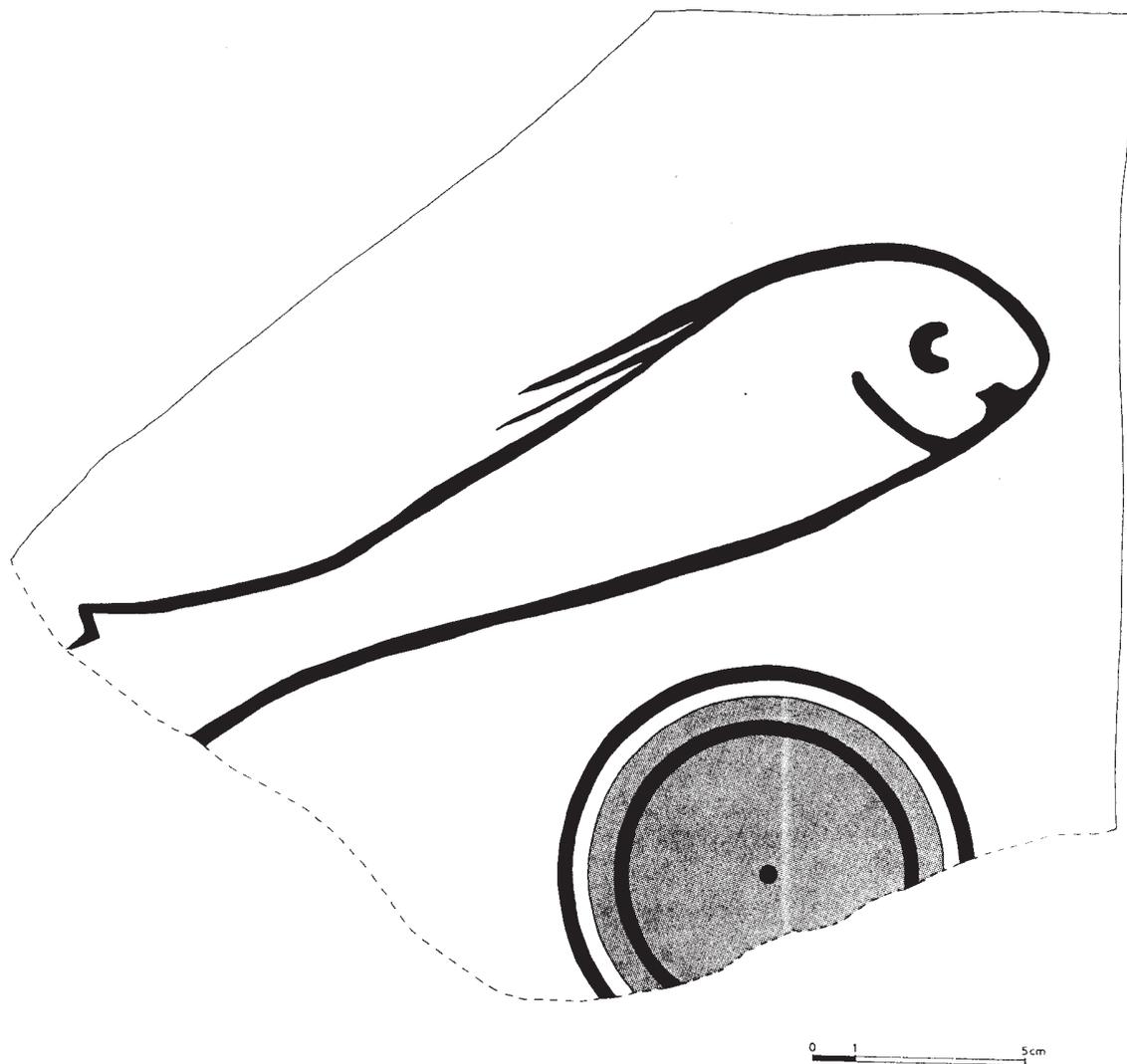


Fig. 10 — Fragmento de “laterae”, com peixe e pátera, incisos na pasta fresca.

hipótese de trabalho, tendo em vista uma melhor compreensão e conhecimento da romanização desta área da Beira Interior<sup>(20)</sup>.

#### BIBLIOGRAFIA

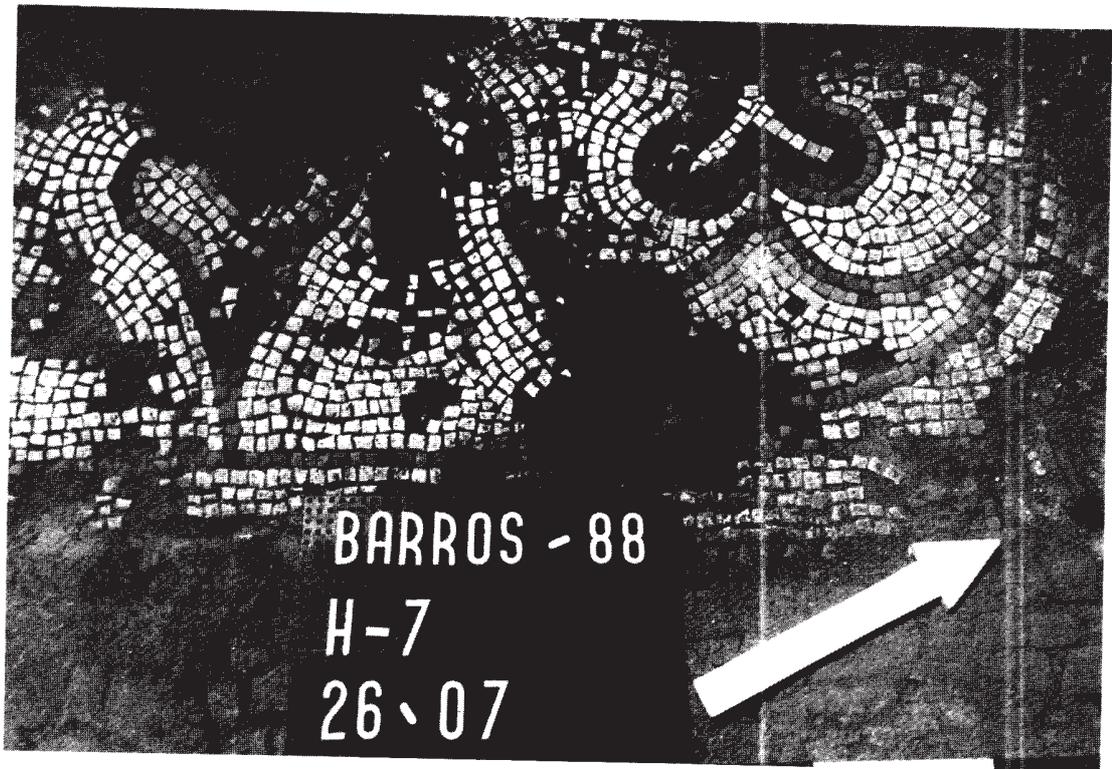
- ALARCÃO, Jorge (1988-a) – *O domínio romano em Portugal*, Lisboa.
- ALARCÃO, Jorge (1988-b) – *Roman Portugal*, vol. II, Gazetteer, fasc. 1, Warminster.
- ALARCÃO, Jorge, et alii, (1990) – *Portugal das origens à Romanização*, vol. I, Nova História de Portugal, Lisboa.
- ALARCÃO, Jorge; ETIENNE, Robert (1975) – *Fouilles de Conimbriga*, vol. IV, Les Sigillées, Paris.
- ALMEIDA, Fernando (1975) – Sur quelques mosaïques du Portugal, in *La mosaïque Greco-Romaine*, II, Paris.
- ALMEIDA, Fernando; FERREIRA, O. V., (1956) – Antiquidades de Monsanto da Beira, *RG LXVI* (3-4).
- CASTRO, M<sup>a</sup> Cruz Fernandez (1982) – *Villas romanas en España*, Madrid.
- COSTA CABRAL, Madalena; CARVALHO, R., – Estação arqueológica dos Barros, *Informação Arqueológica* – 1988/89; Lisboa (a aguardar publicação).
- CURADO, F. Patrício; BENTO, M. Pires – Paisagem e Património Histórico nos termos de Penamacor e Meimoa, *Actas das I<sup>as</sup> Jornadas de História regional e local do distrito de Castelo Branco*, Castelo Branco (no prelo).
- FREIRE, J. Gerales (1982) – Vestígios arqueológicos em S. Miguel de Acha, *Actas e memórias do I<sup>o</sup> colóquio de arqueologia e história do concelho de Penamacor*, Penamacor.
- GORGES, J. G. (1979) – *Les villes hispano-romaines*, Paris.
- LECLERQ, H. e CABROL, F. (1939) – *Dictionnaire d'archéologie Chrétienne XIV*, Paris.
- OLEIRO, J. Bairrão (1986) – Mosaico Romano, *História da Arte em Portugal*, vol. I, Lisboa.
- OXÉ, A. e COMFORT, H. (1968) – *Corpus Vasorum Arretinorum*, Bonn.

---

<sup>(20)</sup> Os nossos agradecimentos pessoais vão para o dr. José Beleza Moreira, pelas sugestões feitas durante o trabalho de campo, para o dr. José Luis Madeira e José Augusto Dias, pela elaboração de toda a documentação gráfica, e para a dra. Helena Frade e José Carlos Caetano, pelas reflexões que connosco fizeram sobre a problemática que a escavação levantou.

Também para os senhores, presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, sr. Joaquim Morão, e presidente da Junta de Freguesia de Oledo, sr. Artur Mascarenhas, vão os nossos agradecimentos por todo o apoio prestado, que tornou possível a concretização dos trabalhos.

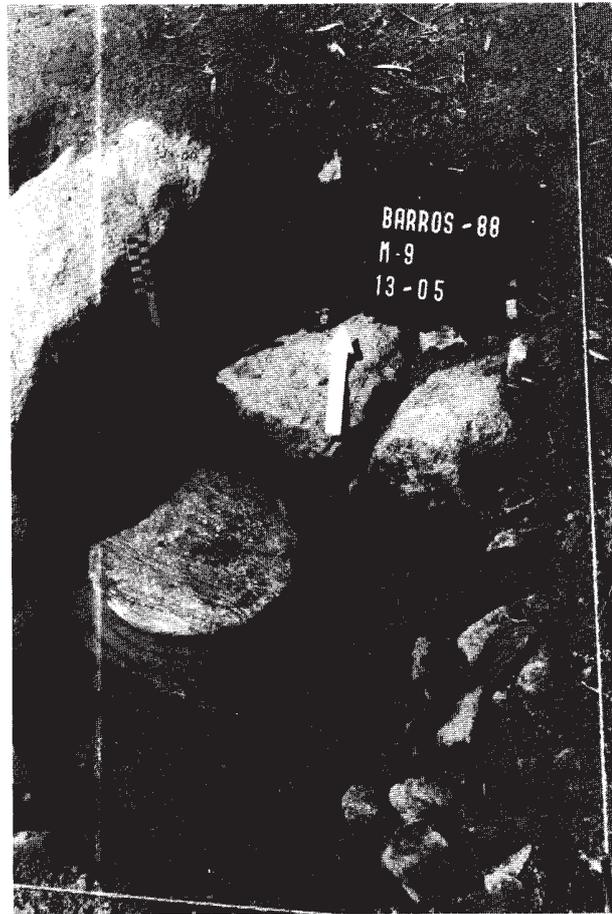
Est. 1



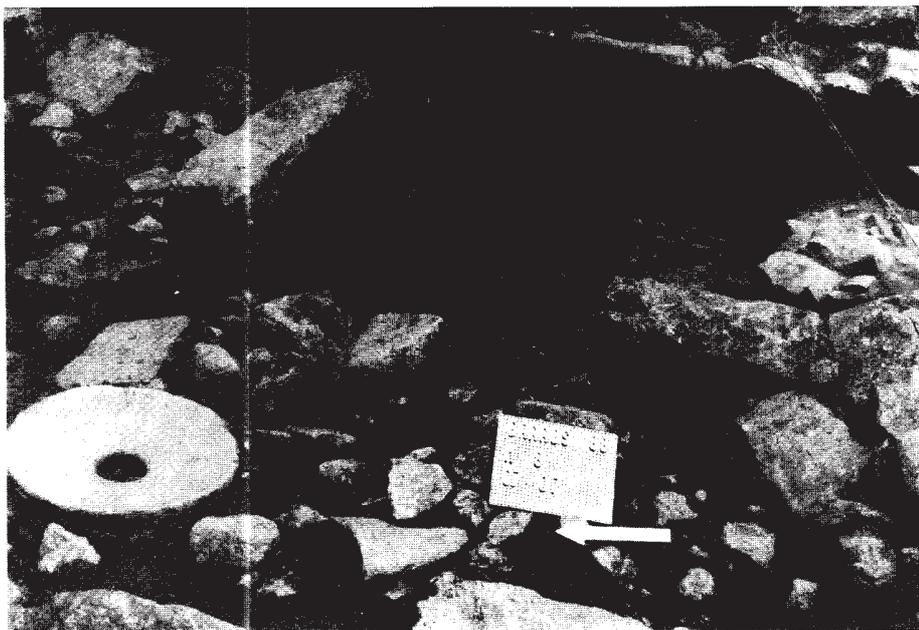
1 — Mosaico polícromo em H-7, em fase de limpeza.



2 — *Suspensura* de suporte do triclinium.



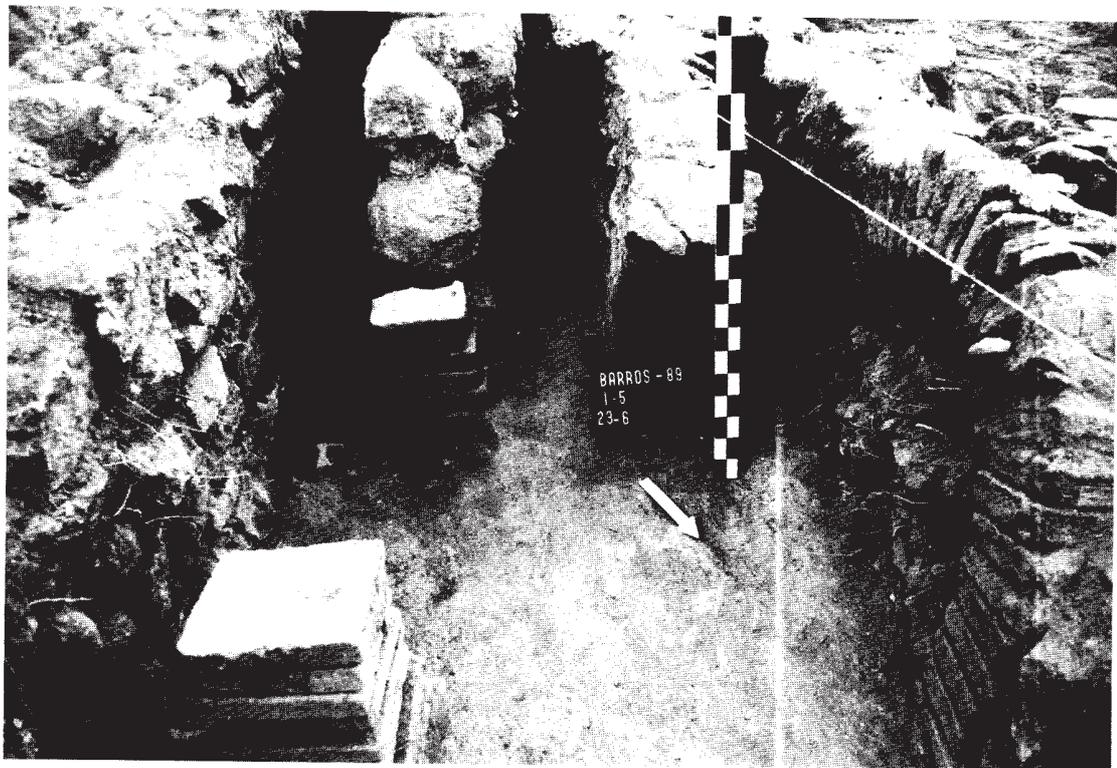
1 — Base de coluna, em mármore, em M-9.



2 — Estrutura de lareira, em M-8.



1 — Sala correspondente ao quadrado H-11, onde se observa uma mancha compacta de cal, ocupando aproximadamente metade da divisão.



2 — Pormenor da *suspensura*, no quadrado I-5, com o único arco que resistiu intacto.

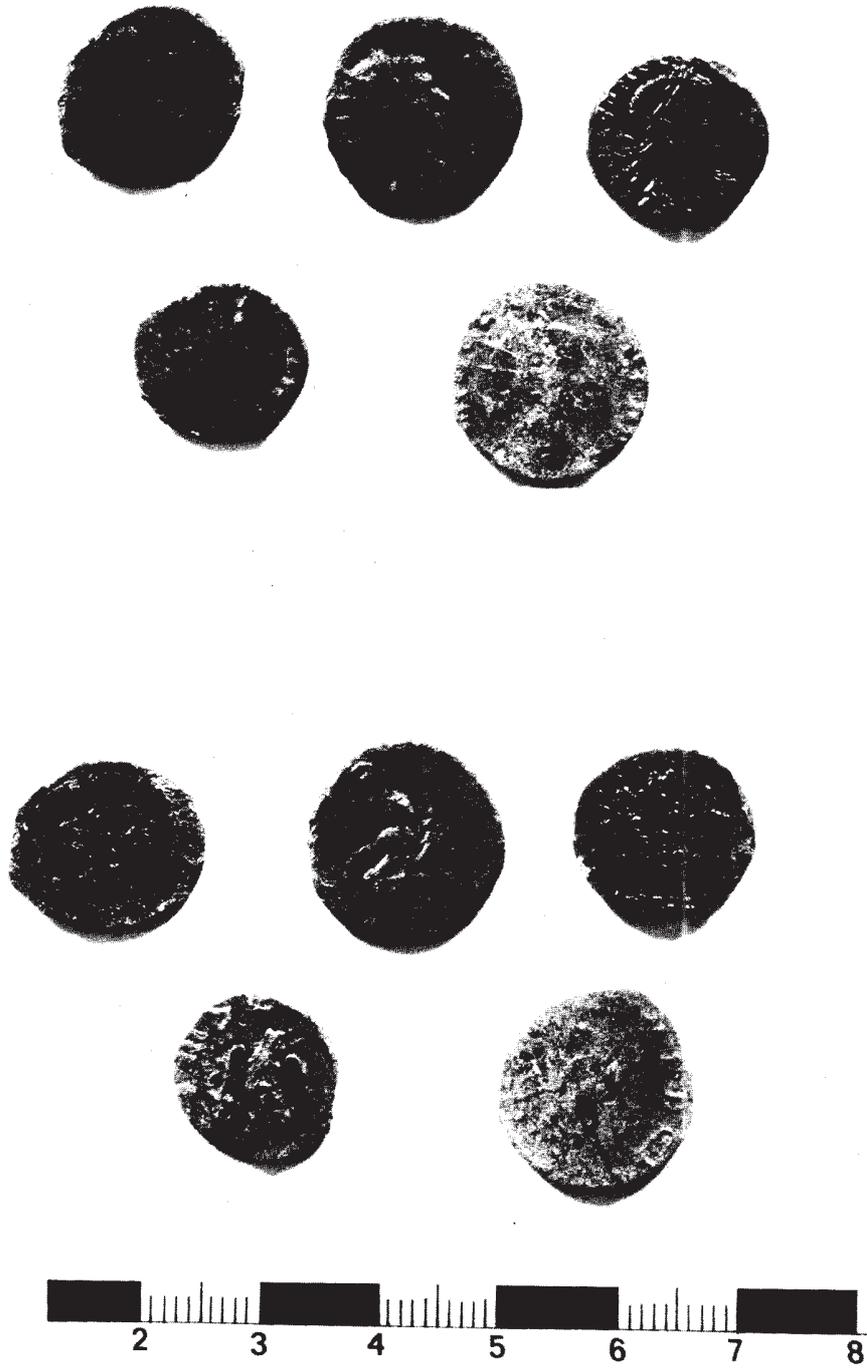


1 — Aspecto da *suspensura* do *hipocaustum*, em O-9.



2 — Pormenor do corte estratigráfico do *praefurnium*, observado do interior do *hipocaustum*.

Est. 5



1/2 — Anverso e reverso de cinco moedas em bronze.

## UM MUSEU MUNICIPAL PARA PENAFIEL 1884-1974

EM MEMÓRIA DE ABÍLIO MIRANDA,  
NO CENTENÁRIO DO SEU NASCIMENTO

Teresa Soeiro

### 1. PENAFIEL

Cidade setecentista no interior do distrito do Porto, Penafiel cresceu durante a Idade Moderna como cruzamento viário, local de fim de jornada para quem transitava na estrada que do litoral conduzia a Trás-os-Montes e às Beiras. Núcleo de arreigadas tradições no trabalho artesanal, era porém sem dúvida o comércio que a ela trazia grande número de forasteiros, particularmente na sua feira anual de S. Martinho. Esta força centrípta arrastava para a cidade negociantes de todo o país e famílias do aro rural ou das vilas vizinhas que aqui vinham abastecer-se e gozar este excepcional espaço lúdico. Por uma quinzena instalavam-se em aposentos que em toda a cidade burgueses e artistas alugavam, como tinham também de alugar as lojas para as bestas ou mesmo os portais para o comércio mais delicado.

Muito procurada para aboletar tropas de passagem ou fixá-las nos quartéis entretanto aqui sediados, Penafiel é também um local de partida. Saem semanal ou sazonalmente os seus artistas especializados que vão trabalhar, itinerantemente, onde houver obra ou se dirigem ao Porto; partem os feirantes levando os produtos locais aos mercados de todo o país; viajam os jovens para estudar em Coimbra; vão-se as famílias gradas que para manter a sua posição precisam de estar onde possam ser vistas, na corte ou pelo menos na segunda cidade do reino.

Neste ir e vir a prosápia da cidade não deixou de se afirmar, de construir de si uma imagem entre os pergaminhos da nova nobreza e os do trabalho, nem sempre coincidente com a impressão que os visitantes dela colhiam<sup>(1)</sup>.

Depois de meio século de administração local própria (tem Câmara desde 1741) e de vida urbana à imitação da cidade do Porto com a qual nunca rompeu a ligação umbilical, também aqui chegaram os ecos das novas necessidades anunciadas, da permência em formar bibliotecas e museus para instruir e ocupar os ócios dos cidadãos, para incentivar os senhores na emulação com os seus pares pela corrida ao progresso, para ensinar às classes laboriosas os avanços do mundo da técnica<sup>(2)</sup>.

Sede de um concelho que nos anos sessenta do século passado ultrapassava os vinte e oito mil habitantes, cidade talvez a rondar os três milhares de pessoas<sup>(3)</sup>, com fortes e reconhecidas carências no

---

(1) ALMEIDA, António de — Descrição histórica e topográfica da cidade de Penafiel. *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, 10 (2) 1830, 1-1180.

BEÇA, Coriolano de Freitas — *Penafiel hontem e hoje. Recordações e impressões*. Penafiel 1896.

SOEIRO, Teresa — *Penafiel*. Lisboa 1994.

(2) SOEIRO, Teresa — *O progresso também chegou a Penafiel. Resistência e mudança na cultura material, 1741-1910*. Porto 1993.

(3) Os resultados preliminares do Censo de 1991 indicam para esse momento uma população de 65.925 habitantes no concelho e 7.105 na freguesia de S. Martinho de Penafiel, que abrange toda a área da cidade e também alguns lugares rurais.



adaptado de Comissão Nacional do Ambiente  
 Carta Administrativa de Portugal. Folha 1, esc. 1:250 000. Lisboa, 1979

### 1. Carta administrativa do concelho de Penafiel.

domínio da instrução, nela com dificuldade vingaram as primeiras tentativas para implantar este tipo de estabelecimentos culturais públicos que, porém, não deixaram de contar com entusiastas empenhados. Apesar de alguma coisa ter mudado entretanto, em Abril de setenta e quatro a Biblioteca-Museu vivia ainda, entre dificuldades e sobressaltos, da vontade forte do seu único funcionário, quase sem verbas orçamentadas, num espaço degradado em que os desvelos com dificuldade superavam ou adiam a permanente ameaça que pairava sobre um espólio durante décadas zelosamente recolhido.

Neste trabalho quisemos refazer o percurso biográfico da instituição, utilizando para isso a documentação manuscrita existente no próprio Museu e a do Arquivo Municipal, as notas monográficas já publicadas, as notícias estampadas nos periódicos locais e ainda a memória de intervenientes, responsáveis, funcionários e utilizadores, que pacientemente foram esclarecendo as questões por nós colocadas e acrescentando-as de informações a que por outra forma talvez não conseguíssemos aceder.

## 2. A BIBLIOTECA E O MUSEU, TENTATIVAS E FRACASSOS ANTERIORES A 1947

### 2.1. A BIBLIOTECA POPULAR OU MUNICIPAL, PRIMEIROS ENSAIOS

Em Penafiel também se fez sentir a voga de criar bibliotecas populares que percorreu o país na década de sessenta do século passado. A cidade começou a constituir a sua biblioteca em 1863, pedindo à do Porto os livros que esta tivesse em duplicado<sup>(4)</sup>.

A instrução tornara-se então uma questão polémica, como se pode verificar pela imprensa local<sup>(5)</sup>, e nessa mesma discussão esgrimia-se como arma acusatória o facto do município, este a exemplo de muitos outros, não fazer cumprir o previsto na lei quanto à reserva de uma pequena verba do orçamento anual para dotar um estabelecimento de leitura pública. Os protestos subiram de tom quando em 1870 a Câmara recusou a oferta de venda de uma livraria privada por não dispor de 300\$000, quantia em que fora avaliada<sup>(6)</sup>. Perdia-se assim a possibilidade de dotar a desejada Biblioteca Popular com fundos importantes, insurgindo-se o articulista por nessa ocasião estarem a ser dispendidas verbas incomparavelmente mais elevadas com projectos de reformas urbanísticas e viárias de interesse duvidoso.

Certo é que no orçamento para 1871 encontramos já uma rubrica com 50\$000 destinados à compra de livros e outra de 12\$000 para assinar o Diário do Governo e o Reportório das Câmaras<sup>(7)</sup>. Em 1876 apela-se para o decreto de 2 de Agosto de 1870, art.º 1, que previa a compra de livros, para os solicitar ao Governo Civil, enquanto no orçamento se mantém constante a verba destinada à Biblioteca<sup>(8)</sup>.

A confiança de que o progresso se atingiria pela elevação do nível cultural de toda a população, incluindo as classes laboriosas, que aliás necessitavam dessa instrução para corresponder às cada vez maiores exigências da produção e do mercado internacionalizado, ganhou novo alento com a aura criada em volta do método de aprendizagem de leitura aplicado por João de Deus, especialmente rápido e eficaz no ensino de adultos, para os quais se abriram mais aulas de leitura e também de matérias tendentes à especialização na indústria. Neste contexto, a Biblioteca Popular «*deve ser não só de livros úteis, mas de todos os elementos que possam servir para a educação industrial e artística, e estar patente ao publico principalmente nos dias santificados e de noute. Os filhos do trabalho não teem outras horas dispoiveis*<sup>(9)</sup>».

(4) AMPNF — A 123, Livro copiador de correspondência expedida: 1863, Maio, 9.

(5) *O Século XIX*, primeiro jornal editado em Penafiel, dedicou vários artigos de primeira página ao tema *Instrução pública*, a partir do número 27, de 1 de Junho de 1864.

(6) *Gazeta de Penafiel*. Penafiel, 27 de Abril de 1870.

(7) AMPNF — A 28, Livro de registo das actas da Câmara: 1871, Agosto, 17.

(8) AMPNF — A 30, Livro de registo das actas da Câmara: 1876, Julho, 20 e Setembro, 18.

(9) *O Commercio de Penafiel*. Penafiel, 13 de Setembro de 1878.

A Assembleia Penafidense d'Instrução e Recreio acabava de inaugurar no início de 1878 uma biblioteca para os seus sócios, a Biblioteca Herculano, em sala de leitura própria com estanteria em castanho, uma grande mesa de leitura, uma imagem do patrono e perto de dois milhares de volumes<sup>(10)</sup>.

Os livros pedidos ao governo central estavam já disponíveis em 1879<sup>(11)</sup>, mandando-se no ano seguinte fazer o primeiro catálogo da Biblioteca a fim de verificar em pormenor as existências e planear assim as obras a adquirir<sup>(12)</sup>. Logo no início de 1881 faz-se essa compra, no valor de 37\$160<sup>(13)</sup>, abarcando títulos de autores portugueses contemporâneos e traduções de estrangeiros, num total de vinte e dois, que cuidadosamente se registam na acta de uma reunião camarária<sup>(14)</sup>.

1885 é um ano decisivo, em que a Câmara nomeia a primeira comissão organizadora da biblioteca, com o objectivo expresso de se encarregar de «*proceder à organização da bibliotheca municipal, a fim de que possa abrir-se ao publico em cumprimento da lei*»<sup>(15)</sup>. Faziam parte dessa comissão Francisco Pinto Coelho Soares de Moura, Adolfo Soares Pinto de Miranda e António Augusto Pereira de Sousa, todos com experiência em cargos autárquicos ao mais alto nível. Para implementar de facto o funcionamento, pede-se à Biblioteca Municipal do Porto uma cópia do regulamento e a explicação das tarefas a cargo dos funcionários<sup>(16)</sup>.

O jornal *A União* saudou encomeasticamente a nomeação desta comissão, a qual começou de imediato o seu labor<sup>(17)</sup>. Como recomendara o mesmo periódico anteriormente, talvez a leitura domiciliária fosse o melhor caminho para obviar à falta de instalações. Na própria Câmara, um funcionário administrativo serviria de fiel do fundo documental, limitando-se a verificar que os utentes, uma vez escolhida a obra no catálogo onde constaria adiante de cada livro o tempo que o mesmo podia permanecer fora e a caução devida, fizessem o respectivo termo de responsabilidade<sup>(18)</sup>.

A comissão deliberou ainda pedir aos penafidenses que possuíssem obras repetidas ou que porventura se tivessem desinteressado delas para as doar ou depositar na nova biblioteca, ajudando assim a constituir um fundo que a parca dotação anual dificilmente alimentaria por si só. Pretendia-se ainda que os manuais respeitantes às inovações no domínio técnico-agrícola e industrial tivessem lugar privilegiado, para suprir as carências do ensino profissional<sup>(19)</sup>.

A Biblioteca e o Museu tinham desde o ano anterior, 1884, o seu primeiro projecto de instalações. Ficariam integradas num magnífico edifício escolar projectado a pedido do presidente da autarquia, Manuel Pedro Guedes, por Manuel Maria Ricardo Correa, engenheiro chefe da 5ª secção da Repartição Técnica

<sup>(10)</sup> *O Penafidense*. Penafiel, 11 de Janeiro de 1878.

<sup>(11)</sup> AMPNF — A 31, Livro de registo das actas da Câmara: 1879, Outubro, 2.

<sup>(12)</sup> AMPNF — A 31, Livro de registo das actas da Câmara: 1880, Abril, 20. A partir deste ano a compra de livro é mencionada em várias actas da Câmara, por exemplo AMPNF — A 31, Livro de registo das actas da Câmara: 1881, Janeiro, 7 e Abril, 7; A 33, Livro de registo das actas da Câmara: 1885, Julho, 16 e 1886, Agosto, 26; A 36, Livro de registo das actas da Câmara: 1896, Junho, 5.

<sup>(13)</sup> AMPNF — A 31, Livro de registo das actas da Câmara: 1881, Janeiro, 7. A restante verba ficou reservada para pagamento das encadernações.

<sup>(14)</sup> AMPNF — A 31, Livro de registo das actas da Câmara: 1881, Abril, 4.

<sup>(15)</sup> AMPNF — A 33, Livro de registo das actas da Câmara: 1885, Agosto, 6. Dois meses antes no periódico local *A União* aparecia mais um artigo lembrando a necessidade de criar a Biblioteca, estabelecimento que já existia no muito menos urbano concelho vizinho de Paredes: *A União*. Penafiel, 18 de Junho de 1885. A Biblioteca Popular de Paredes surgiu em 1882: BARREIRO, José do — *Monografia de Paredes*. Porto, 1922-1924, p. 170-173; COELHO, Manuel Ferreira — *Biblioteca-Museu de Paredes. O Concelho de Paredes*, 1 1978, 85-90.

<sup>(16)</sup> AMPNF — A 33, Livro de registo das actas da Câmara: 1887, Janeiro, 7.

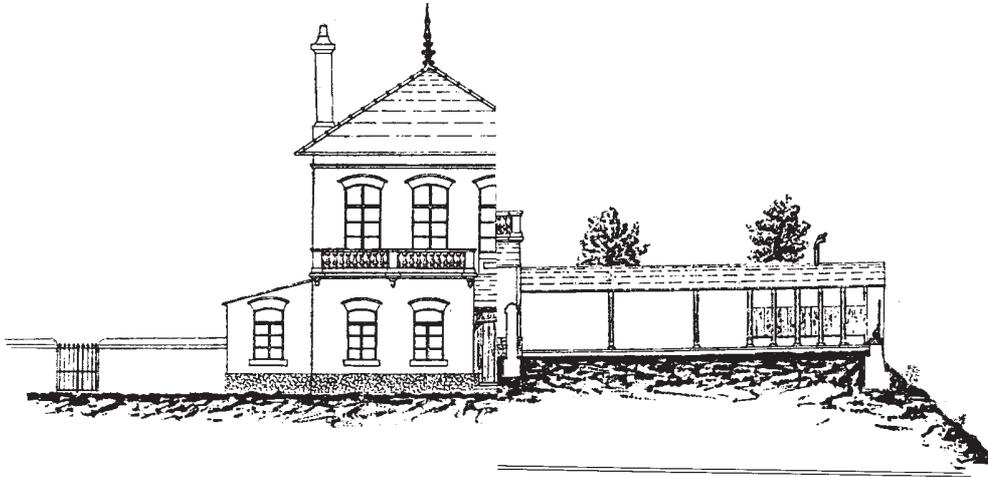
<sup>(17)</sup> *A União*. Penafiel, 9 de Agosto de 1885.

<sup>(18)</sup> *A União*. Penafiel, 25 de Junho de 1885.

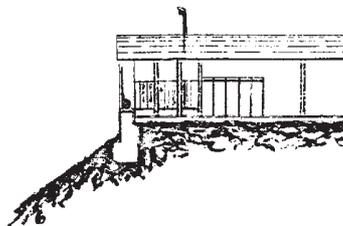
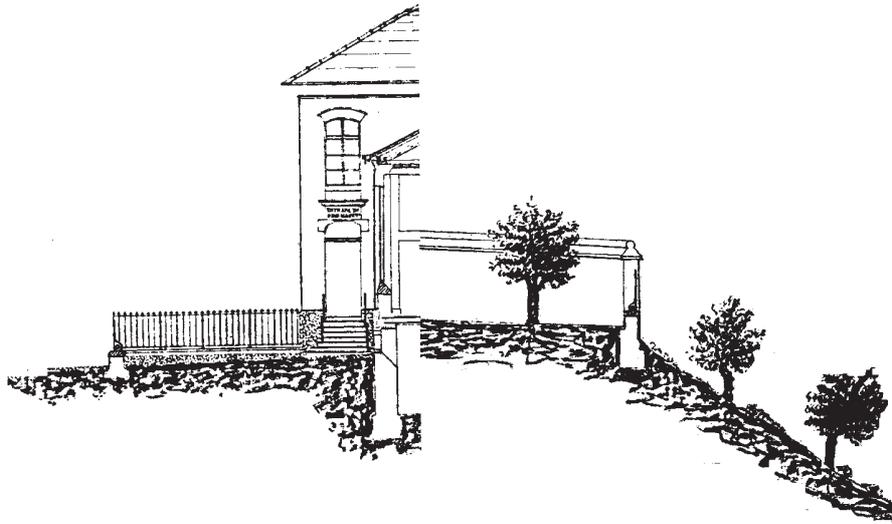
<sup>(19)</sup> *A União*. Penafiel, 20 de Agosto de 1885.

# PROJECTO DE ESCOLA PARA BIBLIOTHECA,

Alçada do parte *representando uma das*  
*exterior;*



Corte transversal por *Dr. ando interior de um dos*  
*antação.*



*Escalas.*

*Do desenho (A) 0,02:1,0*

*dos restantes 0,008:1.*

*Alçada dos urinios e latrinas seg*



*são.*

*Folio 6*  
*Manuel de S. Paulo*  
*arq. d. 17*  
*Lisboa - Junho de 1884*

a efectivar no dobrar do século, patrocinado pela mesma Sociedade Martins Sarmento.

No Porto as exposições agrícolas e industriais multiplicaram-se justificando mesmo a construção de um espaço próprio, o Museu Industrial e Comercial, nelas alicerçado. Tinha antecedentes que remontavam aos primeiros anos da vitória liberal mas, de facto, só a reorganização do ensino do último quartel de oitocentos lhe dará forma. Também o Museu Allen possuía no seu programa, desde cedo, uma secção de *machinas agricolas e industriaes*, que não teria passado da intenção<sup>(27)</sup>.

O decreto de 24 de Dezembro de 1883 veio dar força legal aos museus industriais de Lisboa e Porto, regulamentando a sua instituição (6 de Maio de 1884) que na segunda cidade do reino desde logo se identificou com a imparável actividade de Joaquim de Vasconcelos<sup>(28)</sup>. Será certamente nesta instituição que o redactor do jornal penafidense colhe a inspiração para a proposta de criar um museu industrial na sua pequena cidade.

Se o Museu Industrial do Porto, instalado no antigo Circo Olympico, se revelou um assinalável êxito, com forte adesão do público até ao seu infeliz encerramento, o de Penafiel jamais voltou a ser discutido depois de lançada a ideia inicial.

### 2.3. VICISSITUDES DA BIBLIOTECA MUNICIPAL

#### 2.3.1. A BIBLIOTECA DE 1917

Acidentado se fez o primeiro percurso da Biblioteca Municipal<sup>(29)</sup>, aberta de facto ao público a 6 de Junho de 1917<sup>(30)</sup> graças à conjugação favorável entre a dádiva de um vultuoso legado bibliográfico, o do Dr Francisco de Sousa Vinhós, entregue por seu irmão José, e a presença à frente da secretaria da Câmara de um homem excepcionalmente culto e dedicado que foi Luís de Chatillon da Rocha Beça<sup>(31)</sup>. Sita na Avenida Araújo e Silva, esta biblioteca dispunha de três estantes de livros, uma mesa para os leitores e outra de trabalho e era iluminada por luz eléctrica<sup>(32)</sup>. A frequência da biblioteca não chegava às duas centenas de leitores mensais, mas os fundos documentais, inicialmente cerca de setecentos volumes, cresciam significativamente por meio de sucessivas ofertas que os jornais iam noticiando para orgulho dos doadores<sup>(33)</sup>, rondando no fim do primeiro ano de funcionamento os três milhares<sup>(34)</sup>.

<sup>(27)</sup> VIANA, Maria Teresa da Costa Pereira — *Os Museus do Porto no século XIX. Subsídios para o estudo da museologia em Portugal*, vol.1, Lisboa 1970, 67 e segs.

<sup>(28)</sup> VIANA, Maria Teresa da Costa Pereira — *Os Museus do Porto no século XIX. Subsídios para o estudo da museologia em Portugal*, v.1, Lisboa, 1970, 78 e segs e vol.2, 151 e segs.

<sup>(29)</sup> MIRANDA, Abílio — Biblioteca Municipal de Penafiel. *Penha - Fidelis* 1 1927-1929, 1

MIRANDA, Abílio — O nosso motivo. *Penha - Fidelis* 1 1927-1929, 2.

MIRANDA, Abílio — Os amigos da biblioteca. *Penha - Fidelis*, 1 1927-1929, 16.

MIRANDA, Abílio — Biblioteca Municipal. *Penha - Fidelis*, 1 1927-1929, 40.

CUNHA, Maria de Fátima Vila Pouca dos Santos e — Notas históricas sobre a Biblioteca Municipal de Penafiel. *Penafiel. Boletim da Comissão Municipal de Cultura de Penafiel*, 2ª série, 4/5 1966/67, 27-31.

<sup>(30)</sup> BMPNF [Acta da inauguração solene da Biblioteca Municipal de Penafiel]: 1917, Junho, 6.

Auto de abertura da Biblioteca. *Penafiel. Boletim da Comissão Municipal de Cultura*, 1 1947, 3-4.

*O Penafidense*. Penafiel, 5 de Junho de 1917.

<sup>(31)</sup> GUIMARÃES, Bertino Daciano R. S. — *O professor e artista Luís Carlos de Châtillon da Rocha Beça*. Porto 1954.

<sup>(32)</sup> *O Penafidense*. Penafiel, 8 de Junho de 1917.

<sup>(33)</sup> *O Penafidense*. Penafiel, 10, 17 de Julho; 3, 10 e 24 de Agosto; 4, e 14 de Setembro, 9 de Outubro e 2 de Novembro de 1917.

<sup>(34)</sup> *O Penafidense*. Penafiel, 11 de Junho de 1918.

da Câmara Municipal de Lisboa<sup>(20)</sup>. Custaria todo o complexo 9 370\$379, verba muito elevada, impossível de angariar pelo município mesmo com recurso a empréstimo<sup>(21)</sup>. Como sucedeu com outras iniciativas de melhoramentos urbanos desta época, estava mal dimensionado para a realidade local<sup>(22)</sup>.

## 2.2. O MUSEU INDUSTRIAL

«O outro melhoramento a que acima alludimos é a organização d'um muzeu industrial concelhio, uma exposição permanente em que o industrial patenteie o resultado do seu estudo, do seu aperfeiçoamento, e em que se lhe apresentem os productos das industrias estranhas, que aqui possam ser acclimatados, ou aperfeiçoados.

Este muzeu ao lado d'uma bibliotheca com grande copia de livros profissionaes e de relatorios dos nossos consules no estrangeiro será sem duvida o melhor incentivo ao desenvolvimento das industrias do concelho; será bem melhor que as grandes exposições a que o industrial manda uns productos ad hoc, pompozos, pouco vendaveis, e onde não vae estudar os aperfeiçoamentos operados.

E a camara mais tarde tem de fazer um muzeu escholar porque, segundo os mais sensatos methodos d'ensino, nas escholas deve ministrar-se aos alumnos conhecimentos praticos, por meio de muzeus, tendo-os já as escholas da capital, vindos, diga-se para nossa vergonha, de França; por isso é melhor que a pouco e pouco se vá aqui formando um que preencha os dois fins.

E um muzeu d'estes n'uma eschola será d'incalculavel vantagem, porque ao mesmo tempo que dá ao alumno conhecimento pratico d'um certo numero d'objectos, vae-lhe fazendo pronunciar a vocação que mais tarde tem de seguir»<sup>(23)</sup>.

Penafiel acompanhava o seu tempo, neste apelo da imprensa local à criação de um Museu Industrial, instituição tipo a que fora dado modelo teórico ainda no final de setecentos e que desde então atraía a atenção de muitos mentores do desenvolvimento nacional baseado no progresso das indústrias e da educação profissionalizante, a lembrar Saint Simon, compatibilizando as inovações técnicas oriundas do estrangeiro com a vocação tradicional de cada região<sup>(24)</sup>.

Exemplos a seguir havia-os bem próximos, como era o caso da industriosa Guimarães que em 1884 se abalancara a realizar uma primeira Exposição Industrial<sup>(25)</sup>. Deste intento, «incontestavelmente um arrojo d'este concelho, visto que nenhuma terra portugueza com esta restricção, se tinha lançado em semelhante ousadia»<sup>(26)</sup>, ficara a motivação para um museu permanente da indústria concelhia, que só se chegará

<sup>(20)</sup> FRANÇA, José-Augusto — *A arte em Portugal no século XIX*, vol. 2, Lisboa 1966, 19.

<sup>(21)</sup> AMPNF — A 33, Livro de registo das actas da Câmara: 1884, Julho, 3 e Novembro, 27. AMPNF — A 1136, Pasta contendo processos de obras públicas: 1884, Maio, 20.

<sup>(22)</sup> SOEIRO, Teresa — *O progresso também chegou a Penafiel. Resistência e mudança na cultura material, 1741-1910*. Porto 1993, 323 e segs.

<sup>(23)</sup> *A União*. Penafiel, 25 de Junho de 1885.

<sup>(24)</sup> COSTA, Mário Alberto Nunes — *O ensino industrial em Portugal de 1852 a 1900 (Subsídios para a sua história)*. Lisboa 1990, 66, 72-73 e 99-101.

CUSTÓDIO, Jorge — Os museus industriais e a arqueologia industrial, in *Museologia e arqueologia industrial. Estudos e projectos*. Lisboa 1991, 7 e segs.

GOUVEIA, Henrique Coutinho — Acerca do conceito e evolução dos Museus Regionais portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo. *Bibliotecas Arquivos e Museus* 1 1985, 152 e segs.

RAMOS, Paulo Oliveira — Breve história do museu em Portugal, in *Iniciação à museologia*, Lisboa 1993, 38-40.

GOUVEIA, Henrique Coutinho — A evolução dos Museus Nacionais portugueses. Tentativa de caracterização, in *Homenagem a J. R. dos Santos Junior*, vol. 2, Lisboa 1993, 180.

<sup>(25)</sup> *Relatorio da Exposição Industrial de Guimarães em 1884*. Porto 1884.

<sup>(26)</sup> PEREIRA, J. Gualdino — *Boletim, RG* 17 1900, 63-64.

a efectivar no dobrar do século, patrocinado pela mesma Sociedade Martins Sarmento.

No Porto as exposições agrícolas e industriais multiplicaram-se justificando mesmo a construção de um espaço próprio, o Museu Industrial e Comercial, nelas alicerçado. Tinha antecedentes que remontavam aos primeiros anos da vitória liberal mas, de facto, só a reorganização do ensino do último quartel de oitocentos lhe dará forma. Também o Museu Allen possuía no seu programa, desde cedo, uma secção de *machinas agricolas e industriaes*, que não teria passado da intenção<sup>(27)</sup>.

O decreto de 24 de Dezembro de 1883 veio dar força legal aos museus industriais de Lisboa e Porto, regulamentando a sua instituição (6 de Maio de 1884) que na segunda cidade do reino desde logo se identificou com a imparável actividade de Joaquim de Vasconcelos<sup>(28)</sup>. Será certamente nesta instituição que o redactor do jornal penafidense colhe a inspiração para a proposta de criar um museu industrial na sua pequena cidade.

Se o Museu Industrial do Porto, instalado no antigo Circo Olympico, se revelou um assinalável êxito, com forte adesão do público até ao seu infeliz encerramento, o de Penafiel jamais voltou a ser discutido depois de lançada a ideia inicial.

### 2.3. VICISSITUDES DA BIBLIOTECA MUNICIPAL

#### 2.3.1. A BIBLIOTECA DE 1917

Acidentado se fez o primeiro percurso da Biblioteca Municipal<sup>(29)</sup>, aberta de facto ao público a 6 de Junho de 1917<sup>(30)</sup> graças à conjugação favorável entre a dádiva de um vultuoso legado bibliográfico, o do Dr Francisco de Sousa Vinhós, entregue por seu irmão José, e a presença à frente da secretaria da Câmara de um homem excepcionalmente culto e dedicado que foi Luís de Chatillon da Rocha Beça<sup>(31)</sup>. Sita na Avenida Araújo e Silva, esta biblioteca dispunha de três estantes de livros, uma mesa para os leitores e outra de trabalho e era iluminada por luz eléctrica<sup>(32)</sup>. A frequência da biblioteca não chegava às duas centenas de leitores mensais, mas os fundos documentais, inicialmente cerca de setecentos volumes, cresciam significativamente por meio de sucessivas ofertas que os jornais iam noticiando para orgulho dos doadores<sup>(33)</sup>, rondando no fim do primeiro ano de funcionamento os três milhares<sup>(34)</sup>.

<sup>(27)</sup> VIANA, Maria Teresa da Costa Pereira — *Os Museus do Porto no século XIX. Subsídios para o estudo da museologia em Portugal*, vol.1, Lisboa 1970, 67 e segs.

<sup>(28)</sup> VIANA, Maria Teresa da Costa Pereira — *Os Museus do Porto no século XIX. Subsídios para o estudo da museologia em Portugal*, v.1, Lisboa, 1970, 78 e segs e vol.2, 151 e segs.

<sup>(29)</sup> MIRANDA, Abílio — Biblioteca Municipal de Penafiel. *Penha - Fidelis* 1 1927-1929, 1

MIRANDA, Abílio — O nosso motivo. *Penha - Fidelis* 1 1927-1929, 2.

MIRANDA, Abílio — Os amigos da biblioteca. *Penha - Fidelis*, 1 1927-1929, 16.

MIRANDA, Abílio — Biblioteca Municipal. *Penha - Fidelis*, 1 1927-1929, 40.

CUNHA, Maria de Fátima Vila Pouca dos Santos e — Notas históricas sobre a Biblioteca Municipal de Penafiel. *Penafiel. Boletim da Comissão Municipal de Cultura de Penafiel*, 2ª série, 4/5 1966/67, 27-31.

<sup>(30)</sup> BMPNF [Acta da inauguração solene da Biblioteca Municipal de Penafiel]: 1917, Junho, 6.

Auto de abertura da Biblioteca. *Penafiel. Boletim da Comissão Municipal de Cultura*, 1 1947, 3-4.

*O Penafidense*. Penafiel, 5 de Junho de 1917.

<sup>(31)</sup> GUIMARÃES, Bertino Daciano R. S. — *O professor e artista Luís Carlos de Châtillon da Rocha Beça*. Porto 1954.

<sup>(32)</sup> *O Penafidense*. Penafiel, 8 de Junho de 1917.

<sup>(33)</sup> *O Penafidense*. Penafiel, 10, 17 de Julho; 3, 10 e 24 de Agosto; 4, e 14 de Setembro, 9 de Outubro e 2 de Novembro de 1917.

<sup>(34)</sup> *O Penafidense*. Penafiel, 11 de Junho de 1918.

A falta de enraizamento da instituição no tecido social penafidense e os poucos hábitos de leitura da população, criticados pela imprensa logo dois meses depois da abertura<sup>(35)</sup>, ajudam-nos talvez a entender o modo como a mudança de residência de Luís Chatillon para outra da cidade foi fatal à jovem instituição. Perdido o seu principal garante, a biblioteca encerrou em Outubro de 1919.



3. Edifício da avenida Araújo e Silva onde foi instalada a Biblioteca Municipal em 1917.

---

<sup>(35)</sup> *O Penafidense*. Penafiel, 28 de Agosto de 1917.

Aos seis dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e  
 setenta e sete, nesta cidade de Penafiel, na avenida Araújo e Silva, foi  
 solenemente inaugurada, e em seguida aberta ao publico, a Bi-  
 blioteca Municipal de Penafiel, assistindo a este acto a Co-  
 missão Executiva da Câmara Municipal, composta do seu presi-  
 dente, Sr. <sup>Dr.</sup> Sr. Eduardo José Cocho Chana, e dos vogais, Sr. <sup>Dr.</sup> Sr.  
 Francisco Vaz Guedes de Fátima Malafraia, José Pereira Mendes  
 Leal, José Pereira da Cunha, Bernardino Ferreira Monteiro,  
 José Pereira de Campos e Joaquim Augusto de Serpa Pinto,  
 que vão assinar o presente acto com outros cidadãos presentes

Sr. Carlos de Châtillon de Rocha e Silva, chefe da secretaria  
 da Câmara, substitui.

Eduardo José Cocho Chana

Francisco Vaz Guedes de Fátima Malafraia

José Pereira Mendes Leal

José Pereira da Cunha

José Pereira de Campos

Sr. Carlos de Châtillon de Rocha e Silva

prefeito municipal

José Dolano Ferreira da Silva

Manuel António Fernandes

Dr. António de Almeida de Carvalho e Silva

Alvarado Pereira Coutinho da Silva

Registo do movimento da Biblioteca Municipal de Penafiel  
1967.

Data	Visitações			Outras consultadas			Livros adquiridos		
	aviso	humilh	total	aviso	de novo	total	por compra	por doação	
Junho	6	-	9	9	-	5	5		
"	7	-	-	-	-	-	-		Fechada.
"	8	-	7	7	-	5	5	14	
"	9	-	9	9	-	9	9		
"	10	-	-	-	-	-	-		Fechada.
"	11	-	7	7	-	4	4		
"	12	-	6	6	-	6	6		
"	13	-	9	9	-	7	7		
"	14	-	8	8	-	9	9	17	
"	15	11	5	16	9	5	14		
"	16	-	13	13	-	12	12	1	
"	17	-	-	-	-	-	-		Fechada.
"	18	-	3	3	-	3	3		
"	19	-	8	8	-	8	8	2	
"	20	-	10	10	-	12	12		
"	21	5	3	8	1	3	4		
"	22	-	4	4	-	4	4		
"	23	-	3	3	-	3	3		
"	24	-	-	-	-	-	-		Fechada.
"	25	-	7	7	-	7	7		
"	26	1	2	3	-	2	2		
"	27	-	4	4	-	4	4		
"	28	-	15	15	-	13	13		
"	29	-	3	3	-	3	3		
"	30	-	9	9	-	9	9		
Julho	1	-	-	-	-	-	-		Fechada.
	2	-	6	6	-	7	7		
			17	150	167	10	140	150	

5. Biblioteca Municipal, primeiro livro de registo de leitores.

## 2.3.2. A BIBLIOTECA DE 1926

A semente lançada mostrar-se-ia porém bastante vivaz, conseguindo suportar a não menos atormentada reabertura da instituição logo nos prelúdios do novo regime. É altura de entrar em cena Abílio Miranda<sup>(36)</sup>, individualidade que durante quatro décadas personificará, de forma assaz polémica, a actividade cultural do município. Filho de um dos homens designados em 1885 pela Câmara para a primeira Comissão Organizadora da Biblioteca, este farmacêutico, jornalista e historiador local trouxe pela sua actividade militante mais uma vez Penafiel a um merecido lugar no panorama da preservação e estudo do património cultural a nível nacional.

Vereador da Câmara Municipal, Abílio Miranda fica encarregado por esta de reorganizar a Biblioteca de forma a que ela viesse a abrir novamente as suas portas ao público. Assim o fez e a 22 de Abril de 1926 apresenta, em sessão, um primeiro relatório em que dá conta do estado em que se encontravam os fundos bibliográficos e o mobiliário<sup>(37)</sup>. Atitude sem dúvida de defesa esta que o levou a arrolar os bens entregues ao seu cuidado num tempo de instabilidade política.

A Biblioteca reabriu de facto ao público a 6 de Junho de 1927<sup>(38)</sup>, mas a perseguição política não se fez esperar. Em 1928 Abílio Miranda deixa já nas páginas da revista *Penha-Fidelis*<sup>(39)</sup>, que entretanto criara na Biblioteca para publicar estudos de história local<sup>(40)</sup>, uma primeira explicação do seu pedido de exoneração, aceite em sessão de Câmara de 28 de Setembro de 1927<sup>(41)</sup>, e da profunda tristeza que sentia por ter abandonado a tarefa de encarregado no final do ano anterior<sup>(42)</sup>. O azedume não fez senão crescer e no ano seguinte é a própria revista que chega ao seu fim<sup>(43)</sup>.

A funcionar com horário entre as 20 e as 22 horas<sup>(44)</sup>, a Biblioteca viu-se, antes de ser novamente encerrada, transferida para um edifício da avenida Sacadura Cabral, construção existente num dos ângulos da praça do mercado inaugurada em 1885. Ocupava apenas uma parte da casa, já de si exígua e pouco vocacionada para este fim.

O passo seguinte, ensaiado mas não concretizado, seria a pretendida reanimação da agonizante instituição, que previa a mudança da Biblioteca e Museu para o edifício da velha capela do Hospital, depois Teatro Penafidense, na rua Direita frente à matriz. Uma vez lançada a ideia na imprensa local<sup>(45)</sup>, os sócios da Associação dos Bombeiros Voluntários de Penafiel são convocados para em assembleia, agendada para o dia 28 de Novembro de 1931, se pronunciarem sobre a cedência à Câmara dos direitos de inquilino do referido prédio, foreiro à Santa Casa da Misericórdia<sup>(46)</sup>.

<sup>(36)</sup> PIMENTEL, Ângelo — A Abílio Miranda. A nossa homenagem. *Penafiel. Boletim da Comissão Municipal de Cultura de Penafiel*, 2ª série, 1 1963, 9-13.

FERREIRA, José F. Coelho — *Abílio Miranda. O homem, o penafidense, o investigador*. Penafiel 1993.

MENDES, J. J. — *Evocação de Abílio Miranda no centésimo ano do seu nascimento*. Penafiel 1993.

<sup>(37)</sup> AMPNF — A 40, Livro de registo das actas da Câmara: 1926, Abril, 22.

MIRANDA, Abílio — *Biblioteca Municipal de Penafiel. Relatório apresentado á Camara Municipal, na sessão ordinaria d'Abril de 1926, pelo vereador encarregado da Bibliotéca*. Penafiel 1926.

*O Povo de Penafiel*. Penafiel, 21 de Novembro de 1926.

<sup>(38)</sup> *O Povo de Penafiel*. Penafiel, 26 de Junho de 1927.

*Penha-Fidelis* 1 1927/29, 40.

<sup>(39)</sup> *Penha-Fidelis* 1 1927/29.

<sup>(40)</sup> *O Povo de Penafiel*. Penafiel, 24 de Abril de 1927.

<sup>(41)</sup> AMPNF — A 41, Livro de registo das actas da Câmara: 1927, Setembro, 28.

*O Povo de Penafiel*. Penafiel, 14 de Agosto e 2 de Outubro de 1927.

<sup>(42)</sup> MIRANDA, Abílio — Biblioteca Municipal. *Penha - Fidelis* 1 1927-1929, 160.

<sup>(43)</sup> MIRANDA, Abílio — Finis!. *Penha - Fidelis* 1 1927-1929, 298-300.

<sup>(44)</sup> *O Povo de Penafiel*. Penafiel, 9 de Outubro de 1927.

<sup>(45)</sup> *O Tempo*. Penafiel, 2 de Outubro de 1931.

<sup>(46)</sup> *O Tempo*. Penafiel, 20 de Novembro de 1931.



6. Edifício no ângulo NE da praça do Mercado onde esteve a Biblioteca no final dos anos vinte.

# PENHA-FIDELIS

Director—ABÍLIO MIRANDA      Editor—BIBLIOTECA MUNICIPAL DE PENAFIEL

Composto e Impresso na Tipografia Minerva

1.º ANO—N.º 1

PENAFIEL—1927

De Deus é filha a alma inteligente; da alma inteligente é filha a linguagem falada; da linguagem falada é filha a linguagem escrita; da linguagem escrita é filha a leitura, da leitura são filhas as sciências, as artes, a civilização, a moral e a própria liberdade.

A. F. de Castilho.

## *Biblioteca Municipal de Penafiel*



Mgr. José de Sousa Vinhós, que com uma importante doação de livros sugeriu a fundação da Biblioteca Municipal



Luís Carlos de Chatillon da Rocha Beça, inteligente e esforçado organizador da Biblioteca Municipal

*Esta Biblioteca abriu ao público, pela primeira vez, em 6 de Julho de 1917.*

*Por motivo da retirada desta cidade do Ex.<sup>mo</sup> Snr. Luís Carlos de Chatillon, fechou pouco depois, conservando-se assim, com graves prejuizos, até aos principios do ano findo, em que entrou novamente em reorganização, devendo voltar a abrir, dentro de pouco tempo, já muito beneficiada.*

I  
**PENA - FIDELIS**

PUBLICAÇÃO DE ESTUDOS  
PARA A HISTÓRIA DE PENAFIEL

DIRECTOR

ABÍLIO MIRANDA

Da Ass. dos Arqueólogos Portugueses e da Sociad. Portuguesa  
de Antropologia e Etnologia



**O BRASÃO DE PENAFIEL**

por ABÍLIO MIRANDA



M C M X X X I  
TIP. MINERVA  
: Largo da Ajuda :  
: P E N A F I E L :

# CÂMARA MUNICIPAL DE PENAPIEL

Relação dos móveis e utensílios fornecidos pela Câmara Municipal de BIBILIOTECA MUNICIPAL

Designação dos móveis e utensílios	Quantidade	Qualidade do móvel ou utensílio	Dimensões	Estado de conservação	Outras indicações
Meza de pinho	Uma	Madeira pinho	1,10x2,65	Bom	
Secretaria com seis gavetas e armário	Uma	" madeira	1,18x0,60	Bom	
Meza	Uma	" "	0,65x0,45	Bom	
Estantes com porta de vidro e uma gaveta	Dois	" mogno	2,25x1,35	Bom	
Idem com portas de vidro e armário	Dois	" cerejeira	2,50x1,66	Bom	
Idem com porta de vidro e armário	Dois	" cerejeira	2,98x1,98	Bom	
Idem imitação pau preto com três portas de vidro e três gavetas	Uma	" "	2,95x 2	Bom	
Idem com portas de vidro, duas gavetas e armário	Uma	" mogno	1,94x 1	Bom	
Idem fixas	Dois	" madeira		Bom	
Cadeiras com assento de madeira	Doze	" madeira		Bom	
Idem de braço	Uma	" "		Bom	
Idem com assento imitação couro	Uma	" castor		Bom	
Bancos	Quatro	" madeira		Bom	
Bastante giratória	Uma	" castor		Bom	
Relógio de parede (redondo)	Uma	" castor		Bom	
Escada de abrir	Uma	" castor		Bom	
Lavatório de ferro com bacia de louça, balde, jarro e saponeteira de esmalte	Um	Ferro e esm.		Bom	
Tapete	Um			Bom	
Moalha de mãos	Uma			Novo	
Escarrador	Um	Esmalte		Bom	
Idem com pé	Um	Louça e ferro		Bom	
Cestros para papéis	Dois	Verga		Bom	
Bengalatre	Um	Ferro		Bom	
Esfera armilar (incompleta)	Uma	Castão e madeira		Mau	
Quadro com espadas	Um			Bom	

Penafiel e Secretaria da Câmara Municipal, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 1931.

O Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal,

*Vicente Augusto de Viveiros Silva*

Conferi, Penafiel, data supra.

O Secretário,

*Francisco de Sá*

9. Cadastro dos móveis pertencentes à Biblioteca Municipal em 1931.



A campanha em prol da Biblioteca recomeçara na imprensa local em 1930, sendo particularmente empenhados os artigos publicados em *O Tempo*<sup>(47)</sup>. Mas o marasmo permaneceu, como se pode verificar por notícias posteriores: «*a qualquer hora do dia que se passe junto do edifício da biblioteca, sempre se vê encerrado. Informaram-nos que só abre às 22 horas!*»<sup>(48)</sup>.

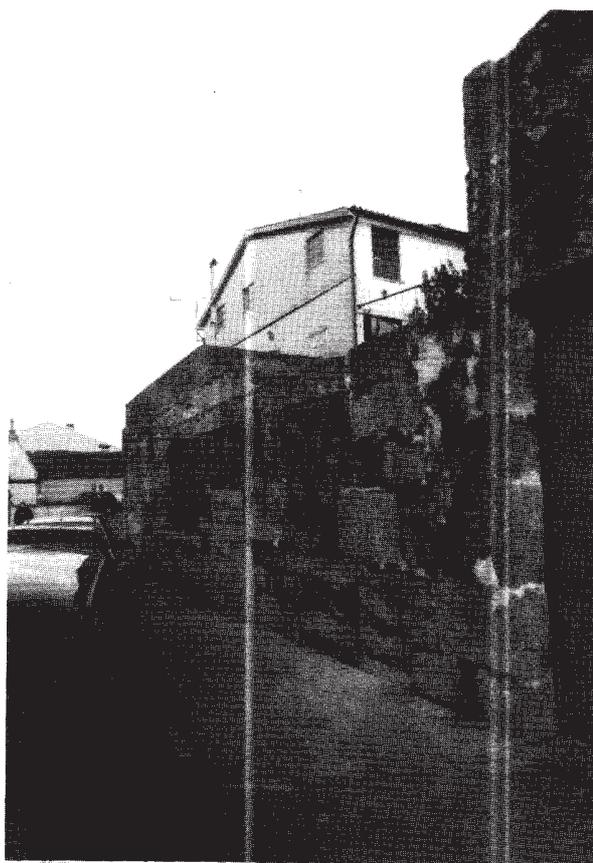
A este curto fôlego insuflado na biblioteca moribunda, da qual nos chegou um cadastro do mobiliário, pálido reflexo do que se passava no país<sup>(49)</sup>, correspondeu à distância Abílio Miranda, dela afastado por razões políticas, com a publicação de uma nova revista *Pena-Fidelis*, da qual saíram dois números em 1931, com temática local, monográficos<sup>(50)</sup>.

### 3. O MUSEU DA ESTRELA

Criado por um particular, Gilberto Dias de Castro, o chamado *Museu da Estrela* estava sediado numa casa térrea da rua do Bom Retiro. Quem se recorda de o frequentar na infância descreve a sua única sala como um gabinete de maravilhas e coisas de espantar onde não faltavam materiais exóticos recolhidos em Africa, incluindo mesmo fetos humanos e répteis conservados em recipientes de vidro. O proprietário, coleccionador curioso e persistente, sentava-se na sua mesa de trabalho junto da janela, à direita da porta, e ia anotando cuidadosamente as dádivas e esclarecendo os visitantes, que não pagavam qualquer quantia fixa mas, por hábito, deixavam donativos em moeda com os quais se mantinha a casa.

Gilberto Dias de Castro já se encontrava depauperado pela doença e numa situação de carência material no início da década de trinta, incapaz de manter o museu, pelo que se alvitra na imprensa que o que restava do espólio fosse adquirido pelo município com destino à Biblioteca-Museu Municipal, em desejada reorganização. Tratava-se de uma «*variedade de objectos antigos, e muito especialmente daqueles referentes à vida concelhia, como também publicações periódicas e científicas, e até autógrafos inéditos, tudo êle reunia no seu Museu com aquêlê carinho e tenacidade pouco vulgares*»<sup>(51)</sup>.

Pouco mais sabemos desta instituição, sendo porém provável que algumas peças tenham de facto passado para a posse do município, directamente ou por meio de alguém que nesse momento as tenha adquirido e preservado para o futuro Museu.



10. O Museu da Estrela, na rua do Bom Retiro.

<sup>(47)</sup> *O Tempo*. Penafiel, 21 de Agosto; 4 de Setembro; 2, 13 18 e 30 de Outubro e 13 de Novembro de 1931.

<sup>(48)</sup> *O Penafidelense*. Penafiel, 19 de Setembro de 1933.

<sup>(49)</sup> Estávamos no tempo da legislação sistemática sobre museus da iniciativa de João Couto e também das exposições etnográficas que deram origem a vários museus locais e regionais: GOUVEIA, Henrique Coutinho — *Acerca do conceito e evolução dos Museus Regionais portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo. Bibliotecas Arquivos e Museus* 1 1985, 171-173.

<sup>(50)</sup> Abílio Miranda mesmo quando afastado da direcção da Biblioteca nunca deixou a investigação de temas da história penafidelense. Era membro da Associação dos Arqueólogos Portugueses e foi em 1930 admitido como sócio da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

<sup>(51)</sup> *O Tempo*. Penafiel, 22 de Janeiro de 1932.

## 4. A BIBLIOTECA E O MUSEU SOB A DIRECÇÃO DE ABÍLIO MIRANDA, 1947-1962

A década de quarenta iniciou-se de forma mais favorável para Abílio Miranda que viu o seu empenhamento em prol da cultura reconhecido superiormente através da indigitação para *delegado da 2ª sub-secção da 6ª secção da Junta Nacional da Educação* no concelho de Penafiel<sup>(52)</sup>, cargo que manteve na década seguinte.

As comemorações dos centenários haviam tocado todo o país e animado o interesse pela história e etnografia locais. A malha de delegados criada pela Junta cobria o território nacional no qual as Juntas de Província e os seus museus surgiram como patamar intermédio e descentralizado<sup>(53)</sup>. Também a este nível Abílio Miranda foi reconhecido como interlocutor, tornando-se membro da *Comissão Etnográfica e Histórica e do Núcleo Organizador do Museu de Etnografia e História do Douro Litoral*, a abrir na cidade do Porto<sup>(54)</sup> e colaborador assíduo das duas primeiras séries do respectivo Boletim.

O exemplo do Museu de Etnografia acabou por ser de imediato seguido nos concelhos do distrito e mesmo no Norte<sup>(55)</sup>, reanimando-se alguns núcleos museológicos já criados e surgindo outros<sup>(56)</sup>. Uma intensa actividade editorial acompanhou este movimento.

Talvez porque os ventos corressem de feição e também porque o prestígio de Abílio Miranda fora reconhecido fora de portas a Câmara de Penafiel decide em 1947 encarregá-lo novamente de reorganizar a Biblioteca e de pensar num Museu ao mesmo tempo que secretariava a Comissão Municipal de Cultura<sup>(57)</sup>.

As instalações seriam agora o andar inferior do palacete do barão do Calvário, edifício construído por Manuel Pereira da Silva em 1853<sup>(58)</sup>, um *brasileiro* regressado com assinalável fortuna que por casamento se fixa na cidade, integrando a sua vida social e política<sup>(59)</sup>. Esta casa faceava a rua Formosa e prolongava-se na quinta que descia até ao Cavalum. De traça erudita, em forma de U com pátio central térreo e andar nobre a esse nível. Nas traseiras ficavam, no andar inferior, as dependências ligadas à exploração rural.

É este espaço que no início da Ditadura Nacional a Câmara adquire para instalar o tribunal, casas dos magistrados, repartições públicas e cadeia. Na altura abriam-se as duas ruas que ladeiam o edifício e formou-se na primeira plataforma da quinta a nova praça da República<sup>(60)</sup>. Desta obra interessa-nos sobretudo reter a instalação da cadeia pois será por nova transferência desta para edifício próprio, inaugurado em Dezembro de 1946<sup>(61)</sup> que ficará vago o espaço que permitiu «*adaptar a antiga casa do carcereiro a biblioteca e museu municipal*»<sup>(62)</sup>.

Esta reabriu ao público a 7 de Julho de 1947<sup>(63)</sup>, servindo também de sede à Comissão Municipal de Cultura,

<sup>(52)</sup> MMPNF — Alvará de 30 de Junho de 1941.

<sup>(53)</sup> GOUVEIA, Henrique Coutinho — Acerca do conceito e evolução dos Museus Regionais portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo. *Bibliotecas Arquivos e Museus* 1 1985, 174 e segs.

<sup>(54)</sup> LIMA, Augusto César Pires de — O Museu de Etnografia e História da Província do Douro-Litoral *Douro-Litoral* 2ª série, 4 1946, 3-8.

<sup>(55)</sup> DIAS, Jorge — *Bosquejo histórico da etnografia portuguesa*. Coimbra 1952, 44 e segs.

<sup>(56)</sup> AZEVEDO, Agostinho de — Novo Museu Etnográfico. *Douro-Litoral*, 1ª série, 6 1943, 73. Em 1946 é instituída a Biblioteca - Museu de Amarante, o Museu Etnográfico Agrícola de Vila do Conde foi inaugurado em Setembro de 1947, o Museu de Sanfins (Paços de Ferreira) em Outubro de 1947, o Marco de Canaveses inicia o processo do seu museu em 1952, Santo Tirso reformula a colecção Abade Pedrosa por essa mesma data.

<sup>(57)</sup> AMPNF — A 52: Livro de registo das actas da Câmara: 1947, Março, 29 e Abril, 25.

<sup>(58)</sup> AMPNF — A 24, Livro de registo das actas da Câmara: 1853, Janeiro, 12.

<sup>(59)</sup> Nesta residência, por ser a mais moderna e melhor da cidade, se hospedou o rei D. Luís quando em 1872 passou em Penafiel: AMPNF — A 29, Livro de registo das actas da Câmara: 1872, Junho, 27 e SOUSA, António Gomes de — *D. Luís em Penafiel*. Penafiel 1972. Na sequência desta estadia real o dono da casa viria a receber poucos meses mais tarde o título de Barão do Calvário, em sua vida, mercê pela qual pagou 600 mil reis: AMPNF — A 112, Livro de registo geral: 1872, Novembro, 9.

<sup>(60)</sup> *Relatório da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Penafiel na gerência de 1929-1930*. Penafiel 1931, 33 e segs.

*Relatório da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Penafiel. Gerência de 1931/1932*. Penafiel, 1933, 73 e segs.

<sup>(61)</sup> *O Penafidelense*. Penafiel, 17 de Dezembro de 1946.

<sup>(62)</sup> AMPNF — A 52, Livro de registo das actas da Câmara: 1947, Abril, 12.

<sup>(63)</sup> MMPNF — [Auto de inauguração oficial e solene das novas instalações da Biblioteca Pública da Câmara Municipal de Penafiel]: 1947, Julho, 7.

MIRANDA, Abílio — Terceira vez.... *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura* 1 1947, 3.



O Ex.mo Sr.

ABÍLIO DE MIRANDA, membro da Comissão de Etnografia e História e do Núcleo Organizador do Museu

foi encarregado por esta Junta de Província de, em missão de estudo ao serviço da Comissão de que é digno membro, percorrer os concelhos do Douro Litoral para a recolha de elementos de estudo de carácter arqueológico, histórico, etnográfico e artístico desta Província,

para o que se lhe passa esta credencial, por nós devidamente assinada sob o selo branco da Junta de Província, que a autentica, e pela qual se recomenda o mesmo senhor ás autoridades civis, militares e eclesiásticas, afim de lhe serem prestadas as possíveis facilidades para o melhor desempenho do seu cargo cultural.

O Presidente da Junta de Província,

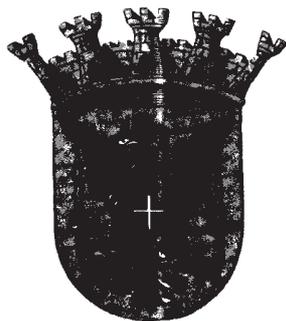
*Almeida Garrett*  
a) Dr. Almeida Garrett

O Presidente da Comissão de Etnografia e História,

*Augusto Cesar Pires de Lima*

a) Dr. Augusto Cesar Pires de Lima

na qual poderemos encontrar importantes personagens ligados ao Museu de Etnografia e História do Douro Litoral<sup>(64)</sup>. Do livro de Actas<sup>(65)</sup> das reuniões desta Comissão e dos relatórios<sup>(66)</sup> publicados no seu órgão oficial, o *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura*, do qual conhecemos seis números datados de 1947 a 1951, se pode deduzir o intenso labor desenvolvido por Abílio Miranda, apenas ajudado por um auxiliar remunerado. O Museu fazia-se já presente e para ele este primeiro director comprava anualmente peças<sup>(67)</sup>.



Auto de inauguração oficial e solene das novas instalações da Biblioteca Pública da Câmara Municipal de Penafiel.

Des sete dias do mes de Julho do ano de mil novecentos e quarenta e sete, nesta cidade de Penafiel, foram inaugurados oficialmente, com solenidades, as novas instalações da Biblioteca Pública da Câmara Municipal de Penafiel estando presentes os Exceletísimos Senhores Ministro do Interior, Governador Civil do Porto, Presidente do Município e outras entidades civis e militares, que vão assinar este auto.

Para constar eu, Abílio Pinto Soares de Miranda, secretário da Comissão de Cultura Municipal lavrei este auto.

*Américo de Sá*  
Ministro do Interior.  
*Américo de Sá*  
Gov. civil do Porto.  
*Américo de Sá*  
Presidente do Município.  
*Américo de Sá*  
General Com. da Região Militar.

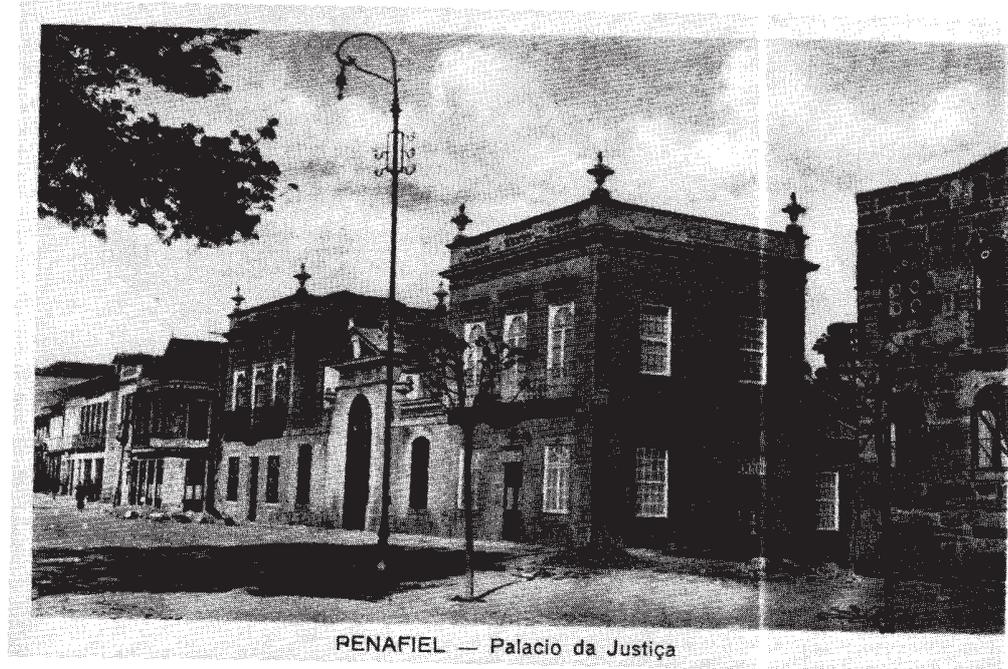
12. Acta da inauguração das novas instalações da Biblioteca Municipal de Penafiel de 7 de Julho de 1947.

<sup>(64)</sup> O comum programa! *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura* 1 1947, 15-16.

<sup>(65)</sup> MMPNF — Lv. 1, Actas da Comissão Municipal de Cultura.

<sup>(66)</sup> *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura*. 3 1948, 17-19; *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura* 4 1949, 19-20; *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura* 5 1951, 23.

<sup>(67)</sup> Os orçamentos da Comissão e Biblioteca-Museu variaram entre os menos de 2 000\$00 anuais atribuídos em 1947 e os quase 4000\$00 obtidos em 1954.



13. Palacete do Barão do Calvário, em cima ainda como moradia, em baixo depois de já adaptado pela Câmara Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL

# PENAFIEL

BOLETIM  
DA  
COMISSÃO MUNICIPAL DE CULTURA

I



PENAFIEL  
1 9 4 7

4.1. O MUSEU MUNICIPAL *SOBRAL MENDES*

Em sessão de Câmara de 17 de Abril de 1948 é criado, junto da Biblioteca Municipal, o Museu de Arte, Arqueologia e Etnografia porque se considerou «*de necessária utilidade a existencia junto da Biblioteca, de um Museu de arte, arqueologia e etnografia, onde se guardem e classifiquem objectos de interesse artistico, arqueologico e tradicional concelhios*»<sup>(68)</sup>, para o qual foram restauradas mais três salas contíguas. A Comissão de Cultura decidira já no ano anterior, em reunião de 7 de Maio, pedir aos particulares *objectos antigos* para o museu em organização. Esta recolha estendeu-a Abílio Miranda ao próprio património da Câmara, objectos de secretaria, indumentárias, etc, e mesma à magnífica colcha de seda bordada a ouro que o município destinava, em dias de festa, a ser pendurada da varanda da frontaria da Casa da Câmara (reunião de 30 de Agosto de 1947).

No ano de 1949 o jovem Museu recebe o nome de “Sobral Mendes”, homenagem sem dúvida apoiada por Abílio Miranda que merecera deste presidente da Câmara uma atenção e incentivo de que nunca fora alvo antes, bem pelo contrário. É neste ambiente de confiança na solidez da instituição que a ela acabará por doar a sua colecção particular, com a seguinte declaração: «*Desde bastante novo que trabalho para a organização de um Museu de Etnografia e História, que, estabelecido aqui, na cidade, ficará sendo o repositório de valores a testemunhar, de maneira inequívoca, o nobre e venerando passado de tóda a terra de Penafiel. Para tal fim, fui arrecadando em minha casa variadas achegas, algumas de grandê valor arqueológico.*

*Perdida a esperança da criação do museu penafidense, principiava a inquietar-me a ideia de que a minha morte iria aniquilar tão apreciável património histórico, o que constituiria uma falta grave para o engrandecimento tradicional da terra que guardou como extremosa Mãe no seu seio, durante milênios e séculos, tão valiosos elementos da sua vida de nobre antanho.*

**Lista dos objectos depositados com o respectivo número de ordem no museu acima aludido**

Fotografia do antigo «Mosteiro de Paço de Sousa»	1842
Um anel de fíbula, romano	1883
Folheto do «Privilégio concedido aos Boticários de Portugal» (D. Afonso III)	1905
Um exemplar da Pharmacoopia Tubalense Chimico—Galenica	1906
Um anel de bronze com duas caras gravadas (romano)	1907
Um anel de azeviche (romano)	1908
Um estilo de bronze, (romano)	1911
Uma estatueta romana, de bronze, de «Deus Marte»	1913
Dois cestos de ferro (fachos)	1947
Uma lucerna romana de barro	1966
Fragmento de vidro de um vaso (romano)	1967
Nove vasos romanos de diversos formatos e tamanhos	1978
Um fragmento de vaso romano	1979
Um vaso de barro	1980
Cinco vasos de barro (romano)	1981
Um fragmento de ampula (romano)	1983

15. Listagem do espólio depositado por Abílio Miranda no Museu de Etnografia e História do Douro Litoral.

<sup>(68)</sup> AMPNF — A 52, Livro de registo das actas da Câmara: 1948, Abril, 17.

CUNHA, Maria de Fátima Vila Pouca dos Santos e — Notas históricas sobre a Biblioteca Municipal de Penafiel. *Penafiel. Boletim da Comissão Municipal de Cultura de Penafiel* 2ª série, 4/5 1966/67, 29.

Duas ampulas de barro (romano)	1982	Mó manual procedente de Novelas-Penafiel	2694
Um tinteiro de terra sigilata (romano)	1984	Alfinete de bronze romano, procedente da Cidade Morta	2398
Um prato de terra sigilata (romano)	1985	Anel de fibula, romano, procedente da Cidade Morta	2399
Duas olas de barro—uma grande com asas e a pequena com uma asa (romanas)	1987	Fibula incompleta, em bronze romana, procedente da Cidade Morta-Penafiel	2700
Um prato de barro (romano)	1988	Azulejo Hispano, Árabe, procedente de Santa Marta—Penafiel	2892
Fragmento de prato, romano (terra sigilata)	2076	Peso de pedra, romano, procedente da freguesia de Croca—Penafiel	2907
Uma ampula (romana)	2077	Peso de pedra romano, procedente da freguesia de Croca—Penafiel	2908
Uma ampula	2078	Peso de pedra, ornamentado com diversos motivos decorativos e uma Cruz	2976
Duas regras de S. Bento, encadernadas em carneira, medidas numa saca de chita	2080	Fíbula romana? Procedente de Penafiel (está partida)	2930
Carta de cirurgião em pergaminho, passada a Teodoro Gonçalves, do lugar da Matança, freguesia de Mugueia, Comarca de Lamego—1791	2088	Marco de pedra com cruz e outros sinais, procedente de Penafiel.	3065
Peso de tear procedente do «Monte Mòzinho», Penafiel (romano)	2198	Um prato de barro partido e mais três fragmentos (romano)	1989
Peso de tear, de barro, procedente do «Monte Mòzinho»	2199	Um prato de barro partido e mais dois fragmentos (romanos)	1990
Peso de tear de barro procedente do «Monte Mòzinho» (romano)	2200	Um prato de barro, colado no rebordo	1991
Lucerna romana com legenda, procedente do «Monte Mòzinho»	2201	Um prato de barro incompleto	1992
Redução de peça de olaria romana, procedente do «Monte Mòzinho»	2202	Dois pratos de barro colados, um partido em 2 bocados e o outro 1 (romano)	1993
Pedra trabalhada (arte castreja) procedente do «Monte Mòzinho»	2203	Um prato de barro de irregular concavidade (Partido) (romano)	1994
Pedra trabalhada (arte castreja) procedente do «Monte Mòzinho»	2204	Dois pratos de barro iguais (romano)	1995
Pedra de Gonzo trabalhada (arte castreja) procedente do «Monte Mòzinho»	2205	Um vaso romano de barro, (mutilado)	2060
Frasco de vidro romano, (mutilado) procedente do «Monte Mòzinho»	2252	» » campaniforme	2061
Um almofariz de farmácia, de marfim, sem pisão	2262	» » de barro, pintado de negro, (tipo etrusco) mutilado	2062
Um batente (aldraba) representando um cão	2411	Uma ampula com grafito (romano)	2063
Padieira castreja, procedente de Mesão-Frio «Monte Mòzinho»-Penafiel	2521	Uma ampula (romana)	2064
Pedra com decoração castreja, procedente do «Monte Mòzinho»-Penafiel	2522	Um vaso de barro negro com asa (romano)	2065
Padieira de Janela castreja, procedente do «Monte Mòzinho»-Penafiel	2523	Uma ampula (romana)	2066
Pedra com decoração castreja, procedente do «Monte Mòzinho»-Penafiel	2531	Um vaso romano de barro canelado, (Mutilado)	2067
Amforeta de barro, procedente da Necrópole de Mesão Frio «Monte Mòzinho»	2672	Uma ampula, (Mutilada) (romana)	2068
		Um vaso de barro (Mutilado), (romano)	2069
		Uma ampula (romana)	2070
		Fragmento de prato (romano)	2071
		Um prato de barro (romano)	2072
		Fragmento de prato (romano)	2073

*Convidado a fazer parte da Comissão organizadora do museu Provincial de Etnografia e História, aí depusitei todos os objectos que possuía e alguns mais, que, nessa ocasião, consegui obter, objectos que foram conseguidos com a máxima honestidade.*

*Agora, como o Exmo Senhor Presidente da Câmara deu início ao museu referido, por sua proposta, em sessão camarária de 17 de Abril de 1949 (sic) é com grande jubilo para a minha alma de Penafidense que ofereço ao município todos os objectos depositados em meu nome, no Museu Provincial de Etnografia e História, com sede no Porto.*

*Ponho, porém, a condição destes objectos só regressarem a Penafiel, quando deixar de ser director efectivo do aludido museu da Provincia o Exmo Senhor dr. Augusto César Pires de Lima, porque desejo, assim, prestar homenagem de respeito ao inteligente esforço deste querido amigo e companheiro de trabalho no arroteamento da história da Sagrada Vinha Pátria!»<sup>(69)</sup>.*

Pela lista de objectos referida nesta declaração, que anexamos, se pode avaliar o tipo de coleccionador que foi Abílio Miranda, sempre pronto a comprar antiguidades a que outros davam pouco valor, a pedi-las quando os seus proprietários eram abastados ou mesmo a trocá-las por remédios ao balcão da sua farmácia à qual acorria gente de todo o concelho, que sabendo dos seus interesses também muitas vezes desta forma lhe vinha agradecer o socorro oportuno e desinteressado.

No final de 1954 Abílio Miranda manifesta a intenção de retirar do Museu de Etnografia e História o depósito feito em seu nome, convencido como estava que Augusto César Pires de Lima deixara a direcção do mesmo. Uma troca de correspondência entre ambos esclareceu a situação, ficando os materiais no Porto até 1959<sup>(70)</sup>.

Reconstituímos a planta do Museu dos anos cinquenta, em que o espólio museológico cohabitava com documentos do Arquivo Municipal e com fundos bibliográficos. Uma reportagem fotográfica desta época (1956?) dá-nos bem a imagem das colecções e da forma como estavam expostas. Por uma questão de descrição numeramos na planta as salas e corredores, deixando apenas de lado o espaço central da biblioteca, à direita da entrada, que, como veremos, também guardava objectos do Museu.

Logo à entrada, uma vez transposto o portão exterior, em espaço gradeado, expunham-se as *pedras*, uma espécie de secção lapidar que englobava testemunhos de todas as épocas históricas, desde os oriundos de Monte Mozinho aos fragmentos de decoração das igrejas românicas, marcos de couto modernos, um relógio de Sol e também pedras decoradas das habitações setecentistas da cidade entretanto a ser demolidas. Sem ordem cronológica, nem legendagem, nem qualquer mobiliário, as *pedras* simplesmente encostavam-se à parede.

No hall de entrada continuavam-se a expor lápides, com especial destaque para a ara da Ermida, sobre a qual se apoiara uma pedra de armas. Algumas armas artisticamente dispostas e o *ex libris* da Biblioteca, em tamanho grande, completavam a decoração.

Da sala da Biblioteca ficaram-nos poucas imagens. Nela existia a montra da numismática, armada em redor do pilar central, com conjunto de numária também de cronologia dilatada, ordenados sob etiquetas identificativas, como a conhecemos até à transferência do Museu. Na parede à esquerda da porta que dava para o corredor via-se outra panóplia.

O aposento nobre do Museu, a que chamaremos sala 1, mostrava uma das suas paredes completamente coberta pela colcha municipal, peça de grandes dimensões, em seda bordada a ouro, representando a árvore da vida. Diante dela uma antiga mesa e sobre esta os pergaminhos que atestam os momentos cruciais da vida penafidense, a elevação de Arrifana a vila, a elevação desta a cidade com o nome de Penafiel e a documentação produzida pelo seu único bispo. Ao centro da sala, também em vitrine em torno do pilar, mostravam-se alguns desenhos à pena, exemplares de papel moeda, espólio cerâmico de Monte

<sup>(69)</sup> MIRANDA, Abílio — *Uma acta*. Penafiel 1952.

<sup>(70)</sup> *O Penafidense*. Penafiel, 9 de Junho de 1959.

Mozinho, etc. Junto da porta que dá para o corredor, à direita, uma imagem da Senhora da Paz pousada num capitel e, na parede, o pavilhão que serviu aquando da visita do rei D. Luís à cidade.

Da sala 2, antiga cela para os presos mais perigosos, sem aberturas para o exterior e com uma forte porta, pouco sabemos. Atribuímos-lhe as fotografias em que se vêem pinturas a óleo, uma coleção de pratos pintados, fotografias dos grupos escolares do Colégio do Carmo e as das estantes carregadas de documentação em que se arranja a custo espaço para a cerâmica comum romana oriunda de necrópoles do concelho e para a estatueta do Deus Marte.

O corredor ou sala 3 é quase uma incógnita. Entrevemos no último plano das fotografias das salas, através das portas abertas, as montras em que se expunham as taças e demais espólio reunido depois da fusão dos clubes desportivos da cidade. Certamente este corredor guardaria muitas outras peças, nomeadamente os grandes retratos depositados pela família do Barão do Calvário e as montras com objectos relativos às indústrias tradicionais do concelho.

Na sala 4, outro corredor, conviviam a figura de S. Jorge e outros atavios utilizados na festa do Corpo de Deus, com paramentos, caixas de esmolos, ex votos e imagens religiosas, a coleção de trabalhos em ferro tão característicos de Penafiel e ainda mais uma estante com cerâmica comum romana.

A última sala, a 5, com acesso a partir do exterior, não tinha menor amálgama já que as suas paredes se viam cobertas com os telizes destinados à procissão do Corpo de Deus, enquanto que, um pouco dispersos, pendiam também da parede fotografias e outros documentos, uma albarda e uma candeia, etc. Sobre o armário da documentação estava uma miniatura de rabelo, dois candieiros em latão, um filtro..... A ara de Marecos e um desenho do brasão da cidade, sobrepujados por um relógio, ficavam mesmo diante da porta. Esta sala dava acesso ao Gabinete do Director, passando pela casa de banho.

Sem funcionários permanentes e vivendo do altruísmo do director, a Biblioteca e Museu abriam habitualmente apenas ao fim da tarde, por uma ou duas horas, servindo neles um funcionário municipal que por este trabalho acrescentava muito pouco ao seu salário.

Um museu rico mas algo caótico, mais parecendo um *gabinete de antiguidades* seria o de Penafiel até ao início da década de sessenta. Um imenso cuidado em preservar as mais variadas peças, embora sem um programa de aquisições claro e sem existência de registo, esteve na origem deste Museu Municipal. A mesma falta de sistematização caracteriza a obra escrita do seu mentor, curioso de tudo o que dissesse respeito à terra penafidelense, mas sem tempo para sínteses abrangentes.

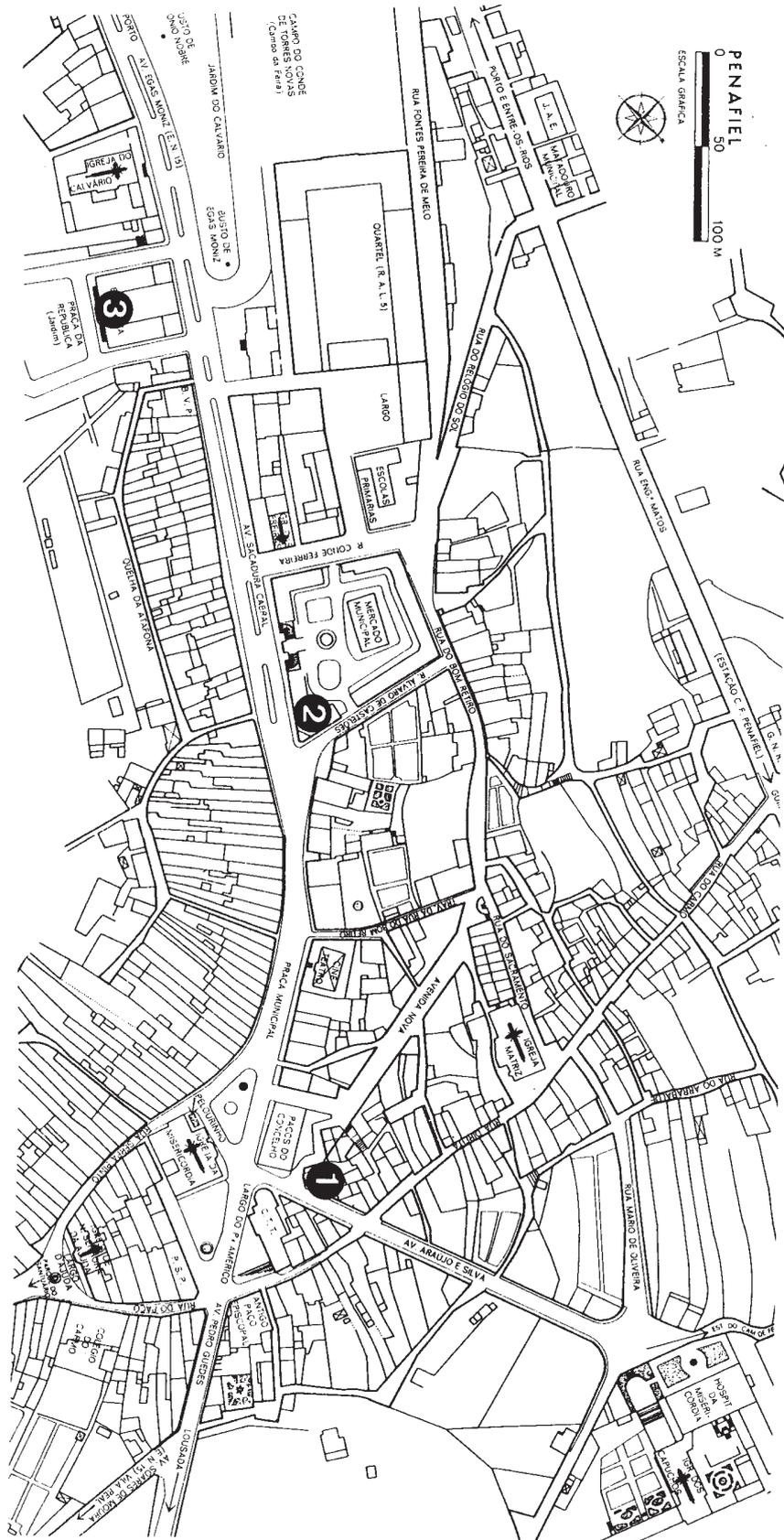
A persistente e tenaz luta em prol da cultura a que votou a existência acabou por ser frutuosa, como ainda em vida reconheceram os seus conterrâneos, homenageando-o com um voto de louvor e dedicando-lhe uma sala do Museu (sala 5)<sup>(71)</sup>, no dia 17 de Junho de 1961. Um ano volvido, a 31 de Maio de 1962, Abílio Miranda morria, aos sessenta e oito anos, fechando mais uma etapa na vida da Biblioteca e Museu de Penafiel<sup>(72)</sup>.

---

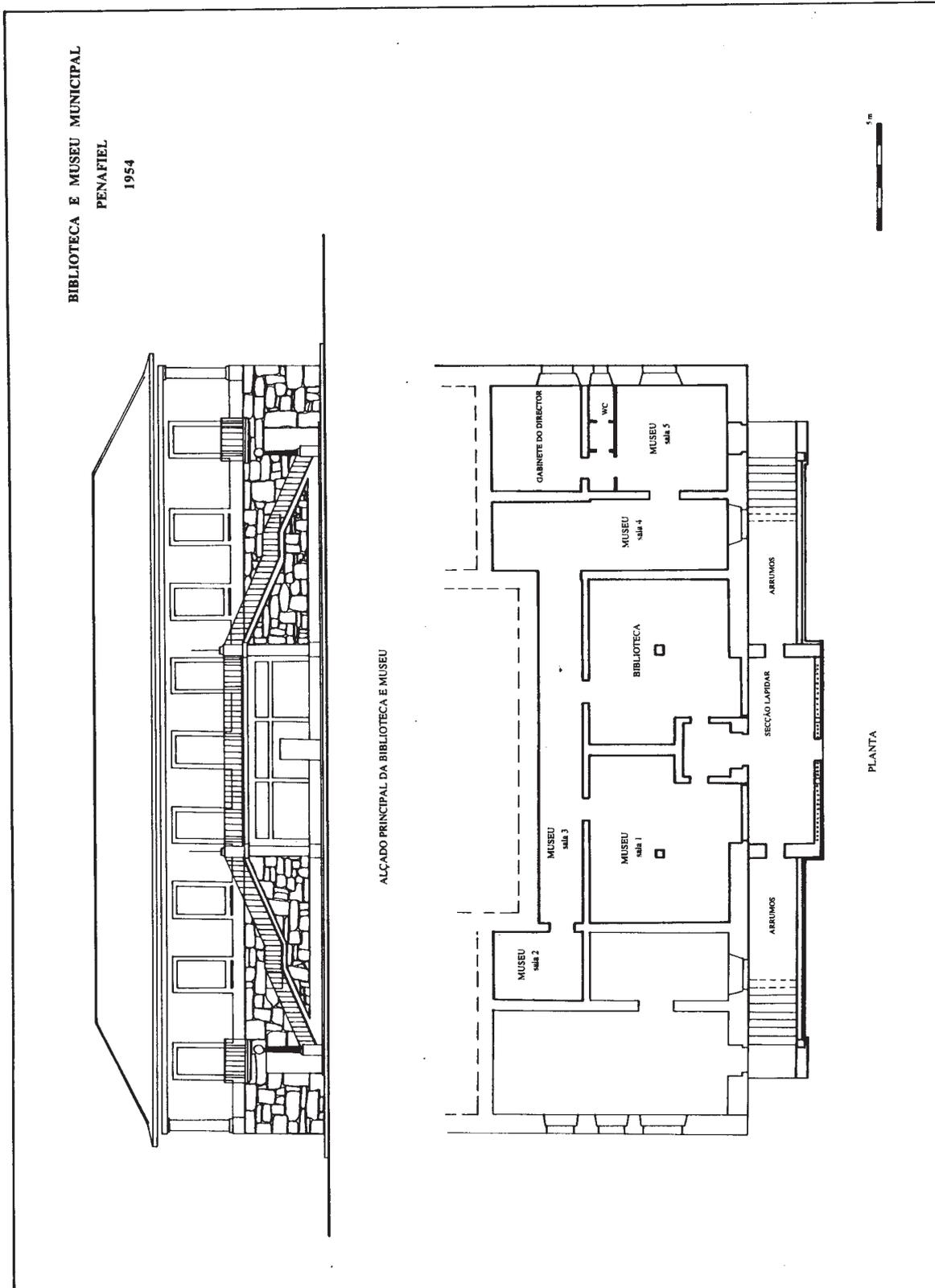
<sup>(71)</sup> *Notícias de Penafiel*. Penafiel, 24 e 31 de Março e 16 e 23 de Junho de 1961.

<sup>(72)</sup> *O Penafidelense*. Penafiel, 5 de Junho de 1962.

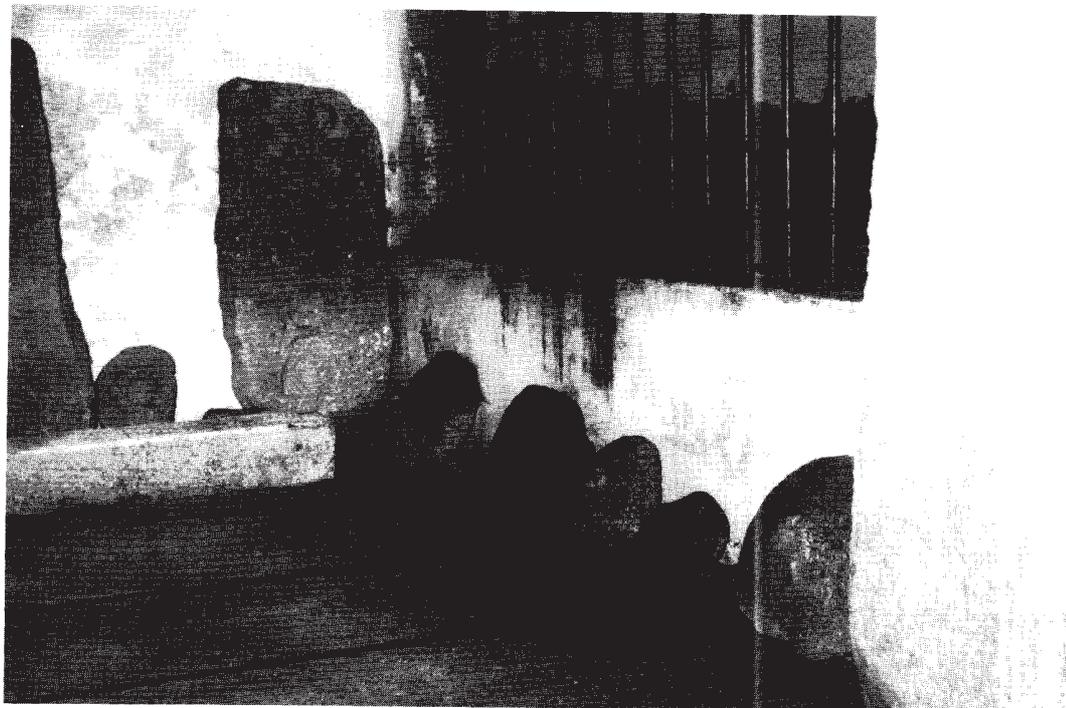
*Notícias de Penafiel*. Penafiel, 8 de Junho de 1962.



16. Planta de Penafiel com a indicação das sucessivas instalações da Biblioteca e Museu. 1. Biblioteca Municipal em 1917; 2. Biblioteca Municipal no final dos anos vinte; 3. Biblioteca e Museu Municipal, de 1947 a 1990.

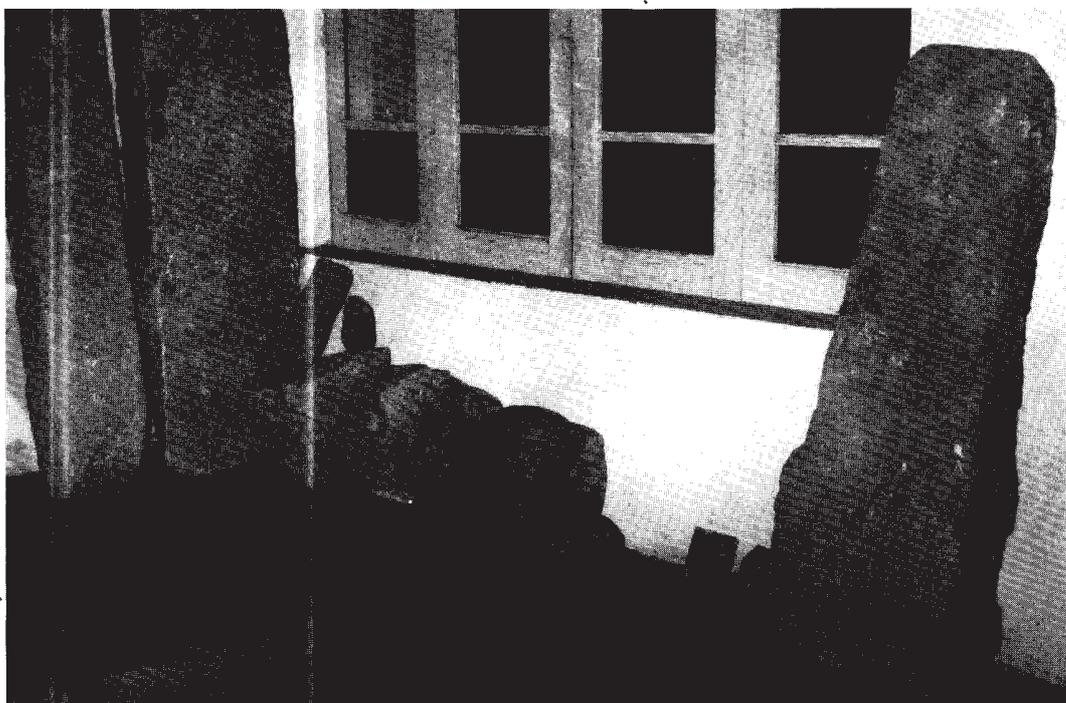


17. Planta e alçado da Biblioteca e Museu Municipal, em 1954.



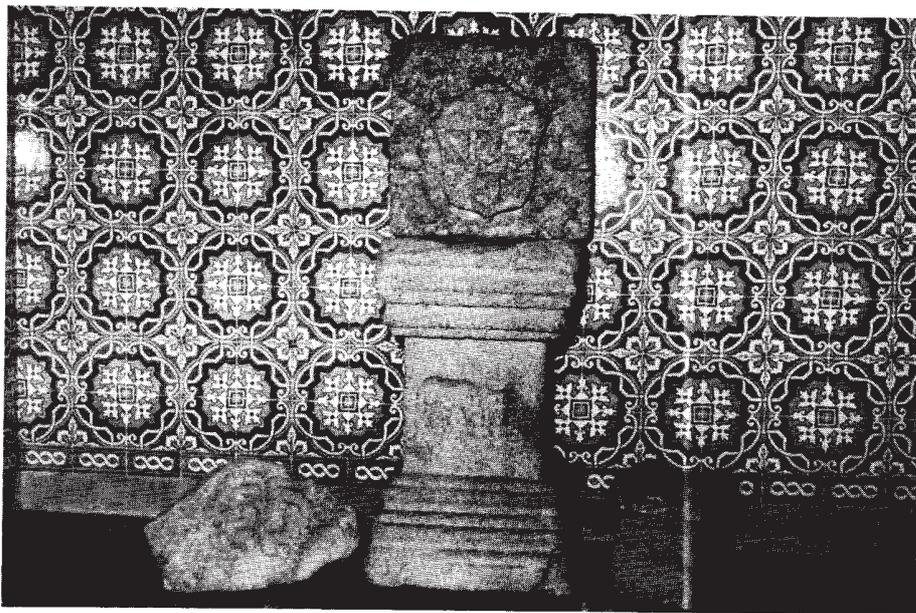
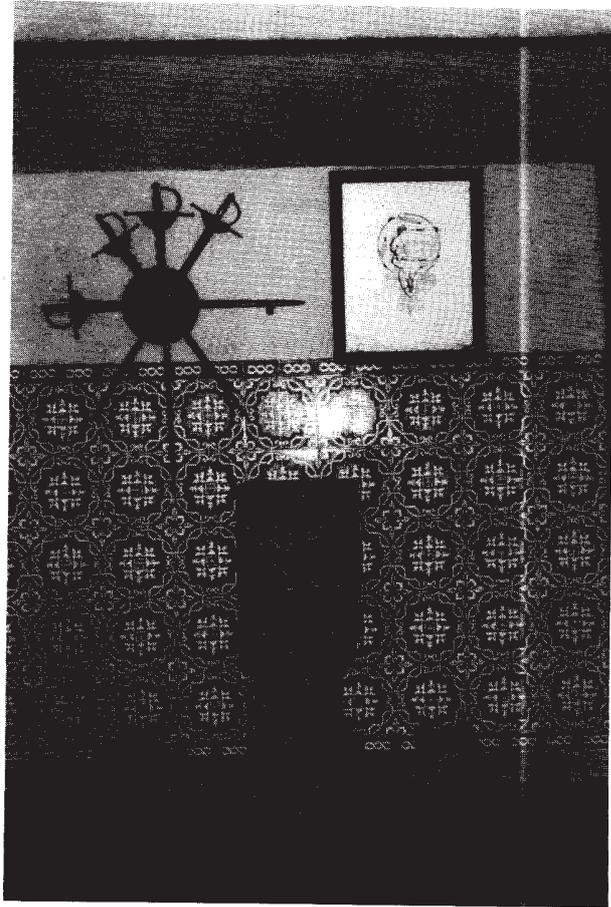
© Foto Antony

18. Museu: secção lapidar, à direita da entrada, em 1956.



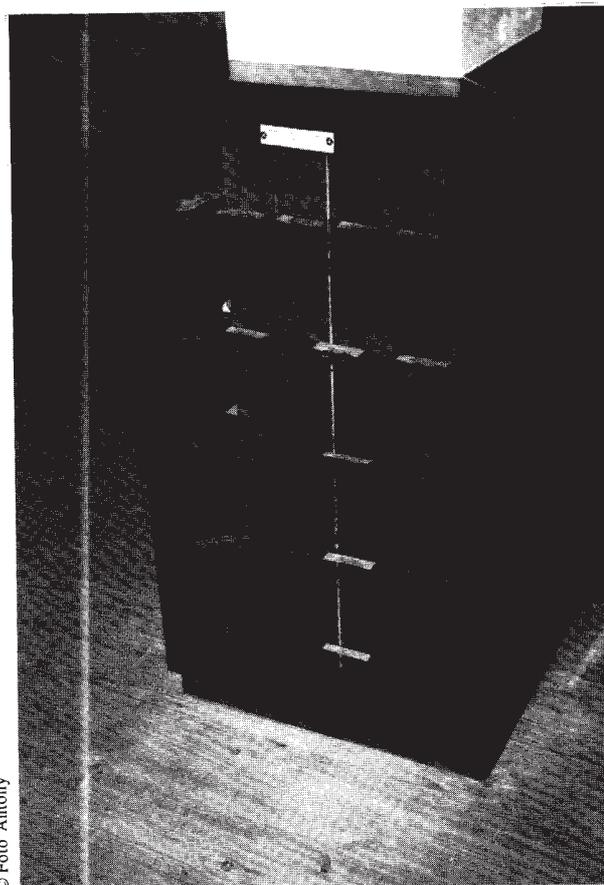
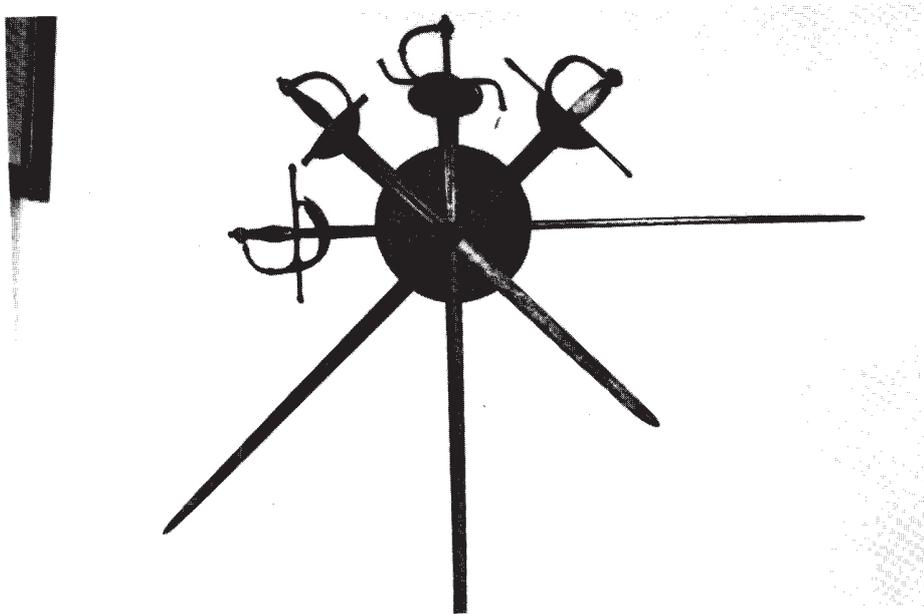
© Foto Antony

19. Museu: secção lapidar, à esquerda da entrada, em 1956.



© Foto Antony

20. Museu: hall de entrada, em 1956.



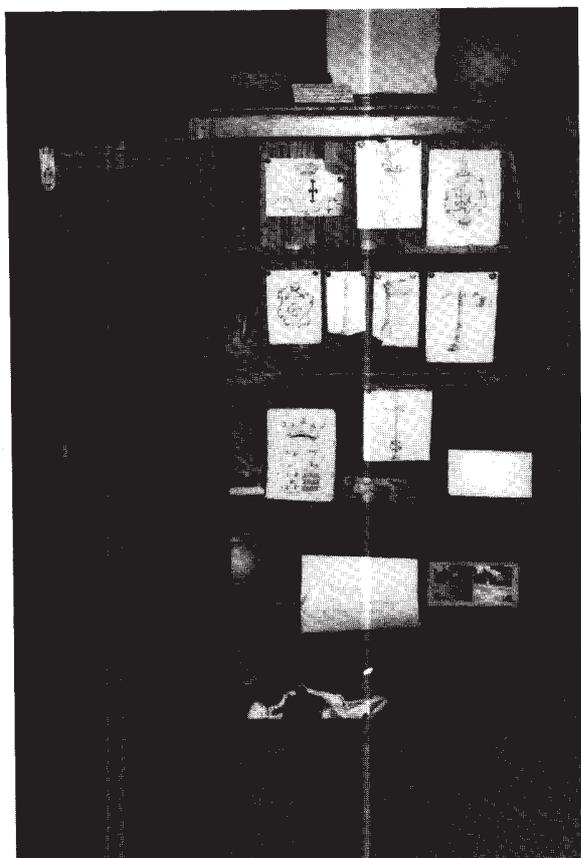
© Foto Antony

21. Sala da Biblioteca, em 1956.

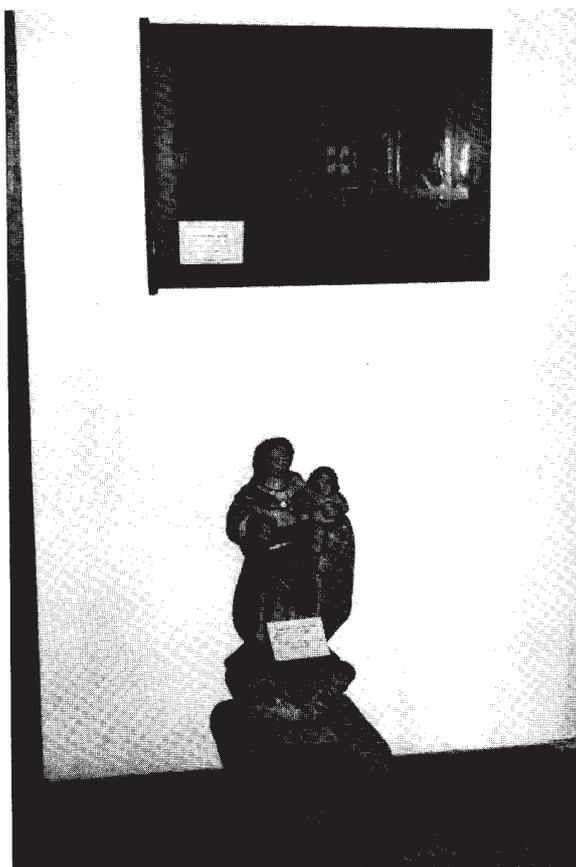


© Foto Antony

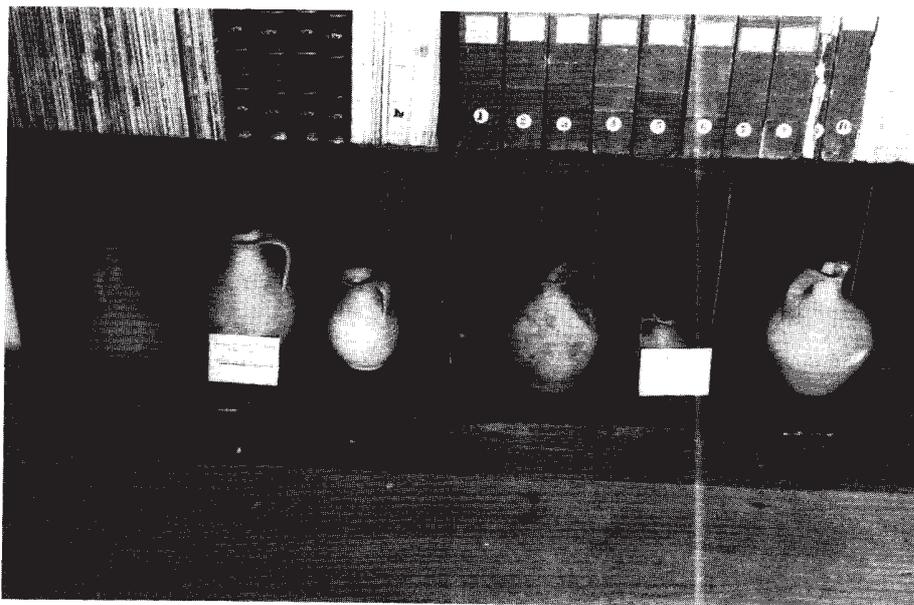
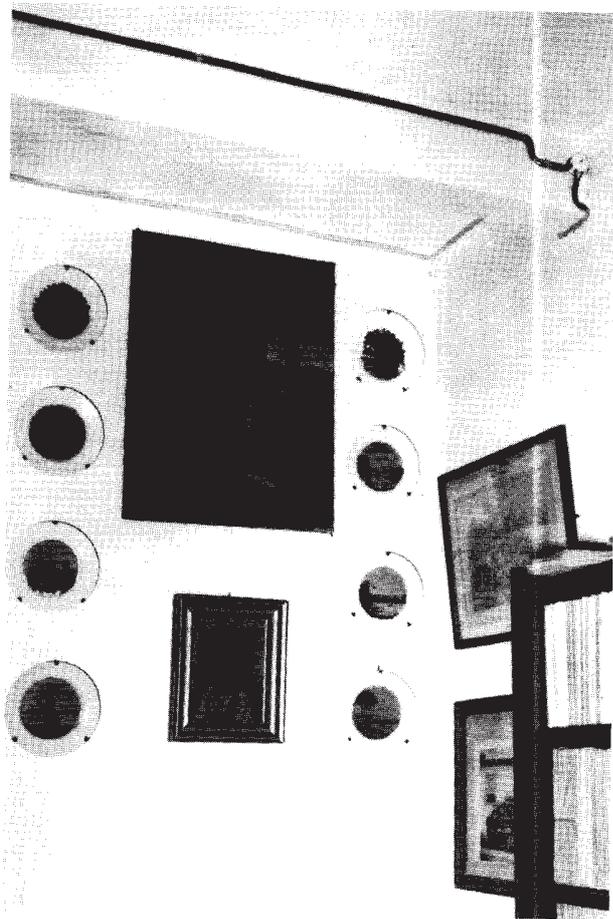
22. Museu: sala 1, em 1956.



© Foto Antony



23. Museu: sala 1, pormenores.



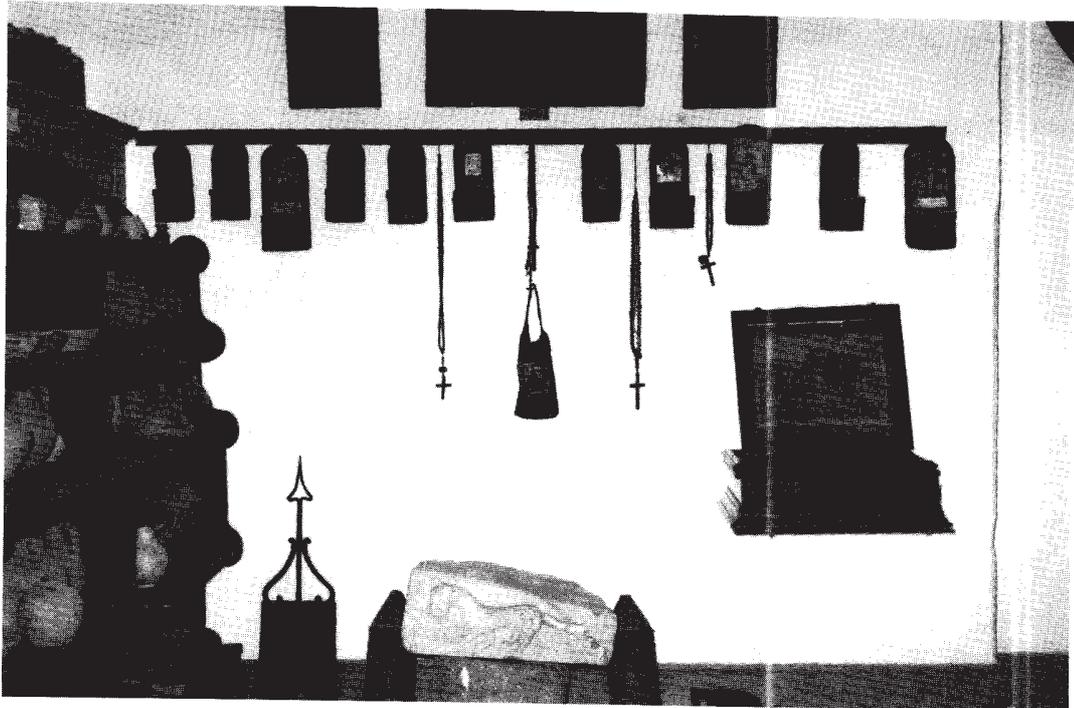
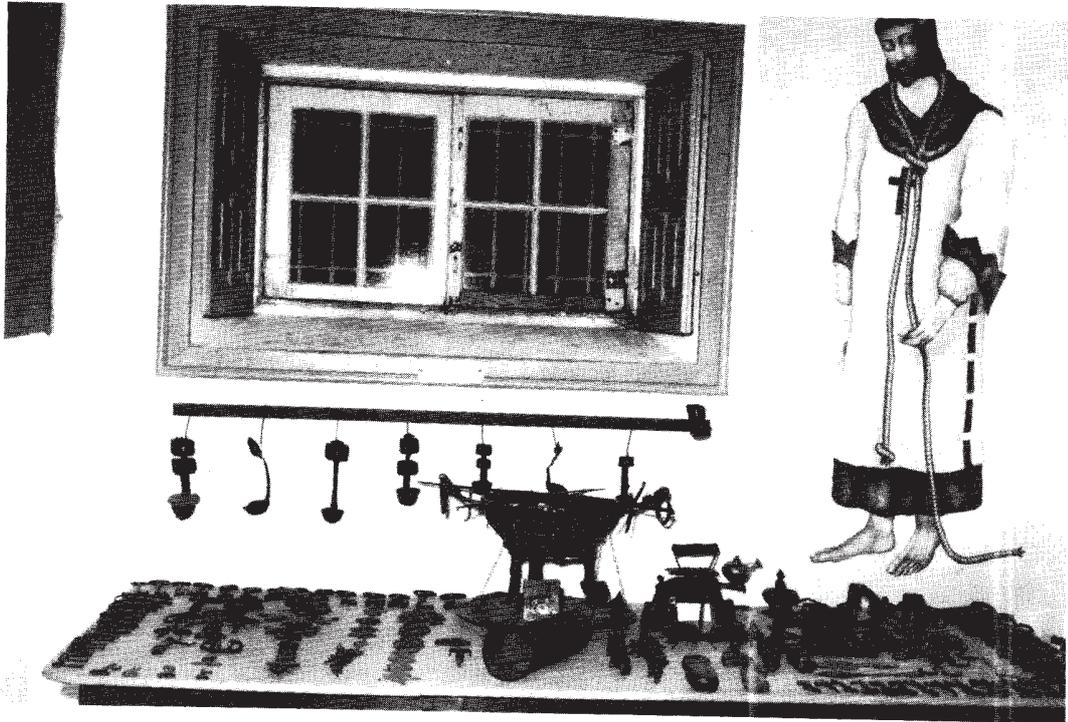
© Foto Antony

24. Museu: sala 2, em 1956.



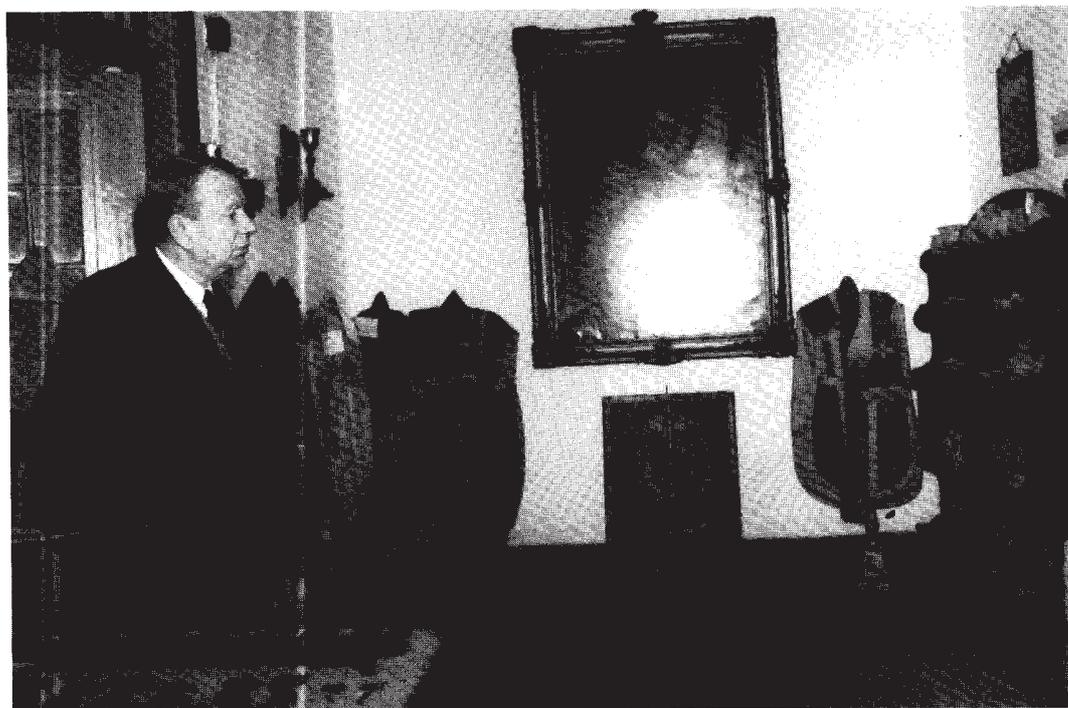
© Foto Antony

25. Museu: sala 4, em 1956.



© Foto Antony

26. Museu: sala 4, pormenores.



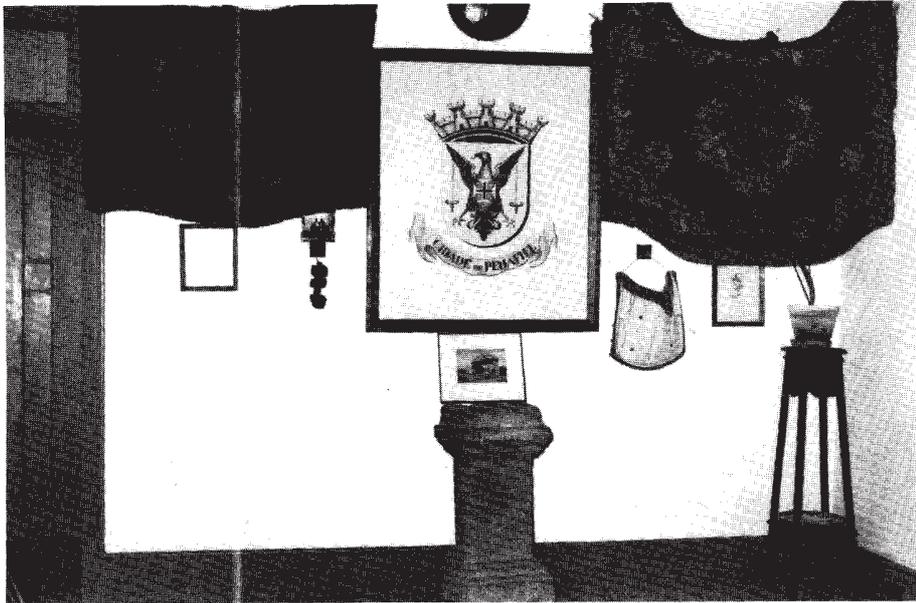
© Foto Antony

27. Abílio Miranda numa das salas do seu Museu.



© Foto Antony

28. Museu: sala 5, em 1956.



© Foto Antony

29. Museu: sala 5, pormenores.



© Foto Antony

30. Homenagem a Abílio Miranda, em 1961.

## 5. A BIBLIOTECA E O MUSEU DE 1962 A 1974

Morto Abílio Miranda de imediato se colocou a questão da sucessão à frente da Biblioteca-Museu, algo decadente pela falta de meios<sup>(73)</sup>. É então reactivada a Comissão Municipal de Cultura, da qual não tinhamos actas desde Agosto de 1954, colocando-se agora à frente da mesma o vereador do Pelouro da Cultura José Joaquim Mendes, professor primário e colaborador de A. Miranda<sup>(74)</sup>.

Na direcção da Biblioteca e Museu viria a ficar o dr. Angelo Pimentel<sup>(75)</sup>. A primeira reunião da nova Comissão aconteceu a 27 de Setembro de 1962<sup>(76)</sup>. Como ponto importante da sua luta em favor do património debruçaram-se ainda neste ano sobre a necessidade de preservar o urbanismo da área antiga da cidade criando para as obras neste espaço um regulamento apertado<sup>(77)</sup>. Aliás o entrosamento entre a Comissão, a Biblioteca-Museu e o cargo de delegado concelhio da 2ª subsecção da 6ª secção da Junta Nacional de Educação ficava garantido pela entrega deste último cargo ao director da segunda instituição. A visita oficial que o Dr Carlos de Soveral, Subsecretário de Estado da Educação, no final de Outubro de 1962, fez à Biblioteca-Museu confirmou os novos quadros directivos. A publicação de uma nova série da revista *Penafiel. Boletim da Comissão Municipal de Cultura de Penafiel*, iniciada em 1963 deu voz à actividade cultural desenvolvida nesta casa.

Uma nova circunstância obrigaria porém a modificar o Museu, limitando ainda mais o seu escasso espaço. Trata-se do desejo de dotar Penafiel de uma Biblioteca Fixa Gulbenkian, já ventilado pela imprensa em 1962<sup>(78)</sup>, e que veio a concretizar-se a 17 de Outubro de 1963<sup>(79)</sup>. Para a instalar foi parcialmente esvaziada uma sala do Museu, a dedicada a Abílio Miranda. Em 1971 seria ainda reduzido e modificado o corredor contíguo para alargar esta sala, agora mobilada de novo a fim de servir a leitura presencial. O Gabinete do Director necessitou de uma entrada diferente, feita a partir do corredor. Em resumo e como se vê na nova planta, dois compartimentos do Museu foram sucessivamente quase anulados e o espólio neles exposto colocado nas outras salas, sobrecarregando-as ainda mais.



31. Visita do Subsecretário de Estado da Educação a Penafiel, 1962.

Os anseios voltavam-se agora para uma desejada e prometida transferência do tribunal e serviços anexos para um novo edifício, de forma a deixar vago todo o palacete do Barão do Calvário, a ocupar

<sup>(73)</sup> *Notícias de Penafiel*. Penafiel, 2 e 16 de Fevereiro e 22 de Junho de 1962.

<sup>(74)</sup> AMPNF - A 69, Livro de registo das actas da Câmara: 1962, Setembro, 20.

<sup>(75)</sup> A questão da Biblioteca-Museu estar sem director e de não ter um horário capaz por falta de funcionário próprio foi nesta ocasião repetidamente discutida na imprensa local: *Notícias de Penafiel*. Penafiel, 22 de Junho, 3 de Agosto, 7, 14 e 21 de Setembro de 1962.

<sup>(76)</sup> MMPNF - Lv. 1, Actas da Comissão Municipal de Cultura: 1962, Setembro, 27.

<sup>(77)</sup> MMPNF - Lv. 1, Actas da Comissão Municipal de Cultura: 1962, Dezembro, 27.

<sup>(78)</sup> *Notícias de Penafiel*. Penafiel, 12 e 19 de Janeiro; 16 de Fevereiro de 1962.

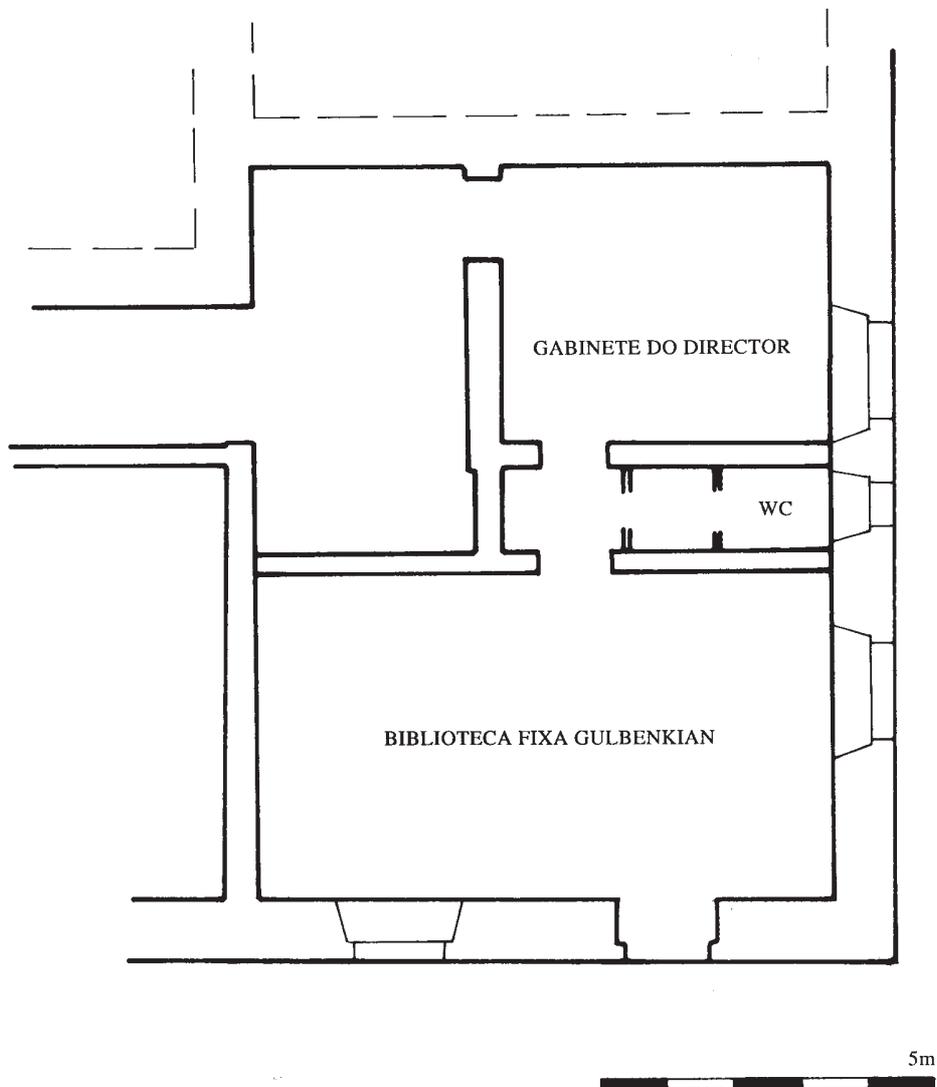
<sup>(79)</sup> *Notícias de Penafiel*. Penafiel, 25 de Outubro de 1963. Esta Biblioteca Fixa esteve temporariamente encerrada entre 1969 e 1971: *Notícias de Penafiel*. Penafiel, 21 de Março de 1969; 14 e 28 de Maio de 1971.

CUNHA, Maria de Fátima Vila Pouca dos Santos e - Notas históricas sobre a Biblioteca Municipal de Penafiel, *Penafiel. Boletim da Comissão Municipal de Cultura de Penafiel* 2ª série, 4/5 1966/67, 29.



## BIBLIOTECA E MUSEU MUNICIPAL DE PENAFIEL

REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO  
DA BIBLIOTECA FIXA GULBENKIAN



33. Reorganização do espaço para reinstalação da Biblioteca Fixa Gulbenkian.

# PENAFIDEL

BOLETIM DA COMISSÃO MUNICIPAL DE CULTURA  
DE PENAFIEL

2.ª SÉRIE

1963

N.º 1



Propriedade da  
Comissão Municipal de Cultura  
de Penafiel

Director  
Dr. Ângelo Pimentel

Editor e Chefe de Redacção  
Prof. Joaquim José Mendes

Redacção e Administração  
Biblioteca-Museu de Penafiel  
Telef. 11  
Câmara Municipal

COMPOSTO E IMPRESSO  
NA TIPOG. GERMANA  
TELEFONE, 227 — PENAFIEL

## SUMÁRIO

Editorial — Prof. J. J. Mendes . . . . .	Pág. 3 a 8
A Abílio Miranda	
A Nossa Homenagem — Dr. Ângelo Pimentel . . . . .	» 9 » 13
O Penedo da Pena . . . . .	» 14
Monges de S. Bento	
Naturais de Penafiel de Sousa — Dr. Moreira da Rocha . . . . .	» 15 » 20
Inventário dos Manuscritos do	
Arquivo da Câmara de Penafiel — Dr.ª Maria de Fátima Vila Pouca e Cunha . . . . .	» 21 » 24
Mestres Imaginários	
em Arrifana de Sousa — Dr. Moreira da Rocha . . . . .	» 25 » 27
«Velharias» — O Zé do	
Telhado — Rodrigo Leitão . . . . .	» 28 » 29
Um ano de actividades	
da Comissão M. de Cultura — Maria Rosalina Brandão Rodrigues dos Santos . . . . .	» 30 » 38
Respigando... — Arnaldo J. Vilela . . . . .	» 39 » 40

V I S A D O P E L A C O M I S S Ã O D E C E N S U R A

34. «Penafiel. Boletim da Comissão Municipal de Cultura de Penafiel». Página de título do primeiro número da 2ª série, dirigido por Angelo Pimentel, 1963.

integralmente pela Biblioteca e Museu. O programa do novo director, apresentado em 1964, era bem mais ambicioso do que o precedente: «a minha maior aspiração neste novo ano de 1964 era poder ocupar todo o palacete do Barão do Calvário. assim poderíamos pensar em organizá-lo convenientemente. Das duas salas de que dispomos uma está ocupada pelo museu de Arte Sacra e a outra pelos restantes objectos, sobretudo de natureza arqueológica. Há ainda o corredor, que possui um mostruário heterogénio. Quando pensamos a sério na organização dum museu condigno, de Arte Sacra, teremos necessidade, não de uma sala, mas de várias salas. A riqueza que já possuímos de objectos pré-históricos e da época romana ver-se-á grandemente aumentada no dia em que se iniciem umas escavações cientificamente preparadas no nosso concelho.

Faz falta uma sala dedicada ao artesanato local e concelhio e a objectos de natureza etnográfica. Outra sala, que temos em vista, será dedicada a recordações do passado penafielense. Se quiséssemos organizar o museu ainda melhor, teríamos que subdividir as salas, distinguindo os objectos pertencentes às Belas-Artes dos que procedem das artes industriais. Quando poderemos realizar tudo isto?.....Queira Deus - está-nos prometido - teremos em breve, aqui em frente, um jardim arqueológico, onde passarão a figurar algumas das pedras que ali estão amontoadas no átrio da entrada principal...»<sup>(80)</sup>.

Esta concepção de museu diferia bastante da de Abílio Miranda e, a ser concretizada, teria actualizado a exposição dando-lhe um tom mais de acordo com o que se fazia nos anos sessenta<sup>(81)</sup>.

Baldadas esperanças porque o tribunal só abandonaria o palacete no final da década de oitenta. O *jardim arqueológico* esse sim, surgiu frente ao Museu, na praça da República, e ainda aí se mantém por dificuldade em deslocar as peças para local mais protegido.

Também a vocação de Museu com uma forte componente de arte sacra, a que não seria estranho o estado eclesiástico do seu director, se veio a esfriar face a uma importância cada vez maior atribuída à etnografia<sup>(82)</sup>, a que se liga a acção de J.J. Mendes e a sua capacidade para mobilizar apoios que convergiram na importante *Iª Exposição de Artesanato Regional*, franqueada ao público entre 6 e 8 de Outubro de 1967.

Entre lamentações pela falta de espaço<sup>(83)</sup> e um trabalho contínuo pela valorização das colecções através de dádivas sempre cuidadosa e publicamente anotadas e agradecidas, entre a defesa do património arqueológico e construído, as recolhas etnográficas e a publicação de estudos de história local no boletim<sup>(84)</sup>, saído até 1967, se passou o melhor desta etapa da vida do Museu.

A exposição de artesanato, a que estiveram presentes executantes de vinte e seis ofícios, coincidiu com o ano em

1.ª EXPOSIÇÃO  
DE  
ARTESANATO REGIONAL  
EM  
PENAFIEL



COMISSÃO MUNICIPAL DE CULTURA  
6 A 8 DE OUTUBRO  
1967

35. Desdobrável editado por ocasião da  
*Iª Exposição de Artesanato Regional em  
Penafiel*, em 1967.

<sup>(80)</sup> MMPNF — Lv. 1, Actas da Comissão Municipal de Cultura: 1964, Janeiro, 9.

*Notícias de Penafiel* Penafiel, 24 de Abril de 1964; *O Penafielense*. Penafiel, 9 de Janeiro de 1964.

<sup>(81)</sup> RAMOS, Paulo Oliveira — Breve história do museu em Portugal, in *Iniciação à museologia*, Lisboa 1993, 55 e segs.

<sup>(82)</sup> A um nível bem diferente. é por estes mesmos anos que a actividade de Jorge Dias e da sua equipe toma novo alento, procurando materiais para o futuro Museu de Etnologia: PEREIRA, Benjamim — Ernesto Veiga de Oliveira e o Museu de Etnologia, in *Estudos em homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Lisboa 1989, 555-568.

<sup>(83)</sup> *Notícias de Penafiel*. Penafiel, 8 de Janeiro e 23 de Abril de 1965.

<sup>(84)</sup> *Penafiel. Boletim da Comissão Municipal de Cultura de Penafiel* 2ª série, 1 1963 a 4/5, 1966/67.

# 1.ª Exposição de Artesanato do Concelho de Penafiel

## PORTUGALIA

BORDADOS	FERRÃO FORJADO	REDESS
<i>Escola Industrial de Penafiel</i> <i>Maria Augusta de Araújo Correia</i> <i>Maria do Rosário Martins Pinto</i> <i>Patrão do Sagrada Família (Penafiel)</i> <i>(Rio Mau-Sebolido)</i>	<i>Escola Industrial de Penafiel</i> <i>Joaquim Pereira (S. Martinho)</i>	<i>Antonio Pinto Espincho e Filho (Eia)</i> <i>Victorio Monteiro (Rio Mau-Sebolido)</i> <i>Hilario Rodrigues Gomes (Rio Mau-Sebolido)</i> <i>Manuel Moreira Carvalho (Rio Mau-Sebolido)</i> <i>Jose Maria da Silva Rocha (Rio Mau-Sebolido)</i>
<b>CANDEIAS</b> <i>Escola Industrial de Penafiel</i>	<b>GALÃO</b> <i>Afonso Soares da Silva (Rans)</i> <i>Albina Sá Pereira da Cruz (Galegos)</i> <i>Ana da Silva (Galegos)</i> <i>Augusto Ferreira Cancela (Galegos)</i> <i>Aurora da Silva Santos (Galegos)</i>	<b>RENDAS</b> <i>Casa do Duarte (Rio Mau-Sebolido)</i> <i>Escola Industrial de Penafiel</i> <i>Maria Rosa Nogueira da Gama</i> <i>(Rio Mau-Sebolido)</i>
<b>CESTARIA</b> <i>Antonio Gomes Magalhães (Penafiel)</i>	<b>LATOARIA</b> <i>Jose Pereira da Silva (Penafiel)</i> <i>Manuel Ribeiro (Novelas)</i>	<b>TALHA</b> <i>Antonio Ferreira (Novelas)</i> <i>Antonio Gomes Magalhães (Penafiel)</i> <i>Escola Industrial de Penafiel</i> <i>Alfa-Industria de Madeiras de Penafiel, Lda</i>
<b>CHANCAS</b> <i>Alfredo de Sousa Lopes (S. Martinho)</i> <i>Manuel A. Afonso (Penafiel)</i>	<b>LIMAS</b> <i>Antbal Ribeiro de Sousa (Novelas)</i>	<b>TAVANÇOS</b> <i>Alfredo de Sousa Lopes (S. Martinho)</i> <i>Joaquim Duarte Ferreira (Busselo)</i>
<b>COBERTORES</b> <i>Alzira da Silva (Luzim)</i> <i>Ana Rosa Ferreira (Galegos)</i> <i>Casa de Jesus Misericordioso (Ordins-Lagares)</i>	<b>LINHOS</b> <i>Felicia da Conceição Guimarães (Boelhe)</i> <i>Franguelina Moreira da Rocha e Filhas</i> <i>(Cabeça Santa)</i> <i>Maria da Conceição da Silva Leite</i> <i>(Cabeça Santa)</i> <i>Maria Emilia de Sousa (S. Martinho)</i>	<b>TAVOARIA</b> <i>Joaquim Oliveira Rocha (Penafiel)</i>
<b>COHRES</b> <i>Joaquim Pereira da Cunha (Penafiel)</i> <i>Jose Carvalho de Macedo (Penafiel)</i> <i>Rodrigo da Cunha Ferreira, Herd.ºs (Penafiel)</i> <i>Victorio Ferreira da Cunha (Penafiel)</i>	<b>LUVAS DE APICULTOR</b> <i>Maria José Oliveira Amorim</i> <i>(Rio Mau-Sebolido)</i>	<b>TAPETES</b> <i>Alzira da Silva (Luzim)</i> <i>Casa de Jesus Misericordioso (Lagares)</i> <i>Felicia da Conceição Guimarães (Boelhe)</i> <i>Franguelina Moreira da Rocha e Filhas</i> <i>(Cabeça Santa)</i>
<b>CORREARIA</b> <i>Luis de Sousa Mendes (Penafiel)</i>	<b>MANTAS DE TIRAS</b> <i>Ana Rosa (Galegos)</i> <i>Casa de Jesus Misericordioso (Ordins-Lagares)</i> <i>Maria Emilia de Sousa (S. Martinho)</i>	<b>TRABALHOS DE MADEIRA</b> <i>Antonio Moreira (Novelas)</i> <i>Escola Industrial de Penafiel</i> <i>Maria Gomes Pinto (Rio Mau-Sebolido)</i> <i>Maria do Rosário Martins Pinto</i> <i>(Rio Mau-Sebolido)</i>
<b>CORTIÇOS</b> <i>Antonio Marques (Rio Mau-Sebolido)</i>	<b>PALHA</b> <i>Antonio Augusto Duarte (Castelbes)</i>	<b>XALIES</b> <i>Casa de Jesus Misericordioso (Ordins-Lagares)</i>
<b>ESTATUARIA</b> <i>Jose da Rocha Ferreira de Melo (S. Martinho)</i>		
<b>FERRAGEIS</b> <i>Joaquim Ribeiro de Sousa (Novelas)</i>		

que a Comissão Municipal de Cultura deixou de reunir e produzir actas e também em que os jornais publicaram um aviso em que se anunciava o encerramento da Biblioteca-Museu a partir de Setembro por falta de verba para pagar a pelo menos um funcionário<sup>(85)</sup>. Encerrada continuava em Março do ano seguinte, sendo então já audíveis os protestos<sup>(86)</sup>.

Consumado o afastamento do vereador e vice-director J. J. Mendes<sup>(87)</sup> e do antigo director, Ângelo Pimentel, em finais de 1968 dissolveu-se a Comissão Municipal de Cultura. A tentativa de nomear um novo director na pessoa do dr Elísio Ferreira de Sousa<sup>(88)</sup> foi vetada pela Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes<sup>(89)</sup>.

No final desse mesmo mês de Março a Câmara delibera, em sessão, contratar um vigilante que comece por fazer o inventário geral<sup>(90)</sup>. O mesmo estava já empossado em Abril, anunciando-se em Maio a reabertura com novo horário: dias úteis das 14 às 18 horas e domingos das 15 às 17 horas<sup>(91)</sup>.

O inventário sistemático começava a ser realizado então pela única funcionária, Maria Avelina Brandão Rodrigues dos Santos, em ficha própria, e a Biblioteca-Museu reencontrava a boa ordem, como primeiro com surpresa e depois com agrado os jornais noticiavam<sup>(92)</sup>. Os oitocentos e setenta e cinco visitantes registados no livro de entrada do Museu durante o ano de 1969 são a melhor prova desta recuperação<sup>(93)</sup>. No ano seguinte visitaram o Museu mil cento e sessenta e quatro pessoas, em 1972 mil tezentas e noventa e nove e em 1973 mil quinhentas e sessenta e seis<sup>(94)</sup>.

Só a questão do director, envolta em funda polémica<sup>(95)</sup>, a que se acrescentou a criada pelas comemorações do bicentenário da elevação de Penafiel a cidade, se manteria sem solução por muitos anos. Em 1972 e 1973 publicam-se mais dois números do agora *Penafiel. Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, sem

**Biblioteca - Museu Municipal  
Penafiel**

N.º.....	SECÇÃO:.....
PROCEDÊNCIA:	
OFERTA DE:	
REF. BIBLIOGRÁFICA:	

36. Ficha de inventário utilizada no Museu Municipal de Penafiel, a partir de 1968.

<sup>(85)</sup> *O Penafidelense*. Penafiel, 12 de Setembro de 1967. *O Tempo*. Penafiel, 17 de Setembro de 1967.

<sup>(86)</sup> *Notícias de Penafiel*. Penafiel, 1 de Março de 1968.

Esse encerramento fora solicitado pelo director no final de Agosto, perante a impossibilidade de garantir a segurança e os serviços mínimos: AMPNF — A s/n, Pasta contendo correspondência recebida, 1967, Agosto, 24.

<sup>(87)</sup> AMPNF — A s/n, Pasta contendo correspondência recebida, 1968, Outubro, 2.

<sup>(88)</sup> AMPNF — A 79, Livro de registo das actas da Câmara: 1968, Novembro, 21; A s/n, Pasta contendo correspondência recebida, 1968, Novembro, 19.

<sup>(89)</sup> AMPNF — A 515, Livro de registo da correspondência recebida: 1968, Novembro, 29; A 516, Livro de registo da correspondência recebida: 1969, Março, 3; A 80, Livro de registo das actas da Câmara: 1969, Março, 6; A 258, Livro copiador de correspondência expedida: 1968, Dezembro, 11.

<sup>(90)</sup> *Notícias de Penafiel*. Penafiel, 22 de Março de 1968.

AMPNF — A 79, Livro de registo das actas da Câmara: 1968, Março, 31.

<sup>(91)</sup> *Notícias de Penafiel*. Penafiel, 12 Abril e 3 de Maio de 1968.

AMPNF — A s/n, Pasta contendo correspondência recebida: 1968, Maio, 22.

<sup>(92)</sup> *Notícias de Penafiel*. Penafiel, 27 de Setembro de 1968.

<sup>(93)</sup> *O Penafidelense*. Penafiel, 13 de Janeiro de 1970. *Notícias de Penafiel*. Penafiel, 16 de Janeiro de 1970.

<sup>(94)</sup> *O Penafidelense*. Penafiel, 16 de Março de 1971 e 3 de Julho de 1973; *Dário de Notícias*. Lisboa, 21 de Março de 1973. *O Tempo*. Penafiel, 20 de Janeiro de 1974.

<sup>(95)</sup> *O Penafidelense*. Penafiel, 27 de Janeiro e 10 de Fevereiro de 1970. *Notícias de Penafiel*. Penafiel, 26 de Fevereiro de 1971. *O Penafidelense*. Penafiel, 16 de Março de 1971.

ARQUEOLOGIA

NÚMERO (Rótulo)	SEÇÃO	DESCRIÇÃO	DATA DA ENCORPORAÇÃO		PROVENIÊNCIA	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
			31	Julho 1965			
1	Arqueologia	Fragmento de cerâmica			Participação de sub. Arqueologia - Lituânia		R. B. I.
2	"	Fragmento de ânfora com albarda	"	"	"		Penafiel, Arq. 1965 n.º 3
3	"	Fragmento cerâmica com albarda	"	"	"		1968 p. 89
4	"	cerâmica com albarda	"	"	"		
5	"	cerâmica Bejaude	"	"	"		
6	"	cerâmica e granito com albarda	"	"	"		
7	"	Bolha grande	"	"	Canadela - guarda da Ribeira Vista		Arqueologia de Penafiel Arqueologia de Penafiel
8	"	cerâmica esmaltada com albarda	"	"	"		Arq. III e IV
9	"	Fragmento cerâmica de fuste	"	"	"		
10	"	Fragmento cerâmica de fuste	"	"	"		
11	"	cerâmica com albarda	"	"	"		
12	"	cerâmica com albarda	"	"	"		
13	"	Bolha	"	"	"		
14	"	"	"	"	"		
15	"	"	"	"	"		
16	"	"	"	"	"		
17	"	"	"	"	"		
18	"	"	"	"	"		
19	"	Bolha tubulada	"	"	"		R. B. I. Arqueologia de Penafiel
20	"	"	"	"	"		Dados de Arqueologia de Penafiel, III, 1964
21	"	"	"	"	"		Paulo de Almeida
22	"	"	"	"	"		Paulo de Almeida
23	"	"	"	"	"		Paulo de Almeida
24	"	"	"	"	"		Paulo de Almeida
25	"	cerâmica	"	"	"		Paulo de Almeida

37. Folha do Livro de Cadastro existente no Museu Municipal de Penafiel, posterior a 1968.

menção de director, espelhando o empenho em que as instituições da Câmara haviam caído.

O balanço desta estagnação foi feito em 1974 por A. Gomes de Sousa, em artigo inserto no jornal local *O Tempo*, de 29 de Maio. Descreve-se o Museu e o seu rico espólio de história local, agora distribuído tendencialmente por grupos temáticos, embora essa fosse uma tarefa impossível com tão restrita área, mas não é disfarçado o marasmo que, sem verbas nem apoios, só o esforço da ainda única funcionária procurava ultrapassar:

*«Aguarda as novas instalações o Museu de Penafiel, pois é bastante exíguo o espaço de que dispõe actualmente: uma sala de Arte Sacra, outra de Arqueologia, um corredor com objectos de etnografia e história do concelho e um « jardim arqueológico». Anexa está a Biblioteca Municipal e a da Gulbenkian.*

*Em resumo, as principais peças da sala de Arte Sacra: colcha de seda, bordada a ouro, trabalho indo-português do século XVIII, representando a árvore da vida; Paramentos vários, alguns serviram no oratório da Câmara; Imagem de Nossa Senhora das Neves, de granito polícromo, do século XVII; Estatueta equestre de S. Jorge, de madeira; Imagem de S. Jorge que sai na procissão do Corpo de Deus; Bula de Paulo V instituindo a Confraria de Nossa Senhora do Rosário de Arrifana de Sousa, em 1968; Representação da lenda de S. Jorge e o Dragão, de pedra, do século XIV ou XV, proveniente da Igreja de Marecos, destruída nas invasões francesas.*

*Por falta de espaço noutra sala, encontram-se ainda nesta vários telizes brasonados, pertencentes às casas nobres do concelho e um engenho de moer linho.*

*Na sala de arqueologia: dezenas de objectos de cerâmica, bronze e vidro, provenientes das várias estações arqueológicas do concelho, nomeadamente do Mosinho, Duas Igrejas, Santiago e S. Vicente.*



38. Vista do Jardim Arqueológico.

No corredor: Uma vitrina com taças dos antigos clubes da cidade, o Sport e o União; faixas da vereação e vara da cidade; traje típico da lavradeira de Penafiel; espadas de fabrico local; armas; uma vitrina com ferragens; outra com batentes de portões, sinetas e cunhos; outra com chaves e outra com pratos pintados por um ignorado pintor penafidelense, Melo Viana, que era surdo-mudo. Há, ainda, neste corredor, medidas antigas, típicas candeias de azeite, diversas peças de artesanato local, o pavilhão real que esteve hasteado no Palacete do Barão do Calvário quando ali se hospedou el-Rei D. Luís, em 10 de Julho de 1872, e uma casaca com alamares de prata, usada nas primeiras touradas de Penafiel.

No átrio do Museu e no jardim da Praça da República encontram-se numerosas peças arqueológicas provenientes de várias freguesias do concelho mas sem qualquer classificação ou identificação»<sup>(96)</sup>.

NÚMERO 1

1 9 7 2

# penafiel

BOLETIM DE CULTURA DA CÂMARA MUNICIPAL

## S U M Á R I O

	Págs.
Boletim Cultural—Dr. Manuel Alves Moreira—Presidente da C. M. de Penafiel . . . . .	5
O Padre Mestre Frei Inácio de Ataíde—D. Gabriel de Sousa, Ab. O. S. B. . . . .	7
Os Antigos Retábulos da Igreja Matriz do Torrão—Prof. Dr. Flávio Gonçalves . . . . .	13
A Casa e Capela das Quintãs de Cima em S. Vicente do Pinheiro—Dr. Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas . . . . .	18
Evocação—D. Maria Luísa Carneiro Pinto . . . . .	21
Habitantes Pré-Históricos do Concelho de Penafiel—Dr. Elísio de Meireles Ferreira de Sousa . . . . .	30
O Cantador—Dr. Zacarias de Sá Oliveira . . . . .	32
Dois Eclesiásticos—Dr. António Moreira da Rocha . . . . .	37
«Aqueles que per Obras Valerosas se Vão da Vida Libertando»—D. Gabriel de Sousa . . . . .	55
D. Manuel Luís Coelho da Silva—A. M. R. . . . .	59
D. João Gomes Ferreira—A. M. R. . . . .	61
<b>PARTE DOCUMENTAL:</b>	
Memória paroquial de S. Paio da Portela (1758). . . . .	67
Anotações à memória da Portela—A. M. R. . . . .	74
Apontamentos genealógicos—A. M. R. . . . .	81
O meu botijozinho d'oiro—P.º José Monteiro de Aguiar . . . . .	94
Capelas no concelho de Penafiel—A. M. R. . . . .	97

39. «Penafiel. Boletim de Cultura da Câmara Municipal».  
Página de título do número de 1972, sem indicação de director.

<sup>(96)</sup> O Tempo. Penafiel, 29 de Maio de 1974.

## A CISTA DO GORGOLÃO (VILA DA PONTE – MONTALEGRE)

Maria Antónia Silva\*

O Património Arqueológico, devido à sua especificidade, é-nos dado a conhecer, na maior parte dos casos, através de achados fortuitos. A sua divulgação está patente nas notícias que os *mass media* veiculam quase todos os dias. Torna-se, portanto, extremamente difícil registar todas as descobertas, se não contarmos com a preocupação das populações, nomeadamente, com os elementos que saem das Universidades, sensibilizados com o destino do nosso património e que, por motivos profissionais, se distribuem pelos diferentes pontos do nosso país e, ao contactarem com determinadas situações, reagem numa atitude de alerta. Assim aconteceu com o achado do Gorgolão, que nos foi revelado por Maria Manuela Barroso<sup>(1)</sup> e que, logo após ter dele conhecimento, prontamente nos transmitiu a informação, apelando para a necessidade de se proceder a um registo.

De facto, depois de nos ter facilitado algumas notícias divulgadas na imprensa local<sup>(2)</sup>, despertou-nos, imediatamente, para a importância da descoberta. Decidimos ir ao local onde observamos directamente os vestígios.

O trabalho de campo foi apoiado pela Câmara Municipal de Montalegre, através do Vereador do

Pelouro da Cultura, a quem desde já apresentamos os nossos agradecimentos, que consciente da relevância do achado e da necessidade da realização de um estudo e divulgação nos meios científicos, prontamente aceitou em dar-nos todo o apoio logístico.

A cista localiza-se no lugar da Portela do Gorgolão, mais correntemente conhecido apenas por Gorgolão, freguesia de Vila da Ponte, concelho de Montalegre, distrito de Vila Real, junto à actual estrada N103 ao Km 112 no sentido Chaves — Braga (Fig.1)<sup>(3)</sup>.

Está implantada a 760 m de altitude, num pequeno promontório da margem esquerda do rio Regavão<sup>(4)</sup>, zona acidentada, no enquadramento dos contrafortes da Serra do Barroso, cujas coordenadas geográficas dos Serviços Cartográficos do Exército, folha 45, à escala 1:25.000 são:

Longitude E. Lx. 0°52'14"

Latitude N. 41°43'9"

Geologicamente, o lugar do Gorgolão insere-se numa estratigrafia e orogenia com características Ante-Hercínico, datáveis do Paleozóico e Silúrico e de rochas eruptivas, hercínicas, granitoides antevestefalianos — Granitos alcalinos<sup>(5)</sup>.

(\*) Docente do Departamento de Ciências Históricas da Universidade Portucalense — Infante D. Henrique.

Expresso a minha gratidão ao senhor Prof. Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva por todo o apoio e orientação dada.

<sup>(1)</sup> Licenciada em Ciências Históricas pela Universidade Portucalense — Infante D. Henrique, a quem desde já apresentamos os nossos agradecimentos por todas as informações fornecidas e simpatia com que nos acompanhou durante os contactos de campo.

<sup>(2)</sup> Manuel Baptista, Importante achado Pré-Histórico em Vila da Ponte, *Correio do Planalto*, Ano XIX, nº 359, 31 de Janeiro, 1994, 1; s/a, Vila da Ponte. Achado Histórico, *O Povo de Barroso*, Ano 3, nº 76, 15-03-94, 1994, 1.

<sup>(3)</sup> Esta kilometragem foi verificada no terreno, pois, parte da actual estrada não corresponde à traçada na carta militar, a qual indica a estrada antiga, que passava, obrigatoriamente, pelo centro da aldeia de Vila da Ponte. Neste caso, a cista está implantada entre o quilómetro 113 e 114 no sentido de Braga — Chaves.

<sup>(4)</sup> Topónimo reconhecido pela população local e não Rabagão como é referido na carta militar 1:25.000, nº 45.

<sup>(5)</sup> Atlas do ambiente — Carta geológica, 1:1.000.000, Comissão Nacional do Ambiente.

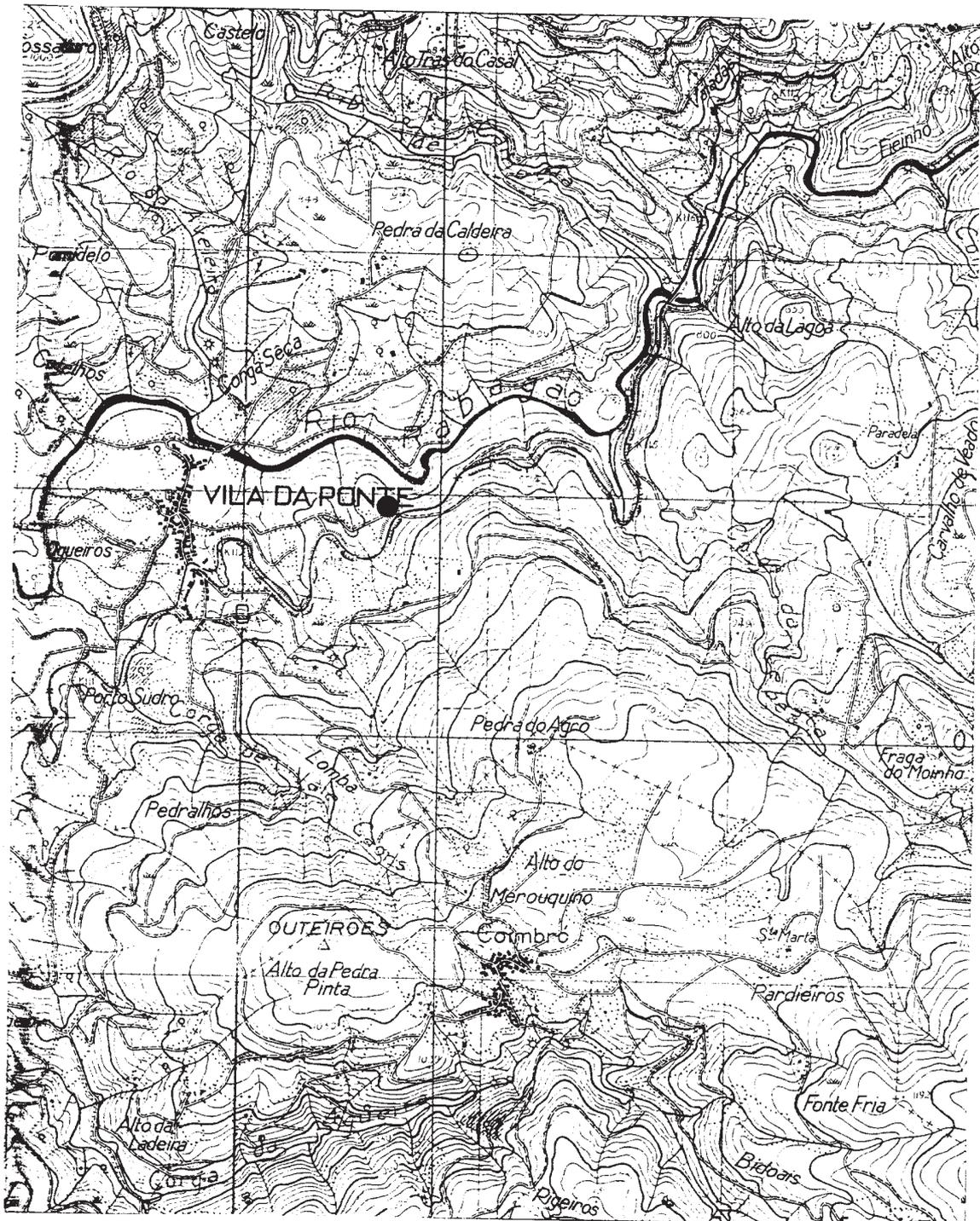


Fig. 1 — Localização da Cista do Gorgolão (Vila da Ponte – Montalegre). Carta dos Serviços Cartográficos do Exército, Esc. 1/25.000, folha nº 45.

Na região pratica-se uma agricultura de subsistência, sendo a maior parte dos terrenos incultos ou de utilização florestal com povoamento de resinosas<sup>(6)</sup>.

Na segunda quinzena do mês de Janeiro de 1994, quando uma máquina procedia à abertura de uma vala para a construção de uma piscina e respectiva canalização, nos terrenos envolventes à casa de Germano Rodrigues<sup>(7)</sup> de Vila da Ponte (Est.1.1), foi detectada uma “caixa”, a cerca de 30 cm de profundidade, orientada no sentido NO/SE, composta por grandes lajes de granito<sup>(8)</sup>.

Depois, com algum cuidado, foram levantando a tampa e no seu interior, com alguma terra, encontraram um vaso cheio de terra fina e escura, depositado na extremidade voltada para NO, do lado direito (Fig.2)<sup>(9)</sup>.

Perante a situação, os proprietários do terreno recolheram o vaso e com receio que a descoberta arqueológica viesse a ser um obstáculo à continuidade das obras, desmontaram, de seguida, as lajes e arrastaram-nas para um canto do terreno.

Ao que tudo indica, o senhor Germano Rodrigues, pretende reconstruir a “caixa” e colocá-la em local visível aos viajantes e clientes do seu futuro restaurante, funcionando como elemento atractivo e publicitário<sup>(10)</sup>, pretensão apoiada por parte da população local.

Saliente-se que este achado não é o primeiro no lugar do Gorgolão; já em 1931 João Balbina, hoje com cerca de 90 anos, encontrou uma cista com três vasos que ofereceu, na altura, ao pároco da freguesia, Padre Manuel José Afonso Baptista, que os ofertou

por sua vez ao Dr. Mendes Correia, os quais estão, actualmente, depositados no Museu de Antropologia do Porto<sup>(11)</sup>. Em 1938 apareceu uma outra cista em Donim, essa, apenas, com um vaso<sup>(12)</sup>.

Tal como referimos anteriormente, quando nos deslocámos ao local, a cista já não se encontrava *in situ*, mas totalmente “desmontada”. Desta forma, a disposição original foi-nos transmitida oralmente por informadores locais, presentes aquando da descoberta<sup>(13)</sup>.

A cista era composta por quatro lajes laterais de cutelo, que formavam uma caixa de planta aproximadamente rectangular e por outra que funcionava como tampa. Todas elas estavam calçadas e ajustadas por pedras de pequenas dimensões. No entanto, só nos foi possível identificar, apenas, quatro das lajes<sup>(14)</sup>.

Geologicamente, as lajes são de granito de grão fino. As suas superfícies são relativamente irregulares e apresentam fracturas recentes, notando-se, no entanto, maior regularidade nas extremidades que assentavam no solo.

As lajes, consideradas longitudinais ou testeiras<sup>(15)</sup>, apresentam uma largura/altura<sup>(16)</sup> aproximada entre si, de c.60 cm (Fig.2 e Est.1.2), enquanto de comprimento variam significativamente entre o da pedra B e os da C e D, o que nos leva a considerar a primeira como longitudinal e as restantes como testeiras.

Quanto à pedra A é muito irregular de superfícies e de contornos, e foi-nos indicada como tampa.

<sup>(6)</sup> Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais — Carta agrícola e florestal. Grandes grupos de utilização do solo, Folha II.1.

<sup>(7)</sup> Agradecemos a sua esposa, D. Maria Inácia Rodrigues o facto de nos ter tornado possível a realização do trabalho, facultando o vaso e espaço na sua casa para o desenharmos.

<sup>(8)</sup> Informação transmitida pelo senhor Mário, condutor da máquina.

<sup>(9)</sup> Ver nota 8.

<sup>(10)</sup> Informaram-nos que, devido ao presente achado, o restaurante iria denominar-se de “Cista”.

<sup>(11)</sup> Maria de Jesus Sanches, Alguns vasos cerâmicos inéditos do Museu de Antropologia do Porto, *Arqueologia* 1 1980, 12-19. Contudo, por falta de indicações precisas quanto à verdadeira localização, a autora implantou-os na Lomba de Coimbró.

<sup>(12)</sup> Informação do Prof. José Baptista, que o identifica como sendo o vaso proveniente do lugar da Portela do Gorgurão da Freguesia das Alturas, segundo Maria de Jesus Sanches, Op. cit..

<sup>(13)</sup> Agradecemos ao Prof. José Baptista todas as informações que nos facilitou e a forma como nos integrou no meio.

<sup>(14)</sup> A máquina ao retirá-las terá destruído uma delas.

<sup>(15)</sup> Classificação incerta devido ao facto das indicações orais não serem firmes.

<sup>(16)</sup> Tivemos em conta a posição vertical das lajes, a partir do lado que nos indicaram como sendo a extremidade que assentava no solo.

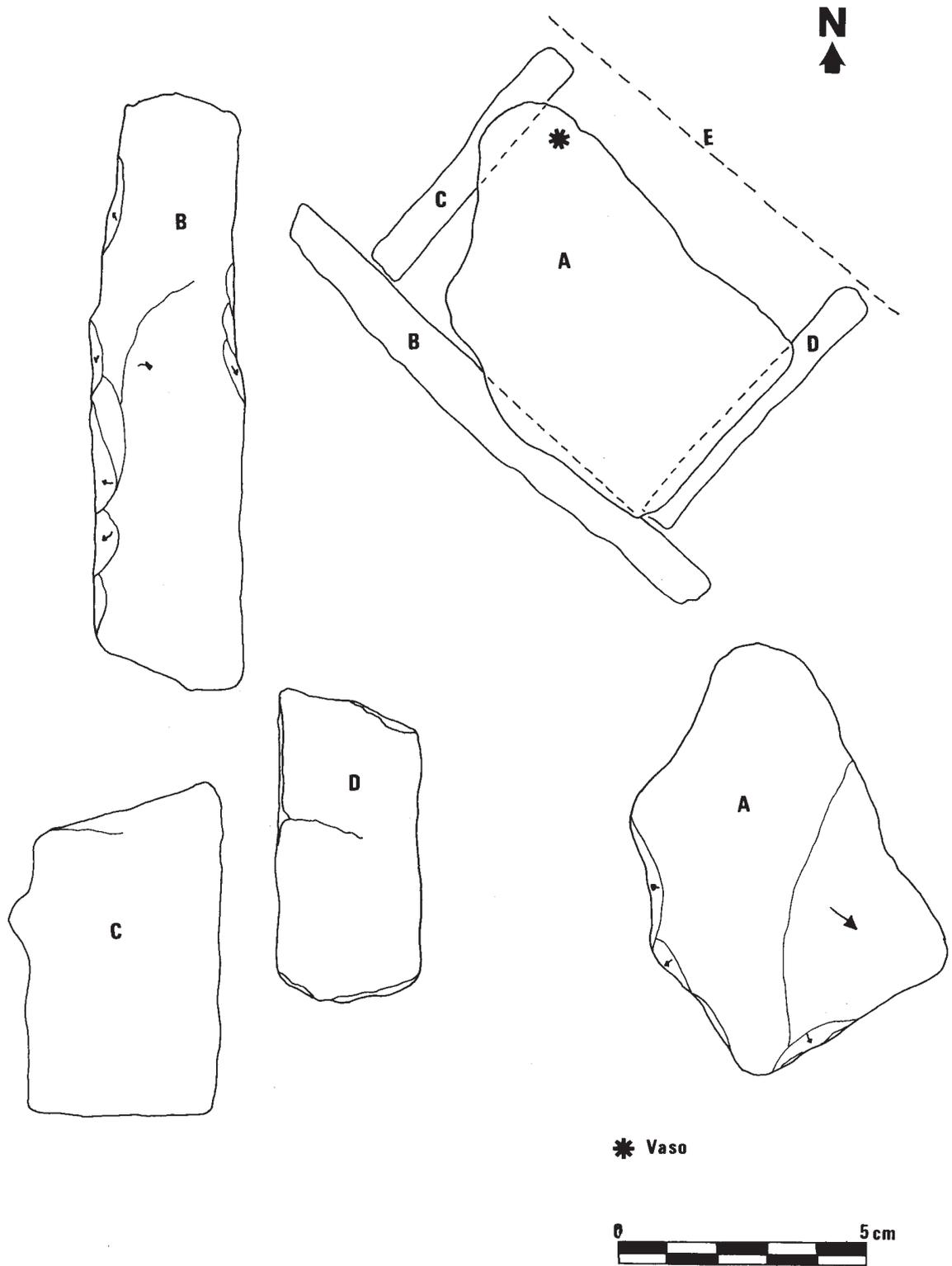


Fig. 2 — Lajes da cista e possível reconstituição.

As dimensões são as seguintes:

- Pedra A: Comprimento máximo = 150 cm  
Largura máxima = 100 cm  
Pedra B: Comprimento máximo = 240 cm  
Largura máxima = 60 cm  
Pedra C: Comprimento máximo = 130 cm  
Largura máxima = 60 cm  
Pedra D: Comprimento máximo = 120 cm  
Largura máxima = 60 cm

As espessuras máximas variam entre os 10 e os 20 cm.

A observação das lajes e a informação oral permitiu-nos formular possível reconstituição parcial da cista (Fig.2), faltando identificar uma das lajes. A tampa de cobertura que está fracturada, teria maiores dimensões.

O único espólio desta sepultura constava de um vaso tronco-cónico de perfil irregular, de bordo sub-horizontal, fundo plano pelo exterior e ligeiramente convexo pelo interior. Este vaso tem uma asa lateral vertical em fita larga, de secção rectangular, com canelura longitudinal pela superfície exterior. Esta, está inserida no corpo do vaso provocando um perfil subcôncavo pelo interior, colocada logo a seguir à decoração, até cerca de 5 cm do fundo (Fig. 3, Est.2.1 e Est. 2.2).

Dimensões:

Altura (medida pelo exterior):  
máxima = 18 cm — mínima = 16 cm

Diâmetro da abertura:

Exterior máximo = 24 cm — exterior mínimo = 23 cm  
Interior máximo = 22,3 cm — interior mínimo = 21 cm  
Espessura do bordo = 0,8 cm

Diâmetro do fundo:

Exterior = 12,4 cm  
Interior máximo = 11 cm — interior mínimo = 10,5 cm  
Profundidade:  
interior máxima = 17 cm — interior mínima = 16,5 cm

Asa:

Largura máxima = 5 cm — mínima = 4 cm  
Espessura média da secção = 1 cm  
Espessura média da parede = 1 cm

Pasta de textura compacta, acastanhada, com grãos de quartzo de médio e grande calibre e fraca percentagem de mica.

As superfícies internas e externas são alisadas e o fundo interno é rugoso com vestígios ferrosos. Possui grandes manchas negras que se distribuem por todo o interior e exterior do vaso, com maior incidência a partir do meio para a parte inferior do mesmo.

O fabrico é manual.

A decoração é plástica, aplicada a toda a volta do bordo. Compõe-se por vinte e dois mamilos (e mais o lugar de um) e catorze arcos invertidos (e mais o lugar de um), dando no total vinte e três mamilos e quinze arcos. Os arcos dispõem-se por debaixo dos mamilos, unidos entre si pelas extremidades, de secção triangular e decorados por pequenas punções irregulares<sup>(17)</sup>.

Os mamilos estão dispostos em fiada, a uma distância entre si irregular, que varia entre os 0,5 cm e os 2,5 cm, aplicados, ora muito junto ao bordo, ora ligeiramente distantes deste. São de forma circular e de extremidade arredondada com uma espessura diametral que oscila entre 1 e 2 cm.

Por vezes, as aplicações mamilares rematam as extremidades dos arcos ou, então, ficam centrados entre os mesmos.

O estado de conservação do vaso é muito bom, apesar de apresentar duas pequenas fissuras muito leves, junto ao bordo, provavelmente, resultado da mudança de ambiente.

Refira-se que na superfície externa se encontra “incrustada” terra barrenta e na superfície interna são visíveis resíduos de terra preta muito fina.

Os vasos tronco-cónicos e subcilíndricos têm sido alvo de diversos estudos<sup>(18)</sup>, que procu-

<sup>(17)</sup> Mais parecem marcas provocadas por incisão de unha.

<sup>(18)</sup> Maria de Jesus Sanches, Alguns vasos cerâmicos inéditos do Museu de Antropologia do Porto, *Arqueologia* 1 1980, 12-19; Idem, Recipientes cerâmicos da Pré-História Recente do Norte de Portugal, *Arqueologia* 3 1981, 88-98; Idem, Vasos da estação arqueológica do Covilho — Santo Tirso, *Arqueologia* 5 1982, 56-61; A. Bettencourt, A propósito de um vaso tronco-cónico do Museu de Aveiro, *Arqueologia* 5 1989, 40-43; J.C. Senna-Martinez; M. F. S. Garcia e M. J. O. Rosa, Contribuição para uma tipologia da olaria do megalitismo das Beiras: olaria da Idade do Bronze, *Clio/Arqueologia* 1 1983/84, 105-138; S. O. Jorge, *Povoados da Pré-História recente da região de Chaves — Vª Pª de Aguiar*, 3 vols., Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, 1986.

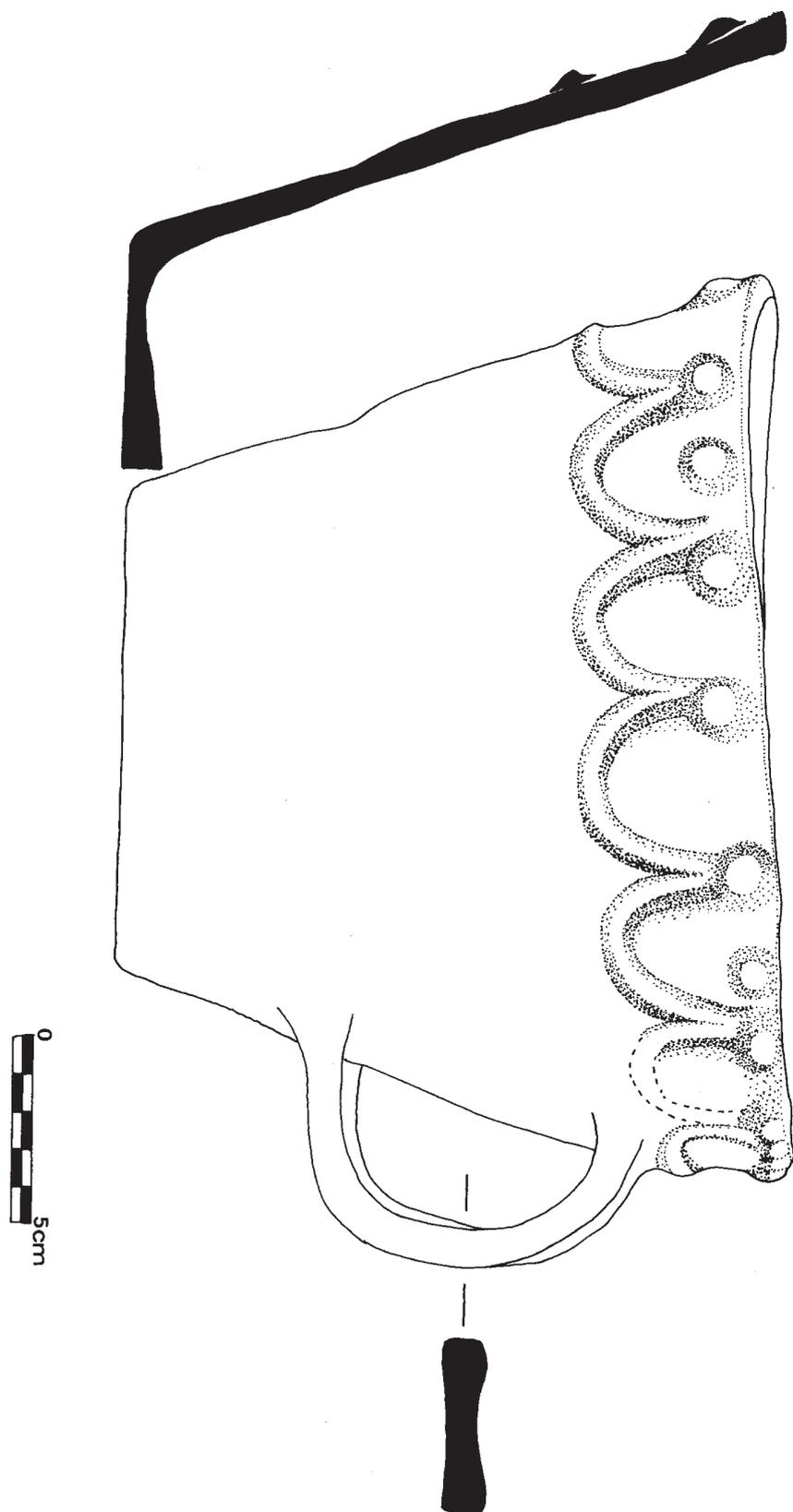


Fig. 3 — Vaso tronco-cónico da Cista do Gorgolão.

ram conhecer os seus contextos arqueológicos, no sentido de compreender a problemática da sua distribuição espacial e inserção cronológico-cultural. De facto, os exemplares conhecidos dentro desta morfotipologia distribuem-se assimetricamente pelo território, cujas presenças se observam no Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral e mais raramente em Trás-os-Montes), Beira Alta e Galiza<sup>(19)</sup>, alargando-se, também, para a Estremadura Atlântica e Beira Interior<sup>(20)</sup>. O contexto arqueológico tem sido predominantemente tumular, diversificando-se, contudo, o tipo de arquitectura, que pode manifestar-se em monumentos megalíticos, cistas com ou sem *tumulus* e “cairns”<sup>(21)</sup>. Refira-se, porém, a emergência de registos arqueológicos que assinalam o aparecimento de vasos tronco-cónicos em contextos domésticos<sup>(22)</sup>.

Naturalmente, através da análise dos vários contextos, poder-se-á fazer uma leitura diferente, de acordo com a variabilidade dos atributos morfotipológicos, isto é, pela presença ou ausência de asa e decoração, ou mesmo, mediante a associação a artefactos metálicos, como é o caso da cista de Chã de Arefe (sepultura I)<sup>(23)</sup>.

A ocorrência de vasos tronco-cónicos e subcilíndricos em monumentos megalíticos da Beira Alta<sup>(24)</sup>, correspondente a deposições pos-

teriores aos inícios do IIIº milénio a.C.<sup>(25)</sup>, e, paralelamente, no Norte, em cistas, como Chã de Arefe<sup>(26)</sup> e Anha<sup>(27)</sup>, apontam para novas formas de enterramento que se vão impor durante a Idade do Bronze, o que nos permite enquadrar a cista do Gorgolão na 1ª metade do IIº milénio a.C.

Não temos informações quanto à existência de *tumulus* a cobrir a cista do Gorgolão, mas se o teve deveria ser imperceptível na paisagem. Admitimos, no entanto, pelas suas características arquitectónicas, poder compará-la com a cista de Anha<sup>(28)</sup>, a qual não tinha *tumulus*, tal como a da Chã de Arefe<sup>(29)</sup>.

A cista do Gorgolão teria como prática funerária o ritual de inumação individual, provavelmente, em posição fetal, marcando, claramente, a ruptura dos enterramentos colectivos. Contudo, este monumento funerário fazia parte de uma necrópole<sup>(30)</sup>, à semelhança da necrópole da Chã de Arefe, que era constituída por três sepulturas individualizadas “em núcleos solidários de eventual significado familiar ou de clã”<sup>(31)</sup>.

Este tipo de manifestação, muito embora do foro espiritual, sugere profundas mudanças da realidade social, política e económica no Norte de Portugal.

<sup>(19)</sup> S.O. Jorge, op. cit., Vol.1-B, 1986, 869.

<sup>(20)</sup> J.C. de Senna-Martinez, Duas contribuições arqueométricas para o estudo do Bronze Pleno do Centro e Noroeste de Portugal, *Trabalhos de Arqueologia da EAM* 1 1993, 77-91.

<sup>(21)</sup> *Ibidem*, 870.

<sup>(22)</sup> v.g. J.C. de Senna-Martinez, A ocupação do Bronze Pleno da “Sala 20” do Buraco da Moura de São Romão, *Trabalhos de Arqueologia da EAM* 1 1993, 55-75; *Idem*, Duas contribuições arqueométricas para o estudo do Bronze Pleno do Centro e Noroeste de Portugal, *Trabalhos de Arqueologia da EAM* 1 1993, 77-91 e A.M.S. Bettencourt, Os vasos tronco-cónicos da estação arqueológica do Castelo — Sever do Vouga, *Arqueologia* 18 1988, 99-104.

<sup>(23)</sup> Armando Coelho Ferreira da Silva, *et alii*, A necrópole do bronze inicial da Chã de Arefe (Durrães, Barcelos) - Primeira notícia, *Arquivo do Alto Minho XXVI* 1981, 49-54.

<sup>(24)</sup> Entre os quais destacamos o Dólmen da Sobreda (3 ex.), a Orca dos Junciais (26 ex.), a Orca do Tanque (9 ex.) e a Orca de Forles (3 ex.). cfr. J.C. Senna-Martinez, M. F. S. Garcia e M. J. O. Rosa, *op cit.*, vid. tipo 6 = Vasos Tronco-Cónicos Invertidos, da tabela tipologia.

<sup>(25)</sup> S.O. Jorge, op. cit., Vol.1-B 1986, 875. Apesar de Senna-Martinez enquadrar cronologicamente este tipo cerâmico entre 1500 a 800 a.C.

<sup>(26)</sup> Armando Coelho Ferreira da Silva, *et alii*, op. cit.

<sup>(27)</sup> Eduardo Jorge Lopes Silva e José Augusto T. Maia Marques, Escavação de uma cista em Lordelo (Anha — Viana do Castelo), *Revista de História da Universidade Livre* I 1984, 51-72.

<sup>(28)</sup> *Ibidem*.

<sup>(29)</sup> Armando Coelho Ferreira da Silva, *et alii*, Pré-História de Portugal, *Universidade Aberta* 57 1993, 254.

<sup>(30)</sup> Ver notas 11 e 12.

<sup>(31)</sup> Armando Coelho Ferreira da Silva, *et alii*, A necrópole do bronze inicial da Chã de Arefe (Durrães, Barcelos) - Primeira notícia, *Arquivo do Alto Minho XXVI* 1981, 54.

Realce-se que, dentro dos testemunhos arqueológicos conhecidos e inseridos neste horizonte cronológico-cultural, o vaso da cista do Gorgolão sobressai quanto às suas dimensões e quanto à sua decoração e composição decorativas, para as quais não conhecemos paralelos. Se atendermos à região do Norte de Portugal, encontramos, apenas, alguns vasos tronco-cónicos decorados com protuberâncias mamilares mas com pouca semelhança estilística<sup>(32)</sup>. A existência, porém, da asa lateral é já um elemen-

to mais comum<sup>(33)</sup>.

Visando a produção dos objectos satisfazer necessidades ou concretizar sentimentos, no caso presente, o vaso do Gorgolão parece representar uma forma especial de expressão simbólica. Destinado a fazer parte de um enterramento funerário este vaso pressupõe o valor especial de oferta a alguém com uma importante posição social no grupo, associado à própria inumação individualizada.

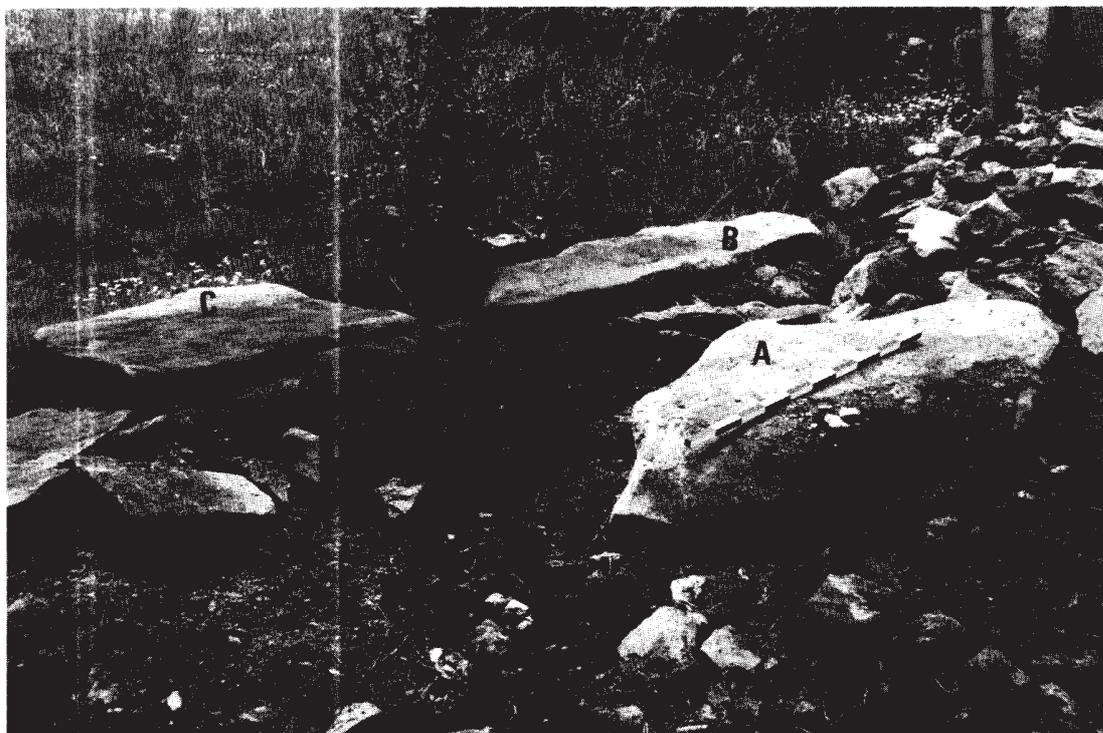
---

<sup>(32)</sup> v.j. Mamoinha da Serra (Vila Chã — Esposende) em F.M. Sarmiento (1933) — *Dispensos*, Coimbra, 1933, 155; Cista da Portela do Gorgurão (Boticas) em Maria de Jesus Sanches, op. cit., 1980; Mamoa 1 de Outeiro dos Gregos em V.O. Jorge, Escavação da mamoa 1 de Outeiro de Gregos (Serra da Aboboreira, Baião), *Portugália Nova Série*, I 1980, 9-28 e Mamoa 4 de Meninas do Crasto em V.O. Jorge, Escavação das mamoas 2 e 4 de Meninas do Crasto, Serra da Aboboreira, Baião, *Arqueologia* 7 1983, 23-29. Outros exemplos poderão ser encontrados em Maria de Jesus Sanches, op. cit., 1981, quadro da pág.95.

<sup>(33)</sup> S.O. Jorge, op. cit., Vol.1-B 1986, 870-874.

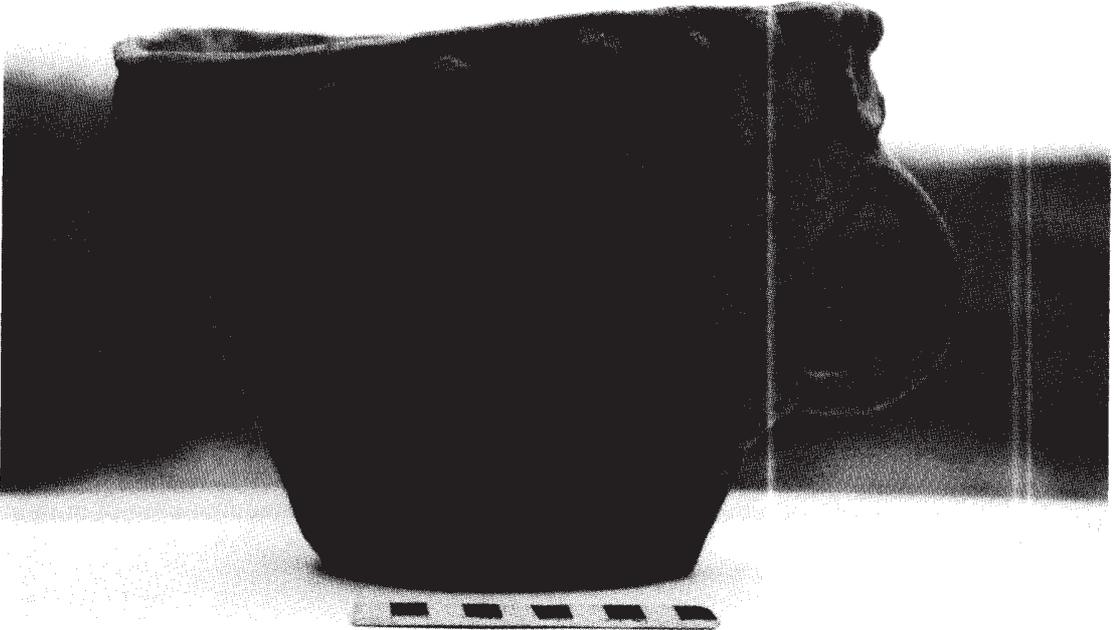


1. Local do aparecimento da cista.

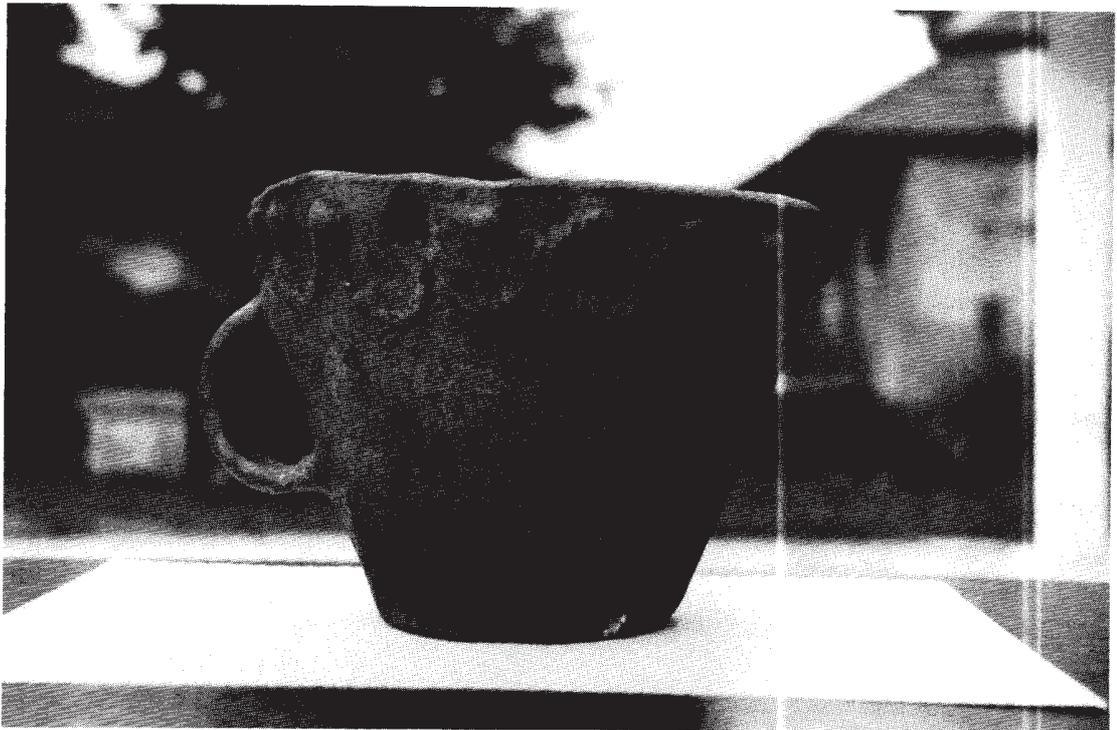


2. Lajes da cista.

Est. 2



1. Vaso tronco-cónico.



2. Vaso tronco-cónico.

## A ESTÁTUA-ESTELA DO MARCO (VREIA DE JALES, VILA POUCA DE AGUIAR)

### Notícia preliminar

António Baptista Lopes\*  
Armando Coelho F. Silva\*  
João Ribeiro Parente  
Rui M.S. Centeno\*

A nova estátua-estela, agora referenciada na sequência dos trabalhos de prospeção arqueológica que um dos signatários (J.P.) vem desenvolvendo na região, oferece a singularidade da sua implantação *in situ*, no lugar do Marco, dividindo os territórios das aldeias de Barrela e Cerdeira, da freguesia de Vreia de Jales, concelho de Vila Pouca de Aguiar, no distrito de Vila Real, onde aparece, com proeminência, ladeando a via romana que se dirigia para o campo mineiro de Jales e Trêsminas, com as seguintes coordenadas (Fig. 1)<sup>(1)</sup>:

UTM: 29TPF170/868

Altitude: 760m.

As circunstâncias deste achado permitiram-nos identificar parte do traçado da via que ligava *Emerita a Aquae Flaviae*, a Norte do rio Douro, até agora meramente esboçado por alguns autores, sobretudo com base num marco miliário de Trajano, aparecido em Constantim (Vila Real)<sup>(2)</sup> e noutros achados e sítios arqueológicos<sup>(3)</sup>. E onde se referia não haver vestígios que provassem a existência desta via<sup>(4)</sup>, pudemos reconhecer no terreno, entre Justes e Jales (Fig. 1), o seu percurso, bem documentado

por notórios troços de pavimento e, em especial, pela Ponte do Arco, sobre o rio Pinhão, de estrutura e com numerosos elementos construtivos romanos, particularmente visíveis nas fiadas de silhares bem conservadas nos estribos (Ests. 1 e 2). De resto, A. Montalvão já anteriormente sugerira, com imprecisões, a definição deste itinerário<sup>(5)</sup>.

Vindo de Justes em direcção a Jales, passada a Ponte do Arco e seguindo o ramal que segue para Chaves, após a bifurcação na Estalagem, a estátua-estela surge-nos a doze metros à esquerda da via romana, no lugar do Marco, cujo topónimo justifica.

Erigido em área aberta no meio de um campo de sequeiro, voltado para Sudeste, este imponente monumento foi esculpido em granito da região, amarelado, de grão médio, com moscovite e rara biotite, a ser objecto de análise petrográfica. Tem de altura, na parte emergente do solo, desde a cabeça, fracturada do lado esquerdo a um vinco saliente que a separa do soco, 2.30 m e de largura máxima, na base, 0.93 m, 0.63 m no tronco e 0.88 m nos ombros; a cabeça tem 0.50 m de altura por 0.39 m de largura máxima. A espessura máxima é de 0.29 m a meio da base.

(\*) Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

(1) *Carta Militar de Portugal*, SCE, 1:25000, Lisboa 1985, folha 88.

(2) BARRADAS 1956, 221; TRANOY 1981, 208, n° 51, mapa XIX.

(3) ALARCÃO 1988, II, 1/164, 166, 167, 282, 333, 385, 386, 434, 494.

(4) ALARCÃO 1988, I, 56.

(5) MONTALVÃO 1971, 58 e 60, n. 5.

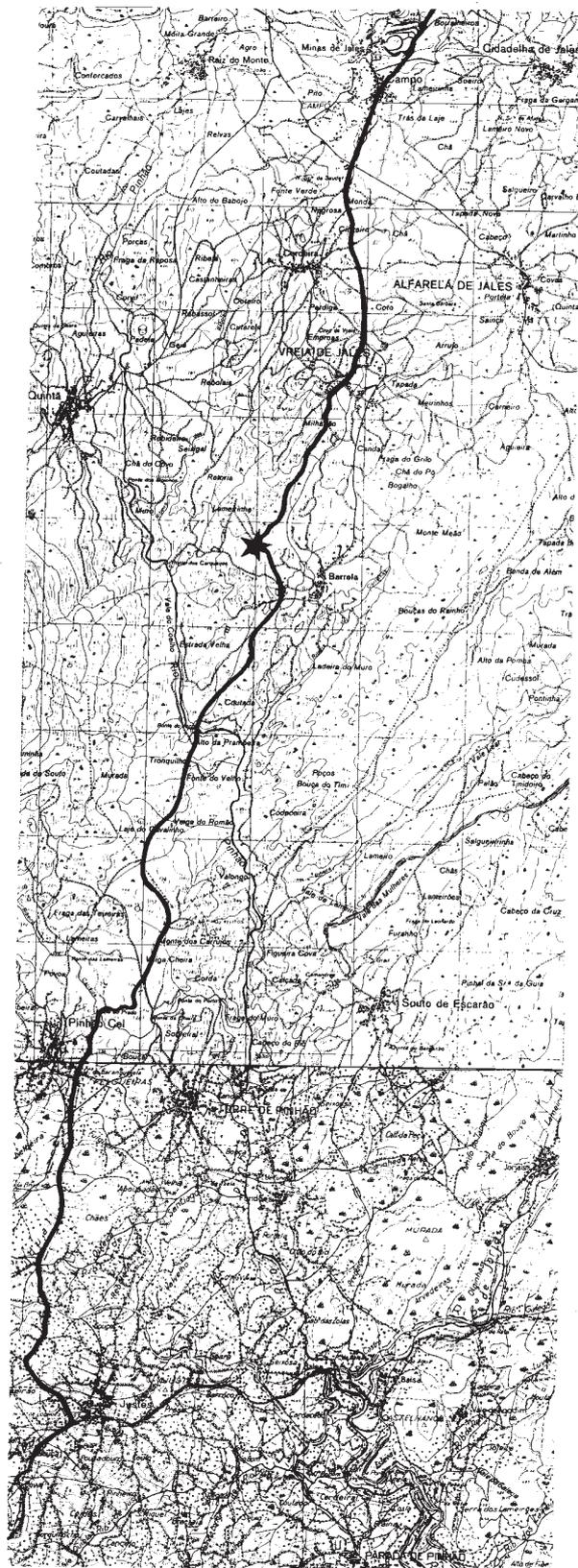


Fig. 1 — Traçado da via romana entre Justes e Campo de Jales. ★ Localização da estátua-estela do Marco (Vreia de Jales).

Aproveitando características volumétricas naturais, esta peça constitui um monólito de faces paralelas, aplanada a anterior, e perfil talhado em bisel alargando para o dorso, que apresenta intacta a configuração típica do grupo de estátuas-estelas do Noroeste, com mais aproximação aos exemplares de

Ermida (Ponte da Barca), Faiões (Chaves) e S. João de Ver (Santa Maria da Feira), geralmente atribuíveis ao Bronze Final/Iª Idade do Ferro<sup>(6)</sup>, sendo também o único exemplar conhecido que se encontra no seu posto original, fixado verticalmente com o soco calçado por pedras bem ajustadas (Fig. 2 e Est. 3).

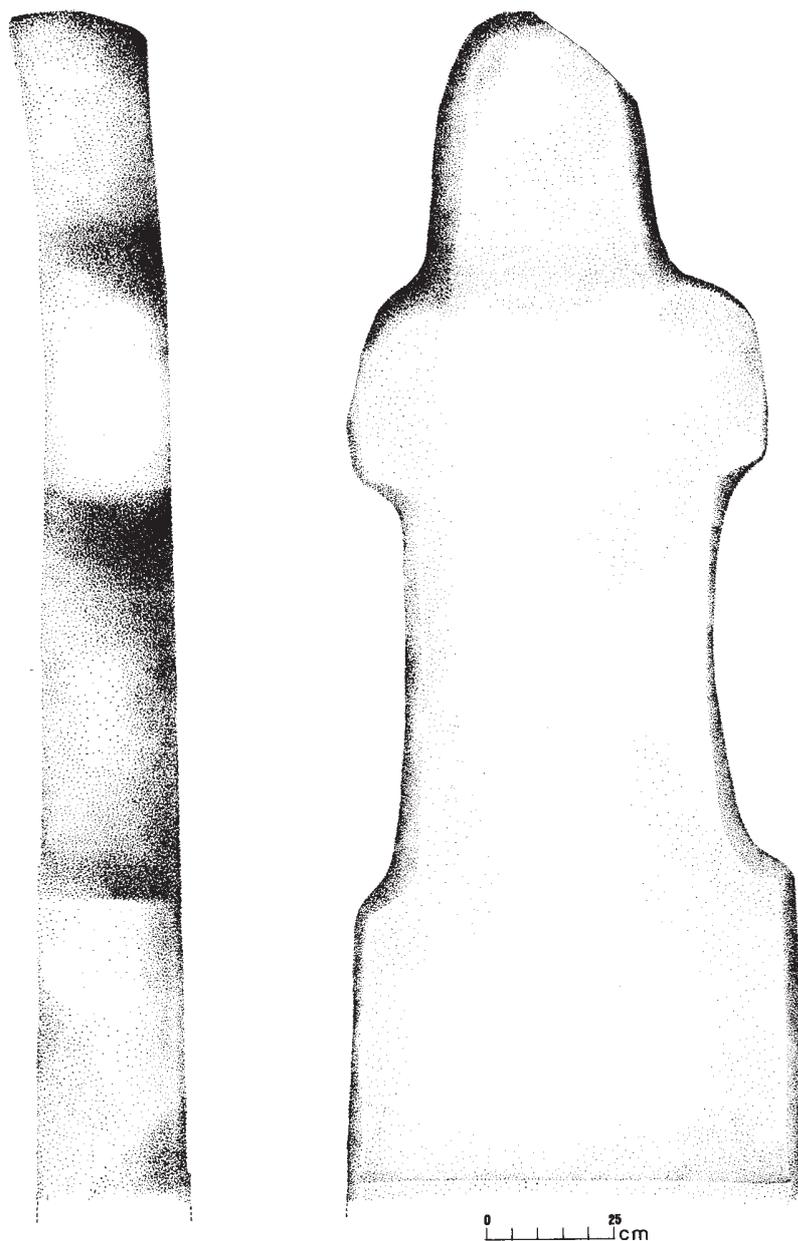


Fig. 2 — Estátua-estela do Marco (Vreia de Jales).

<sup>(6)</sup> V.g., JORGE-JORGE 1990.

Nesta primeira notícia, em que se pretende fundamentalmente divulgar a existência desta expressiva peça escultórica e que ainda não pôde contar, entre outros dados, com resultados de uma intervenção arqueológica específica que permita contextualizar o seu estudo, limitamo-nos, de momento, a um breve comentário.

O carácter antropomórfico desta estátua foi-lhe conferido, minimalisticamente, pelo afeiçoamento dos contornos, resumindo-se a um esquematismo iconográfico em que se esboça a silhueta da cabeça, a estilização dos braços e um tronco adelgado com alargamento para a base. Não evidenciando qualquer pormenor da figuração humana, nem fisiológico nem de teor decorativo, assim se distingue dos outros exemplares deste grupo, que manifestam elementos definidores do sexo, adereços e armamento.

Nos exemplares de Faiões<sup>(7)</sup> e S. João de Ver<sup>(8)</sup> estão gravadas armas e adereços reconhecidos como atributos de caracterização social claramente masculinos, ausentes na estátua de Ermida<sup>(9)</sup>, onde a representação dos seios manifesta a sua feminilidade.

A inexistência de quaisquer atributos do género na estátua-estela do Marco, não permitindo uma identificação segura, deixa em aberto a possibilidade de uma interpretação em função do seu significado.

Neste sentido, será de considerar a sua localização junto de uma via romana, que reproduzia idêntica situação à já anteriormente por nós (A.C.F.S. e R.C.) verificada relativamente à estátua de S. João de Ver, que foi encontrada numa pequena elevação junto à via *Olisipo-Bracara, c. Lancobriga*<sup>(10)</sup>, e a possibilidade do exemplar de Faiões apresentar posição congénere, por estar referenciado um ramal da

via XVII do Itinerário de Antonino com passagem por esta localidade<sup>(11)</sup>.

Por entre os problemas e as teorias relativas a esta imaginária, designadamente quanto à questão cronológica e evolução histórica, origem cultural, função, significado e interpretação simbólica, parece claro que a sua permanência junto das vias poderá atestar casos de pervivência da rede de caminhos pré-romanos, com integração dos elementos sinalizadores dos territórios indígenas, que estes monumentos tinham a seu cargo tutelar religiosamente.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. – *Roman Portugal*. 2 vols., Warminster 1988.
- ALMEIDA, C.A.F. de; JORGE, V.O. – *A estátua-menir de Faiões (Chaves)*. (Trabalhos do GEAP, 2), Porto 1979.
- AMARAL, P. – *O povoamento romano no vale superior do Tâmega. Permanências e mutações na humanização de uma paisagem*. Porto 1993 (Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- BAPTISTA, A.M. – A estátua-menir da Ermida (Ponte da Barca, Portugal), *AP série IV* 3 1985, 7-44.
- BARRADAS, L.A. – Vias romanas das regiões de Chaves e Bragança, *RG* 66(1-2) 1956, 159-240.
- JORGE, V.O.; ALMEIDA, C.A.F. de – *A estátua-menir fállica de Chaves*. (Trabalhos do GEAP, 6), Porto 1980.
- JORGE, V.O.; JORGE, S.O. – Statues-menhirs et stèles du nord du Portugal, *RFLUPH II SÉRIE VII* 1990, 299-324.
- MONTALVÃO, A. – *Notas sobre vias romanas em terras flavienses*. Bragança 1971.
- TRANOY, A. – *La Galice romaine. Recherches sur le nord-ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris 1981.

(7) ALMEIDA-JORGE 1979.

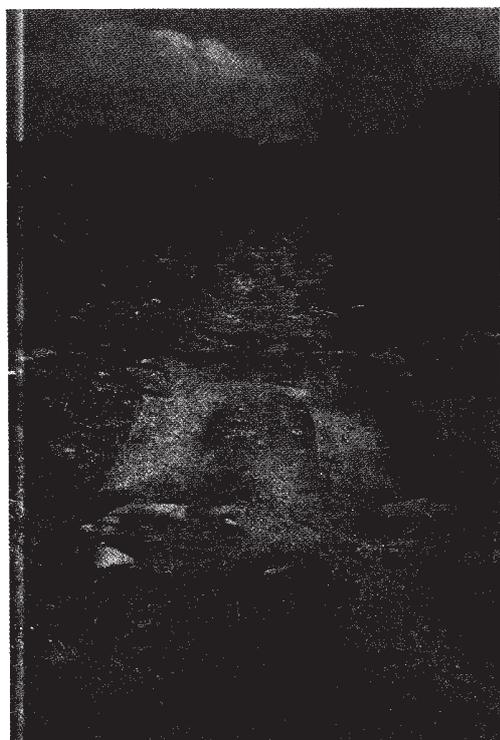
(8) JORGE-JORGE 1983.

(9) BAPTISTA 1985.

(10) A estátua foi encontrada por meados dos anos sessenta no decurso das obras de construção do restaurante Tigre, na freguesia de S. João de Ver, ao Km 281, 750 da E.N. 1. Segundo informações por nós recolhidas em 1981 na Cooperativa Agrícola da Feira, a peça foi recolhida, posteriormente ao seu achado, nas instalações do então Grémio da Lavoura da Vila Feira, donde transitou para uma casa de S. João de Ver e daí para um arquitecto do Porto.

(11) ALMEIDA-JORGE 1979, 7; AMARAL 1993, 51.

Est. 1

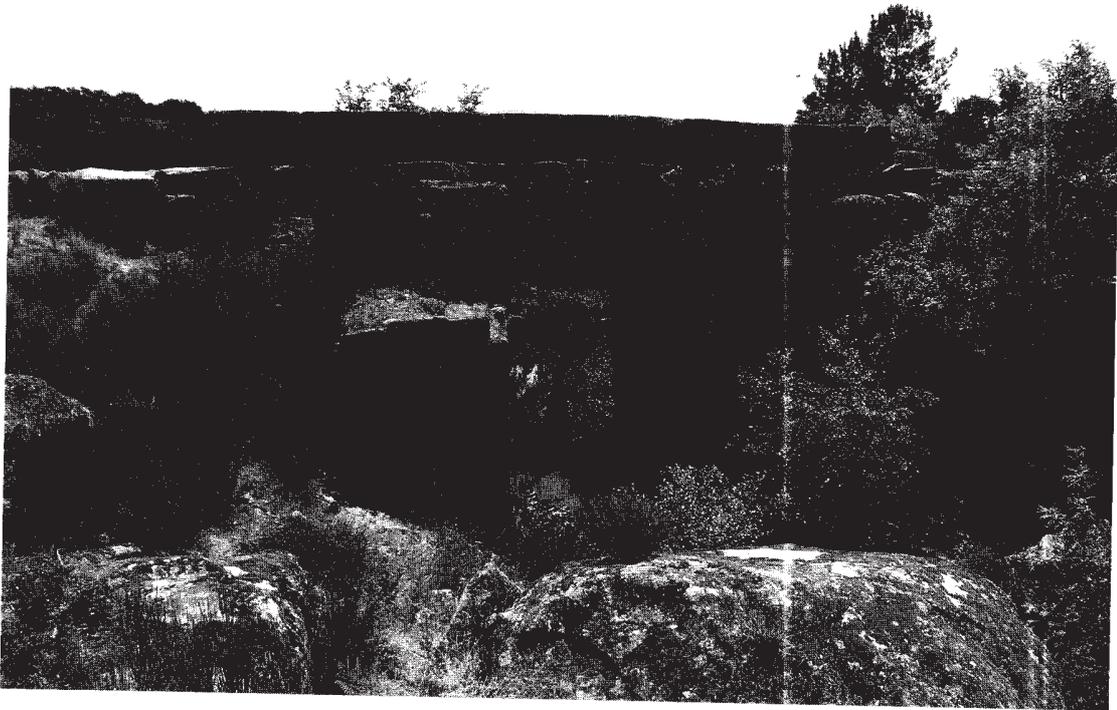


1



2

Est. 2



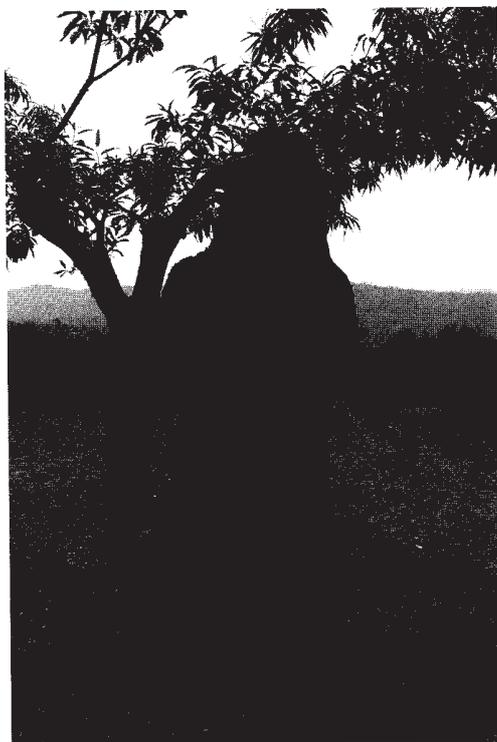
1



2



1



2



3



4



## UMA FOICE DA IDADE DO BRONZE DE S. PEDRO DO CRASTO (FERREIRA DO ZÊZERE)

Salete da Ponte

Esta peça foi achada<sup>(1)</sup> ocasionalmente no decurso de uma prospecção pedonal no mês de Novembro de 1994, junto à vertente do lugar sagrado com orago, em S. Pedro do Crasto, um pouco a juzante da capela daquele santo. Foram recolhidas, para além da foice de talão e lâmina nervurada (Est. 1.1), alguma escória de ferro (Est. 1.2), e vários fragmentos de cerâmica comum, bastante grosseira. Estes fragmentos parecem-nos significativos, para que sejam ilustrados, embora tivessem sido achados junto de um escorrimento de terras xistosas e quartzíticas, provocado pela acção das águas das chuvas. Este conjunto de testemunhos materiais encontrados na margem direita do rio Zêzere (Fig. 1) denuncia a existência de um povoado do Bronze Final, cuja área residencial e cultural ocuparia, respectivamente, o espaço geomorfológico correspondente à povoação actual do Maxial, lugar a poente da capela de S. Pedro do Crasto.

O monte de S. Pedro, designado igualmente por Castro de S. Pedro, situa-se no extremo este da freguesia de Ferreira do Zêzere, junto ao rio do mesmo nome. Aquela elevação, com uma inclinação de 30 graus, em todas as vertentes, é cingida a norte pela ribeira do Vale do Castro, a sul pela ribeira da Sobreira do Fato, a poente protegida por

uma estrutura defensiva e a oriente pelo rio Zêzere.

As formações geológicas do outeiro do Maxial e de S. Pedro do Crasto apresentam uma estrutura imbricada e um afloramento constituído por xistos, grauvaques e quartzitos da base do Silúrico e do Devónico Inferior<sup>(2)</sup>, tal como a “sul de Dornes, e de modo característico, a Zona Centro Ibérica (ZCI) imediatamente junta no contacto com a Zona Ossa-Morena (ZOM)”<sup>(3)</sup>. Por outro lado, as fontes arqueo-históricas não permitem, neste momento, garantir que a actual povoação do Maxial teria correspondido a um povoado de altura, fortificado, e S. Pedro do Crasto a um recinto funerário e sagrado do Bronze Final. Os vestígios arqueológicos existentes em ambos os lugares, assim o fazem supôr.

Há estruturas habitacionais e defensivas no outeiro do Maxial, que poderão corresponder a um povoado proto-histórico, carecendo, todavia, de ser testado pela evidência arqueológica.

S. Pedro do Crasto foi, pelo menos, na época romana, solo sagrado, conservando, além de um conjunto de inscrições epigráficas<sup>(4)</sup>, vestígios de um *podium* de um templo e diversos elementos arquitectónicos, tais como um fuste e um capitel coríntio romanos.

(1) António Martiniano Ventura e Luis Ferreira, técnicos da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Tomar foram os autores do achado ilustrado.

(2) Cf. Carlos Batata, Castro de S. Pedro (Ferreira do Zêzere), *Boletim Cultural*, Tomar, 14, Março 1991, 11-23 (p. 12).

(3) Cf. Luís Conde, *Excursão geológica na região de Ferreira do Zêzere*, Coimbra 1984.

(4) Cf. Batata, op. cit., (nota 2), pp. 20-23.

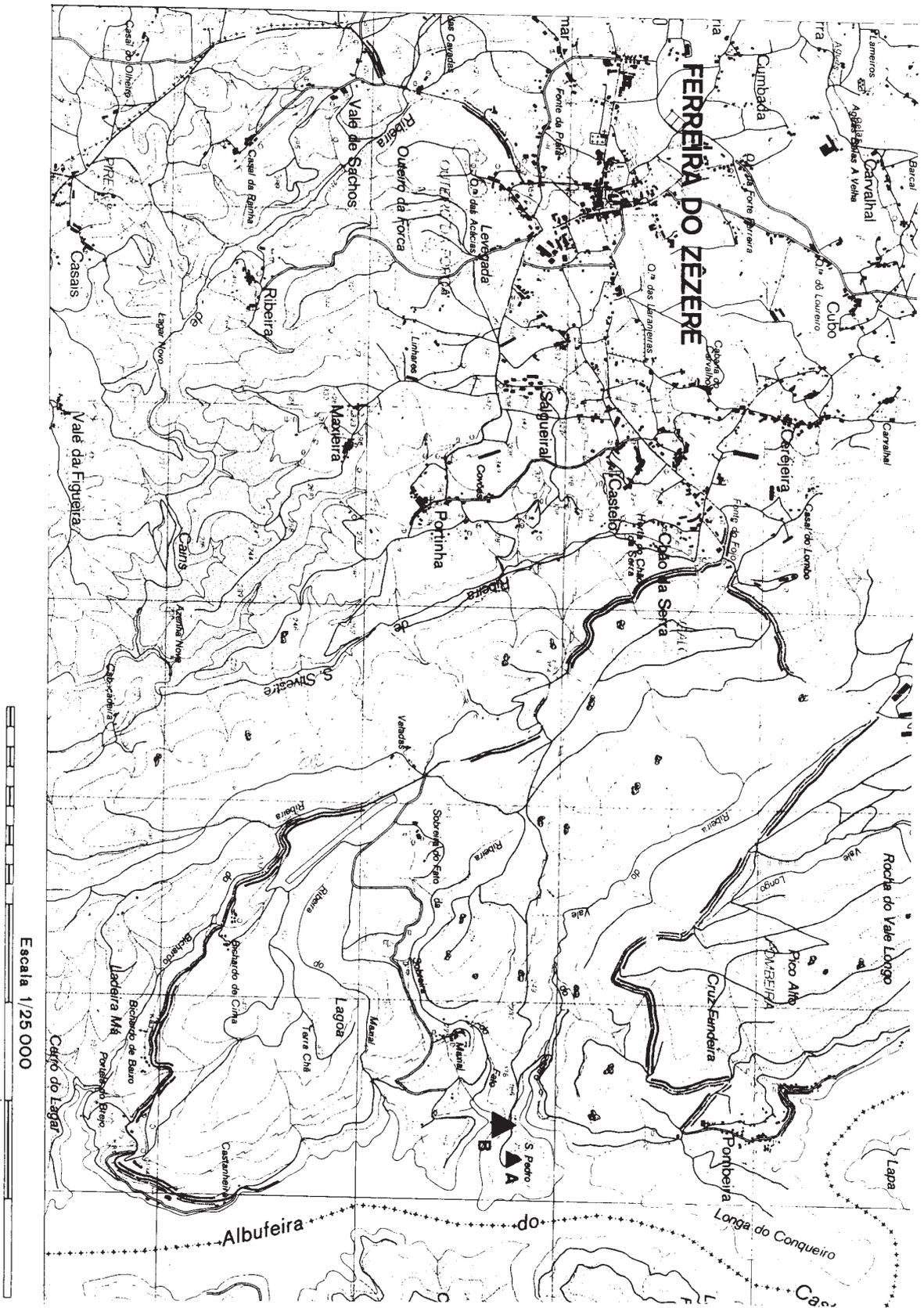


Fig. 1 — Carta Militar de Portugal, Esc. 1:25.000, Folha 300 (1947) A = Capela de S. Pedro do Crasto; B = Local da foice em bronze.

Estas achegas arqueológicas fazem supôr, pela recolha ocasional de vários testemunhos materiais proto-históricos, nas imediações do monte de S. Pedro, que o lugar poderia ter sido ocupado por comunidades do Bronze Final.

A foice de talão e lâmina nervurada (Est. 1.1), semelhante a tantos outros exemplares conhecidos no território português<sup>(5)</sup>, é do tipo *Rocanes*: a lâmina apresenta uma nervura correndo da base do talão à ponta partida da peça; o talão é nervurado e rematado por uma dobra sobre o anverso, com forma semi-circular para apoio ao cabo; o reverso é liso; o dorso é espesso e arqueado e o gume incurvado, denteado e gasto pelo uso<sup>(6)</sup>.

O molde de fundição para foices achado no Casal de Rocanes (Sintra) permite conhecer a técnica de fabrico usada para a produção destes artefactos sem alvado. Por outro lado, as análises

espectrográficas efectuadas ao conjunto de Coles de Samuel<sup>(7)</sup> e de Ervedal<sup>(8)</sup> permitem diferenciar os artefactos importados das cópias locais, graças à composição das ligas metálicas. Estes artefactos associados a pontas de lança, a machados de talão e de alvado, a objectos de adorno (braceletes maciços, fíbulas, pentes, espelhos, torques) e cultuais (carros votivos), de influência extra-peninsular, bem como a cerâmica de tipo Baiões-Sta. Luzia, tipo Penha e Lapa do Fumo do Bronze Final, têm sido datados entre 900 e 800 a.C. A produção destas foices metálicas indica, para além de uma importante actividade agrícola, um horizonte cronológico que, no nosso entender, não deverá ser anterior aos meados do Séc. IX a.C., prolongando-se até aos inícios do VIII a.C., como nos sugerem alguns indicadores propostos por Monteagudo<sup>(9)</sup> e Coffyn<sup>(10)</sup>.

---

<sup>(5)</sup> Cf. Maria Amélia Horta Pereira, O Esconderijo do Bronze Final de Coles de Samuel (Soure), *Arqueologia e História*, III 1971, 7-23. A autora refere-se a exemplares semelhantes em Porto do Concelho (Mação), Pragança, S. Martinho de Rio Maior, Pedreiras (Sesimbra), Évora, Santiago de Cacém, Mértola e Casal de Rocanes (Cacém), um molde de fundição; Cf. A. Coffyn, Une faucille de l'âge du bronze à Conimbriga, *RG*, LXXXVIII, 365-367, fig. 1; Cf. id. ibidem., La fin de l'âge du bronze dans le centre-Portugal, *AP*, Série IV, 1 1983, 169-196. O autor data este tipo dos inícios do Séc. VIII a.C.

<sup>(6)</sup> As dimensões da peça são: Arco Dorsal-54mm; Arco do Gume-40mm; Larg. da Base-17mm; Espessura da Dobra-0,4mm; Altura do Talão-12mm; Espessura Média da Foice-2mm; Peso-109,8grs.

<sup>(7)</sup> Cf. Pereira, op. cit., (nota 5), 7-23.

<sup>(8)</sup> Cf. Coffyn, op. cit., (nota 5), 185.

<sup>(9)</sup> Cf. Pereira, op. cit., (nota 5), 14.

<sup>(10)</sup> Cf. Coffyn, op. cit., (nota 5), 189.

Est. 1



1. Foice de talão.



2. Escória de Ferro.

## VARIANTE DO DENÁRIO DE GALBA RIC<sup>2</sup> 32

José S. Ruivo(\*)

O estudo das cunhagens hispânicas de Galba é dos que mais dificuldades levanta tradicionalmente aos numismatas. Com efeito, as cunhagens de ouro e prata realizadas na Península em nome deste governante evidenciam uma extraordinária variação interna ao nível dos tipos e da disposição das legendas do anverso e do reverso nem sempre fácil de detectar, sobretudo nos casos em que as peças apresentam algum desgaste.

Não surpreende por isso que logo após o lançamento da edição revista do volume I de RIC, o seu autor plenamente ciente da incompletude do trabalho apresentado, tenha publicado um suplemento com numerosas alterações, correcções e aditamentos às emissões galbianas cunhadas fora de Roma<sup>(1)</sup>.

O denário que é objecto desta breve nota é mais um exemplo de como o estudo da amoedação de Galba permanece uma tarefa inacabada. Foi encontrado em local incerto do concelho da Batalha (distrito de Leiria) e pertenceu à colecção do P<sup>e</sup>. José Oliveira que durante quase meio século assistiu a freguesia do Reguengo do Fetal, povoação situada nas imediações do local onde floresceu outrora a cidade de Collippo<sup>(2)</sup>. Presentemente a peça encontra-se no Seminário de Leiria. A sua descrição é a seguinte:

Anv.: Galba laureado à esquerda, com globo na extremidade do busto. Legenda: ♁[Galba]♁ IMP.

Rev.: Virtus nú, de frente, cabeça à esquerda, segura uma lança na mão esquerda e o *parazonium* na mão direita. À esquerda, de cima para baixo, deveria ler-se ♁[uirtus].

Diâm.: 17-16 mm; Peso: 3.08 g; Eixo: 6.

A moeda não apresenta um desgaste muito significativo, todavia o facto de os cunhos se apresentarem ligeiramente descentrados — sobretudo o cunho do reverso — e de o disco metálico ter dimensões um tudo nada inferiores às normais, obsteu à gravação das legendas dentro do campo. A menor dimensão do disco reflecte-se igualmente no peso, já que as 3.08 g do nosso exemplar estão um pouco distantes da média de 3.60-3.30 g atingida geralmente pelo numerário em AR emitido na Hispânia em nome deste Imperador<sup>(3)</sup>.

O nosso exemplar tem uma indiscutível afinidade com RIC<sup>2</sup> 32 (= BMC 196), do qual se distingue unicamente pela colocação do busto imperial à esquerda e consequente orientação da legenda em sentido inverso. Em termos estilísticos enquadra-se perfeitamente no Grupo (iii) de Sutherland, cuja coerência interna respeita, concretamente na tendência para um retrato em alto relevo, compacto, com a cabeça pequena e sem grande apuro artístico<sup>(4)</sup>.

Esta peça terá sido provavelmente cunhada em Tarraco entre Abril de 68 e os finais desse mesmo ano.

(\*) Bolseiro do PRAXIS XXI.

Mestrando em Arqueologia (Universidade do Porto).

<sup>(1)</sup> H. SUTHERLAND, *Supplementum Galbianum, Quaderni Ticinese. Numismatica e Antichità Classiche* XIII 1984, 171-181.

<sup>(2)</sup> J. ALARCÃO, *Roman Portugal: Gazetteer*, vol. II, fasc. 2 — Coimbra & Lisboa, Warminster, 1988, 103.

<sup>(3)</sup> Cfr. RIC<sup>2</sup>, 217.

<sup>(4)</sup> RIC<sup>2</sup>, 218; H. SUTHERLAND, *Supplementum Galbianum*, 175.

Est. 1



## A PONTE MEDIEVAL DE SÃO LÁZARO (ALFENA, VALONGO)

### Notas sobre o acompanhamento dos trabalhos de conservação e restauro

*António Baptista Lopes\**  
*Armando Coelho F. Silva\**  
*Magna Araújo Mota*  
*Rui M.S. Centeno\**

#### 1. INTRODUÇÃO

A ponte de S. Lázaro, também chamada *Ponte Pina*, situa-se, sobre o rio Leça, na antiga via medieval Porto-Guimarães, entre a capela de São Lázaro e o monte do Picoto, no lugar da Rua da freguesia de Alfena, concelho de Valongo, distrito do Porto, nas seguintes coordenadas geográficas, segundo a folha 110 da Carta Militar de Portugal do Serviço Cartográfico do Exército (Fig. 1):

UTM: 29TNF657401

Atitude: 95 m

Implantada na direcção Nordeste-Sudoeste, a ponte atravessa o rio na perpendicular, na continuidade da via que, na margem esquerda, se orienta quase em ângulo recto para montante, rodeando o monte do Picoto.

O terreno é acidentado, sobretudo na margem esquerda. Para o leito do Leça converge, no Inverno, grande quantidade de águas pluviais, originando inundações que tornam difícil ou impossibilitam mesmo a utilização da própria ponte. Algumas cheias de grande amplitude são recordadas pela tradição local e por outros registos como a inscrição gravada nas paredes do moinho das imediações que refere o nível atingido pelas águas em 1770 (Est. 3.1).

Assente em solo rochoso de xisto, característico da geomorfologia da zona, o material utilizado na construção da ponte é o granito.

Na área pratica-se agricultura de minifúndio em terrenos de aluvião, irrigados pelo rio Leça e seus afluentes, havendo captação e utilização colectiva de águas para esse fim. A montante da ponte, a menos de dez metros, existe um caneiro de betão que é conduta de águas de regadio e atravessa o leito do rio em diagonal, no prolongamento do rego de abastecimento a um moinho. Considerando a inestética e rudeza desta construção, concluído que está o restauro da ponte, torna-se evidente a necessidade da sua reformulação.

As margens do rio e de uma ribeira que nele conflui, a montante, foram tradicionalmente usadas, no lugar da ponte, pelas lavadeiras que antigamente prestavam seus serviços à população do Porto, tendo servido para batedouros da roupa algumas pedras retiradas das guardas da ponte.

As obras foram efectuadas por iniciativa da Câmara Municipal de Valongo, tendo ficado a nosso cargo a orientação científica e técnica dos trabalhos de conservação e restauro. Cumpre-nos, no entanto, lamentar não ter sido possível o acompanhamento da intervenção desde o início, uma vez que o tabuleiro fora desmontado sem nosso conhecimento prévio.

---

(\*) Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto.

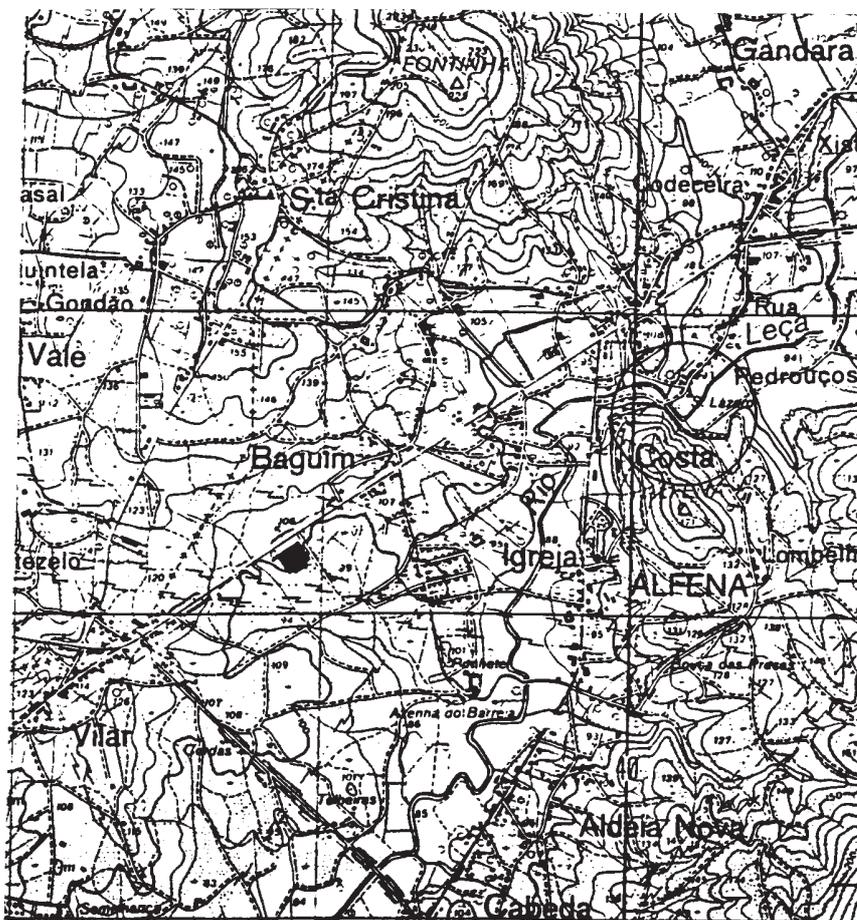


Fig. 1

Para além da ponte medieval, merecem registo, entre os dados por nós recolhidos sobre a região, a actual Capela de S. Lázaro, na margem direita do Leça, designada como de N<sup>a</sup> Senhora da Ponte e de N<sup>a</sup> Senhora dos Remédios em 1623 e 1747, respectivamente, um possível castro (Pico-to), citado no Tombo de 1689, uma gafaria, já referida em documentação de 1214 e 1258, um hospital, um troço da via medieval Porto-Guimarães, a Ermida de São Lázaro, talvez do século XVI e hoje destruída, e um moinho de apreciável construção, de três rodízios.

## 2. TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Na perspectiva desta intervenção foi realizado um estudo prévio, que contou com a colaboração de um grupo de alunos do ensino secundário e da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Desse estudo consta o levantamento fotográfico, a planta e alçados, a inventariação, desenho e tratamento bicromático de siglas, na tentativa de recuperação da forma primitiva da ponte e estabelecimento de cronologia, que serviram de base aos trabalhos de acompanhamento iniciados em 10 de Agosto de 1994.

### 2.1. ANÁLISE DESCRITIVA (Fig. 2 e Ests. 1 e 2.1)

O cavalete da ponte consta de dois muros não paralelos, alteados na parte central, sobre o arco maior, constituindo a planta do caixão um trapézio alongado, de lados irregulares, mais estreito na margem esquerda do Leça sobre o arco menor. As fiadas são de pedras afeiçoadas a pico grosso, assentes sem argamassa. A jusante e a montante, junto à linha de água, pareciam ainda ser as primitivas, com os blocos bem entrosados, dispostos uns de peito e outros de testa, apesar de

prováveis desmoronamentos da ponte aquando de cheias cíclicas. Nos trabalhos de reconstrução, procedeu-se ao seu realinhamento, procurando, na medida do possível, o seu assentamento na posição original.

Entre os paralelos documentados na bibliografia regional e especializada, de que se destaca o estudo pioneiro de Carlos Alberto Ferreira de Almeida sobre as *Vias medievais: Entre Douro e Minho*, a estrutura e construção desta ponte aproxima-se singularmente da ponte da Ranha, Mondim de Basto, na estrada de Fafe, que apresenta mesmo idêntico tipo de siglas, podomorfos e cruciformes<sup>(1)</sup>.

Em ambos os muros que ladeavam o cavalete documentou-se a existência de signos diferentes, repetidos, com mais frequência de podomorfos (Est. 3.2), que confirmam a atribuição de uma cronologia medieval ao monumento, de resto, de acordo com a referência de um legado de D. Gonçalo Gonçalves à gafaria de S. Lázaro em 1262 que faz supor haver então uma via frequentada e ponte<sup>(2)</sup>.

Desalinhamentos e irregularidades observadas no monumento testemunham apressadas reconstruções, ocorridas após ruína em datas indeterminadas. Um silhar almofadado, com marca dos *ferrei forfices*, sugere a existência de uma ponte ou pontão anterior, presumivelmente romana (Est. 3.3). Os vestígios são porém mínimos, mas, em todo o caso a merecer consideração, de acordo com o traçado que une esta à ponte romana de S. Martinho do Campo, Santo Tirso, sobre o rio Vizela, dizendo que uma via romana «passava não longe da Citânia de Sanfins e viria a Alfena e a Valongo... em busca ou, da estrada Cale-Bracara, ou antes, em direcção à zona marítima»<sup>(3)</sup>. Pena foi que não nos fosse possibilitada a análise, desde início do restauro, da natureza do assentamento e alicerces, tanto mais que se detectou a presença desse bloco almofadado romano.

O enchimento do vão, nas camadas superiores, constava de terra, pedra miúda de xisto e entulho de telha recente, denunciando obras modernas de arranjo do pavimento.

A ponte tem, actualmente, dois arcos colocados em eixos não paralelos, assimétricos e de diferentes dimensões, muito semelhantes no tratamento e disposição das aduelas, cujas arestas convergem num ponto a meio da base, com muita regularidade, sendo o dorso por vezes anguloso para encaixe nas fiadas dos paramentos laterais. O arco maior da ponte é formado por 38 aduelas, o mesmo número a montante e a jusante, com arestas concordantes aos alinhamentos das fiadas da abóbada interna; nenhuma ocupa o lugar central de chave. De volta perfeita, colocado sensivelmente a meio do rio, no ponto mais profundo do talvegue, é constituído de aduelas de cantaria, bem aparelhadas, de granito escolhido e sem siglas. Tem de raio 3,85 m e a abóbada que perfaz sob o tabuleiro tem no seu dorso, na geratriz, 2,70 m de uma face à outra de ponte. Internamente, as aduelas estão dispostas em alinhamentos regulares e muito bem esquadriadas. As fiadas superiores da abóbada estão salitradas e com o granito em franca decomposição por motivo de infiltrações de águas pluviais e outras, através do tabuleiro, que mostrava em alguns sítios já ausência de capeamento. De similar construção é o arco da Ponte de Pedra, também sobre o Leça, em S. Mamede Infesta<sup>(4)</sup>. Apresenta uma segurança e estabilidade razoáveis em virtude do desenho e disposição cuidada das aduelas, sendo raras as que se deslocaram do sítio original.

Este arco dava vazão à maior parte da água do rio e poderá ter sido eventualmente o único numa fase primitiva. Como a ponte está numa zona que, ciclicamente, sofre inundações de grande amplitude, cedo se deve ter verificado a necessidade de a complementar com outro arco de menores dimensões (1,65 m de raio) do lado da margem Sul, numa zona em que o cavalete seria mais extenso e suportaria maiores pressões da água. Haveria, assim, explicação para que o arco menor, de 15 aduelas, tivesse diferente e mais reduzida espessura no dorso (2,25 m) e representasse uma certa irregularidade de alinhamento na ponte, conforme se verifica, v.g., na ponte de Cagancha, Medellín,

(1) ALMEIDA 1968, foto 107.

(2) ALMEIDA 1968, vol I, 130.

(3) ALMEIDA 1968, vol I, 42.

(4) ALMEIDA 1968, vol II, foto 85.

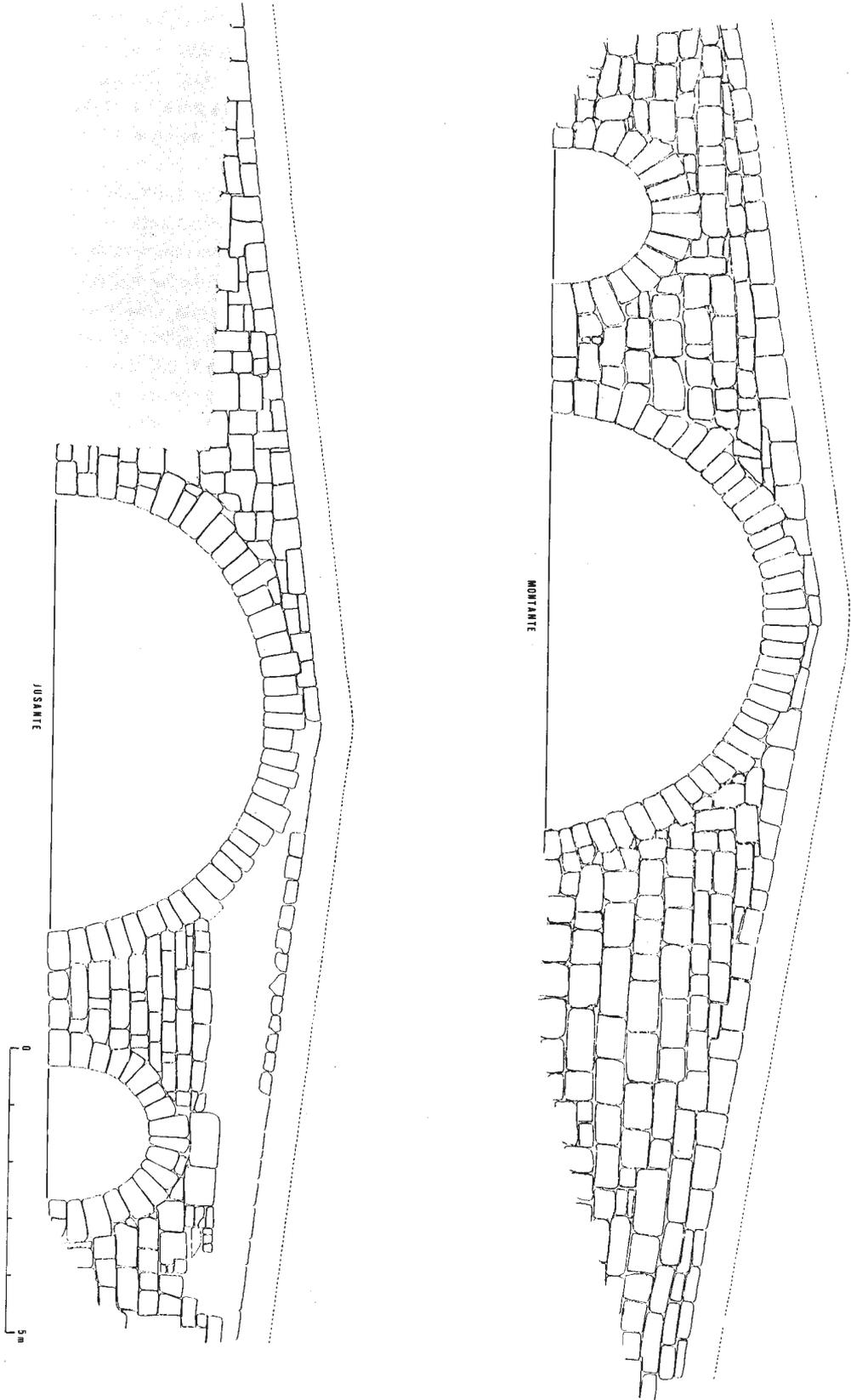


Fig. 2

na zona de Mérida, com idêntica estrutura<sup>(5)</sup>. Este arco, também sem siglas, não é perfeitamente alinhado com o maior e tem outras assimetrias de posicionamento e de dimensões, sendo, no entanto, do mesmo tipo de construção, de granito e de aparelho.

No início dos trabalhos, a ponte já não conservava guardas. No entanto, é do conhecimento dos habitantes que, há bem pouco tempo, restavam algumas delas. Várias pedras sigladas que lhe pertenciam, foram encontradas no rio, tendo aparecido outras sob o lajeado do último arranjo, ou fazendo mesmo parte dele. A altura média dos parapeitos deveria ser 0,60 m, em duas fiadas, sendo a superior boleada, conforme a documentação fotográfica existente<sup>(6)</sup> (Est. 1.1).

O tabuleiro é alteado na zona média, sobre o arco maior. O lajeado não é o primitivo pelas razões apontadas e nele foram incluídos blocos siglados das guardas medievais, sendo alguns deles boleados. Os sulcos das relheiras produzidos pelo rodado dos carros de bois são profundos, mas não indicam demasiada antiguidade. A ponte tinha um trânsito intenso de agricultura e de serventia a uma importante via (Porto-Guimarães), com estalagem de muda para diligências em Alfena. Sobre o arco central, o lajeado há muito fora desgastado e eram as próprias aduelas do arco maior que apresentavam o desgaste dos sulcos dos rodados.

Não existem vestígios de talhamares, embora se saiba que a ponte deve ter suportado grandes pressões aquando de inundações, uma delas registada em curiosa inscrição feita num cunhal do moinho contíguo, em 1770, atrás referida.

## 2.2. INTERVENÇÃO (Est. 2.2)

Na intervenção de conservação e restauro, as medidas tomadas, de reforço e solidificação, não alteraram o aspecto e valor arqueológico, como consta dos pareceres dados ao longo das obras de recuperação do monumento.

No levantamento do lajeado, no entulho barrento que enche o vão entre os muros do cava-

lete, foram encontradas quatro estelas medievais com cruces insculturadas em ambas as faces, provavelmente procedentes de cabeceiras de sepultura.

O cavalete foi alteado em arranjos anteriores, com restauro grosseiro, provavelmente após inundação e derrocada. Algumas fiadas superiores dos muros laterais, de pedra tosca, mau granito e xisto misturado, estavam desalinhadas, mostrando mau paramento. Nesta operação, os muros do cavalete foram regularizados, com o aproveitamento possível do material existente, pedras antigas, sigladas, sem cunhas. Se o acompanhamento tivesse sido anterior à desmontagem e à recolocação das fiadas de pedras, desde o início, situação que se não verificou, teria sido possível uma reconstrução mais aproximada do aspecto original medieval, com fiadas regulares e isódomas, ausência de cunhas, estreitamento das juntas e aparelhamento das faces.

Face ao estado de degradação em que o tabuleiro se encontrava, tendo já desaparecido sobre o arco maior, e considerando que não se tratava de elementos originais, optou-se, de acordo com intervenções de restauros congéneres<sup>(7)</sup>, pela renovação geral do pavimento, com lajes esquadriadas e picadas na face, convenientemente alinhadas em fiadas, com enquadramento lateral de pedras pertencentes à construção primitiva. Antes do assentamento do novo pavimento, procedeu-se à consolidação e impermeabilização do cavalete com betão, na perspectiva de uma melhor conservação e utilização regular do monumento, conforme se aconselha nestas circunstâncias.

Em pareceres elaborados no decurso da obra foi recomendado que se procedesse à reconstituição das guardas, com base nos vestígios descobertos, documentos gráficos recolhidos e em paralelos construtivos, assim como à substituição dos lancis da via no encontro com a ponte que, por mal alinhados e de cimento, tiram dignidade ao monumento. De resto, a zona envolvente, degradada, com moinho arruinado, muros de divisão de propriedade inestéticos e de blocos de cimento, capela românica mal restaurada, casas agrícolas originais adulteradas e de péssimos azulejos nas frontarias, postes de electricidade distribuídos ao

(5) ALVAREZ MARTÍNEZ 1983, Lám. LXII.

(6) ALMEIDA 1968, vol. I, foto 86. Outras fotografias, inéditas, in PIMENTA *et alii* 1979.

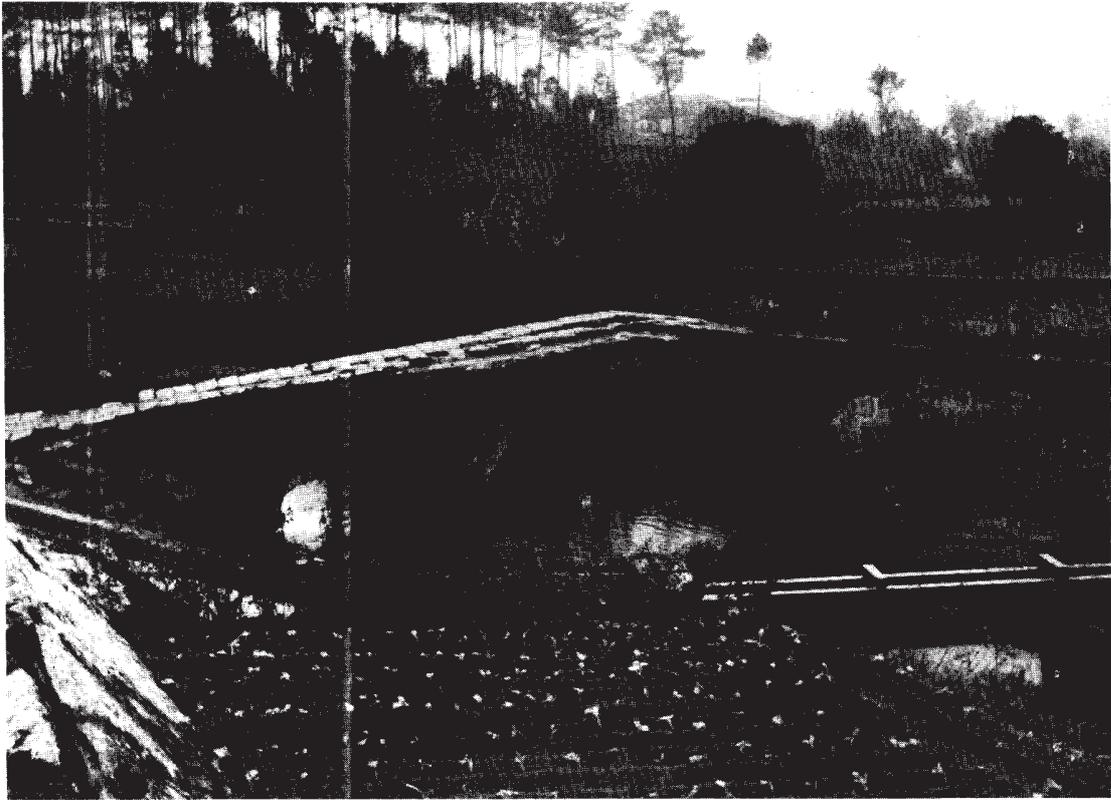
(7) V.g., GONZÁLEZ - CARBÓ 1989, 118-21.

acaso, conferem ao ambiente uma nota de desagradável abandono que em boa altura a Câmara Municipal de Valongo se propõe remediar.

Apesar dos condicionalismos verificados no acompanhamento desta intervenção de restauro da Ponte de S. Lázaro, monumento medieval do século XIII, estamos cientes de ter contribuído, com esta acção, para a valorização de um património estimável do concelho de Valongo.

### 3. BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Vias Medievais: Entre Douro e Minho*. Porto 1968 (Diss. Licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dact.).
- ALVAREZ MARTÍNEZ, José María – *El puente romano de Merida*. (Monografias Emeritenses), Badajoz 1983.
- ALVES, Joaquim – *Monografia da Vila de Valongo*. Porto 1904.
- CABRITA, A. Russo; SILVA, M. Margarida C.F. – *Monografia do concelho de Valongo*. Valongo 1973.
- GONZÁLEZ, A.; CARBÓ, P. – Puente viejo de Castellbell, *ON 102*, Barcelona 1989, 118-21.
- MOREIRA, A. Domingos; CARDOSO, N. A. M. – *Alfena, a terra e o seu povo*. Cucujães, 1973.
- PIMENTA, M.S.R.L.; TEIXEIRA, E.C.S.; SILVA, M.V.R.G.; ESTEVES, L.M.C. – *Carta Arqueológica do Concelho de Valongo*. (trabalho inédito orientado por A.C.F. Silva e R.M.S. Centeno nas disciplinas de Sociedades, Culturas e Civilizações Pré-clássicas e Sociedades, Culturas e Civilizações Clássicas da FLUP, 1979).
- TEIXEIRA, F.S.T. – *Pontes romanas no distrito do Porto*. (trabalho inédito orientado por R.M.S. Centeno na disciplina de Arqueologia Clássica da FLUP, 1986).



1

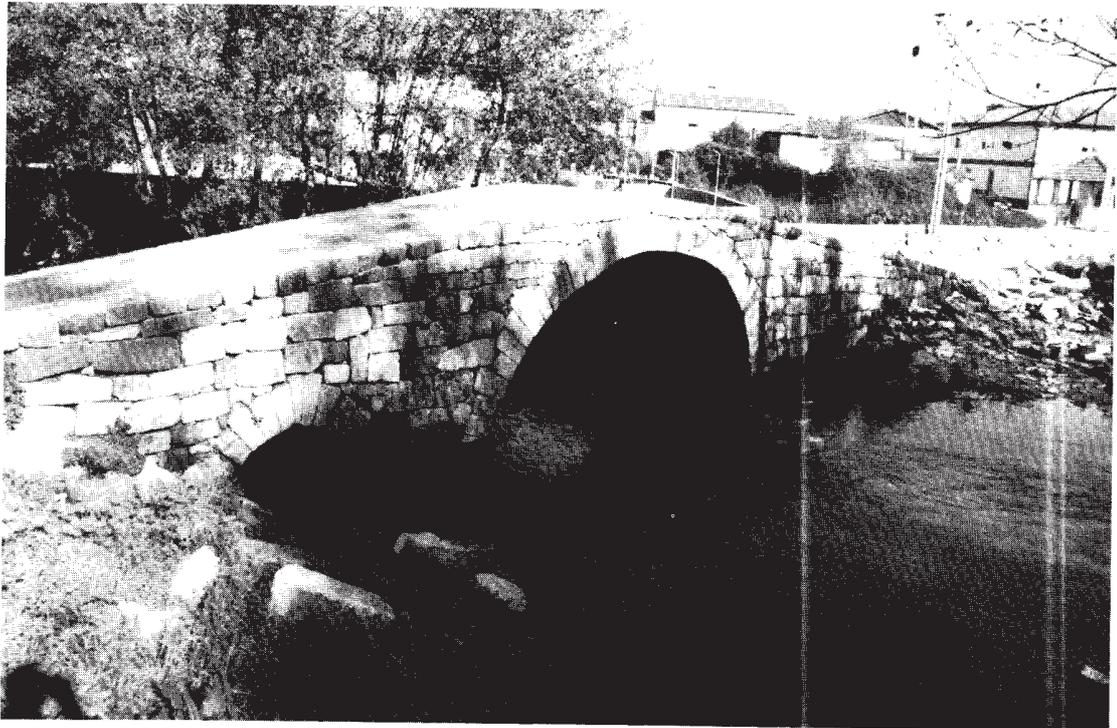


2

Est. 2



1



2



1



2



3



## ÍNDICE

JOÃO LUÍS CARDOSO E MÁRIO VARELA GOMES	
— <i>Zagaias do Paleolítico superior de Portugal</i> .....	7
ANTÓNIO MARQUES DE FARIA	
— <i>Nomes de magistrados em moedas hispânicas</i> .....	33
ROGÉRIO CARVALHO E MADALENA COSTA CABRAL	
— <i>A villa romana dos Barros – Oledo. Primeira notícia</i> .....	61
TERESA SOEIRO	
— <i>Um museu municipal para Penafiel – 1884-1974</i> .....	83

## V Á R I A

MARIA ANTÓNIA SILVA	
— <i>A cista de Gorgolão (Vila da Ponte – Montalegre)</i> .....	137
ANTÓNIO BAPTISTA LOPES, ARMANDO COELHO F. SILVA, JOÃO RIBEIRO PARENTE E RUI M. S. CENTENO	
— <i>A estátua-estela do Marco (Vreia de Jales, Vila Pouca de Aguiar)</i> .....	147
SALETE DA PONTE	
— <i>Uma foice da Idade do Bronze de S. Pedro do Crasto (Ferreira do Zêzere)</i> .....	155
JOSÉ S. RUIVO	
— <i>Variante do denário de Galba RIC<sup>2</sup> 32</i> .....	159
ANTÓNIO BPTISTA LOPES, ARMANDO COELHO F. SILVA, MAGNA ARAÚJO MOTA E RUI M. S. CENTENO	
— <i>A ponte medieval de S. Lázaro (Alfena, Valongo). Notas sobre o acompanhamento dos trabalhos de conservação e restauro</i> .....	161



## GUIA PARA A APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

1. Os originais serão apresentados dactilografados em folhas do tamanho A4, a dois espaços e com uma margem esquerda de pelo menos 3 cm. O IAFLUP agradece a todos os Autores que utilizam computador para processamento de texto, o envio dos seus trabalhos em *diskette*.
2. As referências bibliográficas devem seguir as normas adoptadas pela revista *PORTVGALIA* e utilizar as **abreviaturas** em baixo listadas. Dispensa-se a indicação do **editor**, nos livros, e do **lugar de edição**, nas revistas.  
Exemplo de citação de um livro:  
C. A. Brochado de Almeida, *Proto-história e romanização da bacia inferior do Lima*. (Estudos Regionais, nº especial 7/8), Viana do Castelo 1990.  
Exemplos de citações de artigos de revista, actas de congresso ou outra colectânea:  
V. O. Jorge, Arqueologia social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais, *RFLUPH* 6 1989, 365-443.  
M. J. Sanches e B. C. T. O. Santos, Levantamento arqueológico do concelho de Mirandela, *Portvgalia Nova Série*, VIII 1987, 17-56.  
M. Barroca, Ferrarias medievais do Norte de Portugal, *TAE XXVIII* (3-4) 1988, 211-41.  
C. A. Ferreira de Almeida, O Castrejo sob o domínio romano: a sua transformação, *Estudos de Cultura Castrexa e Historia Antiga de Galicia*. Compostela 1983, 187-98.
3. As ilustrações a traço (desenhos, planos, mapas, ...) serão designadas de *Fig.*, seguidas da respectiva numeração em árabe; a partir do vol. XI, **as figuras passam a entrar no texto**. As fotografias serão organizadas em estampas também numeradas em árabe que aparecerão a seguir ao texto; quando uma estampa tem duas ou mais fotos, estas devem ter uma numeração própria também em caracteres árabes (v.g., a foto 3 da estampa 5 será referenciada como **Est. 5.3**).
4. Aconselha-se os Autores a conservar uma cópia de todos os originais enviados, uma vez que o IAFLUP não se compromete na sua devolução.
5. O IAFLUP oferece 25 separatas e um exemplar do número correspondente da *Portvgalia* por cada original publicado na revista.
6. Para todos os assuntos relacionados com a preparação e envio de originais contactar o coordenador da revista.

## ABREVIATURAS

AEA	<i>Archivo Español de Arqueología</i> , Madrid
AP	<i>O Archeologo Português/O Arqueólogo Português</i> , Lisboa
BAR	série British Archaeological Reports
BAu	<i>Boletín Auriense</i> , Orense
BSAA	<i>Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología</i> , Valhadolide
CA	<i>Cadernos de Arqueologia</i> , série II, Braga
CEG	<i>Cuadernos de Estudios Gallegos</i> , Santiago de Compostela
CIL	<i>Corpus Inscriptionum Latinarum</i> , Berlim 1863 —
CPA	<i>Cuadernos de Prehistoria y Arqueología</i> , Madrid
CPUG	<i>Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada</i> , Granada
EAA	<i>Estudios de Arqueología Alavesa</i> , Vitória
EAE	série Excavaciones Arqueológicas en España
HA	<i>Huelva Arqueológica</i> , Huelva
MCV	<i>Mélanges de la Casa de Velázquez</i> , Madrid
MM	<i>Madrider Mitteilungen</i> , Madrid
MP	<i>El Museo de Pontevedra</i> , Pontevedra
NAH	<i>Noticiário Arqueológico Hispánico</i> , Madrid
RFLUPH	<i>Revista da Faculdade de Letras</i> , série de História, Porto
RG	<i>Revista de Guimarães</i> , Guimarães
RIC	H. Mattingly, E. A. Sydenham e outros, <i>The Roman Imperial Coinage</i> , Londres 1923 —
RRC	M. H. Crawford, <i>The Roman Republican Coinage</i> , Cambridge 1974
SA	<i>Setúbal Arqueológica</i> , Setúbal
TAE	<i>Trabalhos de Antropologia e Etnologia</i> , Porto
TP	<i>Trabajos de Prehistoria</i> , Madrid

